

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO e
CULTURA – PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES E GOVERNO LULA:
DILEMAS E TENSÕES IDEOLÓGICO-PROGRAMÁTICAS**

Luiz Fernando Ozawa

ITAJAÍ (SC), 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO e
CULTURA – PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES E GOVERNO LULA:
DILEMAS E TENSÕES IDEOLÓGICO-PROGRAMÁTICAS**

Luiz Fernando Ozawa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, sob a orientação do Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas / Profissional.

ITAJAÍ (SC), 2007

Esta Dissertação foi julgada APTA para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas / Profissionalizante e aprovada, em sua forma final, pela Comissão de Avaliação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI

DR. GUILLERMO ALFREDO JOHNSON
ORIENTADOR

apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores

DR. GUILLERMO ALFREDO JOHNSON (UNIVALI)
PRESIDENTE E ORIENTADOR

DR. JULIAN BORBA (UFSC) – MEMBRO EXTERNO

DR. CARLOS EDUARDO SELL (UFSC) – MEMBRO EXTERNO

Itajaí (SC), 27 de julho de 2007.

“Uma vez, um macaco e um peixe foram pegados (sic) por uma enchente. O macaco subiu numa árvore e se salvou. Olhou para as águas abaixo e lá viu o peixe lutando contra a correnteza. Sentindo um desejo de ajudar seu amigo menos favorecido, ele meteu a mão na água e tirou o peixe. Com surpresa, viu que o peixe não era grato pela assistência”.¹

¹ Fábula oriental *apud* HOUAISS, Antonio e AMARAL, Roberto, 1997, p.68.

AGRADECIMENTOS

Quando se fala em agradecer, parte-se do pressuposto do agradecimento pleno, e não daquele recorrente sentimento fugaz e singelo de “obrigado”. O agradecimento *in casu* é a reverência completa, a declaração mais pura e bela de satisfação pela contribuição ofertada gratuitamente, direta ou indiretamente, por aquelas figuras que lhe estendem a mão assegurando de quaisquer formas forem, a tarefa a que se propõe concluir.

Na caminhada histórica do indivíduo, há contribuições na formação do intelecto, da *práxis* e do conhecimento, ainda que em senso comum, enfim, da carga empírica, que vão se somando para a construção do próprio *eu*.

Com essa ressalva e as devidas escusas, oferto um agradecimento genérico às pessoas e entidades que participaram (e ainda participam) da minha construção pessoal, desde as primeiras palavras e experimentações inéditas, até as orientações que revolucionam o modo de pensar e, por que não, voltar atrás, do primeiro tapa na escola, até as mais retumbantes (e as mais coerentes) críticas.

Nesse grupo, agradeço em especial meu pai **Walter** e a **Dona Ruth**, minha mãe, e por intermédio deles, peço *vênia* para agradecer a toda a **família**.

No campo profissional, não poderia deixar de registrar o agradecimento ao **Dr. Ricardo Luís Dell’Agnolo**, que de certa maneira fez-me acreditar no Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas. Por levar-me às primeiras experiências profissionais, e em seu nome, a todos os **colegas juristas**.

No campo da amizade, que obviamente não exclui os já aqui referidos, pedirei licença à legião de importantes pessoas a quem guardo “no lado esquerdo do peito” para homenagear o meu “afilhado” de casamento e parceiro de (agora respeitosa) aventuras boêmias, **Angelo Giacomini Ribas**, a quem dedico um abraço fraternal e em seu nome estendo aos demais parceiros e amigos de tanto esmero cultivo.

Há outro grupo merecedor de reverência e agradecimento, porém, que participou ativa e especificamente para a realização da presente pesquisa. A começar pelo **Professor Carlos Eduardo Sell**, que deu as primeiras orientações para a presente investigação, ainda no Projeto, passando pelo **Professor Guillermo Alfredo Johnson**, esse camarada norte-argentino, que aceitou o desafio dessa orientação, e, aos demais **colegas de mestrado e professores do Programa**.

À minha querida tia **Ângela Beirith**, que além de compartilhar da rara veia esquerdista da família, fez a revisão do texto.

Finalmente, aos entrevistados, **Maria do Rosário Nunes**, **Jorge Raul Anglada Pont**, **José Genoíno Neto** e **Valter Pomar**, figuras expoentes do cenário político e da história, por terem concedido parte de seu tempo para atender a um mestrando e pela autorização à publicação neste trabalho.

Uma deferência ao entrevistado **Plínio de Arruda Sampaio**, por sua carismática existência, perspicaz e valiosa memória, e por ter-me atendido sempre tão carinhosa e prontamente, com a mais polida educação que lhe é peculiar. Um abraço e vida longa ao “*velho Plínio!*”

Aos demais que não puderam atender, fica o agradecimento pela intenção.

Em especial, à minha baixinha querida, **Waleska Rita Mattos**, parceira incontestável, a quem prefiro primeiro pedir “desculpas” a agradecer, ante a óbvia ausência nesses conturbados dias de dissertação. Agradeço, porém, por permanecer firme ao meu lado, e por me fazer sentir o mais tenro sentimento, levando-me longe em sonho, trazendo-me de volta à vida e mostrando-me o seu sentido máximo: saber amar.

Por último, gostaria de registrar um agradecimento a duas importantes pessoas: **Dr. Andresson Figueiredo** e **Dr. Mário Junqueira de Nóbrega**, médicos oftalmologistas, acadêmicos também, pelo restabelecimento de minha visão.

Sem vocês, todos, este trabalho não seria possível!

Peço desculpas por certas omissões e esquecimentos, fazendo-me valer da justificativa cristã da imperfeição.

Dedico a todos aqui citados e não, o seguinte pensamento:

O problema da vida é muito complexo. [...] Cada amizade é um universo. [...] Se temos um amigo só, o universo que ele proporcionou se confunde com a nossa própria visão do mundo e da vida. Mas, se temos alguns amigos, podemos dispor de um conjunto de enfoques, capazes de esclarecer melhor do que qualquer um deles em particular. Dois olhos têm uma noção de profundidade que um só olho não poderia proporcionar.

Luiz Gonzaga Teixeira²

² *In Utopia: Manual do Militante*. São Paulo: Editora Ibrasa, 1983, p.52.

DEDICATÓRIA

A dedicatória confunde-se com o agradecimento, pois, em verdade, o presente trabalho se dedica àqueles a quem também agradeço. Ela se difere, porém, na medida em que sua destinação vai para além daqueles que conheci ou com quem compartilhei experiências.

Dedico inicialmente o presente trabalho, a todos os homens e mulheres que por algum instante de suas vidas, ainda que só em pensamento, pararam seus afazeres para refletir sobre a liberdade dos homens e da severa injustiça que assola o mundo e penaliza os mais fracos. Sobre a ganância voraz com que se imbuem aqueles que detêm o poder, seja institucional, seja econômico ou até físico. Sobre a desigualdade imposta, em várias de suas facetas, seja ela econômica, étnica, de gênero, de classe, religiosa ou tantas outras. Sobre o amor e a falta dele. Enfim, para todos que por alguma vez (re)tornaram-se à sensibilidade humana e a (re)pensar sobre as pequenas coisas de enormes conseqüências.

Dedico também àqueles homens e mulheres que, diferentemente dos acima citados, ainda se encontram enjaulados em masmorras que os impedem de enxergar à luz da realidade. Que ainda não se rebelaram de dentro de suas masmorras, que aceitam direta ou indiretamente a perpetuação da condição de não-livres. Que pensam viver em liberdade, tornando-se ainda mais presos e dependentes.

Aos militantes de esquerda, notórios ou anônimos, que deixam acesa a chama por um amanhã diferente do hoje.

Aos pensadores de esquerda, que realizam uma tarefa tão revolucionária quanto a *práxis*, que é idealizar e condensar em seus estudos algo diverso da perversa realidade.

A vocês dedico o presente trabalho, imaginando-o ser uma pequena contribuição para um (novo) amanhã.

*“Nunca antes tinha parado para apreciar a beleza que é enxergar com dois olhos.
Hoje, não penso em outra coisa, senão a beleza que é enxergar com um olho só”.³*

³ OZAWA, Luiz Fernando. **Ainda ontem tinha dois olhos**. Balneário Camboriú/SC: Jornal Página 3, 2006, p.02.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Região que compreende as cidades Santo André/SP; São Bernardo/SP e São Caetano/SP
ABCD	<i>Idem</i> , acrescentando-se a cidade de Diadema/SP
AE	Articulação de Esquerda
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APS	Ação Popular Socialista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Articulação
BS	Brasil Socialista
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> ⁴
CM	Campo Majoritário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CS	Convergência Socialista
CST	Corrente dos Socialistas Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas (ex-Partido da Frente Liberal: PFL)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos
DR	Democracia Radical
DS	Democracia Socialista
FHC	Fernando Henrique Cardoso (Presidente da República no 25º e 26º Período de Governo Republicano)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Socialista
FrS	Fórum Socialista
LIBELU	Liberdade e Luta

⁴ Tradução livre: "Agência Central de Inteligência".

LULA	Luis Inácio da Silva (Presidente da República no 27º e 28º Período de Governo Republicano)
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado
MES	Movimento Esquerda Socialista
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPT	Movimento Partido dos Trabalhadores (Movimento PT)
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MS	Movimento Socialista
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OSI	Organização Socialista Internacional
OT	O Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDS	Partido Democrático Social
PED	Processo de Eleições Diretas
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	Política Operária
PP	Partido Progressista (ex-Partido Progressista Brasileiro: PPB)
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República (ex-Partido Liberal: PL)
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PRN	Partido da Renovação Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSoL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SC	Santa Catarina
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SU	Secretariado Unificado
TM	Tendência Marxista
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UL	Unidade na Luta
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-P	Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

RESUMO

A presente pesquisa concentra seus estudos, basicamente, na relação Partido dos Trabalhadores e Governo Lula. A investigação buscou esclarecer um aparente paradoxo entre o conteúdo histórico-ideológico do PT com a *práxis* do Governo Lula. Na busca da confirmação ou não da hipótese de dilemas e tensões ideológicas entre o PT e o Governo, a pesquisa iniciou-se com a tomada de parâmetros na literatura contemporânea sobre o conceito de “ideologia” com o fito de balizar teoricamente as posições identificadas durante o estudo. Depois, resgatou-se a trajetória histórica do PT, desde a conjuntura política antes da fundação e suas primeiras divergências logo depois, até a chegada de Luis Inácio da Silva, líder máximo do partido, à Presidência da República. No momento seguinte, a pesquisa tratou de investigar o funcionamento interno do Partido dos Trabalhadores e a orientação ideológica das tendências, correntes e movimentos que compõe suas instâncias. Finalmente, foram realizadas entrevistas com os candidatos das cinco tendências mais bem votadas no último Processo de Eleições Diretas (PED) realizado internamente no PT em 2005, durante a vigência do Governo Lula e às crises que sofreu. A pesquisa discutiu, em linhas gerais, que a chegada de Lula ao Poder central do país é um marco na trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores; trajetória essa que tem sido marcada por uma inclinação à direita acompanhada de renúncias do legado de esquerda, expulsões e desfiliações dos chamados “radicais” e, paralelamente, a ampliação do leque de alianças político-eleitorais de direita do Governo e do PT.

Palavras-chave: Ideologia; Esquerda e Direita; Partido dos Trabalhadores; Governo Lula.

ABSTRACT

This study basically focuses on the relationship between the PT (Brazilian Labors' Party) and the Lula Government. The investigation sought to clarify an apparent paradox between the ideological and historical content of PT, with the praxis of the Lula Government. In an attempt to confirm or reject the hypothesis that there exist ideological dilemmas and tensions between the PT and the Government, the research began by taking parameters from the contemporary literature, concerning the concept of "ideology", as theoretical support for the positions identified during the study. Next, it looked at the history of the PT, from the political context before its foundation, and its earliest divergences soon afterwards, through to the arrival of Luís Inácio da Silva, the party's great leader, now President of the Republic. The study goes on to investigate the internal functioning of the PT and the ideological orientation of the trends, streams and movements that make up its branches. Finally in the last chapter interviews were carried out with candidates of the five most voted branches in the last Direct Election Process (PED) held internally within the PT in 2005, during the mandate of the Lula Government, and the crises it suffered. The study argues, in general terms, that Lula's arrival, as the central Authority of the country, is a milestone in the history of the Party; a history which has been marked by right wing tendencies accompanied by renouncements of its left wing branch, expulsions, and desertions by so-called "radicals" and, at the same side, a widening of the range of Government's polit

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
DEDICATÓRIA	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO	01

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO PRIMEIRO CAPÍTULO.....	06
1. A PROPÓSITO DA IDEOLOGIA	07
1.1. Primeiras palavras: a tentativa de um conceito	07
1.2. Da perspectiva marxista	13
1.3. Do imaginário à <i>práxis</i> : o <i>sensu latu</i> da ideologia	19
1.4. Ideologia no cotidiano político moderno	25
1.5. Direita, esquerda e a hipótese do “fim” da história	32

CAPÍTULO II

INTRODUÇÃO AO SEGUNDO CAPÍTULO	40
2. A TRAJETÓRIA DE UM PARTIDO	41
2.1. Os contextos históricos pré-fundação	41
2.2. Surge o Partido dos Trabalhadores.....	48
2.3. Sufrágio, Poder, Estado: enfim um Partido	57
2.4. Consolidação eleitoral <i>versus</i> ideologia: a vitória do pragmatismo	66
2.5. Ano de 2002: o marco histórico na trajetória do PT.....	72

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO AO TERCEIRO CAPÍTULO	80
3. CONTRADIÇÕES NA DIVERSIDADE.....	81
3.1. A liberdade em tendências ou correntes	81
3.2. Hegemonia, dissidências: a tentativa de pontuar as diferenças	87
3.3. PED 2005: marcas das estratégias da hegemonia	95
3.4. Mais Direita no Governo menos Esquerda no Partido.....	102
3.5. O paradigma da ética petista e a retórica da governabilidade	109

CAPÍTULO IV

INTRODUÇÃO AO QUARTO CAPÍTULO	114
4. ENTREVISTAS COM OS PROTAGONISTAS.....	115
4.1. Primeiras considerações	115
4.2. Analisando os dados	119
4.2.1. Sobre posições ideológicas	119
4.2.2. Sobre convergências e divergências	123
4.2.3. Sobre o Governo Lula	126
4.2.4. Sobre o Partido dos Trabalhadores.....	129
4.2.5. Sobre as relações Partido-Governo e Governo-Partido	132
4.3. Condensando informações: últimas considerações.....	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
7. APÊNDICES	148
7.1. Entrevistas	148
7.1.1. Entrevista com José Genoio (CM-UL)	148
7.1.2. Entrevista com Maria do Rosário (MPT).....	152

7.1.3. Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio (APS)	159
7.1.4. Entrevista com Raul Pont (DS)	162
7.1.5. Entrevista com Valter Pomar (AE)	168
7.2. Autorizações para publicação	171
8. ANEXOS	177
ANEXO A: Cartas enviadas aos entrevistados, com carta do pesquisador (e aviso de recebimento), questionário e carta de apresentação do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	178
ANEXO B: Estatuto do Partido dos Trabalhadores	195
ANEXO C: Tese “Santo André-Lins” – Partido dos Trabalhadores	240
ANEXO D: Carta de Princípios – Partido dos Trabalhadores	243
ANEXO E: Manifesto – Partido dos Trabalhadores	250
ANEXO F: Declaração Política – Partido dos Trabalhadores	254
ANEXO G: Plataforma Política – Partido dos Trabalhadores	258
ANEXO H: Programa – Partido dos Trabalhadores	263

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa se concentra na análise das diferentes concepções ideológico-programáticas internas do Partido dos Trabalhadores e como se dá suas relações com a chegada do Partido ao Poder central do país, na eleição de dimensão histórica de Luís Inácio da Silva à Presidência da República. O trabalho pretende investigar o que as diferenças ideológico-programáticas, de fato, puderam, ou não, influenciar na condução dos trabalhos do Partido no Governo e/ou do Governo no Partido.

O Partido dos Trabalhadores é produto resultante de um período movimentado na conjuntura histórica da política brasileira. Criado em plena Ditadura Militar, o PT tem características até então nunca antes visto no cenário político-partidário no Brasil, motivo pelo qual também acabou resultando em atuações importantes no contexto político do Brasil.

Da gênese operário-sindical, o PT ganhou apoio de outros setores da sociedade brasileira. Clérigos, intelectuais, artistas, advogados, estudantes, (ex) guerrilheiros, assim foi-se desenhando o perfil do Partido dos Trabalhadores. Evidente que essa pluralidade foi decisiva no programa partidário, visões sobre a gestão da coisa pública e atuações políticas na sociedade. Com inspiração nitidamente socialista, o Partido dos Trabalhadores surgiu com o fito de representar a classe operária brasileira, como instrumento de atuação institucional dos trabalhadores.

As contradições internas eram inevitáveis, já que no mesmo instrumento partidário encontra-se, por exemplo, membros ligados à Igreja Católica e revolucionários maoístas (antiteológicos). Ou seja, resultante de um período conturbado e de uma contraditória heterogeneidade, o PT estava condenado a viver sobre uma espécie de “ditadura dialógica”, imperando, de uma maneira, a democracia no sentido de vontade majoritária.

Assim, o Partido dos Trabalhadores fundado em uma heterogeneidade atípica dentre os partidos políticos brasileiros, optou por defender o “socialismo democrático” em seus documentos de fundação, carta de intenção política e, principalmente, no artigo 1º de seu Estatuto ainda em vigor e, portanto, vigente durante todo o Governo Lula. O mesmo Estatuto que autoriza os filiados a se agruparem em diferentes tendências internas de pensamento ideológico, ou seja, os

filiados têm liberdade em agrupar-se em sub-divisões conforme a afinidade de pensamento, disposição essa inédita dentre os partidos políticos no Brasil da época.

O Partido dos Trabalhadores então se fragmenta durante as disputas de idéias e direções tomadas pelo Partido, e, ao que se parece, era um incremento à sua democracia interna, inclusive com respeito ao preenchimento de posições dirigentes do instrumento partidário. Mas como dito, o Partido dos Trabalhadores chega no ano de 2003 ao Poder central do Brasil e lá tem de administrar o país e as suas próprias divergências internas que ultrapassam as barreiras partidárias e, de alguma maneira, alcançam ou atingem o Governo Lula.

Aliás, indicadores suficientes evidenciam que as divergências surgiram antes mesmo da fundação do Partido dos Trabalhadores, conseqüência da própria divisão ideológica na esquerda e no movimento operário da época.

O resultado dessa lógica petista no Governo Lula é, aparentemente, um eterno conflito, reflexo das divergências ideológico-programáticas das tendências que formam o todo partidário. E agora, não só na realidade partidária, as tendências disputam com outros setores externos do partido, como industriais, comerciários e partidos de aspirações nitidamente conservadores, e, por que não, de direita, componentes das alianças traçadas pelo Governo Lula.

Sobre essa perspectiva é que se constata uma dificuldade no alinhamento e definição da *práxis* do Governo Lula, mas, principalmente, o denominador de que o Partido dos Trabalhadores esteve dependente e subalterno ao interesse do Governo Lula, e no ambiente interno, prepondera a força hegemônica que se alinha a ele.

No ano de 2005, o Partido dos Trabalhadores explicitou seu debate contrário ou a favor do Governo Lula durante o Processo de Eleições Diretas (PED) período em que a totalidade dos filiados elegem seus representantes e dirigentes nos diretórios municipais, estaduais e nacional.

Havia sete candidatos a Presidente do Partido, cada qual representando a sua corrente, tendência ou grupo ideológico no PT e eventuais aliados. A imprensa divulgou com ênfase o processo, uma vez que o tom de crítica ao Governo Lula se fez presente nos debates realizados entre os candidatos, dentre os quais, declaradamente, apenas um era defensor incondicional do Governo Lula.

Nesse último PED (2005) houve então segundo turno restando na disputa

Luta e Democracia Radical), governista; e Raul Pont da tendência Democracia Socialista, crítico ao Governo.

Mas o cerne da problemática que se pretende investigar é se com a chegada do líder do Partido dos Trabalhadores ao Poder central do país, o programa ideológico do Partido pôde enfim ser implantado em larga escala, e se do contrário, por que não se realizou aquilo que o Partido idealizou durante sua existência, ou ainda melhor, quais os motivos que levaram o Partido a não se impor frente à desobediência de “seu” Governo às concepções delineadas durante a história construída pela militância.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

Entender quais são as diferentes concepções ideológico-programáticas internamente no Partido dos Trabalhadores e como se dá a relação dessas concepções perante as políticas públicas do Governo Lula.

Objetivos Específicos

- Resgatar os autores (literatura) que tratam das ideologias do mundo contemporâneo;
- Rever teoricamente a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores até o Governo Lula;
- Identificar as diferentes concepções ideológico-programáticas das diversas tendências, correntes ou grupos internos na dinâmica do Partido dos Trabalhadores;
- Analisar as relações entre as concepções ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores e do Governo Lula, entrevistando seus componentes.

METODOLOGIA

Em um primeiro momento a pesquisa se deu, basicamente, na pesquisa bibliográfica no resgate da literatura sobre as ideologias contemporâneas.

Já no segundo e terceiro capítulos, a pesquisa aprofundou-se no Partido dos Trabalhadores para resgatar os indicadores sociais

da República, sempre em torno do nome de Luis Inácio da Silva, o Lula, líder sindical co-fundador do Partido, ícone da resistência operária dos anos 70 e 80.

A divisão interna do PT em tendências ideológicas gerou um constante debate em suas instâncias. As correntes ideológicas que disputam espaço dentro do Partido dos Trabalhadores, com o passar do tempo, marcaram o PT como um partido “dividido” e “heterogêneo”.

Durante sua trajetória, o PT foi disputando a institucionalidade através da democracia representativa e alcançando o Poder. Com a chegada ao 2º turno das eleições presidenciais de 1989, e posterior derrota, parte do PT passou a defender uma idéia mais “pragmática”, do ponto de vista eleitoral, na estratégia do Partido.

Com o passar do tempo, essa parte do PT passou a ser força hegemônica, tornando-se o chamado Campo Majoritário, tendência mais à direita do Partido. Essa tendência, liderada por Lula, passou a encaminhar o PT para um processo de “direitização”, mais especificamente, abdicando em seu discurso e *práxis* do legado da esquerda, ampliando a política de alianças com a direita brasileira e expulsando membros do Partido mais à esquerda.

Nessa estratégia, Lula e o PT conseguem alcançar o Poder central do Brasil e inicia o mandato ampliando as alianças com a direita, ao tempo que há um processo de êxodo das forças de esquerda no Partido dos Trabalhadores, que atualmente conta com poucas tendências alinhadas ideologicamente com seu legado.

Como não poderia deixar de ser, todavia, a aparente contradição entre ser um Partido ideológico e historicamente fundado em uma perspectiva de esquerda e estar em um Governo também composto por forças historicamente representantes da direita brasileira, gera um fato político de indiscutível relevância na política brasileira.

É nesse sentido que a pesquisa tem importância social ao discutir esse contexto e estar investigando um fato político que marca o atual período republicano brasileiro.

INTRODUÇÃO AO PRIMEIRO CAPÍTULO

Assumindo quase um caráter introdutório, no sentido de uma revisão literal sobre os necessários prenúncios ao tema central abordado, o Primeiro Capítulo do presente trabalho se veste de uma roupagem estritamente bibliográfica, buscando na literatura parâmetros centrais para a determinação das veias condutoras para os capítulos vindouros. Nesse aspecto, possui característica investigativa, pois busca fixar as *categorias* preliminares, como dito, os fios condutores por onde transitará a presente pesquisa.

A priori, tal qual se previu no Projeto para o presente estudo, a literatura forneceu espesso arcabouço de evidências para a investigação. Obviamente, inerente à própria ciência, a contradição está presente e a divergência é uma inevitável constante entre os autores pesquisados. Todavia, tais dissonâncias só engrandeceram o estudo na medida em que ampliaram o lastro da veia em que ocorreu a pesquisa, e quiçá, dará vazão ao raciocínio proposto.

Uma ressalva inicial se faz necessária: no presente estudo não se pôde alcançar o aprofundamento dos sub-temas presentes no Primeiro Capítulo, pelo motivo de não serem exatamente esses os objetos cernes da investigação.

Algumas categorias presentes nesta primeira etapa já são amplamente aceitas pela ciência política e sociologia, ao passo que outras, por seus lados, ainda estão em pauta nos mais calorosos debates, como por exemplo, e principalmente, a hipótese do “fim” da história (ideologia, esquerda, direita, socialismo, modernidade, etc.).

Assim sendo, o Primeiro Capítulo do trabalho é um convite a uma breve revisão bibliográfica sobre os assuntos preliminares, porém essenciais ao trabalho.

CAPÍTULO I

A PROPÓSITO DA IDEOLOGIA

Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. [...] É exatamente por causa de tudo isso que, como professor, devo estar advertido do poder do discurso ideológico, começando pelo que proclama a *morte* das ideologias.⁵

1.1. Primeiras palavras: a tentativa de um conceito

A acepção da palavra “ideologia” não é algo que se possa dizer convergente ou pacífica. A epistemologia de ideologia é bastante maleável e vem sofrendo mutações na história, principalmente com os pensadores da filosofia. Aliás, não se pode analisar conceitualmente a palavra ideologia sem revisar a filosofia.

A maioria dos autores que dissertam sobre o tema, a exemplo de Michel Löwy (1999, p. 11), entende que o conceito de ideologia é um tanto volátil e contraditório:

É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto.

No mesmo sentido, Mário Stoppino, que assina um denso artigo sobre o termo “ideologia” no *Dicionário de Política* de Noberto Bobbio (2004, p. 385), comenta que:

Tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos.

Assim, pode-se chegar a um denominador preliminar de que o termo ideologia é um dos mais utilizados nas ciências, muito embora, *a priori*, seja difícil definir-se um conceito uno para a palavra. O reflexo disto encontra-se no seguinte pensamento (ZIZEK, 1996, p. 09):

Ideologia pode significar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação a realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial que os indivíduos vivenciam suas relações

⁵ FREIRE, Paulo, 2006, p. 129-132.

com um estrutura social até as idéias falsas que legitimam um poder dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse.

O debate com relação ao conceito de ideologia nas ciências é bastante movimentado, portanto. O presente trabalho, por sinal, não tem como tarefa precípua introduzir mais uma vertente de pensamento nesse debate, tampouco insistir no aprofundamento da investigação sobre o tema, bastante amplo aos objetivos do trabalho, entretanto, inevitável uma análise conceitual do termo, posto que, devido à sua importância, muitos dos destaques do estudo focarão justamente a questão de “conflito de pensamento”, indissociável à análise ideológica, *a priori*.

A tentativa aqui será percorrer o decurso da história, através da literatura, com o fito de se alcançar uma conclusão provisória sobre o termo que, inevitavelmente, servirá a todo tempo de baliza para o estudo.

Em se tratando da literatura brasileira, inevitável a leitura da obra de autoria da filósofa Marilena Chauí, intitulada *O que é Ideologia* (2006). Escusando-se à autora pelo sintetismo exacerbado, pode-se dizer que a obra segue três eixos lógicos: uma breve introdução filosófica (desde a era clássica); o contexto histórico do termo e conceito (iluminismo e era moderna, conseqüentemente); até o conceito de ideologia por Marx. A lógica de Chauí é interessante. Descartando-se o eixo introdutório de sua obra, vê-se no texto a gênese do termo até Marx e seus escritos.

Na história científica, a primeira utilização da palavra “*idéologie*”⁶, foi concebida ainda no início do século XIX por um filósofo iluminista (até então) pouco conhecido de nome Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (LÖWY, 1999, p. 11; CHAUI, 2006, p. 25; ESCOBAR, 1978, p. 69), em obra datada de 1801, chamada *Elements d’Idéologie*⁷.

Veja-se o relato de Antonio Carlos Wolkmer (2003, p. 100):

A origem da expressão “ideologia” vem de uma junção lingüística extraída da raiz grega *eidos* (idéia) com *logos* (estudo, conhecimento). Em seu sentido moderno, a ideologia foi criada pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy (1754-1826), em *Eléments d’idéologie*, durante a Revolução Francesa, e sua significação original era Ciência das Idéias, ou seja, o estudo das origens, evolução e natureza das idéias.

Assim, Destutt de Tracy iniciou a discussão de uma pretensa “*ciência das idéias*”, juntamente com outros autores franceses como Cabanis, De Gérando e

⁶ Tradução livre: “Ideologia”.

⁷ Tradução livre: “Elementos da ideologia”.

Volney (CHAUÍ, 2006, p. 25) em que as idéias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza com o meio ambiente. Michel Löwy (1999, p. 11), por sua vez, faz uma severa crítica ao autor francês, quando acentua que:

É portanto um, um subcapítulo da zoologia – que estuda o comportamento dos organismos vivos – no que se refere ao estudo do relacionamento dos organismos vivos com o meio ambiente, onde trata da questão dos sentidos, da percepção sensorial, através da qual se chegaria às idéias. É por esse caminho que segue a análise, de um cientificismo materialista vulgar, bastante estreito, que caracteriza essa obra de Destutt de Tracy.

Embora bastantes criticados, como visto, Tracy e seus colegas “ideólogos”, por terem uma aspiração de “antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos” (CHAUÍ, 2006, p. 25) e, não coincidentemente, pertencerem ao partido liberal francês, acabaram por travar um conflito com Napoleão Bonaparte (LÖWY, 1999, p. 11), que em seus discursos referia-se aos autores, seus opositores, de “*ideólogos*”, ainda que para Bonaparte os “ideólogos” seriam os metafísicos, que faziam abstração da realidade vivendo em um mundo especulativo.

Assim, de uma maneira um tanto quanto equivocada, por assim dizer, Bonaparte, Tracy e seus companheiros acabaram travando um debate de relativa dimensão (talvez o primeiro de certa relevância científica) sobre o tema, e introduzindo o termo ideologia⁸ definitivamente no linguajar corrente e nas ciências (WOLKMER, 2003, p. 100).

Mas, o marco importante do debate francês é a discussão de fundo na troca de acusações, ou seja, as vertentes do pensamento que envolvem, basicamente, questões como metafísica, percepção sensorial, cognição, imaginário e realidade.

À parte desse extrato histórico, encontra-se um autor belga de nome Karl Mannheim, que em sua obra *Ideologia e Utopia* (1986), mais especificamente no capítulo sobre “o conceito de ideologia na perspectiva histórica”, aprofunda-se um pouco mais na gênese do termo para encontrar no período renascentista traços primordiais do conceito moderno de ideologia. O autor encontra, por exemplo, em trechos de obras de Francis Bacon e Nicolau Maquiavel traços da genealogia do termo “ideologia”, muito antes, portanto, (quase dois séculos) de Tracy e seus companheiros de partido.

⁸ Em verdade, *Bonaparte* em seus discursos intitulava Tracy e seus companheiros autores da época de “ideólogos”, no sentido de especuladores e metafísicos (LOWY, 1994, p. 12), ou seja, não exatamente de “ideológicos”, mas meramente em sentido pejorativo.

O autor busca em Bacon parâmetros para afirmar que “a concepção particular de ideologia é, portanto, um fenômeno intermediário entre, num pólo, a simples mentira e, no outro, o erro, que é o resultado de um aparato conceptual distorcido e defeituoso” (MANNHEIM, 1986, p. 87).

E mais adiante conclui, *in verbis*, que (*Idem*):

De acordo com esta interpretação, a teoria do *ídolo* de Bacon pode ser encarada, até certo ponto, como precursora da concepção moderna de ideologia. Os “ídolos” eram “fantasmas”⁹ ou “preconcepções”, e, como sabemos, havia ídolos da tribo, da caverna, do mercado, do teatro. Todos eram fontes de erro, algumas vezes derivados da própria natureza humana, outras de indivíduos particulares. Também podem ser atribuídos à sociedade ou à tradição. Em qualquer caso, constituem obstáculos no caminho do conhecimento verdadeiro.¹⁰ Existe, com certeza, alguma ligação entre o moderno termo de ideologia e o termo que Bacon utilizava, significando uma fonte de erro. Ademais, a compreensão de que a sociedade e a tradição podem tornar-se fonte de erro é uma antecipação direta do ponto-de-vista sociológico.

Surge agora, no contexto a discussão da representação de “ídolo”, que de alguma forma seria a projeção daquilo que se imagina e, por que não, se sonha como “ideal”, porém, algo que esteja no campo abstrato. E, nesse âmbito, falar-se de “erro” na projeção do ideal é muito mais fácil, ante o real (humano no espaço), mesmo assim, o conceito de “ideologia”, desde sua gênese, parece envolto em uma aura negativista.

Importante o extrato histórico trazido por Karl Mannheim, uma vez que até certo ponto põe em dúvida a idéia de que foi durante o iluminismo que ocorrera o nascimento do termo ideologia, ressaltando-se, porém, a questão da terminologia no espaço e tempo.

Todavia, bem verdade que dificilmente haverá uma secção na linha histórica de investigação do termo “ideologia”, uma vez que inexoravelmente estará atrelado ao próprio conceito sociológico de pensamento, o que nos remeteria automaticamente à filosofia e retornaríamos no tempo até os pensadores clássicos.

Nesse sentido recorreremos novamente à crítica de Löwy (1999. p. 13), quando comenta a obra de Mannheim:

Finalmente, há uma tentativa sociológica de pôr um pouco de ordem nessa confusão. Essa tentativa é realizada pelo famoso sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia*, onde procura

⁹ Aqui podemos encontrar ressonância no “espectro que ronda a Europa”, em Marx e Engels (COUTINHO, 1998, p. 07).

¹⁰ Aqui o autor cita uma passagem do *Novum Organum*, de Bacon.

distinguir os conceitos de ideologia e de utopia. Para ele ideologia é o conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orienta, para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida.

Portanto, ainda que seja uma conclusão primária, é possível afirmar-se que embora o termo “ideologia” tenha ganhado dimensão nas ciências apenas no século das luzes e no eclodir da era moderna (em França, por exemplo), há elementos de sua gênese ainda no Renascimento.

Mannheim (1986, p. 89) acredita que provavelmente o trato cotidiano dos homens com os assuntos políticos é que teria dado consciência crítica aos mesmos em face do elemento ideológico de seus pensamentos. E continua sua investigação no renascimento:

Durante a Renascença, entre os concidadãos de Maquiavel, emergiu um novo adágio chamando a atenção para uma observação comum na época – que era a de que o pensamento do palácio é uma coisa, e o da praça pública é outra. Isso era uma expressão do crescente grau em que o público ganhava acesso aos segredos da política. [...] Maquiavel, em sua profunda racionalidade, tomou como tarefa específica relacionar as variações das opiniões dos homens às variações correspondentes em seus interesses.

Aí se inicia outra vertente conceitual de ideologia: a questão do interesse, no sentido de que os desígnios sociais dos indivíduos eram determinantes para a representação do pensamento.

Retomando-se a obra de Marilena Chauí (2006, p. 29), a autora aborda um novo aparecimento do termo “ideologia”, num sentido próximo ao do original, por advento da obra *Cours de Philosophie Positive*, de Augusto Comte:

Sendo o conhecimento da formação das idéias, tanto do ponto de vista psicológico quanto do ponto de vista social, sendo o conhecimento científico das leis necessárias do real e sendo o corretivo das idéias comuns de uma sociedade, a ideologia, enquanto teoria, passa a ter um papel de comando sobre a prática dos homens, que devem submeter-se aos critérios e mandamentos do teórico antes de agir.

Embora um tanto quanto dogmático, no sentido de submeter o pensamento a “critérios e mandamentos teóricos”, interessante anotar a contribuição de Comte para a discussão do termo, especialmente quando trata da ideologia como guia condutora da prática dos homens.

Outra aparição importante do termo ideologia na história da filosofia, segundo a autora (*Idem*, p. 31-32), acontece no livro *As Regras para o Método Sociológico*, de

Emile Durkheim, mais precisamente em seu segundo capítulo, para quem é preciso tratar o fato social como uma *coisa*:

Isso significa que a condição para uma sociologia científica é tomar os fatos sociais como desprovidos de interioridade, isto é, de subjetividade, de modo a permitir que o sociólogo encare uma realidade, da qual participa, como se não fizesse parte dela. Em outras palavras, a regra fundamental da objetividade científica sendo a separação entre sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento, separação que garante a objetividade porque garante a neutralidade do cientista, Durkheim chamará de ideologia todo o conhecimento da sociedade que não respeite tais critérios.

Para o sociólogo cientista, o ideólogo é um resto, uma sobra de idéias antigas, pré-científicas.

Aqui, novamente com as ressalvas do rigor científico

sociais inclui uma ideologia que serve para explicar e justificar sua existência como estilo de vida, [...]”.

Já na obra *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio (2004, p. 585), o autor Mário Stoppino abre um longo e interessante debate sobre o vocábulo ideologia, onde se pode encontrar, por exemplo, o “*significado fraco de ideologia*”, como sendo mera estratégia programática de atuação, ou organização pragmática para atuação política, via institucional em um partido político, por exemplo.

Ainda no mesmo estudo assinado por Norberto Bobbio, trabalha-se com o “*significado forte de ideologia*”, que para alguns autores, Marx e Bergmann, por exemplo, não passa de uma mera máscara falsa de que se utilizam atores sociais para intervirem na realidade e alcançarem o poder (*Idem*, p. 591).

Tal divisão poderia classificar-se também em ideologia antes (“significado fraco”) e depois (“significado forte”) de Marx.

Diz-se isso pois o entendimento do significado fraco de ideologia está atrelado à questão da relação pensamento humano e prática do ser, enquanto o significado forte de ideologia é indissociável da idéia de falsa idéia ou falsa representação de uma idéia (*Ibidem*, p. 591).

1.2. Da perspectiva marxista

Inevitável falar-se em ideologia e seu conceito sem visitar a obra de Karl Marx, em especial, as de autoria conjunta com Friedrich Engels. Ressalve-se, porém, que o objetivo deste estudo não é aprofundar-se na obra desses autores, mas apontar sua contribuição acerca da temática da ideologia.

Reitera-se que a tarefa precípua do presente trabalho é apenas e tão somente revisar a literatura que trata sobre o tema, portanto não se trata diretamente de um determinado estudo marxista. Mesmo assim, imbuí-se do desafio de visitar a obra de Marx e Engels sobre a temática da ideologia.

Sozinho, ainda jovem, Marx escreveu os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, que em outras palavras é uma compilação de ensaios, embora profundos, de diferentes assuntos (já prenúncios de suas obras posteriores).

Dentre outros assuntos abordados, Marx (2001) inicia-se nas grandes discussões como crítico da *filosofia hegeliana*, mais precisamente dos *neo-hegelianos*, da dialética. O capítulo de *Manuscritos* que mais importa ao presente

trabalho está inserido no “*Terceiro Manuscrito*” e é o que Marx intitulou de “*Crítica da dialética e da filosofia de Hegel*”, ao dissertar sobre a fenomenologia (p. 178):

A orientação *real*, ativa, do homem para si mesmo enquanto ser genérico ou a fixação por si próprio como ser genérico real, quer dizer, como ser humano, só é possível à medida que ele realiza todos os *poderes específicos* – o que, por sua vez, só é possível através da ação coletiva dos homens e como resultado da história [...].

Mas, só na obra seguinte, em 1845, intitulada *Ideologia Alemã*¹¹, é que Marx (já na companhia de Engels) vai aprofundar o tema da ideologia propriamente dito. Nessa obra, Marx concentra nitidamente seu tempo na crítica ao *neo-hegelianismo*, que seria representante da ideologia majoritária alemã.

Nas palavras de Michel Löwy (1999, p. 95): “Para Marx, na *Ideologia Alemã*, ideologia é uma especulação metafísica idealista, que inverte a realidade. Então, aí não se pode ver bem qual a relação que possa existir entre ideologia e ciência”.

Assim, ao que tudo indica, Marx utilizava o termo “ideologia” com a mesma aura negativista como em Nicolau Maquiavel e Napoleão Bonaparte, no sentido de “*equivocado entendimento*”, com doses originárias do pensamento de Tracy.

Aliás, sobre a influência do pensamento iluminista na construção marxista do termo ideologia, lembra Antonio Carlos Wolkmer (2003, p. 104) que: “Tudo indica que Marx conheceu as idéias de Destutt de Tracy quando de seu exílio em Paris (1844-1845), tendo, contudo, reapropriado e adaptado o sentido pejorativo dado por Napoleão”.

Há uma evidência de ligação, portanto, entre a origem do termo propriamente dito, com a concepção marxista de ideologia, mormente com relação à aura negativista que envolve o termo.

Sobre o tema, por sinal, a obra *Ciência da História e Ideologia* (ESCOBAR, 1978, p. 69), tem definição importante, no que concerne à perspectiva de Marx em confronto aparente com os autores franceses:

Mas a ideologia é uma representação *deformada* das verdadeiras relações de produção. Efeito da estrutura e sua deformação nas *representações*, a ideologia não constitui uma culpa, mas parte da

¹¹ Embora a obra só tenha sido publicada em 1932, ainda incompleta, e sua versão mais completa apenas no ano de 1966. Ainda se acredita que parte de *A Ideologia Alemã* tenha se perdido (MARX K. e ENGELS F., 1999, p. 7-9). Na obra pesquisada (MARX K. e ENGELS F., 1999), de acordo com o “esclarecimento” feito por seus tradutores José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira (p. 7-9), o “livro” *Ideologia Alemã* em verdade é uma compilação de fragmentos de escritos datados de 1845-46, divididos em dois volumes, sendo que a obra citada concentra-se no primeiro, com crítica à Feuerbach, que segundo os mesmos, teria sido escrito quase que na totalidade apenas por Marx.

estrutura em questão. Aliás, esta concepção de ideologia significa não apenas o rompimento com os filósofos (Cabanes, Destutt de Tracy e outros) que forjaram esta palavra *para pensar uma teoria genética das idéias*, mas com a concepção da ideologia como *pura ignorância*, como concebiam os filósofos da ilustração.

Tampouco esta concepção marxista da ideologia deve ser confundida com aquela que o jovem Marx desenvolveu nos *Manuscritos* (1844) e na *Ideologia Alemã* (1845). Neste último livro a ideologia aparece como “pura ilusão”, “puro sonho” e *não está articulada organicamente com o conceito de estrutura social*. A ideologia é vista como “desordem” e como “incoerência” na *Ideologia Alemã* à diferença então no lugar teórico que ela vai ter na história¹². A partir de então se dirá que a ideologia faz parte integrante da estrutura social e se constitui, à maneira de uma representação *necessariamente* deformada, como um efeito estrutural obrigatório¹³.

Retornando-se ao *Dicionário* de Norberto Bobbio (2004, p. 591), em especial ao artigo que assina Mário Stoppino para o verbete “Ideologia”, encontramos melhor explicação para o que chamamos de aura negativista, quando o autor analisa a questão do “conceito forte” de ideologia:

[...] o caminho mais apto para recuperar o significado forte de Ideologia na sociologia e na ciência política é o de uma reformulação, em termos empiricamente aceitáveis, do conceito marxista de falsa consciência e do nexos entre falsidade e função social da Ideologia, que nela está presente. Esta direção de pesquisa é mais árdua e requer que se enfrentem e se resolvam vários problemas difíceis. Os mais importantes são os que dizem respeito à estrutura, à gênese e à função da Ideologia. Quanto à estrutura, trata-se de dar um significado preciso e empiricamente plausível à “falsidade” da crença ideológica. Quanto à gênese, trata-se de dar um significado preciso e empiricamente plausível à relação de determinação entre os interesses e as exigências práticas dos homens envolvidos no poder, de uma parte, e a crença ideológica, do outro. Quanto à função, trata-se de dar um significado preciso e empiricamente plausível à ação que a crença ideológica desenvolve, no sentido de justificação do poder e da integração política, tanto do lado da obediência quanto do lado do comando.

Inicialmente, portanto, para melhor compreensão do tema, propõe Stoppino a análise empírica de falsidade (o que relaciona com “*estrutura*”); a determinação de interesses dos homens (o que relaciona com “*gênese*”); e, finalmente, a ação de justificação do poder (o que relaciona com “*função*”). Em outras palavras, o autor sistematizou a análise em três eixos lógicos tendo como núcleos a falsidade, o

¹² Neste ponto o autor inclui a seguinte nota: Numa acepção aliás paralela à concepção dos sonhos antes de Freud, como lembra Althusser, in *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, 1970, *La Pensée*, nº151.

¹³ Neste ponto o autor inclui a seguinte nota: Sem que Marx, como tudo parecia indicar, tivesse se detido sobre a questão dos discursos ideológicos.

interesse e a ação. E continua a dissertar sobre o que Marx chamaria de “falsas representações” (*Idem*, p. 592):

A própria crítica marxista da Ideologia se apresenta, muitas vezes, sob a forma de uma crítica de falsas “representações” da realidade. Basta lembrar a passagem fundamental da *Ideologia alemã*, onde Marx e Engels afirmam que na, sua teoria, “não se parte do que os homens dizem, imaginam ou representam, para chegar daqui aos homens vivos. Mas, parte-se realmente dos homens em ação e na base do processo real da sua vida se explica até o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo de vida” (trad. Ital., p. 13). Esta formulação e refere, por um lado, à gênese da Ideologia e afirma que as imagens e as representações que os homens fazem da situação social e de si próprios são determinadas (são “reflexos” ou “ecos”) pelo processo real da vida em que operam. E se refere, por outro lado, à “falsidade” da Ideologia, que é entendida como uma falsa representação, no sentido de que as imagens que os homens fazem da situação social e de si próprios são imagens que não correspondem à realidade. [...]. Ora, seria absurdo reduzir o conceito marxista da falsa consciência a uma pura e simples falsa representação. Mas permanece o fato de que a “falsidade” da Ideologia aparece aqui, prevalentemente, a par de outras passagens, como uma descrição falsa da realidade.

Neste trecho, encontramos algumas respostas às muitas indagações sobre o que pensava Marx. Citando *Ideologia Alemã*, Stoppino busca as próprias palavras do autor para entender que ideologia está diretamente ligada ao processo real de vida do homem, na medida em que os homens são reflexos dos contextos sociais em que estão inseridos, daí porque representações. Também fica evidente que o real se confunde com o falso, uma vez que, se frutos de representações (sociais e de si mesmo), não há como se obter com nitidez real a consciência humana, eis que eco de suas representações, daí porque ser falso.

Com o fito de sanar as possíveis lacunas deixadas por Marx, esclarece Mário Stoppino (*Ibidem*, p. 593), que por outro lado, o conceito marxista de falsa consciência diz respeito a todo sistema de crenças. Para Marx, é falsa consciência não apenas as asserções e as interpretações, mas também e sobretudo os valores e ideais da ideologia burguesa.

Dessa feita, a aura negativista que envolve a perspectiva marxista do conceito de ideologia, está contida principalmente na própria crítica de Marx, e na utilização (por ele) estrita do termo para elucidar o fenômeno sociológico da “manipulação” do homem pelo homem através da utilização racional do pensamento, e da perpetuação dessa relação através das falsas representações e consciências. Aliás,

a falsidade está diretamente relacionada à incapacidade (negativa) do “homem” enxergar a “exploração” propriamente dita.

Aprofunda e melhor explica tal situação Stoppino (*Ibidem*, p. 595) quando traça um paralelo com a psicologia:

No seu dinamismo psicológico, a Ideologia como falsa motivação é análoga ao conceito psicanalítico de “racionalização”, com o qual se designa, precisamente, a elaboração de motivos fictícios para as próprias ações ou para os próprios comportamentos, cujos moventes reais permanecem inconscientes. Mas diferentemente do conceito de racionalização, o conceito de Ideologia tem natureza social, porque dá respeito aos comportamentos coletivos e não aos individuais; e, mais especificamente, os comportamentos coletivos que se instauram numa situação de poder. Segue-se que as crenças, às quais se pode atribuir o caráter da Ideologia, são também crenças coletivas, que encobrem ou mascaram os verdadeiros moventes da conduta, a nível do grupo ou do agregado social, e não a nível do indivíduo. Esta formulação da específica natureza social da Ideologia é claramente uma generalização do ponto de vista de Marx; porque é exatamente em Marx, mais do que em Pareto, e, de um modo mais concreto e determinado do que em Nietzsche, que a Ideologia como falsa motivação se insere explicitamente nas relações de dominação do homem sobre o homem.

Portanto, na obra *Ideologia Alemã*, Marx acentua a aura negativista do termo, no sentido de atribuir uma pecha obscura ao conceito, com o que chama de falsas representações e falsas motivações, ainda que mantenha o caráter social e até classista da origem de ideologia.

E tal negatividade também é percebida por Carlos Henrique Escobar (1978, p. 74):

Marx afirma esta fórmula na *Ideologia Alemã* e a estende para a metafísica, que, segundo ele, não tem história como a moral. Já nos referimos ao aspecto puramente *negativo* desta tese da *Ideologia Alemã*, onde a ideologia é tida como pura ilusão, como sonho e etc. [...] Pois bem, frente à tese negativa de *Ideologia Alemã* de que a *ideologia é um nada*, de que *ela não tem história*, ou *é um reflexo da história real*, isto é, *ela não tem história própria* [...].

Todavia, Michel Löwy (1999, p. 95), indo mais a fundo na investigação marxista do que entendia o pensador por ideologia, encontra na obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* um sentido interessante sob a perspectiva do “processo de produção” da ideologia e de sua “sistematização”:

Ele observa que quem cria as ideologias são as classes sociais: o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais. Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais. Mas quem sistematiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de

pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe: os escritores, os líderes políticos, etc.; são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologia, em função dos interesses da classe.

Segundo essas observações, as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram idéias isoladas mas um conjunto orgânico. São, sobretudo, “uma maneira de pensar”.

Marilena Chauí (*Op. cit.*, p. 81), por exemplo, ao dissertar sobre a questão da aqui comentada aura negativista, investe no raciocínio que defendemos sobre a questão da relação entre representação da idéia e do real, compondo a lógica discutida por Löwy:

Ou, então, quando se diz que o trabalho dignifica o homem e não se analisam as condições reais de trabalho, que brutalizam, entorpecem, exploram certos homens em benefício de uns poucos. Estamos diante da *idéia* de trabalho e não diante da realidade histórico-social do trabalho.

Contudo, na análise de Löwy (1999) sobre a obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, ao que tudo indica, Marx deixa mais uma pista sobre a sua densidade filosófica, abrindo uma nova vertente de seu pensamento sobre ideologia, no sentido de atribuir grande parte da autoria das ideologias às próprias classes sociais, embora quem as sistematize seja um seleto grupo de seus representantes, especialmente políticos e literatos.

Quando Marx afirma que o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, tem-se uma nova e importante equação, qual seja a influência determinante da sociedade sobre o indivíduo.

Entretanto, o conceito de ideologia trazido por Marx e Engels é um tanto predestinado a combater a alienação por intermédio da crítica à própria ideologia dominante (ainda que entendam os filósofos não haver exatamente uma “ideologia dominada”), por intermédio de sua própria significação.

Ainda que perfeitamente legitimados pelo contexto histórico-sociológico, os pensadores inseriram uma “aura negativista” ao conceito de ideologia já aparentemente transcendido pelo senso comum, ante a utilização cotidiana do conceito, o que, portanto, parece estar em dissonância temporal ao presente estudo.

1.3. Do imaginário à *práxis*: o *sensu latu* de ideologia

Assim visto, autores como Augusto Comte já delineavam a importância da ideologia como guia condutora da prática dos homens.

Por outro lado, o conceito *latu* de ideologia, empiricamente utilizado no hodierno cotidiano, é bem diverso do profundo estudo de Karl Marx sobre o termo. Nitidamente, o sentido dado ao emprego da palavra “ideologia” na linguagem, por assim definir, não-científica (do cotidiano das ruas, da mídia, das conversas e diálogos produzidos no senso comum) é muito menos carregado de significações.

Marx, como demonstrado, acompanhando a orientação dada por Nicolau Maquiavel e Napoleão Bonaparte, também manteve uma aura negativista, atribuindo certo sentido *pejorativo*

Ainda que nessa afirmação Marx pudesse estar apenas se reportando à “pequena burguesia”, importante anotar a evolução do conceito marxista de ideologia, agora superando um pouco a problemática que envolve a “falsidade”. Surge no contexto, então, o significado de “maneira de pensar” ao termo ideologia.

Assim, com o passar do tempo, o termo ideologia passou a significar, resguardadas as proporções, um sentido próximo ao atribuído por Destutt de Tracy, no século das luzes, muito embora, como visto, o objetivo primeiro de Tracy e seus colegas pensadores franceses era fundar uma pretensa “ciência das idéias”.

Inegável, nesse sentido, a contribuição do positivismo para a reformulação do conceito de ideologia. Encontramos essa contribuição em Marilena Chauí (*Op. cit.*, p. 28):

O termo ideologia voltou a ser empregado com um sentido próximo ao do grupo dos ideólogos franceses pelo filósofo Auguste Comte em seu *Cours de Philosophie Positive (Curso de Filosofia Positiva)*. O termo, agora, possui dois significados: por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de idéias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

Além de “*maneira de pensar*”, aparece o sentido de “*opinião geral*”. Por esse viés, e com o que foi aqui citado, é possível arriscar a afirmativa de que há uma nítida contradição entre o significado de ideologia antes de Karl Marx e depois dele, até chegarmos ao conceito atual empregado pelo senso comum.

Para melhor entendimento do estudo, dividiremos ideologia em dois significados maiores, e assim o nomearemos:

a) Ideologia *strictu sensu*: é o significado dado por Karl Marx de “falsas representações”, acompanhando a aura negativista desde Bacon, passando por Maquiavel e Bonaparte. Para Stoppino (BOBBIO, 2004, p. 591) tal significado seria análogo ao significado “forte” de ideologia;

b) Ideologia *latu sensu*: ou significado “vulgar” de ideologia, utilizado no cotidiano do senso comum, atribuído mais amplamente ao entendimento de “maneira de pensar”, “opinião geral” ou mesmo uma expressão sócio-cultural de um pensamento. Para Stoppino (BOBBIO, 2004, p. 587) tal significado seria análogo ao significado “fraco” de ideologia.

Para o presente estudo, menos importante é o significado *strictu sensu* do termo, uma vez que não exatamente estará se analisando a carga negativista, se representativo ou não, ou mesmo quanto falso é a expressão e formulação do pensamento, tampouco se alienado é o seu porta-voz.

Aliás, a idéia de “falsidade” ainda permanece como obstáculo para a fixação de um conceito pacífico de ideologia. Nesse sentido, especialmente com relação à aplicação do termo a presente análise, há uma evidente necessidade de se transcender o conceito de ideologia produzido por Marx.

Em recente artigo publicado em uma revista científica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, o pesquisador Carlos Augusto Serbena (2003, p. 02) descreve tal transição:

O conceito inicial de ideologia como “idéia falsa que legitima o poder dominante” se modifica, da análise do conteúdo passa-se a analisar o processo de sua enunciação e seu contexto. O importante não é mais necessariamente o conteúdo falso ou não, mas as suas condições de enunciação e seu entendimento, isto é, como se configura sua função de discurso dentro da dinâmica social. Como se engendra, articula, dissemina, reproduz e se mantém um discurso que assume uma função ideológica?

Importante observar o passo dado pelo autor no sentido de reduzir a atenção dada à questão da “falsidade” para concentrar-se essencialmente no processo das idéias.

Entretanto, Marilena Chauí (*Op. cit.*, p. 110) registra a discordância com relação à existência de uma ideologia que não contenha a função essencial de “falsidade”:

Por esse motivo, cometemos um engano quando imaginamos ser possível substituir uma ideologia “falsa” (que não diz tudo) por uma ideologia “verdadeira” (que diz tudo). Ou quando imaginamos que a ideologia “falsa” é a dos dominantes, enquanto a ideologia “verdadeira” é a dos dominados. Por que nos enganamos nessas duas afirmações? Em primeiro lugar, porque uma ideologia que fosse plena ou que não tivesse “vazios” e “brancos”, isto é, que dissesse tudo, já não seria ideologia. Em segundo lugar, porque falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento da dominação. Esses enganos fazem-nos sair da concepção marxista de ideologia [...].

Ao que se nota, tal entendimento não exatamente contradiz a idéia de Serbena, mas sim, confirma sua crítica no sentido de que a subcategoria “falsa” ou “verdadeira”, por si só, já é análise do conteúdo de uma ideologia. Não se trata

exatamente de afirmar ser “*verdadeira*”, mas apenas não partir do princípio conceitual de que todas possuem o predicado de “*falsa*”.

No mesmo sentido, a discussão se “*plena*” ou não em termos de ideologia não tem importância ao presente estudo; tal qual sugere a autora, estar-se-ia de saída do conceito marxista de ideologia.

E nesse aspecto, encontramos denso raciocínio da gênese da ideologia a que nos referimos (*latu sensu*) nas próprias palavras de Marilena Chauí (*Idem*, p. 61-62). Embora longo, o trecho merece ser reproduzido, pois nele encontram-se traços os do conceito *latu* de ideologia que se busca, quando surgem categorias como “atividades sociais”, “ações humanas”, “relações sociais”, “ideologia propriamente dita”:

Também as relações sociais são representadas imediatamente pelas idéias de maneira invertida. Com efeito, à medida que uma forma determinada da divisão social do trabalho se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas e, evidentemente, pela forma da propriedade. Cada um não pode escapar da atividade que lhe é socialmente imposta. A partir desse momento, todo conjunto das relações sociais aparece nas idéias como se fosse coisa em si, existente por si mesma, e não como consequência das ações humanas. Pelo contrário, as ações humanas são representadas como decorrentes da sociedade, que é vista como existindo por si mesma e dominando os homens.

[...]

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas idéias revelam tal separação, o que aparece é que as idéias é que estão separadas do mundo e o explicam. As idéias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta –, mas como entidades autônomas descobertas por tais homens.

A capacidade cognitiva do homem, aliada à complexidade social em que está inserido, é capaz de produzir o que chamamos de “imaginário”, ou, em outras

palavras, o resultado da produção intelectual sócio-cultural do homem, geralmente associado a algum grupo (ou classe) de mesma afinidade de idéia.

Obviamente não há como negar a capacidade de influência dos chamados “líderes intelectuais” desses grupos sobre os demais indivíduos (alienados ou não), todavia este não é o objeto da investigação ora proposta. Importante destacar que “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (*Ibidem*, p. 72).

Com melhor definição, Carlo Henrique Escobar (1979, p. 67-68) retrata o assunto:

A ideologia não é subjetividade, ela é *objetiva*, são relações sociais e práticas sociais, ela é um *efeito da estrutura* nas formas de práticas sociais específicas. É por isso que *não se pode pensar uma formação social sem ideologia*.

[...]

A ideologia resulta das articulações de uma estrutura particular, na forma de existência das práticas diferenciáveis, e consiste na deformação destas articulações por meio de representações. Enfim, uma ideologia é um sistema de noções que toma a forma de princípios morais – leis, concepções – presentes nas práticas habituais como o “senso comum”, as instituições jurídicas, etc., ou de uma maneira teórica como discursos éticos, teológicos e filosóficos.

Nesse ponto, portanto, parece firmar o conceito *latu sensu* de ideologia a que se propõe utilizar, como amplas “noções” e “concepções” (ainda que tachadas de “deformadas”), aplicáveis em várias ambientes sociais nas práticas habituais.

O pensamento de Michel Löwy (1999, p. 13-14) sobre essa altura do debate acerca de ideologia, ao qual nos filiamos pontualmente, é inevitável:

O termo que me parece mais adequado para isso, e que propõe como hipótese neste momento é “visão social de mundo”. Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.

Quando, portanto, refere-se às “visões sociais de mundo”, não sem propósito no plural, imediatamente se dá amplitude ao entendimento de ideologia, uma vez que sugere um rompimento com a questão de necessidade da ideologia ser essencialmente falsa ou mesmo determinadamente alheia à realidade.

Se há “*visões sociais de mundo*”, pressupõe-se que várias sociedades são hábeis o suficiente para produzir (dentro da própria complexidade social em que estão inseridos repita-se), várias visões, ou seja, concepções daquilo que entendem sobre o mundo e, por que não, de si mesmas (*Idem*, p. 17):

Uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra necessariamente que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade, correspondendo em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõem. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente *uma* ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum.

Ao que tudo indica, está se referindo o autor à dialética marxista, todavia, bastante enriquecedora no sentido de subsidiar o conceito “vulgar” de ideologia tão amplamente utilizado pelo senso comum nos dias de hoje.

A ideologia como sistema que compreende a complexa relação desde a origem do pensamento (imaginário) até a efetivação de uma atitude ou ação (*práxis*) é a ideologia que estará sendo referida durante o longo caminho que se percorrerá na investigação.

Antonio Carlos Wolkmer, em sua obra *Ideologia, Estado e Direito* (2003, p. 101), consegue atingir um conceito muito próximo ao que denominamos de *latu sensu*:

É a ideologia compreendida como um sistema de atitudes integradas de um grupo social – ideologia enquanto sistema de idéias relacionadas com a ação – ideologia como o conjunto de idéias, valores, maneiras de sentir, pensar de pessoas ou grupos – ideologia como ordenação de crenças, “que são elaboradas e integradas entre si, de maneira mais ou menos coerente, de modo a poder funcionar como guia de ações e de comportamentos, como critérios idôneos para justificar o exercício do poder, explicar e julgar os acontecimentos históricos, explicar as conexões entre atividades políticas e outras formas de atividade”.

E continua o autor (*Idem*, p. 103), ao comentar sobre o “conceito fraco” de ideologia, também citando obra de Carl Friedrich:

De qualquer forma, parece que fica mais clara, no âmbito do estrutural-funcionalismo, a proposição sistemática de Carl Friedrich de que a ideologia, enquanto categoria política, estrutura idéias relacionadas à ação. A ideologia “contém tipicamente um programa e uma estratégia para a sua execução; e sua função essencial é unir organizações construídas em volta delas. Ideologias são conjuntos

de idéias relacionadas com a ordem política e social existente e tendentes a modificá-las ou defendê-las...”.¹⁴ Assim, “as idéias” tornam-se “ideologia” pela função que exercem no corpo político.

Em tempo, surgem as subcategorias “programa”, “estratégia” inseridas em um contexto de “ordem política e social” e no “corpo político”. Tal aparecimento é oportuno, uma vez que logo a seguir o conceito de ideologia deverá ser imerso em um complexo conteúdo que envolve tais subcategorias.

Registra-se uma interessante e concisa proposta de conceito, inserida nas entrelinhas do ensaio *Ir além do Capita*, por István Mészáros (*apud* COGGIOLA, 1997, p. 144): “A ideologia, em seu sentido positivo, é a consciência prática da sociedade de classes”.

Assim, diante da literatura temática pesquisada, considera-se que o conceito de ideologia mais adequado aos objetivos do presente estudo é a definição da categoria “ideologia” em seu significado *latu*.

Finalmente, releva justificar ainda, que não há nesta investigação qualquer pretensão de esgotar o assunto, até porque, haveria de ter, ao menos, que se considerar essencial a busca do debate de ser a ideologia uma expressão individual ou social, falsa ou verdadeira, representativa ou real, alusória ou ilusória, voluntária ou involuntária, conteúdo suficiente para se iniciar uma investigação à parte tão quão ou provavelmente mais complexa que a presente.

1.4. Ideologia no cotidiano político moderno

Na mesma proporção em que a própria “política” o é, a “ideologia” pode freqüentemente ser negada pelo senso comum. Ou seja, entender-se como indivíduo politicamente ativo ou mesmo ideologicamente centrado, não exatamente é algo que se possa afirmar comum em nossa sociedade.

E não menos comum é o grupo de indivíduos que entende “ideologia” (ou “política”) como uma espécie de estigma que deturpa o “real”, um “mal” capaz de fazer as pessoas pensarem e agirem de maneira alinhada a entendimento alheio, nesse sentido quase que rememorando o entendimento marxista de ideologia. Neste entendimento, “ideologia” e “política” são coisas ruins e estigmatizadas.

¹⁴ Neste ponto o autor inclui a seguinte nota: Carl Friedrich, In: Reo Christenson *et alii*. Op. cit., p. 19 e 20.

O sociólogo Max Weber (2002, p. 60-61), em sua obra *Ciência e política: duas vocações*, aborda o tema de maneira muito didática:

Quando de uma questão se diz que é “política”, quando se diz de um ministro ou funcionário que são “políticos”, quando se diz de uma decisão que foi determinada pela “política”, é necessário entender no primeiro caso, que os interesses de divisão, conservação ou transferência do poder são fatores essenciais para que se possa esclarecer aquela questão. No segundo caso, impõe-se entender que aqueles mesmos fatores condicionam o campo de atividade do funcionário em estudo, bem como, no último caso, determinam a decisão.

A capacidade humana em atribuir sentido às coisas, e por vezes entendê-las de modo diverso ou agir de maneira contraditória, é fruto da própria diversidade e da complexidade do pensamento humano. Essa é a condição essencial, como diz Marilena Chauí (2006, p. 58): “Os homens, escrevem Engels e Marx, distinguem-se dos animais não porque têm consciência (como dizem os ideólogos burgueses), mas porque produzem as condições de sua própria existência material e espiritual. São o que produzem e são como produzem.”

Muito da negação dos vocábulos “ideologia” e “política”, pode estar diretamente relacionado à *práxis* com os quais se encontram relacionados. Ora, é notório que pertencer à classe dos “políticos” não é algo majoritariamente visto com bons olhos, ainda mais em se tratando do contexto brasileiro, entre idas e vindas de crises e etc.

Por outro lado, a ideologia e a política são indissociáveis da relação de Poder. Daí é que pode surgir a problemática (WEBER, 2002, p. 61): “Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar o sentimento de prestígio que só o poder confere.”

Todavia, tanto a política quanto a ideologia podem ser praticadas e estar inerentes às pequenas condutas do cotidiano dos indivíduos de maneira até imperceptível, ainda que não haja predisposição consciente para isso (*Idem*, p. 66-67):

A política pode ser praticada de maneira “ocasional”, mas é igualmente possível transformar a política em profissão secundária ou em profissão principal, exatamente como ocorre na esfera da atividade econômica. A política é exercitada “ocasionalmente” por todos ao introduzirmos nosso voto em uma urna ou ao exprimirmos nossa vontade de maneira semelhante, como, por exemplo, manifestando desaprovação ou concordância no curso de uma reunião “política”, pronunciando um discurso “político”, etc. Para

inúmeras pessoas, aliás, o contato com a política se reduz a esse tipo de manifestações.

Aqui surge uma equação interessante: na medida em que se em toda manifestação política há a presença (mesmo que intrinsecamente) da ideologia, ao tempo em que todo indivíduo é politicamente ativo, bastante convincente é a afirmativa de que todos os indivíduos encontram-se centrados em uma ideologia.

Silogismos à parte, a onipresença da ideologia no cotidiano da sociedade ainda é novidade para alguns indivíduos, como atesta István Mészáros (2004, p. 57), em sua obra *O poder da ideologia*:

Isto pode ser uma surpresa para muitos. No entanto, a verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”.

Além de onipresente, portanto, a ideologia é algo que exerce um poder (pelo e) sobre os indivíduos. Aliás, inevitável transcrever-se na íntegra a contribuição dada por Mészáros (*Idem*, p. 64-65), que vai a fundo na questão da influência imensurável da ideologia no cotidiano da sociedade e dos indivíduos:

Fica claro, então, que o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias. É de todo inútil pretender que seja de outro modo. A crença de que se possa estar livre da ideologia num mundo contemporâneo – ou mesmo no futuro previsível – não é mais realista do que a idéia do “valoroso companheiro” de Marx que pensava que os homens se afogavam por estarem possuídos pela *idéia de gravidade* [...].

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tenta controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Assim, dada a complexidade da sociedade e suas internas subdivisões, é correto afirmar-se que há múltiplas ideologias correntes em seu âmago. Inevitável também é compreender a existência de um conflito, mais ou menos explícito, que articula as ideologias representadas pelos indivíduos de classes ou segmentos sociais, numa espécie de inter-relacionamento influente entre os ingredientes da massa social.

E o autor continua a sua coerente defesa (*Ibidem*, p. 66):

Nesse sentido, o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-lo *pela luta*. Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica e posições progressistas ou conservadoras.

Presente então em todas as variedades de expressão social, a ideologia é potencial ferramenta de conflito social, que por sua vez é fator determinante na formação social. Aqui a capacidade cognitiva humana aliada à multiplicidade sócio-cultural é capaz, finalmente, de transformar as idéias em *práxis*, a ponto de formar, conservar, modificar ou mesmo transformar uma dada sociedade.

Nem todo conflito ideológico, conseqüentemente, gera vitoriosos e perdedores, muito menos pode ser compreendido como uma luta vã. Muito pelo contrário, o conflito ideológico dentro do espectro da política, é de todo salutar para o desenvolvimento histórico de sociedades e superação de métodos.

Parece lógico, se “a ideologia é a consciência prática das sociedades de classe, a solução para os problemas gerados nos confrontos ideológicos não é inteligível sem a identificação de sua dimensão prática, material e culturalmente eficaz” (*Ibidem* a rá. a 1á1-4.33117(5)2.80439(á)-4.33117(.)-252.33.073 -205095597[(c)-0.294

que a diversidade de opiniões e de crenças corresponde a uma necessidade, às exigências da vida sentimental e intelectual; que, se essas divergências existem; é porque é bom que elas existam.

Apesar de um tanto temeroso o conceito e principalmente a aplicação da proposta “tolerância”, o texto bem destaca a tendência de sobreposição de opiniões e o perigo de se “violentar as consciências”, partindo-se do pressuposto de que a divergência é algo positivo.

A hegemonia ideológica refletida na política, muitas das vezes, historicamente, demonstrou-se ser hábil ferramenta para a dominação do homem pelo homem. A democracia e mesmo a sua vertente “moderna”, mais especificamente a pós-Revolução Francesa, parece se impor como obstáculo a tal mazela.

Ao que tudo indica, a democracia é fator importante para a ideologia, mesmo porque, na sociedade vigente, dificilmente se pode falar algo sobre política sem citar a questão democrática (VÁZQUEZ, 2001, p. 83-84):

A democracia pode ser entendida em dois sentidos que não se excluem: como sistema ou regime de organização social em que o poder, a tomada de decisões, se acha submetido a certo controle da sociedade. Ou também como um caminho para chegar a esse poder ou conjunto de procedimentos para exercê-lo sob o controle da sociedade. Em ambos os casos, a democracia é inseparável de certa participação dos membros da comunidade. O democrático se apóia na adoção ou controle coletivo de decisões. Em uma definição deste gênero cabem tanto as concepções clássicas, que fincam pé no sujeito participante (“governo do povo”, “governo da maioria”), como as concepções modernas que insistem na forma de sua participação (adoção e controle coletivos das decisões). [...] Com efeito, quando se trata da democracia em uma situação ou momento determinados, vemos que muda a natureza do sujeito participante, o espaço ou lugar em que participa, sua forma de participar e o objeto, a matéria, sobre os quais recai sua participação.

Ou seja, em outras palavras, podemos utilizar o significado de democracia em duas acepções: o caminho percorrido para se alcançar o poder e o regime de exercício desse poder. Em ambos os sentidos, entende o autor, que estão abrangidos tanto o significado clássico, quanto o moderno de democracia.

E sobre a vertente moderna da democracia, encontramos o entendimento de Max Weber (2002, p. 90-91):

Opõe-se a esse estado edílico de dominação dos homens de prol e, acima de tudo, de dominação dos parlamentares, em nossa época e da maneira mais radical, a estrutura e a organização moderna dos partidos. Esse novo estrado de coisas é filho da democracia, do sufrágio universal, da necessidade de recrutar e organizar as massas, da evolução dos partidos para uma unificação cada vez

mais rígida no topo e, para uma disciplina cada vez mais severa nos diversos escalões. No momento presente assistimos à decadência do domínio dos homens de prola, bem como decaí a política dirigida apenas segundo os parlamentares. Retomam a direção da empresa política os indivíduos que fazem da atividade política a profissão principal, mantendo-se no entanto afastados do parlamento.

Para o leitor mais desavisado, poder-se-ia tão longo perceber um tom crítico de Weber com relação à democracia moderna, na medida em que expõe suas fragilidades, mas, diversamente desse ponto de vista, percebe-se que o autor traz um rico diagnóstico do andamento histórico da democracia moderna, revelando traços de sua composição.

Mas dada a perspectiva histórica, é importante o diagnóstico trazido pelo autor, no sentido de abrir o debate com relação à ferramenta partidária e sua atual composição voltada às mudanças históricas e demandas emergidas da própria vertente moderna da democracia.

Bem verdade também que a democracia tem sido duramente criticada e atingida, talvez, em seu mais indefeso ponto: o valor universal. É que no senso comum se alimenta o entendimento de que a democracia é algo intocável, no que se pode afirmar ter alcançado o patamar de mito.

A cultura política ocidental pós-guerra disseminou a ideologia da “democracia” como valor *sine qua non* de uma sociedade “justa”, alcançando patamares transacionais com a globalização. Exemplo disso são as incursões estadunidenses no médio oriente e implantação de repúblicas “democráticas”, via autoritarismo¹⁵.

Certamente o “valor universal” da democracia e sua “implantação autoritária” são objetos de estudo fascinantes, todavia, dada a proposta da presente pesquisa, não há como aprofundar-se sobre o assunto, deixando-se apenas registrado o seguinte entendimento (VÁZQUEZ, 2001, p. 90): “Mas a democracia não pode se abstrair da realidade e sua história. Suas formas, suas possibilidades, sua extensão e seus limites se acham condicionados historicamente. A democracia não é uma planta que floresça em qualquer terreno histórico e social”.

Alguns renomados autores não conseguem dissociar a democracia moderna como vertente da ideologia capitalista. Primeiro em Vázquez (2001, p. 91):

Não se pode negar que certa democracia fez e faz parte da superestrutura política do capitalismo. É a democracia limitada, política,

formal, que o capitalismo aceita enquanto serve à reprodução das condições de produção capitalistas, ou enquanto, sob a pressão das lutas populares, se vê forçado a aceitá-la, enquanto não se questiona o processo de acumulação do capital. [...] Inclusive quando, em nossa época, nos países capitalistas mais desenvolvidos, a democracia alcança com o Estado de Bem-estar os espaços mais amplos dentro do sistema – o qual, por outro lado, não se pode desdenhar –, trata-se de um compromisso entre capitalismo e democracia que não questiona o processo de acúmulo de capital. Não se trata, certamente, de um Estado benfeitor com o qual a democracia está extrapolando os limites estruturais que lhe impõe o sistema capitalista. O capitalismo democrático não deixa de ser capitalismo.

Depois, Ellen M. Wood (2003, p. 173):

Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas. Os produtores primários não são juridicamente dependentes nem destituídos de direitos políticos. Na antiga democracia, a identidade cívica também era dissociada do *status* socioeconômico, e nela a igualdade política também coexistia com a desigualdade de classe.

Os dois autores podem exemplificar um grupo de pensadores contemporâneos que visualizam um entrelaçamento entre os propósitos da democracia moderna e a ideologia capitalista neo-liberal hodierna. Alguns outros autores sustentam a impossibilidade de sobrevivência de ideologias de esquerda dentro de um ambiente pretensamente criado pela direita, qual seja a própria democracia moderna. Mas isso analisar-se-á mais à frente.

Em breve resumo deste segmento do estudo, poder-se-ia parafrasear Norberto Bobbio (1983, p. 55-56) para se afirmar que:

[...] embora se continue a repetir que “democracia” é um termo de muito significados (coisa, de resto, comum a todos os termos da linguagem política), que cada um pode entender a seu modo, existe porém, um significado preponderante sobre o qual estão de acordo todos os que pedem democracia e se preocupam em que o socialismo se realize através da democracia e, uma vez realizado governe democraticamente. Este significado preponderante é aquele segundo o qual por “democracia” se entende um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade.

Considerando a dificuldade de se encontrar um significado pleno para “democracia” (assim como para “ideologia”, “política”, “sociedade”, “indivíduo”, etc.), esse destaque de Norberto Bobbio chama a atenção por sintetizar tão complexo conceito (como o próprio afirma), em poucas palavras.

Nesse paralelo prático de Bobbio, podemos entender a “*democracia*” como as *regras do jogo*, a “política” como seu *tabuleiro*, as “expressões culturais” do cotidiano (arte, partido político, por exemplo) como *peças* e os “indivíduos” como seus próprios *jogadores*, utilizando-se das mais variadas *táticas* e *estratégias*, para alcançar-se a *vitória*, que no caso pode ser o “poder”.

E onde se encontra a “ideologia” nesse paralelo? A ideologia está atuando intrinsecamente na estratégia e na tática adotada pelo jogador, devidamente refletida em seus movimentos (práxis) e pautando o seu objetivo.

1.5. Direita, esquerda e a hipótese do “fim” da história

Tudo começou com a Revolução Francesa. O significado de “direita” e “esquerda” tem sua singela gênese na posição física dos membros da Assembléia Francesa, daqueles que ficavam à esquerda do Presidente e dos que se postavam à sua direita. E isso já se passam mais de dois séculos (VÁZQUEZ, 2001, p. 175).

E lembra Adolfo Sánchez Vázquez (*Idem*) que a dicotomia direita e esquerda não foi a primeira, tampouco única distinção díade que a história da política revelou, citando-se como exemplo “liberais” e “conservadores”, “progressistas” e “reacionários”, “fascistas” e “antifascistas”, “reformistas” e “revolucionários”, etc.

Porém, lembra o autor que a introdução dos termos “direita” e “esquerda”, com suas amplitudes e carga complexa de significados, acabou por abraçar as demais. Desse modo, “conservadores” e “fascistas”, muito embora pouco se identificassem, compartilhavam do selo de “direita”, e, por outro lado, “socialistas” e “social-democratas”, ainda que divergentes em vários aspectos, ambos encontravam-se no espectro de “esquerda”.

Não se poderia abordar o assunto de “direita” e “esquerda”, muito menos investigar a hipótese de sua dicotomia, sem revisitar a obra “*Direita e Esquerda*” de Norberto Bobbio (2001, p. 49):

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda.

Bobbio, de maneira inequívoca, deixa transparecer sua certeza de que há uma dicotomia entre “direita” e “esquerda”, através de seus antagônicos significados e relações dialógicas de representações. No entanto, o autor faz um alerta excludente, quando afirma veementemente que nada pode ser simultaneamente de “esquerda” e “direita”.

Já Emmanuel Mounier falando sobre uma pretensa tipologia das ideologias políticas (*Apud* WOLKMER, 2003, p. 120), diz:

Os temperamentos de direita defendem a parte da continuidade, da fidelidade, da organização, da hierarquia e da autoridade dos valores comprovados, das situações adquiridas; enquanto os temperamentos de esquerda são mais sensíveis ao espírito do progresso e da justiça; defendem a aventura humana, científica e social, as rupturas necessárias, os governados e os oprimidos, a liberdade, o indivíduo a democracia, as partes mais móveis do organismo social: o proletariado e habitantes urbanos, os intelectuais. [...] Enfim, aqueles cuja vida é cheia de esperança, de sonhos ou de idéias [...] os pequenos que aspiram a se tornarem um pouco maiores, os operários, os poetas, os bolsistas etc.

Portanto, conclui Wolkmer (*Op. cit.*, p. 120):

A “direita”, como força política de estabilidade e manutenção da ordem social, tende a revestir-se fundamentalmente de um caráter conservador. Por sua vez, a “esquerda”, via de regra, está associada a segmentos partidários que propõem reformas e revoluções sociopolíticas diante do *status quo* vigente ou de instituições tradicionais, permanentes e inalteráveis. Assim, é comum identificar-se, no âmbito da política contemporânea, as expressões “direita” e “esquerda” com os setores conservadores e radicais.

Deste ponto de vista, “o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*; o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc.”.

E, Michael Löwy (1999, p. 18):

Isto, obviamente, se aplica também à análise das ideologias e é por isso que uma análise dialética das ideologias e das utopias ou das visões de mundo tem que começar com a distinção essencial entre aquelas visões de mundo que visam manter a ordem estabelecida, as ideologias e aquelas que visam ou aspiram transformá-la que são as utopias.

Assim, parece que a tarefa de explicar a existência da dicotomia entre “direita” e “esquerda” fica mais fácil ao transpor o posicionamento ao que pensa ou defende o homem ideologicamente ativo. Aqui o comportamento político é predominante para se dizer quem está à direita ou à esquerda.

E, novamente Bobbio (2001, p. 107-108):

“Direita” e “esquerda” não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do “espaço político”. Representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política: “Não se é de direita ou de esquerda no mesmo sentido em que se diz que se é ‘comunista’, ‘liberal’ ou ‘católico’”. Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre.

Importante o destaque do filósofo, uma vez que as categorias “direita” e “esquerda” não exatamente significam conceitos substantivos, de maneira que se possa dizer ser de “esquerda” no mesmo sentido de ser “comunista”. Interessante o paralelo didático de Bobbio quando utiliza o termo “*topologia política*”, uma vez que assim pode-se afirmar que a dicotomia direita-esquerda pode representar o terreno ideológico em que se encontra o indivíduo, mas não o que há construído sobre ele.

Assim, a dicotomia *direita-esquerda* passa a representar apenas o espaço, mas não exatamente o conteúdo. Ou melhor, se há uma construção do lado direito da topologia política, é porque há uma razão de ali estar, todavia essa razão não está explicitamente representada apenas e tão somente pela dicotomia.

Partindo-se, porém, estritamente à análise do alinhamento ideológico dos partidos políticos no atual panorama brasileiro, pode-se entender, tal qual o autor que estudou o comportamento político e composição sócio-cultural das bancadas da Câmara dos Deputados Federais, que (RODRIGUES, 2002, p. 21):

Para o exame da composição das bancadas dos dezoito partidos que obtiveram ao menos uma cadeira na CD, foram escolhidos o PPB, o PFL, o PMDB, o PSDB, o PDT, e o PT. Convencionalmente, o PPB e o PFL são classificados pela maior parte dos pesquisadores e pela mídia como partidos de “direita”, embora esse rótulo possa não ser de agrado dos seus dirigentes e seja rejeitado por parte de seus membros. O PMDB e o PSDB são convencionalmente considerados de “centro”, rótulo que não é negado por seus dirigentes. O PDT e o PT são entendidos como partidos de “esquerda”, designação aceita de bom grado pelos seus dirigentes e simpatizantes.

Preferiu o autor somar um campo pretensamente neutro que identificou como “centro”, alinhamento nem tão à “esquerda”, nem tão à “direita”, por assim dizer. Mesmo assim, há que se anotar a transposição do tema para a realidade prática do cotidiano do poder político no Brasil.

Entretanto, foi durante a pesquisa que o autor deparou-se com uma consideração inusitada, na contramão do senso comum (*Idem*, p. 33):

Mas apesar de as análises anteriores apontarem para muitos aspectos que, inegavelmente, revelam coeficientes baixos de representatividade, de estrutura organizatória e de coerência ideológica dos partidos brasileiros, um conjunto de pesquisas mais recente começou a questionar os julgamentos mais negativos e pessimistas, mostrando um outro lado do funcionamento do nosso sistema partidário. Esses estudos encontraram partidos com perfis ideológicos mais nítidos e diferenciados, com patamares mais altos de disciplina e de fidelidade partidárias, capazes paradoxalmente de coexistir com altas taxas de migração e fragmentação partidária, corrupção e individualismo de uma parcela ponderável dos políticos. No final, as novas pesquisas permitem indagar se os partidos brasileiros seriam efetivamente a geléia geral inorgânica, amorfa, incompetente e corrupta como crê a opinião pública e uma parcela dos cientistas políticos.

Tal constatação, por si só, seria evidência suficiente para que se possa afastar por completo a hipótese de estarem os conceitos em desuso, ultrapassados, mortos ou transcendidos. Ora, se existem partidos políticos “com perfis ideológicos mais nítidos”, “com patamares mais altos de disciplina e de fidelidade partidárias”, será possível atestar o óbito da dicotomia?

O óbito talvez não, mas Adolfo Vázquez (2001, p. 176-177), defende a sua enfermidade no seguinte sentido:

A dicotomia direita-esquerda, cujo uso e predomínio foi reconhecido e justificado durante quase dois séculos, não goza atualmente de boa saúde. Questionada nos últimos anos, vozes se fazem ouvir decretando que não só perdeu o vigor que efetivamente teve em outros tempos, mas que hoje carece de sentido. Proclama-se, em conseqüência, que chegou ao seu fim. Deste modo, a já ampla seqüência de mortes que se vem decretando já faz algumas décadas

– morte ou fim da ideologia, da razão, da modernidade, da história, do marxismo, das revoluções, do socialismo, da utopia etc. – teria que agregar agora o “fim” da dicotomia de direita-esquerda em política.

O autor considera em má saúde a dicotomia esquerda e direita, já que há tempos uma considerável parcela de filósofos tem atacado algumas teses construídas durante toda a modernidade. Para o autor, os pensadores que defendem a morte dessas teses, sustentam suas teorias em três argumentos cernes.

O primeiro argumento daqueles que defendem o fim das ideologias (da esquerda e da direita), segundo o autor (*Idem*, p. 177), encontra-se na assertiva de que “[...] vivemos em tempos tecnocráticos do ‘fim das ideologias’; portanto, sendo ideológica – como é – a distinção política direita-esquerda chegou também ao seu fim”.

O segundo argumento (*Ibidem*), localiza-se na afirmativa de que:

[...] nossa época enfrenta problemas novos e insuspeitados, diferentes daqueles da época em que surgiu, foi reconhecida e floresceu a distinção de referência. [...] Tratam-se de problemas que, por afetar – não de um modo particular, mas sim universal – os membros da comunidade humana atual, e alguns deles não só no presente, mas também no futuro, reclamam soluções universais ou universalizáveis, que escapam às soluções parciais de direita ou esquerda.

Finalmente, o terceiro “e mais socorrido” argumento para aqueles que defendem o fim, segundo o autor (*Ibidem*, p. 178):

[...] com a queda do que, durante muito tempo, constituiu o referencial de um amplo setor da esquerda: o chamado ‘socialismo real’. Ao desaparecer este referencial histórico, a esquerda teria ficado desnuda, no ar, sem bandeira nem apoio, e, por isso, careceria de sentido sua diferenciação daquilo a que se opunha: a direita.

Ou seja, os argumentos de que se socorrem os defensores do fim da história (e da direita-esquerda), são basicamente três: fim das ideologias e império da tecnocracia; demanda por soluções universais para além da dicotomia; fim do socialismo real e de sua referência.

Bem verdade, assim como ressalva o autor (*Ibidem*, p. 178-179), necessário é o reconhecimento do enfraquecimento dos valores pertinentes à dicotomia, especialmente, pela sobreposição da direita, avançando sobre o território da esquerda. No entanto, reconhecer o deslocamento do território de ambas, não está

ligado ao atestado de óbito de suas teses, pelo contrário, é a reafirmação de sua sobrevivência.

E, finalmente, conclui o autor (*Ibidem*, p. 179), ao comentar os argumentos utilizados pelos defensores do fim das coisas:

Portanto, o deslocamento das posições de direita e esquerda no espectro político atual não anula de modo algum a necessidade e validade da distinção dessas posições em tal espectro. A proclamação do seu “fim” só pode representar uma operação ideológica tendente a ocultar o conflito de objetivos, valores e interesses que ocorrem em uma comunidade real. E ao tentar manchar, com isso, a linha divisória, o que se pretende em definitivo é fazer prevalecer a posição que está à direita dela, excluindo de uma vez por todas a que continua sendo necessária e válida à sua esquerda. Daí a importância de que se reveste, em nossos dias, a tarefa de esclarecer e justificar a diferenciação política que nos ocupa para enfrentar a operação ideológica que traz dentro de si o “fim” dessa distinção.

Pelo que foi apurado, temerosa é a afirmação de que há uma disposição histórica de “fim” das coisas (da história e etc.), muito menos das ideologias, da dicotomia direita-esquerda, e da própria história. Muito pelo contrário, há indicativos suficientes que mostram um recrudescimento, ou melhor, uma conjuntura de confirmação de algumas teses levantadas durante o período conhecido como “modernidade”, mais especificamente pós-levante francês e o século das luzes. Como bem diz Norberto Bobbio (2001, p. 153-154):

A história é mais complicada, mais complexa, mais ambígua e contraditória do que as filosofias da história tentam nos fazer crer. Para o historiador, que baixa os olhos em direção às asperezas da terra em vez de elevá-los em direção a um céu sem nuvens, a história não tem um fim, um único fim, nem mesmo, em consequência, um final.

A negação de algumas categorias ou conceitos historicamente formulados parece pertencer a um discurso específico, como propõe Wladimir Pomar (1991, p. 187):

A guerra ideológica do capitalismo contra o socialismo centra-se, em grande medida, nas negações, mesmo quando afirma seus conceitos. [...] Quando o capitalismo afirma que o mundo atual é o mundo da modernidade, do fim da luta de classes e da História, do humanismo puro sem a interferência da ideologia, e da democracia liberal, ele está negando todos os valores que orientaram a luta dos socialistas por quase dois séculos. O capitalismo trabalha com símbolos que ele próprio renega continuamente para passá-los como tendências eternas da humanidade.

No mesmo sentido, István Mészáros (2004, p. 109):

Prever “o fim da ideologia” ou atribuir uma conotação apenas *negativa* a toda ideologia sempre foi algo totalmente irrealista e continuará sendo por um longo período histórico. É inconcebível que as ideologias “murchem” por si – e, muito menos, que sejam ficticiamente “superadas” no âmbito fechado de construções teóricas pseudo-científicas – enquanto existirem conflitos sociais importantes com os quais estão inextricavelmente interligadas.

Na verdade, proclamar “o fim da ideologia” é em si uma ideologia característica. Significa a adoção de uma perspectiva não-conflituosa dos desenvolvimentos sociais contemporâneos e futuros (posição com a qual dos defensores dos interesses ideológicos dominantes se comprometeram ao proclamar, totalmente, “o fim da ideologia no Ocidente”) ou a tentativa de transformar os conflitos reais dos embates ideológicos na ilusão das práticas intelectuais desorientadoras, que imaginariamente “dissolvem” as questões em discussão mediante alguma pretensa “descoberta teórica”.

Por esse sentido, entender como terminada a ideologia, como findas as composições teórico-práticas dos indivíduos, é por si só uma contradição imensurável, muito porque, tal discurso já é integrante de uma ideologia *per si*.

Portanto, não faltam indicativos para a afirmativa de que não há dados suficientes para se afirmar o fim da “ideologia” (da esquerda-direita, da modernidade e da história). Ao que tudo indica, a sobrevivência da díade esquerda-direita, ainda que não se possa afirmar unânime, persiste nas fortes palavras de filósofos contemporâneos, a exemplo de Norberto Bobbio (2001, p. 79):

Não obstante a díade ser seguida e diversificadamente contestada – e de modo mais freqüente, mas sempre com os mesmos argumentos, nestes tempos recentes de confusão geral –, as expressões “direita” e “esquerda” continuam a ter pleno curso na linguagem política. Todos os que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si.

Muitos dos que defendem o “*fim da história*”, se auto-denominam *pós-modernos* (ou “*pós-modernistas*”). Tal qual vários dos sub-temas já abordados, a questão da pós-modernidade é algo que carece de uma demasiada disposição científica, ante a complexidade que demandaria tempo e espaço, coisa que os objetivos do presente estudo não assim outorgaram.

Todavia, para não se cair em omissão, e balizarmos um entendimento sobre o tema, importa-se no último parágrafo do posfácio ao livro *Em defesa da história*, John Foster (1999, p. 205 - que assina a organização da obra com Ellen M. Wood), faz uma sintética e interessante análise sobre o tema:

A ironia do pós-modernismo é que, enquanto alega ter transcendido a modernidade, abandona desde o início toda esperança de transcender o capitalismo em si e de ingressar em uma era pós-capitalista. A teoria pós-modernista, portanto, é facilmente absorvida na estrutura cultural dominante, tendo mesmo dado origem a textos tais como o *Postmodern Marketing*, que tenta utilizar as percepções de pensadores como Foucault, Derrida, Lyotard e Baudrillard para vender bens na economia capitalista. Talvez esse seja o destino final da teoria pós-modernista – sua absorção pela imensa máquina de marketing da economia capitalista, adicionando ironia e cor a uma ordem comercial que terá constantemente que encontrar novas maneiras de insinuar-se na vida diária da população. Enquanto isso, o materialismo histórico continuará a ser um território intelectual necessário para todos os que procuram não se deleitar no “carnaval” das relações produtivas e do mercado capitalista, mas transcendê-los.

A presença de contradições no arcabouço da teoria dos chamados pós-modernos é algo nítido. A pré-disposição da teoria em “superar a modernidade” não é igual à de “superar o capitalismo”, deixando evidente a sua carga ideológica.

Em resposta à crítica de Perry Anderson, Bobbio (2001, p. 187) escreveu e publicou uma carta-resposta ao autor, da qual destacamos o último parágrafo:

Se por esquerda ainda entendemos o movimento histórico que luta por um mundo “mais igual e mais vivível”, a estrada que se mostra aberta diante dela ainda é muito longa, desde que ampliemos nossos horizontes para além das fronteiras de nossos países, como é justo que se faça na época dessa ora exaltada, ora desprezada, globalização. Ouso dizer, ainda que de modo provocativo, que no que diz respeito ao futuro da esquerda a humanidade não chegou de modo algum ao “fim da história”, e talvez esteja apenas no começo.

Portanto, encerra-se, por ora, o debate sobre a superação ou “fim das coisas”, ante a sobrevivência de grande parte das teses levantadas na modernidade e até antes dela, e a constatação de aplicabilidade cotidiana aos termos como “ideologia”, “esquerda”, “direita”, “modernidade”, etc., e, da própria “história”.

INTRODUÇÃO AO SEGUNDO CAPÍTULO

O resgate do contexto histórico antes, durante e após a fundação do Partido dos Trabalhadores é o objetivo do Segundo Capítulo.

Em um primeiro momento, a presente etapa da pesquisa volta-se para a descrição do ambiente histórico pré-fundação do PT. A ambientalização político-histórica anterior à fundação do Partido dos Trabalhadores dá ao trabalho uma perspectiva real do porquê de existir o Partido.

Uma breve passagem pelas reuniões do período de fundação do PT e seus conseqüentes documentos é tarefa necessária na tentativa de se compreender um pouco mais desse instrumento partidário. Nos chamados “documentos oficiais” do Partido dos Trabalhadores é que se evidenciam algumas importantes pistas da vida do próprio partido.

Buscando uma melhor identificação do início do Partido, a pesquisa encontra alguns relatos da composição do PT ainda em sua gênese, demonstrando o marco inicial das divergências e contradições que acompanharão a sua trajetória.

Noutra etapa, o Segundo Capítulo passa a abordar questões relevantes na trajetória do PT como os processos eleitorais, a chegada ao Poder e a visão de Estado. Não diferente de outros assuntos discutidos internamente no PT, tais questões tomam uma dimensão polêmica, o que torna ainda mais interessante sua investigação.

Outro aspecto abordado pelo estudo é o fato de importância vital ao Partido com o período de aquisição de experiência eleitoral: sua transmutação de perfil. Dentro das inúmeras divergências internas do PT, a questão da democracia é algo que dará ao Partido novos rumos.

E, como não poderia deixar de ser, a trajetória histórica inevitavelmente tem seu deslinde no marco da eleição de Lula em 2002 e sua chegada à Presidência da República em 2003.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DE UM PARTIDO

Não tenho a preocupação de dizer se sou comunista, anarquista, socialista ou cristão. Prefiro definir-me como um cidadão brasileiro com consciência de que a classe trabalhadora precisa organizar visando chegar ao poder.¹⁶

2.1. Os contextos históricos pré-fundação

Em 31 de Março de 1964¹⁷ o Brasil vivenciava mais um marco histórico de sua vida político-institucional: o início de mais um conturbado e longo período de ditadura, militarizada, repressora e autoritária. Na ocasião, foi deposto o então Presidente da República (civil) João Goulart, conhecido como *Jango*, tido para muitos como um Chefe de Estado com inspirações esquerdistas.

O chamado “Golpe de 64”¹⁸ no país representou mais um ponto alcançado pela ressonância da onda de golpes declarados na América do Sul, tendência política acompanhada em um mesmo período, por exemplo, pela Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e outros.

Inevitável registrar-se a forte influência da *Central Intelligence Agency*¹⁹ - CIA dos Estados Unidos da América do Norte em toda a onda de levantes militares-direitistas na América do Sul, especialmente, no Brasil (GASPARI, 2002, p. 60)²⁰. O país norte-americano em plena guerra não-declarada e não-armada com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS temia a forte influência ideológica

¹⁶ INÁCIO DA SILVA, Luis (LULA) *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf, 2005, p. 21.

¹⁷ Há quem entenda que a data correta é 1º de abril de 1964, uma vez que foi nesta data que o então Presidente *João Goulart* deixou o Rio de Janeiro para Brasília e logo em seguida para o Rio Grande do Sul, sua terra natal, quando o Presidente do Congresso Nacional Auro de Moura Andrade declarou “vacante” a cadeira do Executivo (GORENDER, 2004, p. 42; e, GASPARI, 2002, p. 83).

¹⁸ Muitos costumam utilizar-se equivocadamente da expressão “Revolução” de 64. A troca do vocábulo “golpe” por “revolução” foi uma estratégia adotada pelo SNI de amenizar o ato da tomada do Poder, por sugestão do editorial da revista norte-americana conservadora *Seleções do Reader's Digest*, quando publicou um artigo que referenciava o episódio da queda de Jango como “O país que salvou a si próprio” (GASPARI, 2002, p. 163).

¹⁹ Agência Central de Inteligência (tradução livre).

²⁰ Há um recorrente crítica sociológica e filosófica à coleção de autoria de Elio Gaspari que revisa a questão da Ditadura Militar dos anos 60 a 80. Muito se fala sobre a narrativa jornalística e o pouco critério metodológico na análise da obra e, especialmente, a suposta amizade do autor com o General Golbey do Couto e Silva, Chefe do SNI (*in* RIDENTI, Marcelo. *A Ditadura Revisitada. apud* Margem Esquerda, ensaios marxistas nº3. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2004, p. 59). Todavia, tais divergências não subtraem a contribuição histórica da coleção e seu relativo valor para o presente estudo.

“comunista” na América Latina, e o avanço de possíveis Governos alinhados com Moscou.

Com essa justificativa, a *CIA* e outros órgãos institucionais norte-americanos investiram e muniram golpistas por toda a América Latina para frear o avanço de forças populares, de esquerda e ideologicamente alinhadas com os propósitos socialistas e/ou comunistas.

Em verdade, o “Golpe de 64” foi a consumação do que já se havia tentado, na mesma década, por pelo menos quatro conhecidas vezes. Em 1956 houve o “levante de Jacareacanga”, em 1959 houve o “levante de Aragarças”, e em 1961 aconteceu outra tentativa de contra-golpe militar a Jânio Quadros para impedir a posse de João Goulart (KONDER, 2004, p. 48). Em setembro de 1963, ou seja, seis meses antes da consumação do golpe, outra tentativa fracassada se dera, agora por sargentos em Brasília.

Episódio marcante durante a Ditadura Militar foi a decretação do Ato Institucional nº 05 pelo então Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, juntamente com seu Ministro da Justiça Luiz Antonio da Gama e Silva, que trazia, dentro de suas disposições, o fechamento do Congresso Nacional, cassação de mandatos e censura à imprensa. O ato esteve em vigor de 1968 até o ano de 1978.

Dali por diante, o país conviveu com a repressão estatal onipresente, e o açoite das liberdades, inclusive com incontáveis mortes no confronto entre o “Estado Ditador” contra por si considerados “*subversivos*”.

Antes mesmo, em Abril de 1964, o General Golbery do Couto e Silva criou o Serviço Nacional de Informações – SNI, que acabou sendo legalizado em junho do mesmo ano, destinado “sobretudo a relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores da imprensa esquerdista e signatários de manifestos políticos” (GASPARI, 2002, p. 155). Para se ter uma idéia a que o “Serviço” se propunha, basta entender que o chefe do SNI na época, o Gen. Golbery se auto-definiu como o “ministro do silêncio” (*Idem*, p. 163).

Longos anos se passaram, alternado o “comando” do país entre Generais e Marechais, sendo que por ordem, ocuparam a cadeira da Presidência: Mal. Humberto de Alencar Castello Branco (1964-66); Mal. Arthur da Costa e Silva (1966-68), Gal. Emílio Garrastazu Médici (1969-73); Gal. Ernesto Geisel (1974-78); Gal. João Batista Figueiredo(1979-84). Ao todo, vinte e um anos de ditadura militar direta.

Todavia a Ditadura Militar não teve seu tempo de Poder vivenciado na paz social. Muito pelo contrário, os militares encontraram forte resistência ao regime no âmago da sociedade, em vários de seus segmentos, extratos e representações.

Institucionalmente, a resistência, embora significativa, não obteve resultados de grande monta, uma vez que o Estado Totalitário criou mecanismos de sufocamento de todo e qualquer levante oposicionista, inclusive e, por exemplo, através da *Secretaria Nacional de Inteligência – SNI* e tantas outras ferramentas de domínio editadas pelos famigerados Atos Institucionais.

A partir do ano de 1968, as ações contra-golpistas, ou seja, manifestações contrárias à Ditadura Militar iniciada quatro anos antes começavam a se intensificar e tomar maiores dimensões. Ataques públicos contra o regime se multiplicavam país a fora, advindos de diferentes pontos e representações sociais.

A exemplo, em 21 de julho de 1968, foi publicado no jornal *Correio da Manhã* um manifesto de uma comissão da Conferência Nacional de Bispos Brasileiros – CNBB que classificou especificamente a ideologia da “segurança nacional” de doutrina “fascista”, e de contrapartida, na época, vários sacerdotes foram presos e interrogados (leia-se torturados), sob a acusação de subversão. Em defesa, a CNBB publicou várias notas e declarações afirmando que os sacerdotes presos que se manifestaram contra a Ditadura não haviam cometido crime algum contra Deus ou contra as normas da Igreja (STEPAN, 1975, p. 188).

Ações estatais como a censura, prisões políticas, repressão cultural, fechamento de congresso, decretos-lei, deportações (ou exílios), dão a tônica do ambiente político que se vivia à época. Direitos individuais sucumbiam-se frente à onipresença de um Estado Totalitário (KONDER, 2004, p. 49-50):

Veio o golpe. Desencadeou-se uma enorme onda de repressão. Muitos sindicatos foram postos sob intervenção. O movimento estudantil foi perseguido; gente do campo da direita incendiou a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). A repressão atingiu também o pessoal do teatro, do cinema, dos livros e da imprensa. O movimento dos trabalhadores rurais foi severamente golpeado. Muita gente foi cassada, presa, exilada, torturada. Houve diversos assassinatos.

O ano de 1968 foi marcante para o início de uma virada política no país. De lá em diante, as ações contra-golpistas e, agora, de oposição ao Governo Ditador, tiveram um recrudescimento e apoio de setores que antes não traziam à tona seu posicionamento (STEPAN, 1975, p. 188).

Na primavera e verão de 1968, as manifestações estudantis contra o governo cresceram em frequência e em intensidade. Em várias passeatas pelo Rio de Janeiro, os padres e mesmo trabalhadores de classe média se uniram aos estudantes nas ruas. Em Osasco, subúrbio industrial de São Paulo, ocorreu a primeira greve significativa de trabalhadores desde 1964. Estes acontecimentos levaram a crescentes exigências dos militares por medidas repressivas.

E não por acaso, em 13 dezembro de 1968 o Governo Ditador Militar anunciou a decretação do Ato Institucional nº 05. No entanto, na medida inversa que o Ato ampliava os poderes absolutos ao Governo, também isolava seus membros a ponto de grande parte dos civis que compunham o Governo anunciar sua saída, por exemplo, e membros do Poder Judiciário recusarem promoções e cargos de confiança naquelas condições. Dentro da própria organização militar havia dissidências, geralmente encabeçadas por oficiais de baixa patente.

Estudantes, artistas, acadêmicos, juristas, engrossavam o coro dos trabalhadores na árdua luta contra a repressão. A transformação do Estado brasileiro em Regime Ditatorial, militarizado, de evidente inspiração direitista, liberal e capitalista, obrigou a transformação da própria sociedade que passou a interagir de modo ativo contra a repressão, contestando a legitimidade e os valores impostos pelos militares (BRANDÃO, 2003, p. 36-37).

A partir da década de 1970, no Brasil, a “esfera pública”, que começou a ser erigida desde a década de 1930 pela via da maior intervenção do Estado na sociedade, inicia um progressivo processo de reestruturação. Nas ruas, nas manifestações contrárias ao governo militar, iniciou-se o principal embate aos valores impostos pelos militares.

Nesse ponto verifica-se uma lógica social estranha: quanto mais o Governo reprimia a sociedade, mais ela se organizava contra a repressão, ou seja, ao que tudo indica, as medidas repressoras pouco adiantaram àquela altura, já que alimentavam os “subversivos”.

Os artistas com a arte de contra-cultura, os “intelectuais” com textos clandestinos, os trabalhadores com a greve, os estudantes com as passeatas, os clérigos com as pastorais, assim eram os “soldados” civis e suas “armas” contra o regime, ruindo aos poucos a Ditadura.

O ambiente, sem dúvida, era um dos mais movimentados da história política do Brasil (PT, 2002, p. 15):

Em 1977, os estudantes já haviam saído às ruas. Clamavam por liberdades democráticas e cantavam: “Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar!”. Nessa época moradores dos bairros organizavam-se em associações e entidades para exigir saneamento, asfalto, transporte, escolas. Donas de casa começaram a se reunir, passando a exigir creches, saúde para todos, o fim da carestia. [...] Muitas mulheres passaram a discutir a condição feminina [...] Negros organizavam seu movimento [...] Homossexuais e outra minorias, também vítimas da discriminação, foram aos poucos acrescentando suas demandas à agenda das liberdades democráticas. As comunidades Eclesiais de Base (CeBs) aglutinaram várias dessas lutas, possibilitando a sua organização. Setores como os de professores universitários, médicos, advogados, jornalistas e funcionários públicos também começaram a se mobilizar, levantando bandeiras e formas de organização próprias, mas que desembocavam inevitavelmente na luta contra a ditadura. [...] Resumindo, todas essas lutas, a palavra de ordem, por tanto tempo sufocada, já podia ser pronunciada: Abaixo a ditadura!

Nos anos 70, a política econômica adotada pelo então Ministro Delfim Neto foi desmascarada quando o Banco Mundial divulgou, em 1977, um relatório econômico do Brasil que revelava uma manipulação dos índices de inflação referentes aos anos 1973 e 74, omitindo perdas consideráveis nos salários dos trabalhadores. Estudos do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos – DIEESE, demonstraram que os trabalhadores paulistas acumularam perdas de 34,1%, o que levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema a desencadear a “Campanha pela Reposição Salarial dos 34,1%” (SANTOS, 2003, p. 11).

A campanha não obteve grandes resultados econômicos frente à repressão empregada pela Ditadura contra trabalhadores e, principalmente, líderes sindicais. Todavia, a “Campanha dos 34,1%” foi determinante ao inaugurar uma onda de levantes públicos por interesses da classe trabalhadora e no chamado “acúmulo de forças” políticas entre seus pares.

Assim, no final dos anos 70, o Brasil foi palco de um dos maiores movimentos de trabalhadores da história política mundial. Trata-se das grandes greves fabris do ABCD paulista. Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, todos na Grande São Paulo, concentravam grande parte da produção metalúrgica (metal-mecânica) do país, e conseqüentemente, do Produto Interno Bruto – PIB (SINGER, 2001, p. 15).

O movimento sindical, mais especificamente, o movimento dos trabalhadores pela reposição salarial, não estava só. Aqui cabe um registro histórico dos

movimentos de contra-cultura, que através de expressões artísticas, mormente no teatro, cinema, poesia e música (não necessariamente autônomos entre si), aos poucos, dilapidavam as fortes muralhas ideológicas do regime militar, contrapondo a ordem imposta e os valores da época. Foi durante o Regime Militar, que se assistiu a um grande recrudescimento no campo da arte no Brasil, muito provocado pelas próprias condições da época, como a repressão e a censura.

Relatos dos teatros na época é que dão conta dos eventos políticos incrustados em representações artísticas como, por exemplo, o Diretor referindo-se à sua peça (BOAL, 2004, p. 52):

Opinião, era uma mistura de todas as revoltas, mistura de música e teatro, em um espetáculo com atores e platéias comungados. Todos cantavam – artistas e público entravam em cena como se fosse de braço dado. Quando Zé Kéti cantava que “podem me prender, podem me bater, que eu não mudo de opinião!”, a platéia jurava a mesma jura, bem afinada! [...] No fim, o teatro vinha abaixo de vigoroso aplauso – aplausos misturados: espectadores aplaudiam os artistas e aplaudiam-se a si mesmos, porque haviam cantado a mesma recusa, proclamando a mesma *Opinião*: abaixo a ditadura!

Igualmente no campo do movimento ideológico dos trabalhadores nas fábricas, a história brasileira também foi testemunha de uma movimentada atividade artística que fora co-autora do início da ruína do regime. Inevitável o registro, pois muito se fala na responsabilidade do movimento sindical pela derrubada do regime, mas pouco crédito se dá na atuação artística pelo “amolecimento” da ordem vigente.

Em 12 de maio de 1978, na fábrica da Saab-Scania do Brasil S/A²¹, 1600 trabalhadores de São Bernardo do Campo (PT, 2002, p. 09), no ABC paulista, bateram seus cartões-ponto, vestiram seus macacões de trabalho, dirigiram-se até seus postos defronte às máquinas, porém, cruzaram os braços²². Dali por diante, estava desencadeada a mais dura batalha enfrentada pelos operários brasileiros contra o regime opressor que vigorava no Brasil (SANTOS, 2003, p. 12). As greves, enfim, estavam na pauta do movimento sindical brasileiro e tornavam-se cada vez mais presentes no cotidiano do país afora.

As grandes fábricas do país, apoiando-se em uma política econômica liberal, de pretenso “desenvolvimento”, aplicada pelo Governo, não tiveram impedimento

²¹ O episódio da “greve da Scania” é fato marcante na história do movimento sindical brasileiro, e, estritamente ligado ao início do Partido dos Trabalhadores. Não por acaso, tal episódio é citado repetidas vezes em textos do PT e livros sobre ele (ver em: PT, 2003, p. 67).

²² OLIVA, Aloízio Mercadante. **Imagens de luta 1905-1985**. SBC, 1978, p. 47 in SANTOS, 2003, p. 12.

algum em congelar o salário dos trabalhadores e operários. O falso desenvolvimento sustentava-se, também, com o congelamento e exploração da mão-de-obra salarial. O chamado “arrocho salarial” foi o grande estopim de um levante operário contra a lógica vigente, principalmente, foi direcionado não só à política salarial, mas unido aos demais extratos sociais rumo ao fim da Ditadura (PT, 2002, p. 09):

Em 1979 e 1980 novas ondas de greves pararam várias regiões do país, a começar, novamente, por São Bernardo do Campo. Ali, o Sindicato dos Metalúrgicos passou por intervenções e, em 1980, seu presidente, Luiz Inácio da Silva, o Lula, foi preso, junto com outros membros da diretoria. Estava evidente que até mesmo para reivindicar simples melhorias salariais era preciso enfrentar a ditadura. “Abaixo a ditadura!” tornou-se palavra de ordem dos trabalhadores.

É evidente que, embora representante de uma classe, o movimento dos trabalhadores não estava alheio à situação político-histórica do momento, muito pelo contrário. O movimento sindical deu-se conta da dimensão da representatividade de suas atividades como um todo, para além de simples reivindicações salariais. Naquele momento, o movimento operário simbolizava toda uma luta encabeçada por vários setores contra a ordem estabelecida. As greves e “piquetes”²³ tornaram-se exemplo de como a organização social era capaz de, no mínimo, “atormentar” o regime.

Com o recrudescimento das lutas multi-setoriais contra o regime, e a intensificação do movimento de queda da ditadura, os trabalhadores passaram a entender que sua luta e representação tomaram dimensões por eles nunca antes pensadas. Àquela altura histórica, havia uma expectativa por cada ação e passo dado pelo movimento operário que, guardadas as proporções, passara a liderar o movimento pela queda do regime (BRANDÃO, 2003, p. 39):

O papel dos sindicatos aos poucos se transformou passando a atuar mais de perto nas manifestações e compartilhando das insatisfações dos trabalhadores. Os sindicatos passaram a ter atribuições que não tinham, e o movimento operário passou a dar sinais de forte mobilização. Foi a instituição que por estar de certa forma estruturada e próxima aos trabalhadores que primeiro se destacou como representante de seus interesses.

Nascia no ano de 1978 o chamado “sindicalismo combativo”, que ocupava praças, igrejas, estádios de futebol com assembléias que emanavam palavras de ordem que superavam os limites da pauta propositiva e classista.

²³ Destruição de máquinas nas próprias fábricas.

A politização dos movimentos dos trabalhadores era algo inevitável naquele momento. Com o prenúncio da queda do Governo Ditador Militar, a classe trabalhadora em seus encontros e assembléias começava a entender que suas lutas chegariam ao patamar político-institucional, mormente com a hipótese de uma abertura política e o retorno da democracia e do voto direto.

Há quem diga que a primeira vez que a idéia da criação de um Partido dos Trabalhadores apareceu, foi em julho de 1978 no Congresso dos Petroleiros em Salvador/BA (PT, 2002, p. 21). Todavia, foi em 19 de janeiro de 1979, na cidade de Porto Alegre/RS, quando da reunião intersindical lá sediada, que o gérmen do Partido dos Trabalhadores foi plantado, por muitos já defendiam a idéia da construção de um partido operário (*vide* “Carta de Princípios”).

Tal proposta foi incorporada e definitivamente apresentada em 24 de janeiro de 1979 na cidade de Lins/SP, onde acontecia o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo, em que as lideranças sindicais de Santo André apresentaram uma tese que conclamava “todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção do seu partido político, o Partido dos Trabalhadores” (PT, 2003, p. 11).

O gérmen do Partido dos Trabalhadores já tinha vida, e o contexto histórico era inegavelmente favorável ao seu pleno surgimento.

2.2. Surge o Partido dos Trabalhadores

Como visto o período histórico e a movimentada atividade social da época, especialmente, a de oposição ao regime militar que sustentava a ditadura golpista, foi determinante para o surgimento da idéia de um partido político dos trabalhadores. A expectativa por uma reforma partidária estimulou diretamente a idéia da construção de um partido.

A tese “Santo André-Lins”, como ficou conhecida, lançada em 24 de janeiro de 1979 na cidade de Lins/SP, onde acontecia o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo, foi o impulso inicial para a formação do Movimento Pró-fundação do Partido dos Trabalhadores (*apud* SINGER, 2001, p. 22):

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os

trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir.

O regime militar, instalado no País há 15 anos, começa a se mostrar, para os seus próprios mentores, como uma forma inviável e insuficiente de os patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira.

[...]

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

[...]

5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do Partido dos Trabalhadores, proposto no terceiro ponto.²⁴

momento em diante, começara a nascer uma espécie de herói mitificado do movimento sindical (*Idem*).

Aliás, Lula, nos idos de 1979, detinha certo Poder paralelo, representante de uma classe politicamente ativa (talvez a mais ativa delas). A saber, ainda em 1975 chegou à Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que na época já contava com quase 52 mil associados. Durante o ápice do movimento grevista, em 1978, já se contavam 150 mil trabalhadores de “braços cruzados”, isso só no Estado de São Paulo (*Ibidem*, p.17).

E as greves e piquetes já eram comuns naquela época, tal qual a intervenção estatal nos movimentos, com inúmeras prisões, que de certa maneira, fortificavam e motivavam ainda mais as atividades oposicionistas.

Já em data de 1º de maio de 1979 (não por acaso o Dia Internacional da Luta pelo Trabalho), o chamado “Movimento Pró-fundação do Partido dos Trabalhadores”, ainda de cunho informal, acabou publicando uma chamada “Carta de Princípios”²⁵:

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

[...]

A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

[...]

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida.

[...]

²⁵ In PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de encontros e congressos*. Apud SINGER, André, 2001 e in FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO www.fpa.org.br (ou www.fpabramo.org.br). Acesso em 10 de abril de 2007, às 23h.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

A “Comissão Nacional Provisória” do PT, que assina a Carta de Princípios, era composta por 17 membros eleitos, dentre eles figuras conhecidas como Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar, Luiz Dulci. A referida Comissão era composta em ampla maioria por sindicalistas, sendo que dos dezessete, havia onze operários do movimento sindical²⁶ (PT, 2003, p. 12 e PT, 2002, p. 26).

E nesse vértice, no texto da Carta de Princípios, a força hegemônica do movimento sindical na Comissão é relativizada por seus próprios membros, demonstrando evidente preocupação com a hipotética tirania dos sindicalistas no instrumento partidário (PT, 2003, p. 68):

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O texto acima faz com que o leitor identifique uma espécie de *mea-culpa* dos dirigentes sindicais (repita-se, força hegemônica no Movimento pró-PT e na Comissão Provisória), no sentido de que enaltece as bases, rechaçando o poder concentrado do Partido nas mãos exclusivamente dos dirigentes sindicais. Todavia, há uma clara evidência *vanguardista* dos dirigentes do movimento sindical, já que se consideravam, naquele momento, “insubstituíveis” no papel do lançamento do PT, motivo pelo qual reivindicam a si a atribuição de os “lançadores” do Partido.

A intitulada Carta de Princípios traz em seu bojo uma verdadeira declaração de intenções da agremiação. Contudo, necessário o registro de que se trata de um documento relativamente atípico, um tanto estranho, uma vez que ainda não se havia fundado o PT naquele momento (1º de maio de 1979); todavia, seu texto denota uma linguagem de dentro do Partido para fora.

²⁶ Muito embora, André Singer (2001, p. 26) cite em sua obra a composição de 16 membros, dentre os quais 12 operários do movimento sindical. Ainda que haja uma ligeira divergência, os dados demonstram a hegemonia operário-sindical na pré-fundação do PT, que aos poucos, foi concedendo espaço para as demais forças políticas que aderiram à sigla.

Tal percepção é importante, já que naquele texto, o Movimento pró-PT, antes mesmo da Fundação do Partido propriamente dito, já esboçava uma série de intenções e objetivos que, por exemplo, dentre outras disposições, a Carta de Princípios expurga totalmente, como a hipótese do PT incorporar as lutas e ideologia do “*trabalhismo varguista*” (leia-se PTB e mais tarde PDT). Ao que tudo indica, portanto, o Partido dos Trabalhadores já existia naquele momento, embora o ato solene de sua fundação não havia sido realizado.

Antes mesmo da fundação solene do Partido dos Trabalhadores, o núcleo pró-PT aprovaria e publicaria o texto da intitulada *Declaração Política*, isso em 13 de outubro de 1979. Logo no início do texto da Declaração Política, percebe-se claramente uma preocupação com a Comissão Coordenadora Provisória²⁷ do Partido dos Trabalhadores, que assina a relatoria em São Bernardo do Campo/SP, em justificar a existência do texto e do próprio PT.

Aliás, as duas entidades do Partido dos Trabalhadores, quais sejam, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores (antes apenas Movimento pró-PT) e a Comissão Coordenadora Provisória (antes apenas Comissão Provisória), agora, além de nome e sobrenome, vestiram-se de uma formalidade quando pela primeira vez aparecem juntas em um documento “oficial” do (pré) Partido dos Trabalhadores.

A *Declaração Política*, enfim, veio atender a uma evidente demanda por uma orientação prévia, principalmente, por parecer uma carta-convite aos segmentos heterogêneos dentro e fora do movimento sindical (PT, 2002, p. 21):

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime, que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários. e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa ampla frente de massa contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios próprios. Esse direito é, em realidade, uma condição do fortalecimento dessa frente que, hoje, mais do que necessário, é urgente, para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição. Às iniciativas divisionistas do regime, opomos

²⁷ A *Comissão Provisória do PT* é também referida em livros, textos e documentos, oficiais ou não, como “Comissão Nacional Provisória” ou “Comissão Provisória Nacional”, “Comissão Coordenadora Provisória”, “Comissão Diretora Nacional Provisória”. Há, portanto, registros variados da nomenclatura do órgão, mas que se remetem, todos, àquela mesma composição de dezessete membros liderados por Lula.

o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir de modo a se retirar das mãos dos dirigentes do Estado as iniciativas que lhes permitem, no momento, o controle do atual período da transição.

A mensagem desse parágrafo, já no final da Declaração, dá o tom da opressão da Ditadura Militar sobre os movimentos de esquerda na tentativa de evitar a qualquer custo uma unificação das frentes. Nesse sentido, o texto parece revidar politicamente essa conduta, surgindo, pela primeira vez, antes mesmo da fundação “oficial” do Partido, o compromisso pela liberdade das chamadas “correntes políticas”, deixando a crer que tal liberdade seria respeitada dentro do próprio PT.

É perceptível o tom conciliador na Declaração, sem deixar de lado o conteúdo “convocatório” para a unificação das lutas. Parece um tanto desdizer o tom “vanguardista” da Carta de Princípios, na perspectiva da força hegemônica do movimento sindical naquele momento.

Finalmente, nas dependências do Colégio Sion, em São Paulo/SP (não por acaso reduto cristão, como veremos a seguir), aconteceu a histórica reunião que fundaria definitiva e oficialmente o Partido dos Trabalhadores. Tal assembléia reuniu em 10 de fevereiro de 1980, além dos membros do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores e da Comissão Nacional Provisória ou Comissão Coordenadora Provisória, mais de 1200²⁸ simpatizantes.

Os trabalhos se concentraram na relatoria de mais um documento, agora o chamado Manifesto de Lançamento²⁹. Embora tudo indicasse ser uma reunião homologatória de todas as atividades já desenvolvidas, uma vez que o PT já existia de fato, André Singer (2001, p. 32) busca no relato de Perseu Abramo³⁰, participante do evento, uma acirrada discussão para a redação final do Manifesto, fato que não se encontra facilmente registrado nos livros e textos oficiais do PT:

O final da manhã e quase toda a parte da tarde foram ocupados com discussões acirradas a respeito do *Manifesto de Lançamento*. Foi no processo dessas discussões que se começaram a delinear com maior nitidez as teses defendidas por militares originários de algumas

²⁸ Este número é divergente em diferentes documentos do Partido, alternado deste para até 2000 participantes (PT, 2002, p.21).

²⁹ Importante destacar que o Manifesto de Lançamento era documento indispensável exigido pela “nova” legislação dos partidos (Lei Orgânica dos Partidos) aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 1979, que reunia, não sem propósito, uma série de entraves jurídicos para a formalização de novos partidos, dentre eles tal documento com no mínimo 101 assinaturas (PT, 2003 p.12).

³⁰ ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da notícia**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p.184 *apud* SINGER, 2001, p.32.

organizações políticas e as endossadas pelos principais líderes sindicais e parlamentos [sic] do PT.

Trata-se, portanto, de mais uma evidência das divergências no âmago do Partido dos Trabalhadores, essas que, como visto, se iniciaram tão logo a própria idéia de existência de um instrumento partidário passou a tomar conta da pauta dos movimentos de esquerda do país. Embora os documentos oficiais do PT convirjam no sentido de relatar a aprovação do texto final do Manifesto de Lançamento por “aclamação” (PT, 2003, p. 12; BRANDÃO, 2002, p.12), a relatoria foi objeto de profundas discussões e divergências pontuais.

Entretanto, à parte as discussões, a reunião ocorrida no Colégio Sion é, sem dúvida, importante marco histórico da esquerda brasileira, como se vê no relato de outra testemunha³¹:

Fora preciso vencer muitas barreiras: as dúvidas quanto à viabilidade do projeto, as desconfianças mútuas entre os militantes de esquerda e os ativistas de movimentos sindicais e populares, os preconceitos contra ‘intelectuais’ da parte dos sindicalistas, e vice-versa, e assim por diante. Mas, finalmente, a utopia, há longo tempo alimentada por tantos antigos militantes de esquerda, de construir um partido amplo, enraizado nos sindicatos, nos movimentos populares, no meio da juventude, parecia tomar forma visível, concreta, naquele auditório do Colégio Sion. Víamos ali, lado a lado, militantes de várias gerações que haviam lutado contra os regimes de opressão, professores universitários, representantes de igrejas e dos mais variados movimentos populares e associativos, intelectuais e a nova vanguarda sindical. Todos juntos para tornar realidade a criação do partido que estava destinado a ser ‘a voz e a vez’ dos trabalhadores de todo o país [...].

Há registros de participações ilustres em tal reunião³², afora a Comissão Provisória, como a família Abramo, já citada, Sérgio Buarque do Holanda, Mário Pedrosa, Apolônio de Carvalho, Manoel da Conceição, Paulo Freire (Moacir Gadotti p.p.), Antonio Candido, Paul Singer, dentre outros, que ajudaram a construir a redação do Manifesto de Lançamento (PT, 2003, p.37), com o seguinte extrato:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

[...]

³¹ ABRAMO, Zilah Wendel, texto publicado na página comemorativa dos 21 anos do PT, elaborada pela Fundação Perseu Abramo *apud* PT, 2003, p.12.

³² HARNECKER, Marta, entrevistas realizadas em 1994 *in* **O sonho era possível** *apud* FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *op. cit.*

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares.

[...]

O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

O Manifesto de Lançamento acabou sendo publicado no *Diár22 0 Td [()278]TJ /R sad-0.2*

(MDB)³³, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)³⁴ e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), acabaram incorporando-se ao PT movimentos e agrupamentos (inteiros ou parte deles), como por exemplo, Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Revolucionário Comunista (PRC) (*Idem*, p. 26) e a antiga Organização Socialista Internacional (OSI) ou Libelu de Liberdade e Luta, conhecida no movimento estudantil nos idos de 1970 (*Ibidem*, p. 33).

Muitos militantes do PT vieram de entidades religiosas, de maioria católica, alguns entusiastas da *Teologia da Libertação*, como Leonardo Boff, por exemplo, e outras figuras do meio religioso (filiações ou não) que fizeram parte da história do Partido, como o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, o dominicano Frei Betto, e a ex-freira Irma Passoni, que anos mais tarde veio a representar o PT na Assembléia Constituinte de 1988 (*Ibidem*, p. 25).

Registra André Singer (*Ibidem*, p. 25), com relação aos religiosos do PT, que a “incorporação dos cristãos foi decisiva porque deu capilaridade ao partido. Onde menos se esperava, nos rincões mais afastados, aparecia como do nada, um núcleo pró-PT. Eram militantes anônimos da Igreja”.

Verifica-se, portanto, desde a sua gênese e mesmo antes dela, uma clara heterogeneidade na composição do Partido dos Trabalhadores, desde logo detectada pela leitura do Movimento pró-PT e pela Comissão Nacional Provisória no texto da Declaração Política.

Assim, é possível afirmar que, embora houvesse um consenso quanto à necessidade urgente de criação de um instrumento legal de combatividade institucional da classe trabalhadora brasileira, e que este não havia enquanto partido político no Brasil, as divergências eram ou poderiam, no mínimo, ser prognosticadas, eis que a origem de seus militantes era bastante heterogênea.

³³ O único partido político de “oposição” dentro da “legalidade”.

³⁴ VPR surgiu em 1968 da fusão de uma dissidência da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) no Estado de São Paulo com grupos de militares originários do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). No ano seguinte, fundiu-se com o Comando de Libertação Nacional (Colina), dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária - Palmarenses (VAR-P). Três meses depois, divergências políticas no novo grupo levaram a nova divisão, ressurgindo a VPR (MIRANDA, 1999, p. 238).

Assim sendo, aparentemente, o PT nasce convergente quanto à sua existência e divergente quanto à sua atuação, inevitavelmente abrindo um debate franco e aberto em suas instâncias internas sobre os pontos de discordância.

Pode-se então, montar uma rápida linha cronológica:

Data	Fato histórico
19.01.1979	Surge a idéia da formação de um Partido dos Trabalhadores em uma reunião intersindical em Porto Alegre/RS;
24.01.1979	Lançada no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo, a tese “Santo André-Lins”;
01.05.1979	Lançada a “Carta de Princípios” do Partido dos Trabalhadores;
13.10.1979	Lançada a “Declaração Política” e finalmente oficializado o “Movimento Pró-PT” - Eleita a Comissão Nacional Provisória, com 17 membros da direção do Movimento, que decide realizar a reunião de fundação em 10.02.1980;
10.02.1980	Lançado o “Manifesto do PT”, na famosa reunião no Colégio Sion, em São Paulo/SP, data considerada como a oficial de fundação do Partido dos Trabalhadores;
01.06.1980	Reunião da Comissão Coordenadora Nacional do PT, que aprovou o texto prévio do “Programa e o Plano de Ação” e o “Estatuto”;
31.05.1981	Começa o 1º Encontro Nacional do PT onde é eleito o 1º Diretório nacional, presidido por Lula. Aprovado o texto final do Estatuto e do Programa;
27.09.1981	1ª Convenção Nacional do PT onde é referendado o Diretório Nacional, o Manifesto, o Programa e o Estatuto do Partido.

Fonte: Elaboração.

2.3. Sufrágio, Poder e Estado: enfim um Partido

Cumprida a fase de “lançamento” do PT, a tarefa agora era objetivar as ações do Partido, dentre elas a inevitável discussão sobre eleições, afinal tratava-se de uma agremiação político-partidária e, dadas às circunstâncias, liberdades individuais e políticas, o sufrágio universal, já era etapa histórica perfeitamente prognosticada.

Na medida em que o Partido dos Trabalhadores participava ativamente do movimento pela reabertura democrática e pelo fim da Ditadura, paralelamente, em suas instâncias, discutia-se a própria participação em eventuais processos eletivos. E tal matéria também não era consenso no Partido.

Em 1982 aconteceram em todo o Brasil as eleições para os cargos de vereador, prefeito (exceto em capitais, consideradas de “segurança nacional”)³⁵, deputado estadual e federal, parte do senado e governador. O Partido dos Trabalhadores, na época, lançou seu primeiro documento que tratava de

³⁵ PT, 2003, p. 16.

“Plataforma” político-eleitoral específica para um sufrágio, abordando veementemente temas sobre fome, miséria, repressão, política salarial, saúde, habitação, discriminação, educação, democracia, conjuntura internacional e socialismo³⁶:

A campanha eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso Partido e escolhemos os nossos próprios candidatos; porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas. A campanha eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores, a partir das principais reivindicações do movimento popular. A campanha eleitoral do PT é uma *campanha de luta*, quer dizer, uma campanha que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.

Pode-se notar, nesse início, que o Partido dos Trabalhadores tenta incutir no eleitorado suas diferenças com os demais Partidos da composição eleitoral da época. Todavia o auto-senso vanguardista dos sindicalistas ainda era presente quando se dizia “nós, trabalhadores”, mesmo sendo o PT já composto de quadros como religiosos e pensadores. E continua o texto³⁷:

Desde sua fundação, o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

Nesse trecho, o PT assume seu posicionamento ideológico para aquela ocasião, justificando-se em sua própria história. As sentenças desse trecho indicam forte influência marxista quando se utilizam de termos como “propriedade social”; “iguais oportunidades”; “meio de produção”, e principalmente, a questão da exploração do homem pelo homem.

E o documento termina assim³⁸:

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de

³⁶ In FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *op. cit.*

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Ibidem.*

decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre.

CONFIE EM VOCÊ, VOTE NO PT!

A dialética de “lutas” e de compromissos marca o texto que traz consigo algumas palavras-chave repetidas, por exemplo: “trabalhadores”; “mobilização”; “organização”; “movimento popular”; “socialismo”; “participação”; “campanha”; “luta”.

Esse primeiro documento petista de cunho eleitoral, ou melhor, documento oficial para um período específico de eleições (1982), é bastante importante para compreender o espírito de que se imbuía o Partido em sua primeira experiência eleitoral.

Pode-se concluir, especialmente pela linguagem utilizada na Plataforma de 1982, que a força hegemônica do PT na época, os sindicalistas, tiveram forte presença na relatoria do documento. Nesse sentido, fica evidente que o documento é dirigido apenas à “classe trabalhadora”, ou seja, o Partido dos Trabalhadores lançava-se como um partido “de” trabalhadores “para” trabalhadores, essencialmente classista. Logo se vê isso em expressões como “nós trabalhadores”, “confie em você”, muito porque a linguagem intimista demonstra uma espécie de relação dialógica do documento com a classe.

E assim, o Partido dos Trabalhadores apresentava-se ao eleitorado, pela primeira vez, como um partido carregado de significações ideológicas, com uma curta, porém movimentada história de vida, e com um discurso evidentemente de viés esquerdista. Naquela disputa eleitoral de 1982, o PT sentiu a experiência, veja-se no seguinte relato (PT, 2002, p. 29):

Na época, a campanha eleitoral estava submetida aos rigores da “Lei Falcão” e os candidatos só podiam apresentar, no rádio e na TV, os seus currículos. E o PT bem que caprichou: mandou ver com currículos destacando ex-presos políticos, ex-cassados, ex-exilados, sindicalistas cujos sindicatos sofreram intervenção, trabalhadores demitidos por sua atuação sindical e política, acreditando que os eleitores se identificariam com a luta desses candidatos. Achava-se que não tinha como o PT não ganhar. O lema escolhido parecia bastante claro: Terra, Trabalho, e Liberdade. Bastaria esclarecer que os candidatos do PT eram “gente como a gente”. Foi uma ducha de água fria! O desempenho eleitoral do PT foi muito fraco.

Novamente se pode verificar que o Partido dos Trabalhadores lançou-se ao sufrágio de 1982 como alternativa ao eleitorado bastante confiante em sua “classe”, com o lema “gente como a gente”. Ao que tudo indica, o PT disputou sua primeira

eleição embalado pelas extraordinárias manifestações operárias, o que supostamente lhe garantiria o resultado eleitoral pretendido apenas disputando o eleitor de “sua classe”.

estruturas do Partido dos Trabalhadores pós-82 foram as lutas sindicais e as greves que se multiplicavam pelo país, especialmente em seu reduto eleitoral, o ABCD paulista.

Mas o fracasso eleitoral e a constante luta no campo dos movimentos populares, inevitavelmente acabaram provocando debates intensos internamente no PT, dando fôlego à tese defendida por muitos filiados pelo não ingresso na disputa institucional, eis que ainda não havia “acumulado forças” suficientes para o embate eleitoral, entendendo que o PT deveria se ater a organizar os movimentos populares (SINGER, *op. cit.*, p. 52). E o pessimismo se alastrou no PT, muito porque, o Partido só foi salvo por uma Emenda Constitucional que determinou que a cláusula de barreira não seria aplicada em 1982 como previsto em Lei, salvo-conduto de uma premente cassação do seu registro³⁹.

Daquele momento em diante o Partido dos Trabalhadores parece ter entendido que a linguagem política utilizada no meio operário, nas discussões entre a esquerda brasileira, não poderia ser a mesma para o grande público eleitoral, muito menos, dirigir-se exclusivamente à classe. A complexidade das teorias e do avançado debate que já tomava conta do âmbito interno do PT não era algo de fácil absorção para o grande público. As eleições de 82, nesse sentido, serviram de experimento para o PT, e desde então, a apresentação externa do Partido para o eleitorado foi adaptada diferindo-se das discussões internas.

Portanto, dois erros de leitura tático-eleitoral, naquele momento, parecem ter sido identificados: um deles foi, supor que o eleitorado estava tão preparado politicamente quanto os membros e simpatizantes dos movimentos de esquerda, do sindicalismo, enfim, do PT, para assimilarem suas idéias e propostas⁴⁰; outro erro foi supor que a base da classe trabalhadora que “sustentava” politicamente o PT, liderada pelos movimentos sindical e operário, fosse dar votos suficientes para que o Partido alcançasse ao Poder⁴¹.

Tal fenômeno, pode-se dizer, foi o primeiro marco de mudança tático-eleitoral do PT, com conseqüência direta no paradigma da ideologia petista.

³⁹ SCHIMIDT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.54 *apud* SINGER, *op. cit.*, p. 49.

⁴⁰ Aqui lembrando que haviam se passado aproximadamente 18 anos (1964-82) da história política do Brasil sem eleições e seus debates, e, ao mesmo tempo, uma violenta repressão que desestimulava esse tipo de debate.

⁴¹ Aqui reiterando a linguagem intimista e classista da campanha do PT na época.

Após o sufrágio de 1982, fora do Partido tomava as ruas o grito pelas “Diretas Já”. O movimento das Diretas ampliava-se e o Partido dos Trabalhadores foi um dos atores principais das atividades de reabertura democrática, especialmente na organização de comícios e outras atividades (PT, 2002, p. 37):

Não se trata de ficar se vangloriando de que o PT foi o pai da criança, mas ele foi o primeiro partido a sair às ruas para exigir eleições diretas para presidente. Contra o descrédito de vários setores oposicionistas ou até mesmo a condenação de que tal campanha só serviria para provocar e endurecer a ditadura, o PT organizou o primeiro comício pelas Diretas-Já em 27 de novembro de 1983, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo.

No ano seguinte, a campanha tomou conta de toda a sociedade, transformando-se no maior movimento de massas contra a ditadura militar, que teimava em subsistir. O PT participou ativamente das Diretas-Já, destacando-se como a organização que mais mobilizava e empolgava os comícios. Mas, apesar de toda essa mobilização popular, a Emenda Dante de Oliveira que previa eleições diretas para presidente já em 1984, não obteve o número necessário de votos na Câmara dos Deputados.

Ou seja, desde o início, e se pode verificar isso nos documentos pré-fundação já citados, o Partido dos trabalhadores foi defensor ativo das liberdades democráticas, dentre elas, a eleição direta para Presidente da República. Todavia, como relatado, isso não foi possível em 1984, sendo derrotada a Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Dante de Oliveira.

No entanto, a campanha pelas Diretas revigorou o Partido dos Trabalhadores, e seus reflexos se dariam logo, como bem assinala André Singer⁴²:

O partido unifica-se e exerce nas ruas, um papel destacado naquele que foi o mais importante movimento cívico da década, papel que não fora capaz de desempenhar nas urnas. Os reflexos dessa atuação ajudariam, no pleito seguinte, a ampliar sua pequena base eleitoral.

O PT em verdade teve uma relação de mão-dupla com as Diretas Já, no sentido de que ao mesmo tempo inflava os movimentos populares a reivindicarem a democracia no país, e apresentava-se como um partido político à disposição de lutas democráticas, agora não só de “classe”, estritamente. A própria presença do PT nas atividades era garantia de visibilidade (potencial) eleitoral, e possibilidade de dinamizar outras bandeiras, como por exemplo, em uma de suas resoluções políticas defendia “revogação da Lei de Segurança Nacional”; “Rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional (FMI)”; “reforma agrária”; “liberdade e

⁴² *Op. cit.*, p. 53.

autonomia sindicais”; “reformulação” das “leis sobre o trabalho, salários, previdência social e aposentadoria”, e etc. (BRANDÃO, 2003, p. 83).

E assim o Partido dos Trabalhadores iniciava a sua trajetória de discussão de propostas para a construção de uma nova ordem, primórdios de um programa de governo, com primeiras concepções sobre Estado.

Nesse sentido, podem-se destacar oportunamente três eventos históricos externos, mas não desconexos, de máxima influência no Partido dos Trabalhadores nesta caminhada nos idos dos anos 80: a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT (Agosto de 1983); a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (1984), e; a queda do Muro de Berlim (1989) (PT, 2003, p. 15 e SINGER, op. cit., p. 33).

Esse último, pois obrigou o Partido dos Trabalhadores, assim como as demais agremiações que reivindicavam o socialismo (seja qual for sua vertente), a organizarem profundas reflexões sobre o período. Os dois primeiros, alguns anos antes do fato histórico do Muro de Berlim, pois se tratavam de duas fortes entidades de representação de classe trabalhadora, a primeira urbana e a segunda rural.

Tanto a CUT quanto o MST foram frutos de reivindicações primeiras do PT como, por exemplo, a campanha por entidades sindicais livres e pela reforma agrária justa. A CUT, em especial, estava na pauta propositiva do Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação (PT, 2002, p. 32):

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos. Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

A fundação da CUT aconteceu em 28 de agosto de 1983, por ocasião do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), em São Bernardo do Campo/SP (*Idem*, p. 33). Com forte influência política do PT, a criação da CUT mostrou ao Partido certo poder de ação, de influência nos movimentos.

Em verdade, a criação da CUT representou um relativo alívio para o PT. É que o Partido dos Trabalhadores funcionava como uma espécie de entidade sindical

nacional, captando propostas país afora e condensando-as em atividades e reivindicações. Entretanto, a pauta do PT, muito influenciada pelas eleições, passou a se ampliar, deixando de se concentrar especificamente nas reivindicações operárias.

Finalmente, em 1985 aconteceram as eleições municipais para as capitais dos estados-membros (SINGER, *op. cit.*, p. 53):

Com a aura da liderança nos comícios de 1984 e o uso de uma linguagem descontraída, diferente da utilizada em 1982, na busca de ampliar o eleitorado, a escolha de prefeitos nas capitais em 1985 marca o início do crescimento eleitoral do PT nas metrópoles, processo vagaroso que se estende até o ano 2000, quando passa a ser o partido que governa o maior número de capitais.

Sinal de que a mudança tático-eleitoral do PT, em virtude do diagnóstico da linguagem equivocada utilizada em 82, deu resultado, o Partido já em 1985 conquistara o Poder na capital do Ceará, fica em segundo nas apurações em Goiânia/GO, Vitória/ES, Aracaju/SE e obtém expressivos resultados em Porto Alegre/RS (11%) e em São Paulo (20%) (*Idem*). Todavia, tal fenômeno de alteração tático-eleitoral acabou por influenciar e muito a estratégia do Partido, embora, até hoje, o PT seja reconhecidamente bom de votos em grandes centros urbanos.

Em 15 de novembro de 1986 acontecem em todo o país as eleições para o legislativo, e as bancadas eleitas nos âmbitos estadual e federal tomaram assento nas respectivas Assembléias Constituintes. Naquela ocasião, Luis Inácio da Silva foi o deputado constituinte mais votado do país. A atuação da bancada do PT, embora constituída de poucos membros, ao todo dezesseis⁴³, foi bastante atuante e propositiva⁴⁴:

O PT levou extremamente a sério o processo de elaboração da Constituição. Foi o único partido que formulou um projeto constitucional completo, baseado em discussões de uma proposta de projeto redigida, a pedido da Executiva Nacional, pelo jurista Fábio Konder Comparatto. O partido foi um elemento importante na coalizão que abriu o processo de elaboração da Constituição às iniciativas populares, através de uma alteração das regras internas da Assembléia Constituinte que possibilitava as emendas populares [...]. Isso provocou um amplo processo de mobilização popular, acabando por gerar 122 emendas com um total de 12.265.854

⁴³ Por ordem alfabética: Benedita da Silva; Eduardo Jorge; Florestan Fernandes; Gumercindo Milhomem; Irma Passoni; João Paulo Pires; José Genoíno; Luiz Guishiken; Luiz Inácio Lula da Silva; Olívio Dutra; Paulo Delgado; Paulo Paim; Plínio de Arruda Sampaio; Virgílio Guimarães; Vitor Buaiz e Vladimir Palmeira; (PT, 2002, p. 43).

⁴⁴ KECK, Margaret E. **A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática, 1991 *apud* PT, 2002, p. 42.

assinaturas, da qual participou uma ampla gama de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações da sociedade civil. Os deputados petistas foram muito ativos na Assembléia Constituinte [...]. Embora dessem especial atenção às partes da Constituição que tratavam dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária, foram atuantes também em outras áreas. [...] A coerência da bancada do PT contratou-se ao que ocorria nos outros partidos na Assembléia Constituinte.

Externamente, as atividades do PT na Assembléia Nacional Constituinte (1988) deram mais visibilidade ao Partido que começava a sustentar a imagem de “coerência” e “combatividade”, tentando impor uma diferença entre os demais. Internamente, o processo legislativo da Constituição serviu ao PT para a forçada discussão sobre visão de Estado e sua (provisória) consolidação.

A trajetória político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores desenvolveu-se ao longo das últimas três décadas tanto no Executivo quanto no Legislativo, nas três esferas, municipal, estadual e federal. Aos poucos o PT foi conquistando objetivos eleitorais e alcançando o Poder.

Já nas eleições de 1989, em especial, o PT surpreendeu ao chegar no segundo turno do pleito à Presidência da República, e por uma diferença de 4,89%⁴⁵ da candidatura de Fernando Collor de Mello (Partido da Renovação Nacional - PRN), não chegou ao Poder central do país naquele ano.

Em determinado período histórico, muito provavelmente a partir das eleições municipais do ano de 2000, o Partido dos Trabalhadores, com os significativos resultados eleitorais, passou a ser chamado de “máquina eleitoral”, tendo empiricamente construído mecanismos de organização partidária bem à frente dos demais partidos políticos.

⁴⁵ Os resultados eleitorais do segundo turno à Presidência da República em 1989 foram: 42,75% Fernando Collor de Mello (PRN) e 37,86% Luís Inácio Lula da Silva (PT) (PT, 2003,p. 17).

2.4. Consolidação eleitoral *versus* ideologia: a vitória do pragmatismo

O subtítulo deste tópico se justifica pela mudança facilmente detectável que ocorreu no Partido dos Trabalhadores durante sua trajetória, qual seja a determinante influência dos processos eleitorais, e por que não, da própria democracia moderna, no caso brasileiro, representativa e de origem institucional burguesa.

Como visto, o Partido dos Trabalhadores nasceu ativo e heterogêneo, em um período da história brasileira bastante movimentado no campo da política, e desde logo se foi constituindo como uma grande massa amorfa, composto de elementos de variadas formações políticas e atividades antes do ingresso no PT.

O Estatuto do PT aprovado e referendado ainda no ano de 1980, em seu artigo 1º, versava (e atualmente diz a mesma coisa, não lhe sendo revogadas as palavras)⁴⁶:

Art. 1º. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

A soma das intenções e significados dos textos “oficiais” anteriores ao Estatuto, e dele mesmo, deixa clara uma intenção de defender o “socialismo” (ou, ao menos, combater veementemente o capitalismo), muito embora, naquele momento, não havia um consenso de como alcançá-lo e de qual socialismo estava se falando. Daí surge uma grande controvérsia no Partido dos Trabalhadores: o paradigma do “socialismo petista” (de viés “democrático”). Ainda que sem registros explícitos de uma defesa da “ditadura do proletariado”, o PT sempre deixou claro a afirmativa tirada do 5º Encontro Nacional do Partido em 1987⁴⁷:

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.

⁴⁶ In FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *op. cit.*

⁴⁷ PT, 1998, p.312 *apud* SINGER, 2001, p.34.

Destaca-se tal paradigma, uma vez que possivelmente a grande contradição do Partido dos Trabalhadores se encontra justamente em “defender” programaticamente um “socialismo democrático”, mas disputar, e, conseqüentemente, “aceitar” a institucionalidade estabelecida, sob todos os aspectos, inclusive a ela dando subserviência.

Os primeiros documentos de análise de conjuntura política no Brasil produzidos pelo Partido dos Trabalhadores, alguns dos quais já mencionados, parecem indicar a missão do Partido de infiltrar-se na institucionalidade burguesa para “implodir” uma nova ordem. Todavia tal missão, com o passar do tempo, parece ter sido adaptada, para não dizer esquecida.

André Singer (*Op. cit.*, p. 29) identifica a mesma problemática sugerindo que o PT passou a defender da “Revolução Socialista à Revolução Democrática”. A questão democrática se confunde com a questão socialista a todo o momento nos anos 80, no Partido, tanto que havia dúvidas quanto o “após chegada ao Poder”, ou melhor, o que fazer se a “classe trabalhadora” tornar-se força hegemônica na política institucional?

Não havia consenso na resposta. No 5º Encontro Nacional do PT, todavia, surgiu a idéia de que a democracia continuaria a existir no socialismo, mas nela só teriam guarida os partidos que não fossem “inimigos

E como poderia ser a democracia (que teoricamente ressaltaria as singularidades dos trabalhadores e seus vários movimentos sociais) a principal “arma revolucionária” para a construção da sociedade socialista? O próprio conceito de socialismo democrático é contraditório, pois a concepção de democracia estabelece como unânime a vontade da maioria, necessariamente em detrimento a uma minoria que teve seus interesses derrotados. Ao vislumbre do Partido dos Trabalhadores de “uma sociedade sem explorados e exploradores” subtende uma sociedade sem margens à oposição, uma sociedade de consenso. Portanto, contrária ao ideal democrático, ou seja, da existência de partes vencidas. Mais complicado ainda é atingir um consenso “orgânico” respeitando valores distintos numa sociedade plural.

Aliás, a própria idéia de uma “revolução democrática” demonstrava-se bastante contraditória, uma vez que a transformação a que se aspirava se daria por intermédio da democracia, ou seja, o PT mantinha a ponte com o seu “passado de lutas” mas assumia agora compromisso com a democracia, já não buscando romper com a ordem estabelecida a qualquer custo, propondo-se a coexistir com ela e dela tirar frutos.

E enquanto isso, estava longe o consenso sobre a questão do “socialismo democrático”. Daí por diante, o PT passaria por um longo período de ambigüidades retóricas e paradigmas teóricos que ampliariam o dissenso no interior do Partido, cada vez mais fragmentado em correntes, tendências, movimentos ou agrupamentos autônomos (no sentido ideológico).

A primeira grande crise interna do PT, pós-fracasso das eleições de 1982, com os já citados “primeiros rachas”, surgiu justamente na opção do Partido em mobilizar suas bases no período eleitoral e deixar em segundo plano os movimentos sociais da época (*Idem*, p. 71):

Essa mudança de estratégia (dar primazia às disputas eleitorais) gerou respostas imediatas de setores dentro do partido que não concordavam com os rumos tomados. Nesse contexto, a atuação de um grupo de partidários se fez notar, o qual ficou conhecido pelo número de seus componentes, ou seja, a “Articulação dos 113”.

Esse grupo, a *Articulação dos 113*, chegou a lançar um documento próprio intitulado “Companheiros do PT” com propostas que buscavam recuperar a influência nos movimentos sociais, ao tempo em que defendia a importância da democracia na estrutura do PT. A “Articulação”, como ficou conhecida, foi severamente criticada por sua postura e propriamente por sua existência, além de

ter relação estritamente atrelada a um documento que circulou no PT chamado “11 teses sobre autonomia”⁴⁸, que criticava o “socialismo real” (*Ibidem*, p. 71-74):

A alternativa de participar de uma democracia representativa (disputar eleições), por um lado, e a atuação no movimento social, por outro, continuavam a ser duas variantes que o partido deveria combinar. E essa combinação marcou os novos pontos de sua ação estratégica a partir da publicação das 11 Teses sobre Autonomia e a posterior hegemonia interna da tendência “Articulação”.

Pode-se afirmar, portanto, que com o passar do tempo o acúmulo de forças virou acúmulo de Poder. Em verdade a questão da democracia sempre esteve presente dentre as matérias mais polêmicas na esquerda contemporânea, que não raras vezes, parte da leitura de que a democracia vigente é uma instituição burguesa moderna.

E aí se encontra o desafio da esquerda como um todo na adaptação de suas ideologias no contexto democrático (TÓTORA, 2004, p. 96-110):

Uma concepção democrática da democracia implica a aceitação das regras formais que assegurem o regime democrático – as liberdades democráticas. O compromisso com essas regras traduz-se na aceitação do pluralismo partidário, na alternância de poder por meio de eleições livres e ampla liberdade de participação dos cidadãos.

[...]

Apesar de divergentes posições, a democracia política ocupou centralidade no pensamento de destacados intelectuais da esquerda. A experiência do “socialismo real”, de caráter antidemocrático, e os regimes autoritários latino-americanos impulsionaram as esquerdas para uma revisão crítica de suas posições negativas em relação à democracia política.

No Partido dos Trabalhadores, porém, em especial, tal aceitação da democracia como via de “implosão” da nova ordem, ou seja, a transformação da sociedade “nova” por dentro de mecanismos “velhos”, e a pauta incessante de atividades voltadas a esse propósito, acabaram por resultar em uma profunda mudança nas estruturas do Partido dos Trabalhadores, provavelmente a maior delas nesse curto lapso de sua história.

De um Partido que nasceu no olho do furacão dos movimentos populares, em um ambiente histórico extremamente favorável ao ressurgimento da esquerda

⁴⁸ Registre-se aqui, que surgem no PT pela primeira vez, ao menos oficialmente, duas importantes ferramentas de organização interna: a publicação de “teses” e a própria organização interna em grupos de pensamento. Mais tarde, o PT admitiria a existência de “tendências” ou “correntes” internas e a prática de se publicar “teses”, como compilação de idéias de um agrupamento.

brasileira, na vanguarda das atividades fora e contra a ordem vigente, o PT transmutou-se para um Partido passivo, coadjuvante da política, da “esperança”, em um curto espaço de tempo (BRANDÃO, 2003, p. 24):

Deste recorte (1979 a 1983) da história do socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores, podemos tirar algumas conclusões, como a combinação estratégica entre a democracia representativa com as lutas dos movimentos sociais. O resultado empírico desta combinação foi uma utilização diferente do que a princípio, foi planejado para os movimentos sociais. [...] A primazia dada à democracia representativa com a disputa de eleições gerou críticas à atuação do partido e novas interpretações e propostas para essa atuação. A existência dessas críticas ressaltam o quanto era incipiente o socialismo petista.

A vitória da ala pragmática do PT com a conseqüente derrota da esquerda originária de sua fundação é o primeiro sintoma da decadência e involução que tomou conta do Partido no final dos anos 80 e início dos anos 90. O PT se transformara em um Partido bem diferente daquele de sua fundação (PETRAS, 2005, p. 21-22):

Com o tempo, e com os maiores sucessos eleitorais, o setor “eleitoral” do PT ganhou o controle do Partido e lentamente redefiniu o seu papel como um aparelho basicamente eleitoral, desviando o seu interesse da luta social e concentrando os seus esforços dentro dos aparelhos e das instituições do Estado, formando alianças reais com partidos burgueses. Uma minoria do “partido eleitoral”, a ala esquerdista, continuou a apoiar os movimentos sociais – das instituições – fornecendo a defesa legal, denunciando a repressão do Estado e dando o incentivo verbal nos encontros de massa. O que está claro, entretanto, é que todas as tendências do partido eleitoral, de esquerda, de centro e de direita, não se engajavam mais no dia-a-dia da organização de massas, exceto antes das campanhas eleitorais.

Prova da força do chamado “setor eleitoral” do Partido dos Trabalhadores é a composição, por exemplo, dos delegados aptos a votar no 2º Congresso do PT realizado em Belo Horizonte/MG, entre 24 e 28 de novembro de 1999, em que o levantamento indicou que 49% dos delegados eram funcionários públicos e 23% assalariados do setor privado⁴⁹. Desses dados analisa André Singer (*op. cit.*, p. 85-86):

Quantos desses delegados que trabalham para o Estado não eram contratados pelos mandatários do PT? É provável que a participação tenha mudado a base social do partido.

⁴⁹ Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, **Perfil de Delegados(as) Nacionais**. In www.fpabramo.org.br apud SINGER, *op. cit.*, p. 85.

É compreensível, assim, que a maioria incline-se para o compromisso com a legalidade estabelecida. As mudanças na ideologia do PT o refletem. Desde 1991, o Partido rejeita a ditadura

social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

A tese estratégica que saiu vitoriosa no Partido foi a de “acúmulo de forças”, que previa a atuação nos movimentos, mas a concentração das forças nas disputas por espaço na institucionalidade burguesa por intermédio da democracia representativa. Assim, a democracia passou a ter papel fundamental nas estratégias do PT (BRANDÃO, *op. cit.*, p. 77):

A partir da segunda metade da década de 1980, a concepção estratégica de “acúmulo de forças” para a conquista da “hegemonia” dos trabalhadores se fortalecerá. Continuará a busca estratégica pela combinação entre lutas dos movimentos sociais com o uso da democracia representativa, para a construção do socialismo na sociedade brasileira.

E ao contrário do que se imaginava, com o passar do tempo, o Partido dos Trabalhadores cedeu mais à democracia que a democracia ao PT. O foco eleitoral do Partido acabou distanciando-o da vivência mais próxima da população e de seus movimentos, na mesma medida em que acabou se distanciando da própria população.

Assim, a *revolução socialista* deu lugar à *revolução democrática*, e o *acúmulo de forças* passou a ser mero *acúmulo de poder*, transformações essas subsidiadas pela maioria dos setores do Partido dos Trabalhadores.

2.5. Ano de 2002: o marco histórico na trajetória do PT

Por inúmeros aspectos, as eleições de 2002 foi marco histórico na trajetória do Partido dos Trabalhadores. Sem entrar no mérito da atuação governamental em si, mas avaliando a relação entre Partido e Governo, não há dúvidas que o advento das eleições presidenciais de 2002 marcou definitivamente o PT, ou melhor, o Partido alcançou o clímax de sua transformação citada anteriormente. A veia eleitoral transmutou o Partido em máquina de conquistar Poder, afastando-o em demasia dos movimentos populares e de sua própria história, uma vez que o PT nasceu de dentro do movimento operário-sindical.

O primeiro turno das eleições de 2002 ocorreu no dia 03 de outubro e o segundo turno em 27 de outubro. Lula, candidato do PT, gostava de repetir em seus

comícios e atividades de campanha⁵⁰, que havia nascido no dia 27, mas que seu pai o registrou como se tivesse nascido em 03 de outubro⁵¹, daí porque pedia votos como “presente de aniversário”, mas, caso não pudessem votar nele e elegê-lo ainda no 1º turno, poderiam fazê-lo no segundo.

Curiosidades à parte, a eleição de 2002 marcou definitivamente o PT antes mesmo da composição das chapas eleitorais e da “abertura” das urnas. Ainda no ano de 1999, como já citado, o 2º Congresso Nacional do PT homologou profundas transformações internas, em especial, a de posicionamento ideológico e opção pelo pragmatismo eleitoral.

Já no ano de 2001, o novo Estatuto do PT aprovado em 11 de março daquele ano, abria um precedente inédito na história do Partido e na própria história político-partidária do país, no que tange às eleições internas diretas para todos os cargos dirigentes, batizado de Processo de Eleições Diretas – PED (PT, 2002, p. 119).

Assim, em 13 de julho foi lançado nacionalmente o PED e em 16 de setembro de 2001 os filiados do Partido dos Trabalhadores foram às urnas para votar, em eleição direta e secreta, as direções de todos os níveis da estrutura do Partido (nacional, estadual, municipal e zonal), bem como os respectivos presidentes, membros do conselho fiscais e comissões de ética (*Idem*). Juntamente com a chapa e candidato majoritário, o filiado votou também a chamada “tese”, documento pelo qual se apresentava o conteúdo ideológico-programático de cada candidatura.

Em 2001 ficou (re)eleito José Dirceu como Presidente do Diretório Nacional do PT, ainda no primeiro turno, candidato da tendência *Unidade na Luta* (ex-Articulação), que levou sua “tese” como tese-guia para o 12º Encontro Nacional do PT ocorrido em Recife/PE, nos dias 12 e 14 de dezembro daquele ano (*Idem*, p. 118).

Naquele Encontro, ficaram aprovados documentos de importância para o pleito do ano seguinte, como “Concepções e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”, que, juntamente com a resolução política “Um outro Brasil é possível”, apontava os caminhos para “Derrotar FHC e construir um governo democrático e popular” (*Ibidem*).

⁵⁰ Inclusive o repetiu neste mesmo campus universitário, em evento sediado no Teatro Adelaide Konder.

⁵¹ *In* PT, 2002, p. 127.

Nota-se que a palavra “socialismo” foi sumindo aos poucos dos documentos oficiais do PT, especialmente às vésperas das eleições de 2002. Primeiro, a Revolução Socialista deu lugar à Revolução Democrática, depois, o acúmulo de forças tornou-se mero acúmulo de poder, agora, do socialismo democrático, restou apenas, o “democrático”, ou seja, a retórica da participação popular na tomada de decisões do Estado passou a ser o discurso legitimador para a transformação social, o que reafirma a questão do clímax da transformação do PT.

Fica evidente que o 12º Encontro Nacional homologou as teses do campo majoritariamente eleito, o chamado “setor eleitoral”, pragmático, direitista, “*light*”⁵², do qual fazia parte também o pré-candidato Lula (PETRAS, 2005, p. 26-25):

Com o novo milênio, o Partido passou a ser dirigido por um pequeno núcleo de conselheiros próximos e de uma pequena elite de chefes liderados por Zé Dirceu, os quais cercaram Lula e incentivaram a sua liderança personalista centralizada e cada vez mais autoritária. Os programas não eram abertos ao debate sério. O Programa do Partido – foi dito por todos – era o que Lula quisesse para concorrer ao cargo de presidente, ou mais tarde, para ganhar a campanha.

Assim, a força hegemônica do Partido dos Trabalhadores, utilizando-se da retórica democrática (não revolucionária – não socialista – não classista) dentro do Partido com o PED, que de uma maneira ou outra ampliou a sua hegemonia, e fora dele, com um discurso bem diverso daquele dos tempos de fundação, de nítido abrandamento de suas posições, instrumentalizou o PT preparando-o para o pleito de 2002.

Dois fatores mais contribuíram para que as eleições de 2002 marcassem a história do PT. Um deles foi que pela primeira vez na história⁵³ do PT houve eleições prévias para o cargo de Presidente da República, com o pré-candidato Luiz Eduardo Matarazzo Suplicy (então Senador da República pelo Estado de São Paulo, eleito pelo PT – primeiro Senador eleito pelo PT) contrariando as insistentes tentativas por parte de Lula e seus emissários para demovê-lo de seu propósito e desmotivar a atividade que consideravam “*desgastante*”⁵⁴.

Outro fator foi a aprovação, após a vitória de Lula nas prévias, de uma política de alianças em um tom maleável nunca antes visto no Partido. O que culminou com a aliança política com o Partido Liberal (PL) que compôs a chapa com Lula lançando

⁵² Tradução livre: “Leve” (no sentido de abrandamento de discurso, desprovido das cargas ideológicas de esquerda, “direitizado”, portanto).

⁵³ Nas eleições de 1989, 1994, 1998 o candidato de “consenso” era Lula.

⁵⁴ O que denota certa prepotência por parte do então pré-candidato Lula.

José Alencar Gomes da Silva como candidato a Vice-Presidente, então Senador da República pelo Estado de Minas Gerais, e um grande empresário industrial do setor têxtil (PT, 2002, p. 125).

A aliança política com o Partido Liberal, representante literal da direita ideológica no país, e a escolha do nome de José Alencar, representante pessoal e direto do capitalismo brasileiro, gerou debates profundos internamente no Partido dos Trabalhadores, mas que, definitivamente, selou a caminhada patrocinada pelo campo hegemônico do PT pelo abandono do socialismo.

As pesquisas de intenção de voto antes mesmo de anunciadas as candidaturas de 2002 apontavam Lula em primeiro lugar. Mesmo assim, o candidato Lula, dadas as experiências de 1989, 1994 e 1998, trabalhou incessantemente na construção de sua vitória eleitoral, desde internamente no PT em conjunto com seus companheiros de tendência (hegemônica), até externamente na articulação pessoal e escolha definitiva do candidato a Vice-Presidente da República.

Aliás, essa era uma das “condicionantes” impostas por Lula para ser candidato do PT em 2002: ter total liberdade de escolha de aliança para as eleições presidenciais. Essa “ameaça”, pode ter sido o estopim para a própria pré-candidatura de Suplicy ou, como muitos da esquerda do PT definiam, uma fachada para o jogo de condicionantes de Lula, como contrabalanço no pêndulo de suas intenções.

A opção pessoal de Lula por José Alencar não foi em vão. Para atrair votos de setores da classe média até então de difícil inserção do PT, Lula se apresentava como o único ser político “naturalmente” capaz de negociar um pacto entre a classe trabalhadora e os empresários, coisa que, pretensamente, teria feito a vida toda. Assim, Lula (“operário”) e José Alencar (“empresário-industrial”) seria a representação estética ou simbólica desse pretenso pacto por um “novo Brasil” (PT, 2002, p. 126).

Na busca pelo voto de setores inatingíveis pelo PT, o Núcleo da Campanha Lula Presidente (órgão apêndice e autônomo do PT, assim como depois seria o próprio Governo) publicou, nas vésperas do sufrágio, em data de 22.06.2002, um documento assinado por Lula que também entraria com destaque na história do Partido: a “Carta ao Povo Brasileiro”⁵⁵, que buscava amenizar ainda mais o já ameno

⁵⁵ Lula intitula a carta como sendo endereçada ao “povo brasileiro”, mas a linguagem empregada e os conceitos implícitos e até explícitos das mensagens nela contidas, destinam-se claramente à minoria

Programa de Governo da candidatura Lula⁵⁶, da qual destacam-se os seguintes trechos (em ordem):

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

[...]

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica.

[...]

Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país.

[...]

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

[...]

É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Como logo se percebe, a retórica utilizada por Lula (e pelo *Núcleo da Campanha*), não se destina “ao povo brasileiro”, mas aos setores minoritários de maior influência no Produto Interno Bruto – PIB do país. Prova disso é o peso de significações e o conteúdo nela inseridos, abordando temas como “superávit primário”. Setores da esquerda brasileira (à esquerda de Lula, portanto), porém, defendem a idéia de que a *Carta* foi de fato destinada ao “Povo Brasileiro”, como mensagem franca de ruptura não com o *Capital*, mas com os compromissos históricos do PT com o “povo brasileiro”, representados naquela ocasião pela candidatura Lula.

da população, em termos de posicionamento sócio-econômico. Em outras palavras, a Carta ao Povo Brasileiro, em verdade, tem como destinatárias as classes média e alta do Brasil.

⁵⁶ In FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *op. cit.*

Por seu próprio conteúdo e autoria e, principalmente, por seu discurso bastante comprometido com a ordem estabelecida, com as instituições burguesas e pela declaração explícita de não-ruptura (desmentindo o documento citado abaixo), a chamada Carta ao Povo Brasileiro já dava tônica dos rumos tomados pelo futuro Governo, direcionando sua mensagem ao grande Capital.

Muito se pode justificar o documento, pois embora de viés bastante social-democrata, *light* (que menciona apenas uma única vez a palavra “socialismo”⁵⁷), o documento “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”, apresentado por seu coordenador Antonio Palocci, como sendo (PT, 2001, p. 07) “*um texto abrangente e com as concepções básicas com as quais buscaremos trabalhar neste próximo período*”, logo na primeira linha de seu primeiro título sugere uma “ruptura necessária” (*Idem*, p. 15):

A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado.

A campanha eleitoral de 2002 se deu por aspecto também nunca antes registrado, qual seja a participação direta e milionária das agências de publicidade (CAVALCANTI, 2005, p. 23), propaganda e *marketing*, que foram autoras de verdadeiras super-produções de som e imagem.

Afora tais questões, as eleições de 2002 surpreenderam o Partido por seus próprios resultados (PT, 2002, p. 125-127):

Lula bateu o recorde de votos atribuídos a um candidato no primeiro turno, chegando a 39.443.765 (46,6% dos votos válidos). No segundo turno, Lula confrontou-se com José Serra, que ocupara cargos de ministro da Saúde e do Planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso. Recebeu o apoio do terceiro e do quarto colocados, os ex-governadores Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, e Ciro Gomes, do Ceará, assim de um amplo leque de partidos e lideranças políticas dos mais diversos matizes. Concluída a apuração, foi proclamado o 39º brasileiro a ocupar o cargo de presidente da República, com a marca de 52.793.364 votos (61,27% dos votos válidos), a maior votação nominal já registrada nas 19

⁵⁷ A palavra “socialismo” aparece no item em que disserta sobre o panorama internacional, mas não exatamente, faz-se referência ao Brasil: “54. Do ângulo da política externa [...] com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional” (*in* PT, 2001, p. 49 – grifo nosso).

eleições diretas para o cargo na história do país e a segunda maior já atribuída a um candidato em todo o mundo.

No mesmo pleito, o PT elegeria a maior bancada na Câmara de Deputados Federais, com noventa e um membros, o que correspondia a um crescimento de 51,6% em relação aos sessenta eleitos em 1998 e duplicaria a sua bancada no Senado Federal, de sete para quatorze membros.

Assim sendo, após anos de luta político-eleitoral, Lula consegue alçar-se ao Poder central do país, e como define o próprio Partido: “As eleições de 2002 encerram o primeiro grande ciclo histórico na vida do PT” (*Idem*).

O alcance internacional da eleição de Lula também não pode deixar de ser registrado. O fato de um ex-operário, preso político, sindicalista, retirante nordestino alçar-se ao Poder central do Brasil foi bastante noticiado internacionalmente.

Muita expectativa criou-se na esquerda brasileira e internacional pelos primeiros rumos tomados pelo Governo Lula. Pode-se citar, a exemplo, o evento realizado na *London School of Economic and Political Science*⁵⁸, em Londres, cuja aula pública foi ministrada por Lula, sob a apresentação de Antony Giddens, ideólogo da chamada *Terceira Via*, Diretor da instituição, que chorou ao afirmar diante de mil e quinhentos alunos (*apud* OZAWA, 2004, p. 50): “São lágrimas de felicidade porque ninguém seria mais apropriado para encerrar a minha passagem de seis anos e meio pela universidade do que Lula. [...] Lula disse que quer mudar o Brasil, mas eu seriamente acredito que ele pode mudar o mundo”.

Assim, um fenômeno de expectativa marcou a vitória eleitoral de Lula. Parte da mídia explorava o histórico do PT e de Lula, e outra parte se interessava nas controvérsias históricas internamente estabelecidas no Partido (*vide* HIPPOLITO, Lucia, 2005), tanto que a exposição das divergências internas do PT passou a ser interessante em um determinado momento.

E nesse sentido, na perspectiva da esquerda, o ano de 2002 marcou o PT por sua maior vitória eleitoral e sua maior derrota política (BOITO JR., 2003, p. 35), ante a exposição da involução ideológica tomada por opção pela via pragmática, bem diverso dos propósitos originais.

Pode-se afirmar, certamente, que a eleição de Lula em 2002 e sua posse em 2003 marcaram definitivamente a história do Partido dos Trabalhadores, a ponto de se poder dividir, daqui por diante, a história política do PT antes e depois do

⁵⁸ Tradução livre: “Escola de Economia e Ciência Política de Londres”.

Governo Lula, como se pode entender das próprias palavras de Lula, em seu texto assinado em comemoração do vigésimo quinto aniversário do Partido⁵⁹:

É na tensão desafiadora desse cenário que se deve analisar o duplo processo em curso no espaço político brasileiro. A construção da identidade do PT no poder acontece simultaneamente à efetiva realização de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil na era da globalização. Essa é a grande obra político-social que está em andamento no nosso país.

E essa dupla edificação – e duplo aprendizado – não diz respeito apenas aos quadros da nossa militância, nem será resolvida nos estritos limites da vida partidária. Trata-se, na realidade, de um grande embate entre fatos e idéias que pede a arregimentação de todas as forças democráticas do país, pois, no fundo, o que está em jogo não é apenas o futuro do PT, mas sim a capacidade transformadora da democracia no século XXI, ou seja, o seu poder de ancorar materialmente as transformações sociais requeridas pelo desenvolvimento e cobradas pela cidadania.

Até as eleições presidenciais de 2002 esse problema só poderia ser colocado no plano das idéias, mas não dispunha de um chão concreto para ser argüido no calor dos fatos. Temos agora juntos – governo, partido, trabalhadores, intelectuais, artistas, juventude e todas as forças políticas progressistas da sociedade – a oportunidade de contribuir para uma nova síntese histórica. Desse esforço coletivo, tenho certeza, surgirá um PT renovado e mais forte. E, sobretudo, emergirá também um Brasil verdadeiramente republicano, mais justo e melhor para todos.

Nesse ambiente é que se deu início ao histórico Governo Lula, que mais tarde, inclusive, alcançaria uma reeleição, conduzindo-o ao segundo mandato consecutivo (2007-2010).

⁵⁹ *In* FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *op. cit.*

INTRODUÇÃO AO TERCEIRO CAPÍTULO

No Terceiro Capítulo, diferente dos anteriores, a abordagem do tema evolui pela perspectiva empírica da própria dinâmica do Partido dos Trabalhadores, na tentativa de melhor compreender o funcionamento do PT, especialmente de sua movimentação ideológica e co-relação de forças internas.

Inicialmente, apresenta-se a história das subdivisões internas do PT, como elas atuam, quais seus limites e normas de funcionamento. As chamadas tendências, também nomeadas de Correntes ou Movimentos, têm fundamental importância na elucidação do tema da pesquisa, partindo-se do pressuposto da presença constante da contradição, patrocinada pela própria diversidade de posições, proposições e pensamentos.

O texto segue com uma análise mais aproximada do posicionamento ideológico das tendências, de suas alianças internas, bem como dissidências, cisões, aglutinações e, nesse emaranhado, procede uma tentativa de posicionar suas acepções e concepções ideológicas, mais à esquerda ou um tanto à direita, com uma visão que poderia se dizer introspectiva.

Dois fatos foram extraídos propositalmente da história do Partido dos Trabalhadores para a análise do comportamento da co-relação de forças internas: as eleições internas no PT em 2005 (Processo de Eleições Diretas - PED) e a crise governamental no mandato de Lula.

O PED 2005 tem valor relevante na história das contradições petistas, dada a sua contemporaneidade com um Governo almejado por décadas pelos fundadores do Partido, e que, também, foi ponto culminante de uma trajetória histórica de certo “enfraquecimento” de suas veias esquerdistas. De sua ponta, a crise que se instalou no Governo Lula, coloca em cheque algumas práticas por ele tomadas.

Daí por diante, discute-se brevemente a ressonância entre as divergências e contradições históricas que envolvem a trajetória do Partido e as incongruências e disputas dentro das instâncias governamentais, na perspectiva da saída da esquerda do Partido e da entrada da direita no Governo.

Finalmente, a pesquisa detém-se na análise da quebra do paradigma da ética petista como fator conseqüente da crise do PT e a recorrente utilização da retórica da governabilidade como discurso legitimador das ações governamentais e omissões partidárias.

CAPÍTULO III

CONTRADIÇÕES NA DIVERSIDADE

Portanto, não cabem desculpas, não cabe perdão. Cabe cabeça erguida. É isto que cabe neste momento: a cabeça erguida porque pode ser que eu saia daqui expulsa, mas quem está me expulsando não é o PT socialista, não é o PT da radicalidade democrática, não é o PT que eu ajudei a construir. O PT, a que nós dedicamos os melhores anos de nossas vidas para ajudar a construir, morreu. O que foi sua razão de existir foi sepultado.⁶⁰

3.1. A liberdade em tendências ou correntes

A afirmativa de que há uma identidade petista é de difícil comprovação. Dizer que o PT vive ou viveu uma crise de identidade pode não ser uma verdade absoluta, se partir do pressuposto que o Partido nunca teve uma identidade sólida.

Nesse sentido, convergência nunca foi algo que se pudesse achar facilmente no interior do Partido dos Trabalhadores. O PT já nasceu sob forte divergência, justificável por sua própria composição, bastante heterogênea.

Como já abordado, no próprio movimento sindical, movimento precursor do Partido dos Trabalhadores, já havia tendências ideológicas próprias, como os chamados *trotskistas*, os *maoístas*, os *comunistas*, os grupos de influência bastante organizados, como por exemplo, a Democracia Socialista, a Convergência Socialista e a Ala Vermelha, bem como os Socialistas Democráticos (SINGER, 2001, p. 17-21).

Com a fundação oficial do Partido dos Trabalhadores, adesões individuais de membros antes pertencentes ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Vanguarda Popular Revolucionária (VAR) e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), aconteceram em razoável escala e foram dando forma à composição do PT. Também, como já frisado, acabaram incorporando-se ao PT movimentos e agrupamentos (inteiros ou parte deles), tais como a Ação Popular (AP), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Revolucionário Comunista (PRC) (*Idem*, p. 26) e a antiga Organização Socialista Internacional (OSI) ou Libelu de Liberdade e Luta conhecida no movimento estudantil nos idos de 1970 (*Ibidem*, p. 33).

⁶⁰ HELENA, Heloisa. **Discurso**. Momentos finais de seu pronunciamento que precederia a votação por sua expulsão do PT *apud* GENRO, Luciana e ROBAINA, Roberto, 2006, p. 148-149.

A heterogeneidade no Partido dos Trabalhadores fez conviver, em uma mesma época, ou melhor, disputar espaço internamente, grupos compostos por revolucionários esquerdistas (ex-combatentes armados) de viés marxista, antiteológico, portanto, e grupos compostos por correntes progressistas da Igreja Católica, inclusive padres, frades e freiras, que tiveram grande importância na construção e difusão da própria existência do Partido.

As tendências, correntes e grupos do pensamento ideológico⁶¹ sempre existiram internamente no PT, reflexo da existência de rachas na própria esquerda brasileira antes mesmo da fundação do Partido, que se repetiu no movimento sindical-operário e grevista dos anos 70 e 80 (BOITO JR., 2003, p. 18).

É escassa a literatura sobre esse fenômeno partidário quase que exclusivo do Partido dos Trabalhadores, ao menos antes do advento do Governo Lula, por se tratar de assunto de menor importância (e desconhecimento de muitos) para a mídia em geral, que só manifestou interesse quando algumas das históricas divergências vieram à tona (*vide* HIPPOLITO, 2005).

Ainda que não regulamentadas ou “legalizadas”, as tendências se reuniam e deliberavam em separado no PT desde a sua fundação. E desde o início, também, atuavam como força interna na deliberação e condução dos trabalhos do Partido, ajudando em sua constituição e trajetória históricas.

Por esse motivo, no 5º Encontro Nacional do PT, realizado em 1987, o Partido lança, finalmente, o documento oficial sobre tendências, a chamada “Resolução sobre tendências”⁶²:

[...] o PT compromete-se a aperfeiçoar no seu interior, cada vez mais, as condições democráticas que permitam a todos e a cada um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção.

[...]

4. Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais

⁶¹ O termo “Tendência” é o oficialmente utilizado pelo PT. Todavia, muitos filiados utilizam os termos “Corrente” ou “Grupo” com o mesmo sentido. Muitas tendências, ainda, se auto-intitulam como “Movimento”.

⁶² *In* FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2007.

variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio.

5. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, [...]

Assim, o PT estabelecia uma estratégia de organização partidária bastante incomum no sistema partidário brasileiro. O documento faz referência à acepção “democrática” em que o PT, pretensamente, via com “naturalidade” o processo de formação de grupos internos que defendiam “posições políticas”. Ainda que, como dito, grupos distintos já se organizavam internamente no PT desde a sua fundação, a organização oficial de tendências iria, definitivamente, mudar o PT.

Havia, entretanto, desde o início, a preocupação de que a liberação de tendências pudesse criar verdadeiras facções internas no PT, com o risco em potencial de se normatizar uma conduta de insubordinação das instâncias e decisões majoritárias⁶³:

6. É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

Por essa razão, já na Resolução lançada em 1987, o Partido dos Trabalhadores estabeleceu alguns determinantes em sua própria redação final, estabelecendo que⁶⁴:

- a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).
- b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ *Ibidem.*

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.

d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.

e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido.

f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

Assim surgia, em 1987, a liberação para constituição de tendências no PT, bem como as primeiras regras de seu funcionamento, proibições explícitas e, principalmente, o conceito atribuído a tendências pelo próprio Partido: “um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política” (vide letra “a”, texto citado acima).

Entretanto, apenas três anos mais tarde, em reunião realizada em 14 e 15 de abril de 1990, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores aprovaria e publicaria o texto definitivo que normatizava o funcionamento das tendências, chamado “Regulamentação das Tendências Internas”. Tal documento estabeleceria, dentre outros, como a Tendência Interna⁶⁵ deveria se comportar e até como ser oficialmente reconhecida pelo Partido, reforçando os conceitos dirimidos e publicados pela Resolução de 1987⁶⁶:

[...] 2. O Partido dos Trabalhadores é constituído por filiados individuais. O programa político, a organização e o funcionamento, bem como as atividades do PT, são os que constam do Manifesto de Fundação, do Programa, do Estatuto, do Regimento Interno e das resoluções aprovadas em Encontros e Convenções e nas demais instâncias de deliberação do Partido. Todos os filiados, sem exceção,

⁶⁵ Surge o termo “Tendência Interna”, que antes era apenas “Tendência”, pleonasma imposto pela direção do PT, que reforça a idéia de preocupação latente com a insubordinação partidária de seus membros, limitando a área de atuação e abrangência da Tendência, ficando proibida de atividades “externas”, portanto.

⁶⁶ In FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2007.

devem submeter-se às disposições desses documentos. Serão aplicadas sanções, previstas no Estatuto e no Regimento Interno, às infrações cometidas por quaisquer filiados, sem exceção.

3. Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta regulamentação, um agrupamento para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do Partido. Um agrupamento dessa natureza é denominado Tendência Interna.

a) Uma Tendência Interna, portanto, é um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta regulamentação.

b) Os integrantes da Tendência Interna só podem ser filiados do PT e, sem exceção, submetidos única e exclusivamente às regras e deliberações partidárias, bem como às normas disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do Partido. [...].

Dessa forma, a redação da “Regulamentação das Tendências” do Partido dos Trabalhadores segue o seu evidente propósito de “frear” as aspirações dos agrupamentos e restringir sua área de atuação submetendo seu funcionamento à subserviência integral ao Partido. O texto é bastante restritivo, e segue a linha de preocupação com a autonomia das tendências, como se sub-partidos dentro do PT o fossem⁶⁷:

[...] 4. A Tendência Interna caracteriza-se por submeter-se ao Programa e às Resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se na defesa de propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais da política, da estrutura ou funcionamento do Partido.

a) A Tendência Interna diferencia-se radicalmente de organizações políticas autônomas externas do PT, por este assim consideradas. O PT não admite a dupla filiação e a dupla militância dos seus filiados com relação a essas organizações autônomas.

b) Por construir-se como partido estratégico, com programa e organização aprovados pelos seus filiados, o PT não se constitui numa frente ou numa federação de partidos ou de organizações.

c) A autonomia relativa da Tendência Interna não pode extravasar, sob qualquer hipótese, os limites definidos por esta regulamentação e por outras deliberações sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias.

5. A Tendência Interna poderá adotar qualquer denominação – com exceção de “Partido” – que a identifique e caracterize perante o

⁶⁷ *Idem.*

conjunto de filiados do PT. Mas essa denominação deve ser precedida sempre da expressão “Tendência Interna”.

Com o rigorismo explícito imposto pelo Partido dos Trabalhadores, as tendências foram se organizando, disputando cargos dirigentes e relatorias de teses e outros documentos que no PT funcionam como direção ideológica de atuação política.

Não se pode negar o fato da “Articulação dos 113” ser o grande desencadeador de manifestações explícitas de agrupamentos enquanto agrupamentos, ou seja, manifestações explícitas de grupos internos e opiniões ideológicas tiradas em deliberações isoladas pelos próprios membros do grupo.

Nacional e internamente ao PT, podem-se citar como nomenclaturas dadas às tendências (correntes ou movimentos), que atuaram direta ou indiretamente, por um determinado período, nomes como: Articulação (ART); Articulação Unidade na Luta ou Unidade na Luta; Articulação de Esquerda (AE); Democracia Radical (DR); Democracia Socialista (DS); Campo Majoritário (CM); Força Socialista (FS); Movimento Esquerda Socialista (MES); Movimento PT (MPT); O Trabalho (OT); O Trabalho do PT; Ação Popular Socialista (APS); Convergência Socialista (CS); Tendência Marxista (TM); Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); Brasil Socialista (BS); Fórum Socialista (FrS); Secretariado Unificado (SU), etc.

Atuaram também alguns agrupamentos regionais, não necessariamente registrados como tendência no Diretório Nacional, a exemplo de: A estrela é o PT (Maranhão), Coletivo de Socialistas do PT do Nordeste (Pernambuco, Paraíba e Alagoas), Os sonhos não envelhecem (Paraná), PT de cara própria (Alagoas)⁶⁸ e Movimento Socialista (Santa Catarina).

Outra força interna importante no PT, porém nem tão organizada ou articulada, são os chamados “*independentes*”. Esse grupo, apesar de não se constituir oficialmente enquanto tal, possui relativa participação na composição de chapas e relatorias das teses nos Encontros, às vezes, funcionando de “pêndulo” ou “voz alternativa” às discussões travadas pelas tendências. Todavia os “independentes”, por sua própria característica, não é um grupo fixo tampouco tem componentes que falam por si, e ora se aliam com a direita, ora se juntam com a esquerda, ou seja, não possuem uma diretriz ideológica própria.

⁶⁸ In FORÇA SOCIALISTA, **Parâmetros Estratégicos para uma Revolução Socialista no Brasil**, 2004, 1ed., p.28.

Diferente das tendências, ainda há uma espécie de coligação ou aliança política interna no PT, que são as chapas que concorrem aos cargos dirigentes no Partido. Essas chapas, não exatamente correntes ou tendências, atuam de igual forma por um determinado lapso de tempo, principalmente em Encontros e Congressos, onde discutem, deliberam e assinam em conjunto as chamadas “teses” lançadas nos eventos do PT.

À parte as tendências, há outros grupos de atuação estritamente ligados ao Partido dos Trabalhadores: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Embora não sejam constituídos oficialmente como subgrupos, possuem significativa atuação interna no PT.

Não menos importantes, presentes desde a fundação do Partido, são os grupos progressistas ligados à Igreja Católica.

Outra força interna no PT são as chamadas tendências do Poder, ou seja, aqueles grupos ligados aos mandatários petistas que possuem expressiva relevância com a nova lógica eleitoral do Partido.

Com essa diversidade se constitui o Partido dos Trabalhadores, como uma grande massa heterogênea e em franca e ampla disputa. É preciso destacar, no entanto, que na última década, ao menos, uma única força política tem obtido a hegemonia dos cargos dirigentes e teses de orientação político-ideológica, diminuindo drasticamente o espaço para a chamada “disputa” por seu controle.

3.2. Hegemonia, dissidências: a tentativa de pontuar as diferenças

Como observado anteriormente, há poucos estudos e publicações a respeito da existência de tendências internas no Partido dos Trabalhadores.

Obviamente, nenhuma tendência interna do PT se auto-intitula de “direita”, e dificilmente uma delas dirá que não é de “esquerda”. Todavia, além da origem de seus membros, as tendências internas do PT se distinguem umas das outras por meio de disputas internas, especialmente, em dois momentos: nas eleições de cargos dirigentes e na relatoria de teses que direcionam ideologicamente as atividades políticas do Partido.

Mesmo assim, a tentativa de demarcar os limites ideológicos das tendências é tarefa de difícil execução, uma vez, que assim como no próprio Partido ou mesmo na sociedade de um modo geral, não há uma conduta fixa e linear nas expressões

ideológicas das correntes internas do PT suficiente para que se fixem determinantes absolutos para essa demarcação. As tendências do PT, em especial, conduzem suas atividades conforme as deliberações pontuais de seus coletivos. As variáveis espaço e tempo também influenciam nas tendências e suas ideologias. Daí porque a chegada do PT ao Governo em 2003, por intermédio de Lula, intensifica as diferenças internas e contribui para a tentativa de identificação ideológica dos segmentos.

O Partido dos Trabalhadores nasceu com divergências entre seus fundadores e manteve a tradição de uma cultura de diversidade. As hipóteses de convergência e identidade, em se tratando de PT, até o presente momento, são de difícil comprovação. Todavia, ressalte-se que o grupo hegemônico do PT nos últimos anos tem conseguido reduzir o espaço para a disputa interna, chegando ao ápice de sua ascendência interna com a constituição do Governo Lula e seu núcleo político.

De outro lado, porém, a análise de documentos, atas e textos aprovados nos Encontros, principalmente teses assinadas pelos filiados e redigidas pelas tendências, bem como as direções eleitas e os discursos adotados em sua trajetória, torna possível traçar uma movimentação ideológica clara e evidencia os severos embates de posicionamento entre filiados e seus grupos.

Os enfrentamentos político-ideológicos internos do PT dão a tônica desde o marco zero do Partido, inclusive naquilo que já se denominava ala esquerda e ala direita. Ou seja, desde o início se manifesta a existência de um grupo não exatamente alinhado ao conjunto do pensamento ideológico da esquerda tradicional, ou que se posicionava à direita dessa linha (BOITO JR., 2003, p 18).

A co-relação de forças em cada corrente é tão movimentada quanto a própria co-relação de forças entre as tendências do Partido. Ou, dito de outro modo: as contradições e diversidades, disputas e alianças no Partido dos Trabalhadores, a cultura de embate político são reproduzidas internamente nas tendências.

As tendências, “dentro de si”, sofrem debates intermináveis do campo teórico e do reflexo na *práxis*. Membros das tendências mantêm um constante debate de posicionamento ideológico da corrente e empurram o agrupamento para um ou outro lado, produzindo textos, discutindo conjuntura política e formalizando manifestos e teses.

As tendências “entre si”, de igual maneira, são obrigadas a manter a relação dialógica no interior do Partido, inclusive com correntes de pensamento ideológico

diverso. Não raras vezes, as tendências formulam alianças políticas para a construção de teses em que há acordos integrais ou sobre determinados pontos, e também para disputas eleitorais na composição de chapas para os cargos dirigentes do Partido.

É preciso salientar que, assim como não há uma identidade propriamente dita do Partido dos Trabalhadores, muito menos ideológica, não há um posicionamento fixo do espectro do pensamento das tendências. Em um determinado momento histórico, em um determinado posicionamento (teórico ou de aliança), em um determinado espaço, a tendência pode migrar de um lado para outro no espectro ideológico interno do PT.

Aliás, a migração de importantes membros entre as tendências, os processos de “desligamento” (saída) e “ingresso” (entrada), não são algo que se possa dizer raro. Por força de influências, interesses ou de posicionamentos adotados pelo grupo, muitos membros das tendências acabam migrando de uma para outra, no que, comumente, acabam se dizendo “independentes” até segunda ordem. Nesse sentido, por vezes a imprensa se equivoca ao posicionar algum filiado neste ou naquele grupo, motivo pelo qual as informações disponíveis do posicionamento nas tendências nem sempre são confiáveis.

A influência de teóricos *marxistas* (seja qual for sua “descendência” no campo da *práxis*) explícita nos documentos do Partido sempre foi marcante, assim como, de outra ponta, muitos foram se moldando à realidade da questão democrática no Brasil, os inicialmente chamados de “pragmáticos” foram ganhando força internamente (SINGER, *op. cit.*, p. 48-49):

O PT nunca hesitou em disputar eleições. Ao contrário, como já foi visto aqui, quando Lula se engaja na criação de um partido, em 1978, o vê como instrumento para enviar trabalhadores ao Congresso, em Brasília. A decisão de participar das instituições veio antes da ideologia.

Não foi, contudo, uma decisão isenta de tensões. Os grupos de esquerda presentes na criação do partido sempre procuraram contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais. Esse ponto de vista tinha a vantagem de cair bem nos núcleos de orientação católica, entre os quais tende a haver certa desconfiança doutrinária da representação.

Nesse vértice, há uma grande linha divisória, no campo ideológico, das tendências do PT, qual seja: o ingresso ou não ao Governo Lula. A questão da

autonomia partidária, no sentido de que o posicionamento ideológico do Partido era independente do posicionamento ideológico do Governo, é um dos paradoxos mais contundentes enfrentados a todo o momento no PT.

As tendências aliadas que compõem o chamado Campo Majoritário (Unidade na Luta – ou ex-Articulação – e, ainda, Democracia Radical), imediatamente se integraram ao “*primeiro escalão*” do Governo Lula em 2003, até porque o núcleo da campanha do candidato era formado por líderes de tais tendências. Aliás, o núcleo de campanha logo foi também o núcleo de Governo. Nomes como Luiz Dulci, José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz Gushiken formaram o núcleo governamental nos primeiros meses do Governo Lula. No Partido, José Genoíno (então Presidente), Sílvio Pereira (então Secretário), Delúbio Soares (então Tesoureiro), constituíam o núcleo governamental.

Com o passar do tempo, foram compondo o Governo, juntamente com tendências de posicionamento (passado recente) de “*esquerda*”, com destaque a Articulação de Esquerda⁶⁹ e a Democracia Socialista⁷⁰, partidos políticos estranhos à história do PT, como por exemplo, o então Partido Liberal (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, posteriormente, o ainda Partido Progressista Brasileiro (PPB).

As contradições eram evidentes no Governo, ressonâncias da condição heterogênea do próprio Partido dos Trabalhadores. As contradições representadas pelas tendências, indiscutivelmente, são uma forma clara e justa de organização partidária, uma vez que nas organizações partidárias há sempre a atuação de grupos de interesse, por vezes movidos por diferenças regionais ou de poder, mas que atuam na “clandestinidade”. A autorização de organização de tendências internas, sem dúvida, abriu uma nova metodologia nos partidos políticos do Brasil, especialmente no caso do PT, em que a heterogeneidade foi marcante desde sua fundação.

Fato também destacável na recente história do PT foi a expulsão, em 2003 (ano de início do Governo Lula), de parlamentares do Partido que, fundamentados na questão da autonomia partidária, votaram contra o próprio Governo. O aspecto significativo neste fato é que o debate interno do PT tomou dimensão externa e

⁶⁹ A exemplo do próprio Secretário (Pesca) com *status* de Ministro, o catarinense *José Fritsch*.

⁷⁰ A exemplo de *Olívio Dutra* (Ministério das Cidades) e *Miguel Rossetto* (Ministério da Reforma Agrária).

acabou expondo as contradições do Partido ao grande público, via cobertura da imprensa nacional.

O discurso dos parlamentares petistas e suas defesas ideológicas evidentemente estavam coerentes com o histórico do Partido dos Trabalhadores, especialmente no que tange à ferrenha oposição do Partido ao Governo Fernando Henrique Cardoso, no mandato anterior. E essa leitura de coerência, automaticamente, trouxe para o Governo a pecha de incoerência, uma vez que ficou evidente ao público na ocasião que a tendência do Presidente (Campo Majoritário) é que estava expulsando os parlamentares, ligados às tendências de esquerda relacionadas aos movimentos sociais e à própria história do PT.

Assim, em 14 de dezembro de 2003 realizou-se a reunião do Diretório Nacional do PT que decidiu pela expulsão de parlamentares do PT, dos quais destacamos a Deputada Federal Luciana Genro (filha do então ministro Tarso Genro – da Democracia Radical e do Campo Majoritário) e a Senadora Heloísa Helena (ex-líder da oposição ao Governo FHC no Senado)⁷¹:

Nós não estamos defendendo algo que aprendemos numa “cartilha” pessoal nossa. Nós não estamos defendendo algo que aprendemos nas nossas chamadas tendências de esquerda. Nós estamos defendendo pouco! Nós estamos defendendo, inclusive, as resoluções que foram aprovadas no encontro nacional do PT e a forma como o PT atuou e votou contra e combateu ferozmente quando apresentadas pelo governo Fernando Henrique.

[...]

Então, nada de novo nas minhas palavras tem, nada de novo nos meus argumentos tem, absolutamente nada!

[...]

É isto que cabe no momento: cabeça erguida porque pode ser que eu saia daqui expulsa, mas quem está me expulsando não é o PT socialista, não é o PT da radicalidade democrática, não é o PT que eu ajudei a construir.

Observa-se a carga ideológica que acompanha a crítica proferida no discurso que precedeu a deliberação e aprovação de sua expulsão. Fica nítido o recado da autora no sentido de indicar uma conseqüente trajetória do Partido e a força hegemônica à qual atribui sua expulsão e à qual denomina simplesmente de “PT” (leia-se Campo Majoritário) por não representar o PT socialista.

⁷¹ CARVALHO, Heloísa Helena Lima de Moraes, 2003 *apud* GENRO, Luciana, 2006, p.147/149.

Atualmente, das tendências remanescentes, correntes ou movimentos que atuam direta ou indiretamente no Partido dos Trabalhadores, pode-se destacar, além do Campo Majoritário (Unidade na Luta e Democracia Radical), entre mais movimentadas e atuantes: a Democracia Socialista (DS), a Articulação de Esquerda (AE), o Movimento PT (MPT) e O Trabalho (OT) (ressalvando a ausência da Ação Popular Socialista – APS por ter saído oficialmente do PT em 2005).

É possível encontrar sinais de orientação ideológica das tendências em alguns trechos de seus documentos oficiais mais recentes⁷². Trata-se de trechos das teses inscritas para o III Congresso Nacional do PT (2007), que comentam, todos eles, a questão do “socialismo petista”.

Campo Majoritário (tese “Construindo um Novo Brasil”)⁷³:

Somos anticapitalistas por entendermos que o capitalismo, por sua natureza, gera miséria, fome, violência, guerra e destruição do meio ambiente. É um sistema que trata o cidadão como consumidor e converte direitos em privilégios.

Socialismo, para o PT, não deve ser confundido com estatização, mas entendido como socialização da política que recupera a idéia de uma cidadania ativa, reconhece a democracia como espaço de explicitação de dissensos e propõe a ampliação da participação popular e controle social do Estado.

Democracia Socialista (tese “Mensagem ao Partido: o PT e a revolução democrática”)⁷⁴:

As resoluções “O socialismo petista” e “Socialismo”, aprovadas no 7 Encontro Nacional e no I Congresso do PT, devem ser justamente valorizadas como marcos centrais da história e da cultura petistas. Elas foram fundamentais para garantir a sobrevivência da identidade e a unidade do PT em anos marcados pela forte pressão conservadora e neoliberal. Afirmaram a legitimidade democrática do PT em seu caminho para o governo central do país. Mas, principalmente, enriqueceram a cultura do socialismo democrático com princípios e formulações alternativas às grandes linhas das experiências autocráticas de construção do socialismo ou adaptativas à ordem capitalista da social-democracia.

Articulação de Esquerda (tese “A esperança é vermelha”)⁷⁵:

destruição ambiental, a barbárie social, as guerras, a incompatibilidade cada vez maior entre o capitalismo e as liberdades democráticas são alguns dos motivos que tornam urgente a luta e a construção do socialismo. Defendemos o socialismo como alternativa tanto aos grandes problemas da humanidade quanto aos grandes dilemas do Brasil. [...] Em síntese, o que pretendemos do III Congresso é reafirmar o PT como partido militante e de massas, capaz de governar o Brasil e lutar pelo socialismo.

Movimento PT (tese “Por todos os sonhos! Por todas as Lutas!”)⁷⁶:

Embora se propugne como socialista, o Partido dos Trabalhadores nunca aprofundou o debate interno para formular o nosso modelo de socialismo. Não passamos da reafirmação de nossa vocação socialista e de nosso compromisso com a democracia e o internacionalismo solidário. O III Congresso surge como o momento propício para retomarmos este debate, para analisarmos a conjuntura internacional na globalização e para buscarmos compatibilizar nossa experiência de governo com os possíveis caminhos para a construção do socialismo. Não vamos concluir, agora, a formulação do nosso modelo de socialismo, pois não há acúmulo suficiente para isto. [...] O partido não consolidou com firmeza o socialismo como projeto estratégico até porque faltou acúmulo teórico. Também o internacionalismo, que é uma das características das esquerdas no mundo inteiro, não é vivenciado com interesse pela militância do PT.

O Trabalho (tese “13 pontos para uma plataforma de soberania nacional”)⁷⁷:

Desde o século dezenove o movimento dos trabalhadores luta pelo socialismo, como forma de organização social e econômica, na via da superação da exploração do homem pelo homem. [...] O socialismo é, então, uma transformação das relações de propriedade. As relações burguesas de produção – baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção – são a última forma de antagonismo. Relações que repousam na contradição entre o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a concentração cada vez maior da propriedade dos meios de produção. Tal contradição, para o marxismo, só pode ser resolvida do ponto de vista do progresso da humanidade pela socialização dos meios de produção, o socialismo. Considerando a luta de classes o motor da história, para o marxismo é à classe trabalhadora que incumbe a tarefa de conduzir a transformação do capitalismo para o socialismo, “a burguesia produz seus próprios coveiros”, como diz o Manifesto do Partido Comunista.

Aqui não se pretende exatamente analisar o conteúdo das teses lançadas por cada tendência, mas, como dito, tentar subtrair alguma síntese ideológica de cada corrente. Há sutis diferenças entre os posicionamentos adotados pelos textos, bem

⁷⁶ In <http://www.movimentopt.com.br/_downloads/Tesefinal.pdf>, acessado em 25 de junho de 2007.

⁷⁷ In <<http://www.jornalotrabalho.com.br/Campanhas/TESEINSCRITAFinalsemosnomes.htm>>, acessado em 25 de junho de 2007.

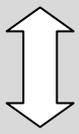
verdade. Em um primeiro momento, pode-se notar o tom conciliador e “esquerdista” em todas elas, cada qual se declarando simpática ao socialismo.

Todavia, o Campo Majoritário sugere um “anticapitalismo” e um socialismo não-estatizante. A Democracia Socialista defende a reafirmação do socialismo petista aprovado no I Congresso Nacional do PT e tece crítica à social-democracia. A Articulação de Esquerda baseia seu socialismo na crítica ao capitalismo. O Movimento PT entende que o Partido nunca definiu seu modo de pensar do socialismo e avalia não ser o momento para conclusões. O Trabalho com forte veia marxista resgata conceitos como luta de classes, socialização dos meios de produção e etc.

Com esses indicadores, poder-se-ia, arriscar um posicionamento prévio das principais tendências atualmente no PT, no seguinte sentido:

- Na direita, firme e incontestável, a Unidade na Luta (UL) e a Democracia Radical (DR) que, juntas, formam atualmente o Campo Majoritário (CM). Logo depois, em uma espécie de centro-direita (aliado contumaz da direita) está o Movimento PT (MPT), integrante subserviente ao Governo Lula;
- No centro, a chamada Articulação de Esquerda (AE), que profere documentos teóricos “radicais” e tem proximidade com o MST, costuma fazer alianças pontuais com a direita, dependendo de seus interesses, especialmente, na manutenção do Poder nos estados de SC e ES. Logo depois, segue na centro-esquerda a Democracia Socialista (DS), tendência bastante enfraquecida com a expulsão de importantes líderes em 2003, fundadores do PSoL (Partido Socialismo e Liberdade), historicamente conhecida como a “esquerda do PT”, embora desde o início tenha aderido ao Governo Lula, inclusive com seus líderes assumindo Ministérios;
- Na esquerda, seguem tendências de pequena representação, quase extintas, com área de atuação restrita pelo fracasso no último PED (2005). Pode-se citar, por exemplo, a corrente O Trabalho (OT) auto-intitulado fiel à 4ª Internacional Socialista, por exemplo, de veia *trotskista*. A última grande perda da esquerda do PT foi a saída de uma Tendência inteira a Ação Popular Socialista (APS), que se aderiu em grande parte ao PSoL.

Pode-se, portanto, construir o seguinte quadro sinóptico:

Tendência	
Direita  Esquerda	Campo Majoritário (CM) (Articulação) Unidade na Luta (UL) + Democracia Radical (DR)
	Movimento PT (MPT)
	Articulação de Esquerda (AE)
	Democracia Socialista (DS)
	O Trabalho (OT)
	Ação Popular Socialista (APS)

Fonte: Elaboração.

A presente classificação, contudo, é bastante frágil no sentido de que as movimentações ideológicas das correntes são permanentes, motivo pelo qual pode haver mudanças nos quadros em curto prazo.

3.3. PED 2005: marcas das estratégias da hegemonia

No Partido dos Trabalhadores, a questão democrática sempre foi vista como dogma intocável, como cláusula pétrea da própria organização partidária. Isso desde a sua fundação, pelo clamor de época, na conjuntura histórica, passando por sua intensa vida partidária até a eleição de Lula.

O Processo de Eleições Diretas – PED, é uma das atividades partidárias mais movimentadas no PT, só perdendo lugar, talvez, ao Congresso Nacional (uma espécie de Assembléia Geral Ordinária). Até 2007, o PT viveu apenas dois PEDs, o do ano de 2001 e do ano de 2005. E, de igual forma, o Congresso Nacional do PT só se realizou em duas ocasiões, em 1991 e no ano de 1999⁷⁸, sendo o terceiro já convocado para o ano de 2007⁷⁹.

Dos dois PEDs realizados, o primeiro marcou-se pelo período histórico que antecedeu as eleições presidenciais de 2002, e, conseqüentemente, pela abertura sem precedentes dos limites ideológicos para a aliança político-eleitoral daquele pleito. Já o PED de 2005, marcou a trajetória do PT sob vários aspectos, dentre eles a co-relação entre ser o primeiro PED em que o Partido estava no Poder e, por isso, ser o mais visado pela mídia nacional e internacional.

⁷⁸ In FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, *op. cit.*

⁷⁹ In PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007.

Outro aspecto a ser registrado é o fato do Partido ter engajado suas forças, com bastante sucesso, na campanha nacional de filiações “em massa”⁸⁰. O processo de filiação em massa ocorreu no ano de 2003, não por acaso, logo após a

Ou seja, a campanha de filiação em massa iniciada em 2003, que durou aproximadamente até 2004, ano de eleições municipais e prazo limite de filiação para a inscrição no PED 2005, veio atender as expectativas do Campo Majoritário para “abrir” as portas do PT para setores da sociedade, diferentes do nicho esquerdista já abrangido pelo Partido. Embalado pela forte figura de Lula (da mesma corrente), garantiu maior força para suas teses chamadas *lights*, ou, menos esquerdistas.

Sobre o PED, o então Presidente dá o tom dos objetivos de sua tendência, quando justifica a própria existência de ser da campanha nacional de filiação⁸²:

Ao instituir as eleições diretas para todas as instâncias de direção, o PT foi o único partido que deu poder efetivo aos filiados e democratizou de forma radical suas relações internas. Com isso, a disputa interna pelas direções tornou-se uma disputa real, que independe dos esquemas burocráticos. O fato de a disputa interna pelas direções ter-se tornado fluida, democrática e aberta reforçou o princípio da fidelidade e da unidade de ação a ponto de ele ter se tornado um preconceito da própria militância. Hoje, é praticamente impossível um dirigente, um parlamentar, querer passar incólume, aos olhos da militância, na infringência da fidelidade e unidade de ação. Isto, contudo, não afetou a ampla liberdade de opinião que o Partido sempre cultuou em sua tradição.

Entretanto, insiste na ideologia defendida por sua tendência, quando ressalva que a “liberdade de opinião” passa pela obrigação da sustentabilidade do Governo Lula, ou seja, o convite à filiação de novos setores da sociedade estava aberto, sob o aspecto da pretensa liberdade de opinião vigente no PT, desde que o filiado saiba de antemão da “responsabilidade” de sustentar politicamente o Governo⁸³:

O PT vive um novo momento de sua história. Recebeu do povo a determinação de ser um partido de governo, de governar o Brasil com o presidente Lula. O partido vive, portanto, uma condição ambivalente: é um partido da sociedade e é um partido de governo. Como partido da sociedade tem autonomia para propor, negociar, reivindicar e mediar relações, propostas programáticas e interesses. Como partido de governo, mandatado pelo povo, tem a obrigação e a responsabilidade de apresentar soluções e sustentar politicamente o governo.

Em verdade, a Campanha Nacional de Filiação (em massa), em 2003, teria sido uma clara estratégia adotada pelo Campo Majoritário como contrapartida à desfiliação ocorrida depois da expulsão de parlamentares de tendências de esquerda (chamados “radicais”), servindo claramente para preencher a lacuna

⁸² *Idem.*

⁸³ *Ibidem.*

deixada pela esquerda, e não por acaso, na busca por “novos setores da sociedade”, ou seja, para além da esquerda remanescente já abrigada no PT.

Todavia, um aspecto importante chama a atenção no texto do então Presidente do Diretório Nacional do PT e membro do Campo Majoritário: o reconhecimento oficial da contradição de ser Partido de Governo e Partido da Sociedade, distinção que o próprio autor provoca, deixando entender uma função dúbia do PT, estando no Poder: “reivindicar” e “sustentar”.

O resultado dessa campanha de filiação, é que o Partido dos Trabalhadores registrou 825.461⁸⁴ filiados aptos a votar no PED 2005. Para se ter uma noção da dimensão do PED 2005, alguns números publicados em seu lançamento⁸⁵, dão conta de que haveria eleições em 4.638 municípios e havia em torno de 6.000 chapas municipais inscritas.

No PED 2005 foram inscritas dez chapas, cada qual com sua própria tese, ao Diretório Nacional⁸⁶: *Construindo o Novo Brasil*⁸⁷ (nº 280); *Coragem de Mudar* (nº 240); *A Esperança é Vermelha* (nº 220); *Movimento* (nº 250); *Esperança Militante* (nº 270); *Socialismo e Democracia* (nº 230); *O Partido que Muda o Brasil* (nº 290); *Terra, Trabalho e Soberania* (nº 210); *Movimento* (nº 260); *O Brasil Agarra Você* (nº 235).

A maioria das chapas inscritas no PED 2005 tiveram sua origem nas tendências oficiais do Partido; as demais tiveram origem em coletivos próprios e não necessariamente tão organizados como as tendências, a exemplo da chapa “*O Brasil Agarra Você*” formada só por membros do PT do Estado de Minas Gerais.

Das tendências nacionais oficiais do Partido originaram-se as seguintes chapas: *Construindo o Novo Brasil* (Campo Majoritário⁸⁸); *Coragem de Mudar* (Democracia Socialista); *A Esperança é Vermelha* (Articulação de Esquerda); *Movimento* (Movimento PT); *Esperança Militante* (Ação Popular Socialista); *Terra, Trabalho e Soberania* (O Trabalho).

Não por coincidência, as cinco chapas e teses nacionais que alcançaram os melhores resultados eleitorais internamente no PT, originaram-se das seguintes

⁸⁴ In SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO PT, 2005.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ In PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NITERÓI/RJ, 2005.

⁸⁷ Aqui é possível notar que o nome dado a Chapa da Tendência Campo Majoritário faz referência direta ao Governo Lula e, necessariamente, uma defesa explícita de seus rumos.

⁸⁸ O Campo Majoritário, nesse momento, compreende as Tendências Unidade na Luta (ex-Articulação) e Democracia Radical.

tendências, a saber, por ordem de votos no primeiro turno do PED: 1º) Campo Majoritário (41,9%); 2º) Democracia Socialista (12,2%); 3º) Articulação de Esquerda (11,8%); 4º) Movimento PT (11,5%); e 5º) Ação Popular Socialista (9,1%), conforme quadro abaixo⁸⁹:

Nº	CHAPA	VOTOS	%
280	<i>Construindo o Novo Brasil</i>	116.339	41,9%
240	<i>Coragem de Mudar</i>	33.794	12,2%
220	<i>A Esperança é vermelha</i>	32.767	11,8%
250	<i>Movimento</i>	32.039	11,5%
270	<i>Esperança Militante</i>	25.158	9,1%
230	<i>Socialismo e Democracia</i>	16.207	5,8%
290	<i>O Partido que Muda o Brasil</i>	8.591	3,1%
210	<i>Terra, Trabalho e Soberania</i>	5.398	1,9%
260	<i>Movimento Popular</i>	5.105	1,8%
235	<i>O Brasil Agarra Você</i>	2.361	0,9%
Votos Válidos		277.759	100%
Branco		30.487	
Nulos		4.953	
TOTAL		313.199	

Pelas regras do PED, o candidato à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (eleito pelo voto direto, secreto, igual e em eleição majoritária de dois turnos, se necessário) deveria estar obrigatoriamente inserido em uma das chapas, entretanto, as chapas não eram obrigadas a lançar candidatos à Presidência. Daí porque o número diferenciado de candidatos e chapas (e teses).

Os sete candidatos inscritos à Presidência do Diretório Nacional foram: Valter Pomar (Articulação de Esquerda – AE – nº120), Raul Pont (Democracia Socialista – DS – nº140), Maria do Rosário (Movimento PT – MPT – nº150), Plínio de Arruda Sampaio (Ação Popular Socialista – APS – nº170), Markus Sokol (O Trabalho – OT – nº110), Ricardo Berzoini⁹⁰ (Campo Majoritário⁹¹ - CM - nº180) e Gegê (nº160)⁹².

No Primeiro Turno, o resultado entre os candidatos à Presidência do Diretório Nacional foi o seguinte⁹³:

⁸⁹ In PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NITERÓI/RJ, 2005.

⁹⁰ O Campo Majoritário lançou inicialmente a pré-candidatura de José Genoio Netto como candidato à Presidência. Depois, devido às denúncias vinculadas na imprensa, o C(0)1.47.28 185.48 Tm [()0.72s21099()015

Nº	CANDIDATO	VOTOS	%
180	Ricardo Berzoini	123.537	42,0%
140	Raul Pont	43.190	14,7%
120	Valter Pomar	42.911	14,6%
170	Plínio de Arruda Sampaio	39.342	13,4%
150	Maria do Rosário	39.059	13,3%
110	Markus Sokol	3.966	1,3%
160	Gegê	1.968	0,7%
	Votos Válidos	293.973	100%
	Branco	16.579	
	Nulos	4.374	
	TOTAL	314.926	

Nota-se no resultado eleitoral do primeiro turno, que a disputa à Presidência do Diretório Nacional marcou o recrudescimento de setores da “esquerda”, principalmente por intermédio das tendências Democracia Socialista (Raul Pont), Articulação de Esquerda (Valter Pomar) e Ação Popular Socialista (Plínio de Arruda Sampaio). Por outro lado, o resultado foi um tanto frustrante também sob a perspectiva da esquerda do Partido que se viu, novamente, como evidente força minoritária frente à hegemonia do chamado Campo Majoritário, representado pelo

conseguiu angariar bastantes votos de chapas que não detinham candidato próprio, chegando a ultrapassar a diferença de votos das chapas correspondentes.

No segundo turno, a esquerda do PT isolou o Campo Majoritário, aglutinando-

Por muito pouco, portanto, a “esquerda” do Partido dos Trabalhadores não elegeu o Presidente do Diretório Nacional, ainda que a tese e a chapa do *Campo Majoritário* tivesse vencido o pleito já no primeiro turno, ou seja, com a hegemonia garantida.

Como era de se esperar, a esquerda atribuiu a derrota de Raul Pont à ausência do apoio da APS e de Plínio de Arruda Sampaio no segundo turno, àquela altura já ingressados no PSoL. Pelos números, pode-se visualizar uma potencial vitória eleitoral de Raul Pont, caso a APS (25.158 votos – 9,1% no 1º Turno) e Plínio (39.342 votos – 13,4% no 1º Turno) tivessem ofertado apoio ao candidato remanescente da esquerda. De sua parte, a APS defendeu-se argumentando que a derrota da esquerda no PT já havia acontecido no PED 2005, com a composição do Diretório Nacional através do resultado eleitoral das chapas e teses, e que o *Campo Majoritário* obtivera, novamente, a maioria do Partido, mantendo sua hegemonia.

Assim, o PED 2005 foi marcado pelas estratégias adotadas pela força hegemônica para sua perpetuação na direção do Partido dos Trabalhadores, que se demonstraram vitoriosas para os seus propósitos.

3.4. Mais direita no Governo, menos esquerda no Partido

A lógica da afirmativa deste subtítulo, embora em primeiro momento possa parecer simples equação aritmética, é importante fenômeno político que interessa de sobremaneira ao presente estudo.

Pelo que já foi apurado, dois fatos políticos no percurso do Partido dos Trabalhadores deixaram profundas cicatrizes na movimentada história do PT: o processo eleitoral de 1989 e a discussão da Reforma da Previdência, em 2003.

O primeiro, porque a derrota de 1989 (por uma diferença muito pequena) foi o principal argumento para uma força interna no PT forçar a “reflexão” sobre o perfil ideológico do Partido e a inversão dos propósitos originais, ao centrar-se na questão eleitoral. Tal reflexão acabou levando o Partido para um discurso eleitoral muito mais “ameno” e, sobretudo, a deixar para trás alguns de seus propósitos originais e a ampliar, com velocidade cada vez mais perceptível, o leque de alianças político-eleitorais (BOITO JR., 2003, p. 35).

Como dito, ainda nos anos 90, a tendência Convergência Socialista – CS foi expulsa do PT com mais alguns membros, que acabaram por fundar o chamado

Partido dos Trabalhadores Socialistas Unificados – PSTU. Muitos filiados, militantes políticos de esquerda, ao longo dos anos 90 também deixaram o PT para ingressar em partidos os mais variados como o PDT (Partido Democrático Brasileiro), o PPS (Partido Popular Socialista), o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e outros de viés “progressista”.

O segundo fato histórico, qual seja a discussão da Reforma da Previdência (2003), anos após e já no Governo Lula, porque tal proposta legislativa (originária do Palácio do Planalto) teve grande rejeição nas bases do PT, como os funcionários públicos, por exemplo, e o Governo colocou o Partido em rota de colisão com os interesses dos trabalhadores (CAVALCANTI, 2003, p. 43):

O confronto entre governo e funcionários públicos significa embate do PT, como partido do governo, com sua principal base de apoio corporativa depois dos trabalhadores. Os funcionários públicos há anos se alinharam politicamente ao PT e aguardaram o momento da vitória eleitoral para assumir o poder junto com o partido petista.

O fenômeno do êxodo esquerdista na composição do Partido dos Trabalhadores não é algo que se iniciou no Governo Lula, mas, sem dúvida, alcançou o seu clímax neste período. Contudo, tal fluxo alcançou vazão sem precedentes a partir dos primeiros passos do Governo Lula. A dificuldade de parlamentares petistas em defender o Governo e suas ações no Congresso Nacional chegou em grau de insuportabilidade ideológica tal que, em algumas votações, parlamentares do PT passaram a votar contra o Governo, e este, por sua vez, dada uma ascendência clara sobre o Partido, articulou a expulsão de tais filiados (PETRAS, 2005, p. 45):

A prova final do abraço dado ao grande capital pelo seu governo é a maneira com que disciplinou e forçou a conformidade dos seus representantes parlamentares. Com a exceção de três membros da Câmara e um do Senado, o assim chamado Partido dos Trabalhadores (incluindo a sua “ala esquerda” de estilo próprio) votou a favor das políticas de previdência regressivas, auxiliado e encorajado pelos burocratas ex-sindicalistas da CUT. Para demonstrar em grau maior ainda seus laços estratégicos com o grande capital, Lula da Silva e a liderança do PT no Congresso Nacional expulsaram os quatro membros ali dissidentes e ameaçaram fazer o mesmo com uma minoria decrescente de membros “esquerdistas”.

A direção adotada por setores do Partido desde a primeira experiência eleitoral à Presidência, em 1989, e as primeiras experiências do Governo Lula dão a tônica de um deslocamento do Partido dos Trabalhadores da esquerda para a direita, com

velocidade que se acentua nas atividades governamentais (ALMEIDA NETO, 2004, p. 144):

Impera no PT um funcionamento burocrático do tipo social-democrata distinto do centralismo stalinista, mas igualmente burocrático. Aparentemente, existe a liberdade das tendências permanentes. Mas as decisões do partido são tomadas pelos parlamentares, prefeitos e governadores, independentemente das posições assumidas pelas bases, e mesmo de seus congressos. Os parlamentares votaram a favor da reforma da previdência (ou se abstiveram) sem levar em conta a opinião de suas bases. O governo Lula aplica um plano econômico completamente distinto do que votou o último congresso petista. Este é um funcionamento típico da social-democracia, de acordo com o caráter puramente eleitoral do partido. As expulsões da *Convergência Socialista* em 92 e a de Heloísa Helena e os deputados “radicais” em 2003 só confirmam este funcionamento burocrático social-democrata.

Assim, tendências como a Convergência Socialista – CS (precursora do PSTU nos anos 90), a Movimento Esquerda Socialista – MES (precursora do PSoL) e a Corrente Socialista dos Trabalhadores – CST (que também foi precursora do PSoL), a Ação Popular Socialista (que indicou filiação ao PSoL) todas elas deixaram o PT para militar em uma nova sigla partidária. Parte da Tendência Democracia Socialista, alinhada com a então Senadora Heloísa Helena, também deixou o PT (GENRO, 2006, p. 113).

Tais grupos, somados as migrações individuais de independentes e pensadores de esquerda, são de significância quantitativa e qualitativa (talvez mais a última, diante do contrabalanço das filiações em massa), no sentido de polarização do debate interno do Partido. Suas ausências, sem dúvida nenhuma, moldaram a cultura política e a co-relação de forças internas na disputa ideológica pelo Partido dos Trabalhadores e suas atividades externas (ALMEIDA NETO, 2004, p. 144):

O PT perdeu qualquer característica progressiva. Morreu como instrumento de luta dos trabalhadores e se transformou em seu oposto: hoje é uma ferramenta para legitimar um governo burguês pró-imperialista, que sobrevive à custa do capital político conquistado no passado. Não existe nenhuma chance de “recuperar” este partido, pelas mudanças sociais ocorridas em seu interior. Mais ainda agora, com as modificações burocráticas feitas em seus estatutos e a incorporação de setores diretamente de direita na última campanha de filiação, com o partido já no poder.

Ao longo do tempo, portanto, o Partido dos Trabalhadores foi se esvaziando de vários militantes de esquerda, da base até líderes renomados, especialmente dos

anos 90 em diante, com ênfase no início do Governo Lula. Correntes ou tendências inteiras migraram do PT para outras siglas ou criaram as suas próprias.

Paralelamente, o Governo Lula, que iniciou sua composição com grande parte de petistas (da direita e da esquerda), foi agregando forças de centro e direita, cedendo espaços do Governo para nomeações de pessoas ideologicamente estranhas ao Partido dos Trabalhadores. Registre-se, todavia, que as alianças com a direita se iniciaram logo nas primeiras movimentações eleitorais (SALLUM JUNIOR, 2004, p. 259):

Em relação à política de alianças, ainda que sob os protestos de suas correntes de esquerda, o PT aproximou-se das associações empresariais e do centro partidário, aliando-se ao Partido Liberal e fazendo do Senador-empresário José Alencar o vice-presidente de Lula. Embora o PL seja um partido pequeno, o gesto político foi muito significativo, pois materializou, antes da chegada ao poder, a promessa, já mencionada, de realizar políticas negociadas. Tudo isso foi reforçado por uma campanha eleitoral muito pouco agressiva em relação aos adversários, “desradicalizada”, que projetou a imagem de um “Lula-paz-e-amor”.

No atual momento histórico, indissociável à avaliação ideológica do Partido é a sua subserviência ao Governo, cada vez mais composto por setores da direita brasileira (BOITO JR., 2003, p. 11). A passividade com que o Partido deixa e por vezes patrocina as alianças do Governo com setores da direita brasileira é matéria de bastante crítica por parte da esquerda, tal qual o Movimento Esquerda Socialista, antes tendência oficial do PT até sua expulsão, agora integrante do Partido Socialismo e Liberdade (PSoL) (*apud* GENRO, 2006, p. 95):

No Brasil, ao contrário, prima a continuidade do regime a ponto tal que o PT está sujeito às alianças com partidos burgueses para obter maioria parlamentar e ao acordo com os governos estaduais, dominados pelos partidos burgueses. Este regime político é o que também condiciona o PT a uma aliança com os partidos burgueses para governar o país e põe seus limites institucionais à política do PT na medida em que o partido quer preservar este regime ou pelo menos não ousa desafiá-lo.

Nesse ponto, não é de todo correto afirmar que o Partido dos Trabalhadores “entornou à direita” com a chegada ao Poder em 2003. Trata-se, sim, de um caminho traçado e percorrido ao longo de sua história, iniciado pós-eleições de 1989 com seu ápice na chegada de Lula à Presidência da República. Daí porque o Partido dos Trabalhadores hoje está vazio “de esquerda” ao tempo que o Governo está cheio “de direita”.

O abrandamento da retórica petista (popular, classista, socialista, etc.), no sentido de abdicação das bandeiras de luta da chamada esquerda clássica, principalmente do postulado do socialismo e seu complexo mundo de significações, tem sido uma constante na trajetória do PT (SALLUM JUNIOR, 2004, p. 257-258):

Este componente de moderação embutido na eleição de Lula permite sublinhar alguns dos limites políticos da vitória eleitoral do PT. Um desses limites decorre de o sucesso eleitoral de Lula ter ocorrido, em parte, graças à sua aproximação (e do PT) aos valores e interesses dominantes no *establishment* brasileiro. Assim, ao longo da década de 1990, embora mantivessem uma retórica agressiva contra o capitalismo internacional, suas instituições e sua ideologia, o partido e principalmente a direção do PT foram se afastando lentamente do ideário socialista e da defesa do estatismo desenvolvimentista, ainda que algumas de suas correntes não abandonassem completamente estas perspectivas. O importante é que, embora o partido fosse assimilando aos poucos, uma perspectiva mais próxima à liberal, esse processo não se completou nem houve um debate interno que redefinisse e desse consistência a esta mudança do ideário do partido. A retórica oposicionista, que incluía as mais variadas formas de radicalismo verbal, escondia uma extrema heterogeneidade interna. Destaque-se, além disso, que mesmo os partidários moderados da corrente principal do PT, a Articulação, a mais disposta a buscar o entendimento com o *establishment* liberal dominante, nunca ultrapassaram nas suas manifestações públicas sobre temas específicos o horizonte intelectual próprio da orientação econômica defendida pela corrente *liberal-desenvolvimentista* da coalizão de apoio ao governo Cardoso.

Este processo de abrandamento no campo da política-eleitoral, representado diretamente com a ampliação dos leques de aliança do PT, que a esta altura não mais questiona as “regras do jogo”, fez com que se consolidasse a coligação com o Partido Liberal (JOHNSON, 2003, p. 60).

A existência de uma coligação fática entre o êxodo esquerdista do PT e a imigração direitista no Governo é inegável, embora sejam movimentações até certo ponto independentes. Ou seja, há uma simbiose entre a decrescente participação da esquerda no PT e as alianças do Governo com a direita (TEMER, 2004, p. 149-150):

Aí está a questão essencial. Para garantir trégua com seus adversários de sempre, Luiz Inácio os transformou em privilegiados da nova ordem petista. Expulsa da legenda aqueles que se mantiveram fiéis ao conjunto de princípios e doutrinas consolidadas nos vários Congressos e Encontros Nacionais, e acolhe, com tapete vermelho, personagens, no mínimo, obscuras em sua vida pública, incapazes de resistir a qualquer investigação mais séria sobre sua trajetória.

Com o abrandamento ideológico do PT, a direção da força hegemônica (direita)

distanciamento do Partido dos movimentos sociais, sintoma número um de sua mudança de perfil ideológico.

Desta análise compartilha Frei Betto (2006, p. 204), amigo de longa data de Lula (como o próprio se define) e conselheiro ativo do Governo no primeiro mandato:

Talvez o principal erro do PT, uma vez no governo, tenha sido abandonar o que possuía de mais precioso: a rede de apoio dos movimentos populares. Foram eles que construíram o partido e deram-lhe legitimidade e representação; deles veio a maioria dos eleitos pelo PT; neles e por eles se alinhavava a capilaridade que tornava o partido quase onipresente no território nacional e, ao mesmo tempo, imprimia-lhe autoridade política e poder de mobilização jamais encontrados em qualquer outra agremiação partidária brasileira.

Ao falar em movimentos populares, refiro-me àqueles que expressam as demandas dos setores mais pobres da população e atuam para erradicar a estrutura de dominação que sustenta a desigualdade social.

Uma autocrítica vinda de tão importante colaborador do Governo, e ainda mais pela isenção de não ser petista, tem o seu mérito. O distanciamento do PT dos movimentos populares é a tradução direta do distanciamento do PT da maioria da população, de sua base, dos trabalhadores e da esquerda.

A grande massa heterogênea e cada vez mais vazia de esquerda, em que hoje se resume o PT, enfraquece-se cada vez mais como força atuante no Governo que, por sua vez, patrocina uma inserção ainda maior da direita em sua composição. Isso se reflete, imediatamente, nas ações de suas políticas públicas.

A perda da “disputa” no Partido e no Governo, parece colocar em cheque a insistência dos setores de esquerda na permanência no PT (ALMEIDA NETO, 2004, p. 144):

A permanência de grupos da esquerda petista em seu

3.5. O paradigma da ética petista e a retórica da governabilidade

Não obstante tenha-se afirmado que o presente trabalho não tem como foco uma avaliação do Governo Lula, tampouco o julgamento do Partido dos Trabalhadores, parece inevitável reconhecer-se que, tão importante para a história do PT quanto a chegada de Lula ao Poder, é também o seu próprio mandato. Sem a pretensão de aprofundar a questão da crise (“*mensalão*” e etc.) do Governo, porém, a avaliação deste período da trajetória do PT é de importância para a pesquisa.

É necessário lembrar-se, preliminarmente, que logo no início do Governo Lula havia uma comoção pública generalizada de expectativa e de ansiedade (algo talvez inédito no Brasil até então), muito alimentada pela cobertura da mídia extremamente tendenciosa e onipresente (JOHNSON, 2003, p. 61): “Um elemento fundamental para se entender o momento político que vivemos reside na esperança e confiança depositada pela grande maioria dos trabalhadores, o funcionalismo público, o movimento camponês, a “classe média” e a juventude no Governo Lula.”

Na co-relação de forças internas no Partido dos Trabalhadores, e de sua já característica heterogeneidade e, principalmente, divergências de pensamento (esquecendo-se da questão quantitativa de hegemonia, por exemplo), a crise que se instalou no Governo Lula (MERCADANTE, Aloízio, 2006, p. 19), só ajudou a reforçar a divisão interna e os desgastes de alguns representantes de tendências.

A exemplo poder-se-ia citar Cristovam Buarque (intelectual, quadro histórico do Partido), que, em meio à crise, não só deixou o Governo como saiu do Partido dos Trabalhadores, ainda que tenha sido o primeiro ministro “nomeado” e “empossado” por Lula quando comemorava sua vitória eleitoral na cidade de Caetés, no interior de Pernambuco, em 2002 (KOTSCHO, 2006, p. 237).

A questão da governabilidade surge como arcabouço retórico do Campo Majoritário para justificar a constante ampliação das alianças com a direita e o abandono desenfreado do legado de esquerda. A troca do discurso de esquerda pelo de governabilidade chegou com ênfase à imprensa em certo momento do Governo Lula (SALLUM JUNIOR, 2004, p. 270):

O custo destes êxitos na tarefa do *confidence building* foi o do desgaste político e ideológico nas bases petistas tradicionais, refletindo-se na revolta de alguns parlamentares e no rompimento de intelectuais com longa trajetória de apoio ao partido e às suas campanhas eleitorais. O tema do abandono às propostas tradicionais do partido ocupa largo espaço na mídia e, em resposta, a direção

partidária argumentou com a inevitabilidade de um rumo ortodoxo para superar a situação herdada do governo anterior – a chamada “herança maldita” – e acenou com a retomada do crescimento e com a adoção de um figurino renovado de políticas sociais e com iniciativas de tipo desenvolvimentista. Porém, foi exatamente nestes campos – o das políticas sociais e desenvolvimento – que o governo Lula tem mostrado hesitação e pouca eficiência, pelo menos até o momento.

A retórica da governabilidade chega em momento oportuno e conexo com as próprias demandas do Campo Majoritário. Nas sublinhas do que se apresenta como “governabilidade” está o abandono do legado de esquerda, conseqüentemente o distanciamento dos movimentos sociais, a ampliação das alianças com a direita, a redução do espaço da esquerda no PT, a redução do espaço do PT no Governo Lula, dentre outras mudanças.

O que se pode constatar é que o PT e o Governo (nesse caso está se falando de um mesmo grupo de lideranças – o Campo Majoritário) optaram pela retórica da governabilidade pra justificar a orientação ideológica tomada (GENRO, 2006, p. 95):

De outra forma, é evidente que, na lógica da governabilidade capitalista, qualquer governo será inviabilizado ou constrangido a ser o comitê gestor dos negócios capitalistas, a fazer acordos com as oligarquias que controlam as instituições burguesas. O PT entrou no jogo da governabilidade e não apenas o poder do Estado não sofreu nenhuma mudança com a ascensão do governo petista – o que foi

conceito citado, a todo o tempo surgia como fator justificante de ações contra-esquerdistas do Governo (BORGES NETO, 2005, p. 90):

O Governo Lula é um governo no qual as políticas neoliberais predominam amplamente, condicionam o conjunto das suas ações, marcam toda sua atuação. Este governo constituiu uma base política conservadora, utilizando para isto os métodos que a política brasileira chama de fisiológicos; estabeleceu e vem mantendo vínculos mais fortes sociais com representantes do grande capital, e em especial do mercado financeiro. Os vínculos do governo com setores populares são fortes, mas não são canais de influência desses setores sobre o governo; ao contrário, funcionam na direção oposta – sobretudo, para desmobilizá-los.

Por essa veia, o Poder é fator de influência no processo de crise do PT e do Governo. O abandono de suas próprias aspirações registradas nos arquivos históricos do PT, diretamente acabou por romper o que de mais como sagrado havia no Partido: o paradigma da ética. Se houve algum consenso no PT, este diz respeito à ética em seu sentido *latu*, ou seja, tendo como significado a conduta humana retilínea, ilibada e coerente, principalmente, *in casu*, na gestão da coisa pública.

O PT sempre se colocou como paladino da ética (CAVALCANTI, 2005, p. 09). As primeiras aparições de indícios de corrupção, inclusive com indicações de nomes do mais alto escalão do Governo Lula (*Idem*), transgrediram frontalmente o paradigma da ética petista (BETTO, 2006, p. 206):

Guardadas as proporções em relação aos movimentos revolucionários, o PT vestiu a camisa do governo e despiu a camiseta dos movimentos populares. Sem atinar para a distinção assinalada por Paulo Freire de que a diferença entre a liderança revolucionária e a elite dominadora não reside apenas em seus objetivos, mas no seu modo de atuar distinto. Quanto mais a questão do poder tornou-se vital para os membros do partido, deu-se menos importância ao fortalecimento dos movimentos populares. Pretendeu-se reequipar a máquina estatal com os quadros do partido. Não era apenas o partido no governo, era também o governo no partido.

Ainda que para os que se utilizam de tal discurso a crise que sofreu o Governo foi apenas uma questão de “governabilidade”, há uma ligação direta entre a “direitização” do PT e do Governo, a chegada ao Poder e a quebra do paradigma da ética petista.

A questão ideológica está diretamente ligada à quebra do paradigma da ética petista (BENJAMIM, 2004, p. 139):

Ao tornar-se uma força da ordem, a social-democracia cobrou um preço ao capital. A cooptação do PT, no entanto, se fez sem nenhuma concessão à sua base social. Ao contrário.

O PT aderiu passivamente à ordem conservadora, tornou-se um agente dessa ordem, obtendo com isso ganhos materiais e de poder apenas para seus próprios quadros, cada vez mais dominados por uma burocracia opaca, medíocre e desqualificada, ávida para fazer pequenos negócios. A chegada de Lula à Presidência é o auge desse processo, mas ao mesmo tempo prepara uma crise dele. Estamos assistindo ao fim de um ciclo longo de existência da esquerda brasileira, o ciclo da hegemonia do PT. O partido continuará a existir, é claro, com mais força do que antes, pelo menos do ponto de vista das instituições e das tratativas políticas e comerciais que elas propiciam. Mas não mais será vanguarda de nenhuma esquerda digna desse nome.

Portanto, é possível afirmar que a tão explorada quebra do paradigma da ética petista (como se fosse o principal evento político relacionado ao Partido, como quer a mídia *vide in* HIPPOLITO, Lucia, 2005), nada mais é que a consequência lógica do caminho histórico percorrido pelo PT da esquerda para a direita. Não se trata de um fenômeno autônomo, desconexo. É a síntese de uma série de eventos que se sucederam no Partido e, principalmente, a expressão máxima de vontade do grupo hegemônico.

E como bem anota István Mészáros, tal fenômeno não é desconexo do que tem ocorrido com alguns setores da esquerda internacional (*apud* COGGIOLA, 1997, p. 144-145):

[...] a própria esquerda adere à onda do “fim da ideologia” e o abandono do termo e da idéia do socialismo. Em todo o mundo, e não apenas no Brasil como fui informado, o partido dos trabalhadores abandonam a reivindicação socialista, enquanto os partidos comunistas mudam de nome e revelam a sua natureza liberal burguesa.

De uma maneira mais próxima, a crítica de Frei Betto (2006, p. 212) novamente tem relevância neste momento:

Partidos como o PT oscilam entre seu programa original e a prática eleitoralista que submerge parcela da militância numa disputa fratricida por cargos e mandatos. O trabalho de formação política é preterido.

As pessoas estão dispostas a lutar por benefícios imediatos, como obter terra, casa, emprego. E nem sempre prosseguem na mesma disposição após encontrarem resposta às suas demandas pessoal e familiar. O enfoque político desloca-se do macro para o micro, do global para o local, do social para o pessoal. Não tanto no sentido no sentido excludente, mas a prioridade é concedida, agora, ao micro.

Ao que tudo indica, portanto, a quebra do paradigma da ética petista não encontra justificativa suficiente apenas na retórica da governabilidade. Trata-se,

contudo, de uma pequena síntese do complexo movimento que tornou o Partido à direita e alcançou o Poder nessas condições, durante o caminho percorrido na direção tomada pelo campo hegemônico do PT.

Importante a caracterização desse aspecto, no sentido de se evitar quaisquer reduções da complexidade do fenômeno a uma simples problemática de ética (SICSÚ e MARINGONI, 2005, p. 107):

A crise atual tem uma característica positiva. O estudo de sua natureza pode nos mostrar o que exatamente está indo a pique. O governo de Lula não é apenas um governo eleito pela esquerda, a naufragar. Eleito pela esquerda, governa como a direita: conservador na política, e liberal na economia. A prática política e os objetivos econômicos, excetuando-se detalhes secundários, são exatamente os mesmo da direita que governou o País durante os últimos anos.

Segundo os autores (*Idem*) ainda, a principal característica do Governo Lula é o rompimento com a história do PT e com sua base social, aventura essa dirigida pelo grupo hegemônico do PT, desde 1994, quando a estratégia não mais era mudar, mas sim, eleger Lula Presidente.

Conseqüência dessa mudança estratégica, e das táticas utilizadas para o alcance dos objetivos traçados, o PT sofreu um revés em sua história de difícil superação. Por essa via o PT pós-Governo Lula não tem as mínimas condições de sustentar o paradigma da ética sem que, ao menos, passe por um profundo período de autocrítica (MERCADANTE, Aloizio, 2006, p. 15), enquanto Partido e enquanto Partido de Governo.

A questão da queda do paradigma da ética petista é algo um tanto emblemático para o PT (*Idem*). Recuperar a bandeira da ética em curto prazo é tarefa de difícil conclusão. Resta ao Partido resgatar o postulado do socialismo como alternativa para a saída de sua crise sistêmica, todavia, tal medida se confrontará com a já reiterada *práxis* de direita repetidamente utilizada pelos mandatários petistas.

Embora a quebra do paradigma da ética petista seja esteticamente a maior conseqüência da guinada direitista do PT, na natureza desse processo é que se concentra o grande cerne da problemática. Ou seja, não se trata apenas de uma nova cultura generalizada no PT de desvio de conduta ou algo parecido, é conseqüência do processo histórico de abandono dos postulados de esquerda, agravado com o período do Governo Lula.

INTRODUÇÃO AO QUARTO CAPÍTULO

Nesta última etapa da pesquisa, já revisada a literatura sobre ideologia, repassada a história do Partido dos Trabalhadores e introduzido os parâmetros de seu funcionamento, parte-se para a análise das entrevistas com os protagonistas das tendências internas do Partido dos Trabalhadores.

Vale destacar a importância da leitura das tendências sobre o momento histórico que vive o Partido dos Trabalhadores em sua movimentada trajetória. O PED (Processo de Eleições Diretas) de 2005 foi o último período eleitoral interno vivido pelo PT, e o primeiro em sua história estando o Partido no Poder central do país.

E ninguém melhor para portar a voz das tendências senão os próprios candidatos à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores no último pleito.

O presente Capítulo, contudo, não possui a mesma densidade bibliográfica dos demais por se tratar de análise das entrevistas colhidas pelos protagonistas do PT, e não como os anteriores carregados de debates teóricos. Daí porque pode não ter a mesma longitude quantitativa. Mesmo assim, essa etapa pode ser apontada, de antemão, como a mais importante da pesquisa, uma vez que se aproxima do interior do Partido dos Trabalhadores, e dessa perspectiva, colhe indicadores das posições de cada tendência no período.

Para melhor análise dos dados e indicadores colhidos nas entrevistas, dividiu-se o questionário em cinco grandes eixos, por assunto abordado, a saber: (01) posições ideológicas; (02) convergências e divergências; (03) o Governo Lula; (04) o Partido dos Trabalhadores; (05) as relações entre Partido-Governo e Governo-Partido.

O cruzamento das respostas dadas por cada tendência através de seus protagonistas, gera um debate que muito interessa a presente pesquisa, especialmente, no que concerne à perspectiva crítica de dentro para fora, do Partido dos Trabalhadores para o Governo Lula, na busca pela identificação de dilemas e tensões ideológico-programáticas nessa relação.

CAPÍTULO IV

ENTREVISTAS COM OS PROTAGONISTAS

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna, sem os conflitos e os perigos que dela necessariamente decorrem. Desejam a sociedade atual, subtraindo dela os elementos revolucionários e que contribuem para sua dissolução. Querem a burguesia sem proletariado.⁹⁹

4.1. Primeiras considerações

Algumas considerações preliminares se fazem necessárias, antes da análise do conteúdo das entrevistas realizadas.

O PED (Processo de Eleições Diretas) do ano de 2005, como dito anteriormente, marcou o Partido dos Trabalhadores por vários motivos, dentre os quais destaca-se o aniversário de 25 anos de fundação oficial do PT; o envolvimento de dirigentes nacionais em ocorrências de corrupção; o longo período de êxodo e expulsões das esquerdas; e, principalmente, a realização do PED pós-eleição e durante o Governo Lula.

O PED por si só é um momento de afloramento das divergências internas do Partido dos Trabalhadores. Mas o PED 2005 como fato histórico tem significativa relevância na divisão do PT tanto pelo ponto de vista interno, com punições de membros da esquerda do Partido, quanto do ponto de vista externo, com membros da direção envolvidos em ocorrências de corrupção, amplamente noticiados pela mídia nacional e internacional.

A leitura de conjuntura política realizada pelos olhos das tendências neste período, ou seja, as diferentes perspectivas pelas quais avaliam o PT, a política e o Governo, podem ajudar a entender o momento da trajetória em que o Partido dos Trabalhadores está passando.

Dos sete candidatos inscritos à Presidência Nacional do PT, a saber (pela ordem do resultado final do 1º turno) Ricardo Berzoini (Campo Majoritário); Raul Pont (Democracia Socialista); Valter Pomar (Articulação de Esquerda); Plínio de Arruda Sampaio (Ação Popular Socialista); Maria do Rosário (Movimento PT);

⁹⁹ MARX, K. e ENGELS, F. *apud* COUTINHO, 1998, p.36.

Markus Sokol (O Trabalho) e Gegê (Movimento Popular¹⁰⁰), foram escolhidos os cinco primeiros colocados para a realização das entrevistas, ou seja, aqueles que alcançaram mais de 10% dos votos válidos como população de amostra.

Entretanto, com relação ao Campo Majoritário (Unidade na Luta e Democracia Radical), que teve vencedora sua chapa inscrita na escolha da tese (41,9%) e do candidato à Presidência Nacional do PT (42% no 1º turno e 51,6% no 2º turno), ressalta-se que houve sucessivas trocas, antes e durante o PED, do nome do candidato à Presidência.

Antes da inscrição das chapas, o nome que se cogitava do Campo Majoritário à Presidência do PT era José Genoíno (até porque era o Presidente em exercício). Todavia, devido às denúncias envolvendo seu nome, que chegaram à imprensa nacional, acabou por se afastar da Presidência do PT, retirando seu nome inclusive da chapa “Construindo um novo Brasil”, embora, como o mesmo afirma, manteve apoio ao grupo.

Depois da renúncia de Genoíno, o Campo Majoritário indicou Tarso Genro (Democracia Radical), então Ministro da Educação, que assumiu a Presidência do PT e, membro da chapa como já era, a tendência lançou e inscreveu o seu nome como candidato à Presidência do Diretório Nacional no PED 2005.

Com um discurso “forte” de “refundação” do Partido e punição dos envolvidos em ocorrências de corrupção e etc. (dentre os quais a maioria de seus pares de chapa), causou furor e ligeira discordância entre sua tendência Democracia Radical e a Unidade na Luta (que compõem o chamado Campo Majoritário), desencadeando em uma nova troca de candidato à Presidência pela chapa, agora, por Ricardo Berzoini (Unidade na Luta), ex-Ministro da Previdência e Deputado Federal.

Por essa razão, foram enviadas propostas de entrevistas para os três (pré)candidatos do Campo Majoritário: José Genoíno, Tarso Genro e Ricardo Berzoini.

De antemão, a assessoria do atual Ministro da Justiça Tarso Genro informou que devido à “*absoluta falta de tempo*” do entrevistado, não havia condições para responder o questionário, e indicou a leitura dos artigos de sua autoria mesmo em seu sítio eletrônico¹⁰¹ como parâmetro para a pesquisa.

¹⁰⁰ Movimento Popular é a denominação dada à chapa, não se trata de uma tendência oficial registrada no Partido dos Trabalhadores na época.

¹⁰¹ www.tarsogenro.com.br.

Apesar de insistentes tentativas, o atual Presidente eleito do PT Ricardo Berzoini (Campo Majoritário) não pôde responder a entrevista, primeiro devido às complicações de saúde (inclusive estava de licença na Câmara de Deputados Federais), e depois, por sua ocupada agenda de trabalho como Deputado Federal e Presidente do Diretório Nacional do PT.

Assim, dos sete escolhidos para a entrevista, dois deixaram de contribuir, ambos da tendência Campo Majoritário. Todavia, José Genoíno respondeu a entrevista, ainda que, como dito, não fora inserido no PED 2005 em quaisquer chapas, sua opinião é de grande importância à pesquisa, por ter sido Presidente Nacional do PT durante alguns anos (inclusive no lançamento do PED 2005) e, principalmente, por representar durante o mesmo tempo a tendência hegemônica do Campo Majoritário. Dessa feita, todas cinco principais correntes ideológicas do Partido se fazem representadas na pesquisa.

Já com relação ao candidato e entrevistado Plínio de Arruda Sampaio necessário tecer uma breve ressalva. É que conforme o mesmo diz, desde a fundação do PT, nunca esteve incluído em uma tendência oficial do Partido. Sempre foi, portanto, “*independente*”. No PED 2005 Plínio aceitou o convite da chapa organizada pela tendência Ação Popular Socialista (APS – ex-Força Socialista) para ser candidato à Presidência do PT. Assim, embora Plínio não fosse integrante da APS, foi co-relator e signatário da tese “Esperança Militante” lançada pela Tendência.

Outra informação importante para se ressaltar é que Plínio de Arruda Sampaio, junto com toda tendência Ação Popular Socialista, em setembro de 2005 decidiu por se desfiliar do Partido dos Trabalhadores e, a exemplo da ampla maioria da corrente, filiou-se imediatamente ao PSoL (Partido Socialismo e Liberdade), ou seja, Plínio concedeu a entrevista já como ex-membro do PT. Ressalte-se que tanto o entrevistado quanto a APS tiveram forte posicionamento (de oposição até) contra o Governo Lula, ainda quando no Partido dos Trabalhadores (BORGES NETO, 2005, p. 75):

No recente processo de eleições internas do PT, os únicos setores que contestaram de modo frontal a orientação do presidente Lula, explicitando até, coerentemente, a impossibilidade para a esquerda de apoiar sua reeleição sem uma mudança radical de sua política, agruparam-se em torno da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio à presidência do PT.

O forte conteúdo esquerdista nas respostas dadas pelo entrevistado Plínio de Arruda Sampaio muito embora, *a priori*, possam significar certo oportunismo de ocasião (já que o PSoL pode estar disputando o legado de esquerda deixado pelo PT), é indicativo de um discurso adotado antes mesmo do PED 2005, como visto. De fato, a candidatura de Plínio era a única que frontal e explicitamente discordava do Governo e questionava posição de liderança de Lula, daí porque a importância de se registrar seu posicionamento, além da própria história pessoal do entrevistado e sua qualidade de co-fundador do PT.

A tendência Movimento PT foi criada pouco antes da realização do PED 2005. Trata-se de uma nova tendência, que se auto-denomina não aliada à esquerda nem à direita do Partido, mas que mantém integrantes no Governo Lula e faz sua defesa aberta. Mesmo assim, o resultado eleitoral obtido pela tendência MPT no PED 2005 a credencia como nova força política interna do PT de relevância atuação nas suas instâncias.

Por ter sido criada momentos antes do PED 2005 por dirigentes petistas ligados ao Campo Majoritário, a esquerda do PT entende que o MPT nada mais é que uma filial da direita estrategicamente utilizada pelo Campo Majoritário para se manter como força hegemônica do Partido.

Do ponto de vista metodológico, vale ressaltar que a proposta inicial era realizar entrevistas presenciais semi-estruturadas. No entanto, tendo em vista o número de possíveis entrevistados (sete), a distância de suas origens (Rio Grande do Sul e São Paulo em maioria), mas, principalmente, suas atividades político-institucionais (Dirigentes Partidários, Deputados Estaduais, Federais e Ministros de Estado), ou seja, a dificuldade de agenda dos entrevistados, não foi possível utilizar-se do método inicial. Para melhor andamento da pesquisa, optou-se por entrevistas de questionário prévio, estruturado e não presencial.

Ainda com relação à metodologia, as perguntas foram enviadas aos entrevistados em seus endereços (residenciais e profissionais), via correio, com aviso de recebimento, juntamente com a autorização para publicação que retornaram assinadas pelos mesmos. Para agilizar a comunicação, as respostas foram enviadas via correio eletrônico, tendo como autenticidade a certificação eletrônica da mensagem. As entrevistas, portanto, são estruturadas.

No tocante à ética, direitos de imagem, de autoria, de intelecto e outros, a pesquisa conta com autorização para publicação assinada por todos os

entrevistados, com exceção de Plínio de Arruda Sampaio que enviou autorização via e-mail somente.

Finalmente, o questionário é composto por 20 perguntas distribuídas em cinco grandes eixos, exceto a primeira e última pergunta que são de cunho informativo apenas. O primeiro eixo trata das posições ideológicas do PT e do Governo (questões 2 a 6); o segundo, trata das convergências e das divergências (questões 7 a 10); o terceiro, trata da perspectiva do entrevistado sobre o Governo Lula (questões 11 a 14); o quarto, da perspectiva do entrevistado sobre o Partido dos Trabalhadores (questões 15 a 17); e o quinto, sobre as relações entre Partido-Governo e Governo-Partido (questões 18 e 19).

4.2. Analisando os dados

4.2.1. Sobre posições ideológicas

O questionário das entrevistas foi de antemão abordando a questão do posicionamento ideológico, na tentativa de entender qual a visão das tendências sobre a localização do Partido e do Governo no “termômetro” ideológico.

O Campo Majoritário, através de José Genoíno entende que o PT é um Partido de massas e que, portanto, “é natural que no seu interior convivam várias correntes ideológicas e várias visões de mundo dentro de uma perspectiva de esquerda”.

A Democracia Socialista, por intermédio de Raul Pont, remete a posição ideológica do PT às antigas resoluções sobre o socialismo petista, ressaltando que o programa é alternativo às “linhas das experiências socialistas autocráticas ou das experiências da social-democracia de adaptação ao capitalismo”.

A Articulação de Esquerda, representada por Valter Pomar, traça objetivamente que “é um partido de esquerda, inclinado à social-democracia mas com forte influência socialista”.

A Ação Popular Socialista, representada no PED 2005 por Plínio de Arruda Sampaio, posiciona o PT de modo diverso dos demais, afirmando que “atualmente o PT é um partido da ordem burguesa com maior propensão de que o PSDB e o DEM para liberar recursos para as políticas assistenciais”.

Finalmente, o Movimento PT, que teve como candidata ao PED 2005 Maria do Rosário, entende que “o PT, passados 27 anos de sua fundação, permanece como

um partido de esquerda democrática, com diversas correntes internas que fazem uma pujante vida interna”.

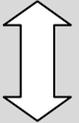
É possível concluir, de antemão, que não há um consenso entre as tendências nem ao menos com relação à própria definição ideológica do Partido dos Trabalhadores. A definição do Campo Majoritário, devido à sua própria composição e inclinação à direita, descreve a composição do PT como um amplo leque na “perspectiva de esquerda”.

A Democracia Socialista e a Articulação de Esquerda colidem frontalmente quando a primeira rechaça a idéia de social-democracia e do socialismo autocrático, e a segunda, identifica “inclinação à social-democr

A Articulação de Esquerda define o Governo Lula como “um governo de centro-esquerda”, e a Ação Popular Socialista mantém o mesmo entendimento ideológico do PT ao Governo, ou seja, “da ordem burguesa”.

E o Movimento PT, afirma ser possível “diante do espectro de forças que compõem atualmente o governo, dizer que se trata de uma gestão de centro-esquerda progressista”, motivo pelo qual “o perfil ideológico do governo Lula não é uma transposição acabada do programa do PT”.

Nesse ponto, há uma lógica na avaliação ideológica do Governo Lula: quanto mais à esquerda a tendência, mais à direita se lê o Governo. Para tal, pode-se montar o seguinte quadro:

	Tendência	Avaliação Ideológica do Governo Lula
	Direita	Campo Majoritário
		Movimento PT
		Articulação de Esquerda
		Democracia Socialista
	Esquerda	Ação Popular Socialista
		Esquerda com aliança de centro;
		Centro-esquerda progressista;
		De centro-esquerda;
		Democrático e popular;
		Da ordem burguesa.

Fonte: Elaboração.

Noutro momento do questionário, a indagação da aplicabilidade do artigo 1º do Estatuto do PT teve propositura no sentido de questionar se a raiz do programa do PT, qual seja o objetivo de existir da sigla (expresso no artigo 1º do Estatuto), tem sido aplicada pelo Governo.

O Campo Majoritário entende que não, embora oriente as ações do Governo, justificando que “o governo Lula não foi eleito para executá-lo. Sua viabilização é um processo de construção de hegemonia na sociedade”.

A Democracia Socialista diz que se pode afirmar que o Governo está empenhado na aplicação do artigo 1º, “não é claro, com a rapidez e a profundidade que pensávamos quando aprovamos esse artigo”. Já a Articulação de Esquerda em interessante resposta, rechaçando a pergunta, quando afirma que “o governo Lula não é petista. Portanto, a pergunta não cabe e a resposta não faria sentido”.

A Ação Popular Socialista descarta até a aplicabilidade do artigo 1º ao próprio Partido dos Trabalhadores, ou seja, muito menos está sendo aplicado pelo Governo Lula, segundo Plínio: “De modo algum: o PT não é mais um partido socialista”.

Por sua vez, o Movimento PT respondeu enfaticamente que “certamente que sim”. E argumenta que “é possível identificar nas ações de governo uma série de

medidas [...] base para a construção do socialismo democrático citado em nosso estatuto”.

Ao que tudo indica, portanto, o artigo 1º do Estatuto do PT não é realidade no Governo Lula para a maioria do PT. Opiniões diversas sobre o assunto, o que prepondera, em síntese, é a dificuldade de se encontrar parâmetros para a afirmativa de que o Governo Lula esteja construindo um socialismo democrático nos moldes em que o PT idealizou outrora.

Quando provocados os entrevistados a responderem especificamente sobre a sintonia, especificamente, entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a *práxis* do Governo Lula as divergências de idéias se mantêm. O Campo Majoritário entende que há sintonia sim “na questão da luta contra a desigualdade e por inclusão social”.

O entrevistado da Democracia Socialista novamente tece uma longa redação, que em breve síntese, justifica a não realização imediata do socialismo democrático petista pelo Governo Lula, mas que por vias institucionais tem aberto caminho para a sua aceitação: “Muitas vezes na ação política podemos não deter capacidade, competência ou correlação de forças para alcançar determinados objetivos”.

A Articulação de Esquerda, novamente deixa de responder a pergunta uma vez que entende que o Governo Lula não é um Governo Petista, daí porque não se pode exigir a aplicação do artigo 1º do Estatuto do Partido. Já a Ação Popular Socialista encerra objetivamente a discussão com um a simples negativa da sintonia do socialismo petista com a *práxis* do Governo.

A resposta do Movimento PT à indagação traz algumas contradições, mas que fornece algumas leituras importantes que reafirmam a condição do ideário pragmático que a direita do PT exerce em seu discurso e sua *práxis*.

Diz-se isso, pois em certo momento da resposta à questão do “socialismo democrático”, a corrente chegou a afirmar que “governo é governo e precisa de uma condução firme para cumprir seu programa”. E mais à diante, ao sustentar que o segundo mandato de Lula é “símbolo da construção da chamada coalizão”, no sentido de compor com várias forças “democraticamente”, a entrevistada afirma que “não se pode dizer que haja igualdade entre as forças que compõem o governo, o que até seria uma incongruência em razão de elas deverem estar contempladas no governo na medida em que a própria sociedade as sufragou”.

Ou seja, ao dissertar sobre “a sintonia do ideário do socialismo democrático com o Governo Lula”, a tendência Movimento PT limitou-se em tentar explicar o funcionamento da composição do Governo e como se alojam as diferentes siglas que compõe a aliança política, tendo como critério, como visto, a densidade eleitoral de cada um diretamente proporcional à posição de poder.

A aplicação ou não do artigo 1º do Estatuto do PT pelo Governo Lula é matéria de difícil explicação pelas tendências. A defesa de uma série de direitos dentre eles a luta “por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria”, e, principalmente, o objetivo de se “construir o socialismo democrático”, é conteúdo programático demasiado esquerdista, ainda mais em se tratando de “coalizão” de poder.

A negação por si só da aplicação de tal conteúdo pelo Governo é a afirmativa indireta que não se trata de um Governo de esquerda. Daí porque tendências como Democracia Socialista e Articulação de Esquerda, embora confirmem a não aplicação direta, justificam essa negativa cada qual de sua maneira, mas sempre recordando o aspecto de que o Governo é mais amplo que o Partido.

4.2.2. Sobre divergências e convergências

Com as primeiras análises das respostas colhidas pelos protagonistas das tendências do PT, é possível verificar que há certo pluralismo de idéias, ainda que pontuais, e outras percepções que raramente são convergentes.

No segundo eixo da entrevista, que compreende quatro perguntas, o questionário visa saber se há divergências (que agora inegáveis) e convergências entre Partido e Governo.

Quando indagado sobre divergência entre PT e Governo, o Campo Majoritário afirma que é evidente que existam, pois o “governo Lula é mais amplo que o PT. Pois é um governo de coalizão. O PT é a base central desse governo. Não existem divergências entre o PT e o governo nas questões centrais do nosso projeto político”.

A Democracia Socialista inicia sua defesa com o mesmo argumento da direita, qual seja, de que o PT é apenas “um dos partidos que participam do governo”. Mas,

faz algumas críticas ao Governo Lula justamente em “questões centrais”, ao contrário do que afirmou o Campo Majoritário.

A Articulação de Esquerda entende que há inúmeras divergências entre o PT e o Governo já que o “PT é um partido de esquerda. O governo Lula é um governo de centro-esquerda, integrado ainda por partidos de direita e setores sociais ligados a elite. As diferenças aparecem com mais ênfase na política do Banco Central”.

Plínio de Arruda Sampaio, em tom jocoso, desfere duras críticas ao posicionamento do PT diante do Governo: “Divergências, que eu saiba, dizem respeito unicamente a nomeações para cargos na máquina federal”.

Maria do Rosário líder do Movimento PT, segue novamente a mesma linha do Campo Majoritário, afirmando convencida de que “não há divergências entre o PT e o governo Lula”. E depois, porém, diminui o que chama de “divergências de petistas” aos “pontos do programa petista que não puderam ser contemplados pelo governo”, mas que considera tal diferença como não institucional.

Interessante anotar que embora a direita do PT afirme não haver divergências entre o PT e o Governo nas questões centrais do “projeto político”, o que não seria “institucional”, só o fato de existir divergências sobre a existência de divergência, desmente essa tese. Todavia, é bom que se anote também, que a leitura de que o Governo Lula é mais amplo que o Partido dos Trabalhadores do ponto de vista político-ideológico, parece ser uma das únicas convergências até então.

As tendências mais à esquerda, ressaltam que o PT é apenas um de vários partidos políticos que compõem o Governo, em uma tentativa de justificação de sua parca influência sobre o Governo.

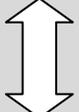
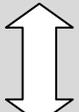
No campo inverso, ou seja, quando indagados se há convergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula, a reação uníssona no sentido positivo. Evidente que a Ação Popular Socialista, por ter afirmado anteriormente que nem o PT nem o Governo são socialistas e que ambos são da ordem burguesa, respondeu que o Partido “segue a reboque o Governo Lula”, ou seja, convergência no sentido de ambos representarem a “ordem burguesa”.

Interessante notar, que tanto a Articulação de Esquerda (quando diz: “sim inúmeras”) e a Democracia Socialista (ao afirmar: “é evidente”) que atualmente disputam o legado da r

aplicação do artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores pelo Governo Lula, nem sobre “sintonia entre o ideário petista de ‘socialismo democrático’ com a *práxis* do Governo Lula” justamente porque “o Governo Lula não é petista”.

O Movimento PT não só considera evidente as convergências, desde a composição do programa de governo na candidatura de Lula, que entende como uma “tarefa árdua o arrolamento das convergências”.

Quando instados a responder sobre o que apontariam de melhor e pior no Governo Lula os entrevistados apontaram diferentes quesitos, dos quais, extraímos o presente quadro sinóptico:

		Tendência	O melhor no Governo Lula
 Direita Esquerda		Campo Majoritário	Inclusão social, distribuição de renda, política externa.
		Movimento PT	Capacidade de mediar as diversas posições da sociedade
		Articulação de Esquerda	O fato dele existir.
		Democracia Socialista	O início do processo de redução das desigualdades.
		Ação Popular Socialista	A menor repressão aos movimentos sociais, mesmo existindo.
		Tendência	O pior no Governo Lula
 Direita Esquerda		Campo Majoritário	Relação com os movimentos sociais.
		Movimento PT	A política econômica
		Articulação de Esquerda	A conciliação com o capital financeiro.
		Democracia Socialista	O padrão neoliberal na macroeconomia e a concepção de “governabilidade”.
		Ação Popular Socialista	A subserviência às determinações do FMI e do Tesouro norte-americano.

Fonte: Elaboração.

Nota-se que as tendências mais à esquerda destacam como de melhor, questões pontuais internas, como movimentos sociais e desigualdade social, enquanto com relação ao que há de pior, são uníssonas em citar a questão macroeconômica e, em linhas gerais, a dependência político-econômica do Governo Lula ao capital internacional. Aliás, as forças minoritárias do PT apontaram, todas elas, o aspecto econômico como sendo o “pior” do Governo Lula.

Mesmo assim, as percepções alcançam antagonismo tal, que a direita e a esquerda chegam a indicar o mesmo quesito como pior e melhor, como por exemplo o Campo Majoritário e a Ação Popular Socialista em relação aos “movimentos sociais”.

Importante destacar também que a Democracia Socialista em sua resposta sobre esse item, ainda acredita que é capaz de mudar os rumos do Governo Lula através do III Congresso do PT agendado para o segundo semestre de 2007. Tal crença se repete em todo conteúdo das respostas dadas por Raul Pont.

4.2.3. Sobre o Governo Lula

O questionário das entrevistas realizadas foca nesse momento mais a questão do Governo Lula. A avaliação do momento histórico da eleição de Lula é importante para se entender um pouco mais sobre a percepção do Partido sobre o Governo.

O Campo Majoritário, como de certa forma era de se esperar, avalia como uma mudança para o Brasil: “Ela viabilizou a implantação de um projeto de transformação do Brasil. O PT e o governo Lula estão mudando o Brasil”. Na mesma esteira, a Democracia Socialista aponta a questão do “anseio popular por mudança” e entende como uma “vitória política de importância histórica sobre o projeto neoliberal”.

Um tanto evasiva, a Articulação de Esquerda simplesmente considera como “algo fundamental”, ao contrário da Ação Popular Socialista que trata objetivamente como “um malefício” porque “acabou com o que restava de autonomia partidária”.

O Movimento PT avalia a eleição de Lula não só como uma vitória ao PT, mas que “foi o coroamento de décadas de luta pelas quais o PT passou”. E ainda que o “PT nasceu para governar o Brasil, então a primeira eleição de Lula é um marco nessa trajetória de disputa das utopias e do projeto de país”.

Aqui se faz necessário o destaque à crença do Campo Majoritário de que tanto o PT quanto o Governo Lula “estão mudando o Brasil” e, de outro lado, a afirmativa da esquerda do Partido de que o período da eleição de Lula “acabou com o que restava” da autonomia do PT. Pelos extremos pode-se comprovar o já abordado assunto da obrigação de se sustentar o Governo imposto pela força hegemônica ao Partido.

A Democracia Socialista traz à tona a questão da mudança do panorama neoliberal com a eleição de Lula, o que estaria atrelado ao “campo social” construído pelos trabalhadores.

“Mudança” que foi uma das palavras de maior discussão internamente no PT, que viveu no limiar paradoxal de uma candidatura de oposição, mas que durante a campanha lançou a “Carta ao Povo Brasileiro” assumindo compromissos com

contratos e etc., é suficiente para se justificar a pergunta seguinte sobre a hipótese de o Governo ter mudado de alguma forma a trajetória histórica do PT.

Todas as correntes, exceto o Campo Majoritário, afirmaram de certa forma que o Governo Lula mudou a trajetória histórica do PT. O Campo contrariou tal hipótese, pois entende que há um “fio condutor” na trajetória histórica do PT que alcança a chegada de Lula ao Poder, daí porque entende que não há mudanças.

A Democracia Socialista identifica um impacto no Partido, principalmente em sua base, com o início do Governo Lula, pois havia uma “expectativa muito grande”, que deixa entender ter sido frustrada em grande parte, muito embora justifique a frustração pelo “conjunto de entraves políticos e institucionais”.

Todavia tal justificativa não se encaixa muito porque a tal “expectativa” da base, que de fato havia, foi muito alimentada pelos líderes da Direção Nacional do Partido que tinham perfeitas condições de leitura sobre o atual conjunto político e institucional, principalmente, seus entraves que a todo tempo serviram de combustível para a oposição travada no parlamento pelo PT (Governo FHC).

A própria Articulação de Esquerda dá sinais dessa contradição, quando afirma que o Governo Lula mudou a trajetória do PT, pois “permitiu sair da oposição e fazer parte da situação. Testou nossas políticas e mostrou que é necessário mudar a estratégia do PT, para que esta estratégia volte a ser de esquerda”.

Aliás, retornando-se à questão de “mudança”, Plínio de Arruda Sampaio inverte os fatores ao afirmar que não “foi o governo Lula que mudou a trajetória do PT, mas que o PT mudou sua trajetória para ir ao poder com o Lula”. Importante inversão traz a Ação Popular Socialista, pois antecipa o fator “mudança” para antes do marco do Governo Lula, ou seja, o PT atravessou um período de transmutação para que resultasse na chegada de Lula ao Poder.

Agora em perfeita sintonia com a Articulação de Esquerda, o Movimento PT entende por certa a mudança na trajetória do PT com a chegada de Lula ao Poder, muito porque “um partido como o PT, que passou mais de vinte anos na oposição em nível federal, naturalmente aprendeu e vem aprendendo a ser situação” e que diante disso, o PT de hoje “está se repensando como instrumento de lutas da classe trabalhadora”.

E por essa via, importante a questão seguinte no tocante à hipótese de ser uma “vitória” ao PT o Governo Lula. O Campo Majoritário entende que sim e amplia a vitória a toda “aliança” política construída em torno de Lula.

A Democracia Socialista e a Articulação de Esquerda, que disputam o legado esquerdista no PT, novamente concordam que o Governo Lula foi uma vitória ao Partido. A DS, em especial, confirma que a vitória de Lula foi algo construído pelo PT desde a sua fundação.

A Ação Popular Socialista, no entanto, pode até reconhecer a conquista de mandatos como vitórias eleitorais, todavia, com preço pago pelo PT que abriu “mão de tudo o que haviam afirmado e proposto no início do partido”.

Por outro lado, o Movimento PT não tem dúvidas ser uma vitória ao PT o Governo, “ainda que se constate que foram necessários acordos e composições para chegar à presidência da República e governar o Brasil”. E, também, atribui a vitória ao próprio PT.

Há, portanto, três interpretações distintas sobre a questão de ser ou não uma “vitória”: 1) como sendo uma vitória ampla e incondicional (CM); 2) como uma vitória condicionada ao Partido (MPT – DS – AE); 3) como uma vitória com perdas irreparáveis (APS).

Já indagados sobre a relação histórica do PT, sobre a atualidade do Governo, agora os entrevistados são provocados a arriscar suas perspectivas sobre o futuro do Governo Lula.

O Campo Majoritário entende que o futuro do Governo Lula será muito melhor “em função do acúmulo e da maior força que nós temos na sociedade no plano institucional” e “pelos projetos que estão em curso”.

A Democracia Socialista entende que a questão da governabilidade imposta pelo sistema eleitoral e que resulta no “amplo leque de alianças inclusive com partidos de centro-direita” torna “o futuro do governo um tensionamento permanente”. Logo adiante, deixa escapar que o PT deve se preparar para, via reforma política, um “terceiro mandato”, agora com “maior coesão programática e identidade ideológica com o PT”.

Na mesma plataforma de idéias, com diferente ênfase, a Articulação de Esquerda faz votos que o Governo Lula “cumpra o programa vitorioso nas eleições de 2006 e crie o ambiente político e social necessário para uma vitória do PT nas eleições de 2010”.

A Ação Popular Socialista, afirma ser difícil prever o futuro do Governo, contudo, arrisca que se não houver nenhuma crise internacional, o Governo Lula “provavelmente terminará opacamente, mas sem maiores problemas”.

Novamente alinhando-se ideologicamente ao Campo Majoritário, o Movimento PT acredita “que o segundo mandato será ainda melhor do que o primeiro”, partindo-se, portanto, do pressuposto de uma ótima avaliação do Governo, além de fazer, depois, previsões das mais otimistas como, por exemplo: “a tendência do país nos próximos anos é de fincar definitivamente as bases para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda”. E continua: “Com uma população mais qualificada educacionalmente e um ambiente propício para os investimentos, o Brasil entrará definitivamente na senda do desenvolvimento [...]”.

Ambas correntes do campo da direita, como visto, prevêem um segundo mandato “ainda melhor que o primeiro”, ou seja, partem de uma avaliação mais que positiva do mandato inicial de Lula para prognosticar o vindouro.

Nessa última pergunta do presente eixo da entrevista, destaca-se a predisposição das tendências Democracia Socialista e Articulação de Esquerda de participarem de um “terceiro mandato” em 2010, mesmo carregando uma série de críticas ao Governo Lula e sua composição. Tal posicionamento pode vir a significar que mesmo as tendências do campo da “esquerda” interna do PT podem ter desistido dos postulados de esquerda para adotar o mesmo sentimento pragmático adotado há tempo pelo Campo Majoritário e outras correntes da direita. A disputa de Poder através de mandatos parece ter-se resumido os objetivos do PT.

4.2.4. Sobre o Partido dos Trabalhadores

Esse novo eixo da entrevista inicia com mesma última indagação do anterior, todavia direcionado às perspectivas de futuro para o Partido dos Trabalhadores. Em linhas gerais, todas as correntes, exceto a APS, mantém o mesmo discurso de resgate, recuperação e manutenção de um partido de esquerda. Todavia, é possível pontuar algumas contradições entre as tendências.

José Genoio (Campo Majoritário) utiliza-se de palavras aparentemente fortes, mas que colocam o socialismo democrático apenas como “referência”, e propõe um “aperfeiçoamento” e uma “atualização” do que chama de “nosso projeto político”, isso tudo somada “a experiência de governar o Brasil”. O “socialismo” desaparece novamente do discurso do Campo Majoritário quando propõe “disputar a hegemonia com base em valores de uma sociedade mais humanista, democrática e solidária”.

A Democracia Socialista transfere a responsabilidade ao III Congresso do PT para “recuperar a identidade política do partido, superando as crises de 2005/2006 que afetaram profundamente a sua imagem pública”. Traça como necessidade também, a reafirmação de “seu horizonte histórico e ideológico socialista e tudo que isto implica do ponto de vista orgânico e programático”. Com essas tarefas, conseqüentemente, pretende a tendência (minoritária, ressalte-se) “construir uma nova hegemonia política no Partido”.

A Articulação de Esquerda faz votos de que o PT “continue um partido de esquerda, socialista; e que ajude a fazer do Brasil um país socialista”. Em oposição direta, a Ação Popular Socialista afirma que o futuro do PT já chegou como sendo “um partido eleitoreiro, igual aos outros partidos burgueses - um condomínio de caciques políticos”.

O Movimento PT aposta em “grandes mudanças a partir de seu III Congresso”, mas “sempre dentro de nossa principiologia socialista”. Entende a corrente que o PT está passando por um processo de afirmação como “o grande partido de esquerda do Brasil”. No quesito futuro para o PT, portanto, a DS e o MPT novamente citam a realização do III Congresso do Partido como fator de alteração do curso histórico.

Muito se dissertou até o momento sobre as tendências, mormente, com relação às suas visões sobre o Partido. Mas a inversão dos papéis também se faz necessária, na medida em que os protagonistas entrevistados são provocados a avaliarem a própria importância da questão das tendências no PT.

Ao falar sobre o papel das tendências, todas as correntes (exceto a APS) reforçaram a importância para a construção do próprio Partido dos Trabalhadores. O Campo Majoritário afirma que as tendências fazem parte da origem do Partido, tendo em vista que o PT “nasceu com essa pluralidade”. E, segundo Genoio, por causa dessa pluralidade o PT “cresceu e se afirmou como um partido que hoje é referência para toda esquerda mundial”.

Não muito diferente do CM, a Democracia Socialista afirma que as correntes internas são importantes, pois “têm uma importante contribuição na trajetória do Partido pois espelham a pluralidade e diversidade”, daí porque a existência de tendências “é sua maior virtude orgânica e algo que o singulariza na comparação com os demais partidos, internacionalmente”.

A Articulação de Esquerda entende que “no geral”, a existência de tendências é um “traço positivo”. Já a Ação Popular Socialista avalia a questão de “influência” e

não “existência”, e segunda ela, havia certa influência das tendências no Partido, porém, o lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro” no ano de 2002 marcou o fim da influência das tendências no PT.

Em análise histórica do papel das tendências no PT, o Movimento PT, diz ter sido fundamental o “direito de fração”, e lembra que há correntes antes mesmo da fundação do Partido. Novamente na mesma linha do Campo Majoritário, o Movimento PT afirma ainda que a democracia interna é fonte de vigor do PT e que só existe “em função do respeito às mais diversas posições internas”.

Ao que tudo indica, talvez uma das únicas convergências entre as tendências internas do PT, condiz exatamente na importância da existência de tendências internas no Partido.

A questão da “pluralidade” é citada diversas vezes pelas correntes, mas como já dito, nos últimos anos, a força hegemônica (de direita) tem se mantido cada vez mais forte na condução dos rumos ideológicos do Partido dos Trabalhadores.

A pergunta nesse quesito se divide em dois tempos: o primeiro se ainda há espaços para debates ideológicos no PT; e segundo, se positivo, se tais debates alcançam o Governo.

Surpreendentemente, exceto a APS (que nega haver espaços), todas as tendências responderam que ainda há espaços e que os debates alcançam o governo. Nessa altura do questionário, se esperava das correntes mais à esquerda

esquerda, mesmo assim, acreditam que são capazes de levar até o Governo seus debates ideológicos.

4.2.5. Sobre as relações Partido-Governo e Governo-Partido

O último eixo das entrevistas realizadas, ainda que seja o mais curto deles, é a síntese de todo o questionário, ou seja, é o resultante das demais perguntas feitas para os entrevistados, muito porque a relação entre o PT e o Governo e do Governo e o PT é a tônica de toda entrevista realizada.

São apenas duas perguntas das quais abordam a existência ou não de dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o PT e o Governo e, conseqüentemente, se há mais influência do PT -4.33117(e)-4.33117()-2.e

Finalmente, com relação à questão da ascendência política, exceto a Democracia Socialista, cujo candidato entrevistado ficou na segunda posição no PED (atrás somente do Campo Majoritário), houve unanimidade: todos reconhecem, como dito, a ascendência do Governo Lula sobre o PT.

A análise da realidade histórica do PT com a chegada de Lula ao Poder, e o reconhecimento de quase todas as correntes internas do Partido que há mais ascendência do Governo sobre a sigla, pode significar um reconhecimento automático à impossibilidade de se tencionar ideologicamente o Governo de maneira que possa significar uma inversão de forças e o Partido possa guiar os rumos do Governo e não ao contrário como está acontecendo, segundo as próprias correntes.

4.3. Condensando informações: últimas considerações

As entrevistas realizadas com os representantes do PT trazem informações à pesquisa de grande relevância. O cruzamento das respostas dadas pelos candidatos ao último PED do Partido dos Trabalhadores (2005) gera um debate que demonstra alguns importantes tópicos para análise.

Inicialmente é possível perceber uma grande variação conceitual com relação à ideologia entre as tendências, especialmente, no que diz respeito à carga de significações entre “esquerda” e “direita”, bem como, suas derivações como “centro”, “centro-esquerda”, “centro-direita” e etc. Não parece haver um conceito convergente sobre tais categorias, uma vez que são utilizadas para descrever fenômenos diferentes.

Ou seja, assim como na literatura, a terminologia ideológica é algo de difícil determinação conceitual. Todavia, há nos dados colhidos, uma defesa expressa dos conceitos modernos de esquerda, direita e de ideologia propriamente dita.

Aliás, o conceito de ideologia utilizado pelas tendências é o mesmo definido como *sensu lato* nessa pesquisa. A referência dada à acepção da palavra ideologia é a de significado “vulgar” de ideologia, utilizado no cotidiano do senso comum, atribuído mais amplamente ao entendimento de “maneira de pensar”, “opinião geral” ou mesmo uma expressão sócio-cultural de um pensamento.

Outros indicativos confirmam as divergências ideológicas antes mesmo da fundação do Partido dos Trabalhadores, diversidade essa trazido do próprio

movimento sindical e ampliada com a heterogeneidade da composição dos quadros do Partido.

A questão da história do PT é vista ora como um aspecto de orgulho, ora como algo a ser resgatado em um tom nostálgico. Embora seja difícil algum entrevistado posicionar-se assim, é possível visualizar uma caminhada de “direitização” do PT, que embora não tenha definitivamente se definido ideologicamente, nasceu com forte influência marxista em seus primeiros textos, assumindo a condição de defesa do “socialismo democrático”, ou seja, um socialismo petista, próprio.

Por isso, tendências como o Campo Majoritário demonstram certo desconforto ao abordar o tema da história do PT e seus documentos de conteúdo mais à esquerda.

A Democracia Socialista, tendência que esteve presente desde a fundação do PT, avalia que o Governo Lula “se esforça” na construção do “socialismo democrático”, mas expressa a ressalva (em certo tom de crítica) de que não o faz com a mesma velocidade que se imaginava na época da construção dos

document3.39556()-72.2066(D)1.5717(g)15.1íc-20.76 Td40(d)5.5675373(s)-0.29558()-102 ó3u

O Movimento PT se mostrou uma tendência híbrida, constituída por mandatários egressos do Campo Majoritário, por isso com forte convergência com esta corrente, demonstrando uma simbiose de idéias. À primeira vista, pode-se entender que o Campo Majoritário estivera sozinho contra todas as outras tendências no PED 2005, mas após os debates ocorridos, surge o MPT como aliado ideológico do CM (como o fez no 2º turno do PED 2005).

A posição da Democracia Socialista e da Articulação de Esquerda, que como

da sigla e do Governo, reforça ainda mais a existência de um processo de “direitização” do Partido e uma ascendência política do Governo sobre ele, já confirmada pelas tendências.

É possível perceber que a retórica da governabilidade é utilizada tanto pela direita quanto pela esquerda do PT. A impotência das tendências minoritárias (de esquerda ou não) em conseguir tencionar na co-relação de forças internas no PT e internas no Governo, fica evidente. A convivência com a direita no Governo, a ampliação do leque de alianças eleitorais do PT e a própria utilização da retórica da governabilidade, são indicadores da vitória do pragmatismo como idéia majoritária no PT, do abandono cada vez mais intenso e expresso das lutas clássicas da esquerda e, principalmente, uma trajetória acentuada de “direitização” do Partido.

Por conseqüência dessa trajetória do Partido, a sigla viveu muito provavelmente sua pior crise “ideológica” com a quebra do paradigma da ética petista tanto alimentada por seus membros durante o período em que fora oposição, mormente durante o Governo FHC. Mesmo sem ter sido inserido no conteúdo do questionário aplicado, o assunto da quebra do paradigma da ética petista fora abordado pelas tendências, demonstrando ser motivo de preocupação interna no PT.

Finalmente, ainda que preliminarmente, é possível concluir que as entrevistas que seguem nesta pesquisa elucidam alguns fatores de influência na trajetória do PT, e as diferentes perspectivas internas do Partido com relação ao Governo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra “dilema” pressupõe uma dúvida de grandes proporções, uma encruzilhada de difícil opção, um paradoxo vivido e que determina uma imediata reflexão para resolvê-lo. Já o verbete “tensão” tem significado estritamente ligado ao nervosismo, no sentido de concentração física e mental, com envolvimento de intensidade, pressão e combatividade (vivo, ardente).

A síntese das palavras “dilema” com “tensão”, não por acaso, causam uma ebulição quando adicionada a questão da “ideologia”. Dilemas e tensões, juntos, significam intensos paradoxos, dúvidas de intensidade mental, encruzilhada de pressão física.

Inegável que o presente trabalho (até por sua delimitação do tema) partiu do princípio de que havia, no contexto histórico, presentes dilemas e tensões ideológico-programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula. Todavia, preliminarmente, tal hipótese não se confirmou como um todo.

Ideologia não é um termo fácil de se discutir. Talvez seja a palavra com maior concentração de significações, de vertentes antagônicas até. Dentro do leque de significações, das mais diversas, a acepção mais alinhada ao significado empregado na pesquisa é a que se definiu por *sensu lato*, ou seja, o conceito “vulgar”, utilizado pelo senso comum como sendo referente ao entendimento de “maneira de pensar” e “opinião geral”.

Embora não seja objeto da presente pesquisa, não houve indicadores suficientes para a comprovação do alegado “fim” das ideologias, da modernidade ou mesmo da história. Muito pelo contrário, o que se pode verificar é um recrudescimento de certas ideologias modernas.

O Partido dos Trabalhadores surgiu em um contexto histórico brasileiro de luta por reabertura política e reafirmação das ideologias, antes caladas pela Ditadura Militar. O PT é um dos partidos políticos, dentre outros, que surge naquele período histórico, para preencher a demanda social de representação na democracia (que estava por ressurgir).

Desde as discussões anteriores à fundação do PT, reflexo do próprio movimento sindical e das diferentes correntes da esquerda brasileira, o Partido sempre esteve marcado pela divergência, e assim, foi-se compondo dentro de um

ambiente bastante heterogêneo. A dinâmica de tendências, oficializada mais tarde no PT, portanto, sempre existiu de fato.

Durante sua trajetória, o Partido dos Trabalhadores comportou internamente inúmeras tendências, correntes e movimentos ideológicos. Fusões, extinções, rachas, saídas e até expulsões também fizeram parte da movimentada história do PT com relação às suas tendências internas.

Dentre as mudanças e transformações ocorridas no PT uma marcou definitivamente a sua trajetória: a determinante influência dos processos eleitorais nas estratégias do Partido (especialmente pós-eleições presidenciais de 1989). Daí por diante, o PT optou por uma via mais pragmática, no sentido de abdicar de sua carga ideológica para conquistar mais espaço no eleitorado e conquistar mais mandatos, alcançando mais Poder.

Durante esse período uma força ideológica foi se fortalecendo até alcançar a hegemonia internamente no PT. Não por acaso, foi a mesma força que levou o PT a centrar suas forças nos processos eleitorais, deixando de ser “ideológico” para transformar-se em “pragmático”.

Tal paradigma, possivelmente é a grande contradição do Partido dos Trabalhadores, uma vez que se propõe a “defender” programaticamente um “socialismo democrático”, mas disputa, e, conseqüentemente, se submete a “aceitar” a institucionalidade estabelecida, sob todos os aspectos, inclusive a ela dando subserviência, passando por sua opção estratégica-eleitoral.

De um Partido que nasceu no olho do furacão dos movimentos populares, em um ambiente histórico extremamente favorável ao ressurgimento da esquerda brasileira, na vanguarda das atividades fora e contra a ordem vigente, o PT transmutou-se para um Partido passivo, da “esperança”, em um curto espaço de tempo. Assim, a *Revolução Socialista* deu lugar à *Revolução Democrática*, e o *Acúmulo de Forças* passou a ser mero *Acúmulo de Poder* (do ponto de vista eleitoral) transformações essas subsidiadas pela maioria dos setores do Partido dos Trabalhadores.

Com o passar do tempo, a própria base social do PT foi se transformando. A veia eleitoral transmutou o Partido em máquina de conquistar Poder, afastando-o em demasia dos movimentos populares e de sua própria história, uma vez que o PT nasceu de dentro do movimento operário-sindical.

É possível notar que a palavra “socialismo” foi sumindo aos poucos dos documentos oficiais do PT, especialmente às vésperas das eleições de 2002. Primeiro, a revolução socialista deu lugar à revolução democrática, depois, o acúmulo de forças tornou-se mero acúmulo de poder, agora, do socialismo democrático, restou apenas, o “democrático”, ou seja, a retórica da pretensa participação popular na tomada de decisões do Estado, por si só, passou a ser o discurso legitimador para a transformação social.

Por ter sua origem nas camadas mais pobres da sociedade, e por ser exemplo vivo de um retirante nordestino que virou operário, Lula personifica a retórica da participação popular no Poder. E nesse clima, em 2003 o PT chega à Presidência da República divulgando o discurso de “o povo no Poder”, mas que desde o período eleitoral, dava sinais de que tudo não passaria de mais uma tática eleitoral. A aliança com o Partido Liberal e a Carta ao Povo Brasileiro são provas disso.

O surgimento de crises no Governo Lula e de indícios de corrupção deixaram marcas definitivas no PT. A questão da queda do paradigma da ética petista é algo um tanto emblemático para o Partido, já que por muito tempo o PT se denominou paladino da ética na perspectiva do *múnus* público.

O abrandamento da retórica petista, no sentido de abdicação das bandeiras de luta da chamada esquerda clássica, principalmente do postulado do socialismo e seu complexo mundo de significações, têm sido uma constante na trajetória do PT, muito embora, esteticamente, a maior consequência desta guinada direitista do Partido, seja a questão da quebra do paradigma da ética petista.

As tendências do PT mais à direita se utilizam da retórica da “governabilidade” para justificar a *práxis* do Governo, já as correntes mais à esquerda, tem falado muito sobre a questão da “disputa”, para justificar sua impotência frente ao Governo Lula e suas, cada vez mais constantes, alianças com a direita.

Nas sublinhas do que se apresenta como “governabilidade” está o abandono do legado de esquerda, conseqüentemente o distanciamento dos movimentos sociais, a ampliação das alianças com a direita, a redução do espaço da esquerda no PT, a redução do espaço do PT no Governo Lula, dentre outras características.

Atualmente, poucas correntes de esquerda restam no PT, embora nenhuma das outras se auto-denomine como de “direita”. Os documentos lançados pelas tendências e suas avaliações com relação ao Governo Lula as posicionam ou mais à

esquerda ou mais à direita, conforme a carga de significações de suas leituras de conjuntura.

Ainda que as tendências reafirmem a existência de dilemas e tensões ideológicas entre o “programa” do Partido e a “*práxis*” do Governo, o que se verifica é que o Partido encaminhou-se progressivamente para a direita ao longo de seus anos, acentuando-se com o Governo Lula, que por si só é consequência dessa trajetória.

A progressão para a direita foi alimentada por uma força (ainda hoje) hegemônica no Partido que, a partir das primeiras experiências eleitorais, passou a defender um ponto de vista mais “pragmático”, o que necessariamente passava pela renúncia do legado de esquerda e a ampliação das alianças políticas com a direita.

É possível afirmar que há uma relação estreita (no sentido de aprofundamento) entre a “migração” da esquerda do Partido e a “imigração” da direita no Governo, todavia são fenômenos independentes entre si, pois mesmo antes da existência do Governo Lula, houve expulsões e dissidências.

A consequência mediata do êxodo esquerdista do PT é o avanço da direita no Governo. Mas a consequência imediata da saída da esquerda do PT é o distanciamento do Partido dos movimentos sociais, sintoma número um de sua mudança de perfil ideológico.

Nesse contexto, o que se verifica é que as tendências, que se reivindicam de esquerda dentro do PT, necessitam alimentar a crença da existência (ainda) de um confronto entre os ideais do Partido e do Governo, até para legitimar suas posições.

A retórica da “disputa” parece um tanto superada, tanto no Partido quanto no Governo. A força hegemônica do PT que mantém há anos o controle do Partido utiliza-se de estratégias das mais variadas (inclusive a do PED 2005) para se manter no Poder no Partido. Claramente, o constante êxodo esquerdista do PT só reafirma a concretização do processo de “direitização” do PT e do esgotamento dos espaços de atuação da esquerda em suas instâncias.

De sua ponta, o Governo é o reflexo das estratégias adotadas pelo Campo Majoritário. Se há alguma “disputa” no Governo Lula, esta passa longe dos anseios da esquerda, até porque, não dispõe das mínimas condições de disputa, do ponto de vista político, contra as grandes forças de direita, da burguesia e do Capital.

O resultado do último PED (2005) reforçam a idéia de que a esquerda não possui relevantes condições para disputar o PT na co-relações de forças internas,

mesmo em tempos de profunda crise. Em medida ainda maior, não possui forças para disputar o Governo, portanto.

A pergunta que fica é: restam dilemas e tensões?

Há dilemas, e o principal deles é a negação constante do PT nos moldes que foi fundado para a versão pragmática do de hoje. Não há força suficiente para pressionar. A força que tenta manter uma tensão é dissipada por fortes cargas ideológicas da direita que conseguem emudecer as vozes da esquerda, no Partido e no Governo.

As correntes demonstraram falta de sintonia na avaliação ideológica. O PT tem dificuldade de se auto-definir ideologicamente e, conseqüentemente, não consegue definir a ideologia do Governo Lula.

O PT reconhece, quase que pela totalidade de suas correntes, a ascendência política do Governo sobre a sigla, mesmo afirmando haver dilemas e tensões ideológico-programáticas entre o Partido e o Governo. Ao que indica, o Partido se vê como força minoritária e incapaz de impor seu programa ideológico no Governo, dada à amplitude das alianças e compromissos assumidos na dinâmica governamental chamada de “governabilidade”.

Todavia, a subserviência da atual composição do PT, pós-êxodo da esquerda e principalmente com o avanço da força hegemônica (de direita), denotam certa alienação política do Partido frente ao atual panorama governamental. Parte do PT, a exemplo, se opôs publicamente à aliança com o PL (Partido Liberal) em 2002, entretanto, mesmo com a renovação da mesma aliança (em 2006), não houve prévias no PT para discutir o posicionamento pessoal de Lula e até questionar sua candidatura.

O PT não ousa confrontar o Governo, até porque na nova lógica “pragmática”, nenhum movimento pode afetar os objetivos de alcançar (ou se manter) o poder. A inexistência de prévias no ano de 2006 (diferente de 2002) é sinal inequívoco da amplitude da hegemonia interna no PT e da conseqüente e reconhecida ascendência política do mandato (de Lula) sobre o Partido.

A leniente condição do PT, em descendência política frente ao Governo, podem apontar para uma fase de letargia no Partido dos Trabalhadores, que outrora fora palco de intermináveis discussões ideológicas. A “fase” Governo Lula trouxe ao Partido uma série de mudanças, principalmente, na co-relação de forças internas.

O alcance de Lula ao Governo Federal é o ápice da trajetória de “direitização” do PT. O chamado Campo Majoritário ampliou suas forças e sobreviveu às crises, mantendo-se no Poder dentro do PT e direcionando-o da maneira mais conveniente para seus propósitos.

A questão democrática também apareceu diversas vezes nas entrevistas realizadas com os integrantes das tendências, tanto em seu viés interno, com a própria existência das correntes, quanto no ambiente externo, com a defesa da chamada revolução democrática, da democracia participativa, e etc.

Internamente a democracia tem se mostrado uma falsa premissa alimentada pelo Partido, diante das estratégias adotadas pelo Campo Majoritário, força hegemônica do PT, que tem estancado os debates e abafado as intenções do movimento popular e da esquerda em direcionar o Partido. Nesse ponto, portanto, a democracia é apenas a reprodução da democracia externa, ou seja, representativa e indireta, sem grandes participações dos filiados da base.

Externamente a democracia tem servido de subterfúgio para a retórica da governabilidade, no sentido de justificar a relação do Governo com o Parlamento, ou seja, para legitimar as alianças com a direita que tanto o PT atacou outrora.

Ao que tudo indica, o Governo faz a opção pela negação ao Partido, ou seja, mesmo com as reivindicações petistas, a força hegemônica liderada por Lula constituiu uma nova instituição partidária autônoma: o Governo. O Governo é independente do Partido e maior que ele, e dele partem os direcionamentos para a sigla. O Governo é mais heterogêneo que o Partido, daí porque também a “disputa” é maior, o suficiente para legitimar, novamente, a retórica da “governabilidade”.

Nesse aspecto, finalmente, as forças de esquerda no PT não possuem mais iguais e reais condições para fazer “disputa” no Partido, estando solidificado o campo hegemônico de inspiração direitista. Embora existam posicionamentos diferentes em alguns aspectos, parece existir certa conformidade com a institucionalidade e uma unidade partidária em torno do pragmatismo.

Daí porque, durante a pesquisa não se encontrou elementos suficientes para a afirmação de que sobrevivem tensões no PT, ao menos, capazes de alcançar dimensão suficiente para tornar fluida alguma perspectiva de mudança ou re-direcionamento no caminho percorrido pelo Partido em direção à direita, por isso, não há grande dissonância entre o que se pensa e acontece no Partido e o que se pensa e faz no Governo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, Eduardo. **Governo Lula: taliban do neoliberalismo.** *In* Crítica Marxista nº18. Campinas/SP(UNICAMP): Revan, 2004.

BENJAMIN, César. **Governo do capital contra o trabalho?** *In* Crítica Marxista nº18. Campinas/SP(UNICAMP): Revan, 2004.

BETTO, Frei. **A mosca azul:** reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 2006.

BOAL, Augusto. **Aplausos e tiroteios** *in* Margem Esquerda, ensaios marxistas nº3. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** Discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (coleção pensamento crítico; 52).

_____, Norberto. **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____, Norberto (org.); MATTEUCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política.** Vol. I e II, 5ª. ed., São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BOITO JR., Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** *In* Crítica Marxista nº17. Campinas/SP(UNICAMP): Revan, 2003.

BORGES NETO, João Machado. **Governo Lula: uma opção neoliberal.** *In* Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2005.

BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores:** a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo/SP: Annablume Fapesp, 2003.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Já vi esse filme:** reportagens (e polêmicas) sobre Lula e o PT (1984-2005). São Paulo/SP: Geração Editorial, 2005.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. **O que é o governo Lula.**

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Pragmatismo e sociologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

ESCOBAR, Carlos Henrique. **Ciência da história e ideologia**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FORÇA SOCIALISTA, **Parâmetros Estratégicos para uma Revolução Socialista no Brasil**, 1ed, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo/SP: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Downloads**. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/index.php>> (ou www.fpabramo.org.br). Acesso em 10 de abril de 2007.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2002.

GENOINO, José. **A campanha de filiação do PT**, 2003. In PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Artigos*. Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/noticias/noticias_int.asp?cod=39182>. Acesso em 25 de abril de 2007.

GENRO, Luciana e ROBAINA, Roberto. **A falência do PT e a atualidade da luta socialista**. Porto Alegre/RS: L&PM, 2006.

GORENDER, Jacob. **No 40º triste aniversário do triste evento de 1964: o golpismo contra a História (A democracia difícil)** in Margem Esquerda, ensaios marxistas nº3. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2004.

HIPPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo lula: Anotações num diário de bordo** São Paulo/SP: Futura, 2005.

HOUAISS, Antonio e AMARAL, Roberto. **Socialismo: vida, morte e ressurreição**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático de linguagem sociológica**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editora, 1997.

JOHNSON, Guillermo Alfredo. **A esquerda no poder? Notas para uma análise crítica do governo Lula**. In Anais da VII Semana de Estudos Sociais e Políticos. Itajaí/SC (UNIVALI): Editora da Univali, 2003.

KECK, Margaret E. **A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática, 1991.

KONDER, Leandro. **Vaca Fardada** in Margem Esquerda, ensaios marxistas nº3. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto**: uma vida de repórter. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2006.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 13 ed., São Paulo: Cortez, 1999.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 11ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 (coleção pensamento socialista; 12).

_____, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MERCADANTE, Aloizio. **Brasil: Primeiro tempo, análise comparativa do governo Lula**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 1999.

OZAWA, Luiz Fernando. **A trajetória da esquerda brasileira rumo ao socialismo**. 2004. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Curso de Direito, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú/SC, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Resoluções de encontros e congressos**. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil**. São Paulo/SP: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2001.

_____. **Trajetórias das origens à vitória de Lula**. 2ª. ed. atual. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **O PT faz história**. 2ª. ed. rev. atual. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 (Caderno de Formação).

_____. **Notícias**, 2005 Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/noticias/noticias_int.asp?cod=39182>. Acesso em 25 de abril de 2007.

PARTIDO DOS TRABALHADORES DE NITERÓI/RJ. **Notícias**, 2005. Disponível em: <<http://www.pt-niteroi.org.br/noticias/280905-ped.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2007.

PETRAS, James. **Brasil e Lula: ano zero**. Blumenau/SC: Edifurb, 2005.

POMAR, Wladimir. **A miragem do mercado**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991 (A crise do socialismo).

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

RIDENTI, Marcelo. **A ditadura revisitada** in Margem Esquerda, ensaios marxistas nº3. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2004

SALLUM JÚNIOR, Brasília e KUGELMAS, Eduardo. **Sobre o modo Lula de governar**. In Brasil e Argentina hoje: política e economia. Bauru/SP(EDUSC): Edusc, 2004 (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Nilton Cezar Marques. **Resgate da história: partido dos trabalhadores**. São Paulo/SP: Editora STS, 2003.

SCHIMIDT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO PT (SORG). **Regulamento do PED 2005**, 2005. in PARTIDO DOS TRABALHADORES Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/secretarias_def/secretarias_int_box.asp?cod=673&cod_sis=8&cat=171>. Acesso em 25 de abril de 2007.

SERBENA, Carlos Augusto. **Imaginário, ideologia e representação**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Nº52, Florianópolis/SC: UFSC, 2003.

SICSÚ, João e MARINGONI, Gilberto. **Avaliando o desempenho do PT e do governo Lula**. Quem perdeu? Quem ganhou? In Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2005.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo/SP: PubliFolha, 2001 (Coleção Folha Explica).

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. As mudanças de padrões na vida brasileira. São Cristóvão/RJ: Editora Atenova, 1975.

TEMER, Milton. **Um governo subalterno e decepcionante**. In Crítica Marxista nº18. Campinas/SP(UNICAMP): Editora Revan, 2004.

TÓTORA, Silvana. **As esquerdas e a democracia na década de 1980** in BERNARDO, Teresinha e TÓTORA, Silvana. Ciências sociais na atualidade: percursos e desafios. São Paulo/SP: Cortez, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 4 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER John Bellamy. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999

_____, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

7. APÊNDICES

7.1. Entrevistas

7.1.1. Entrevista com José Genoino (CM-UL)

1. Durante o PED (Programa de Eleições Diretas) de 2005, qual movimento, tendência ou corrente você representava, quando fora candidato(a) a Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?

Eu não fui candidato no PED de 2005.

2. Como ideologicamente você definiria esse movimento, tendência ou corrente? Se puder, cite alguns nomes importantes que compõem a mesma tendência.

Eu não assinei, naquela ocasião, nenhuma tese nem integrei nenhuma das chapas. Tenho convergência coma tese “Construindo um Novo Brasil”.

3. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Partido dos Trabalhadores?

O PT é um partido de massas, com mais de um milhão de filiados. Portanto é natural que no seu interior convivam várias correntes ideológicas e várias visões de mundo dentro de uma perspectiva de esquerda e tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais justa. O que agrega os petistas são os valores socialistas presentes no seu programa e no seu projeto político.

4. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Governo Lula?

Um governo de esquerda com uma aliança ao centro.

5. Pode-se afirmar que o artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores¹⁰², atualmente, está sendo aplicado pelo Governo Lula?

Não. Ele orienta as ações do nosso governo. De qualquer forma, o governo Lula não foi eleito para executá-lo. Sua viabilização é um processo de construção de hegemonia na sociedade.

6. Há sintonia entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a *práxis* do Governo Lula?

¹⁰² Art. 1º: O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Na questão da luta contra a desigualdade e por inclusão social, há sim. A viabilização de um programa é um processo e nós estamos mudando o Brasil pela via processualista.

7. Há divergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

Evidentemente, governo Lula é mais amplo que o PT. Pois é um governo de coalizão. O PT é a base central desse governo. Não existem divergências entre o PT e o governo nas questões centrais do nosso projeto político.

8. Há convergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

(Não respondeu).

9. O que você apontaria de melhor no Governo Lula?

A luta pela inclusão social, a distribuição de renda e a política externa.

10. O que você apontaria de pior no Governo Lula?

A relação com os movimentos sociais tem que melhorar muito.

11. Como você avaliaria a eleição de Lula (em 2002) para o Partido dos Trabalhadores?

Ela viabilizou a implantação de um projeto de transformação do Brasil. O PT e o governo Lula estão mudando o Brasil.

12. O Governo Lula mudou de alguma forma a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) De que maneira ou sentido?

Não. Existe um fio condutor dessa trajetória que é a luta por cidadania, por direitos sociais, contra a pobreza. pela distribuição de renda, pela inserção soberana do Brasil no mundo, a prioridade do crescimento econômico. Isso é um projeto de transformação pela via processualista.

13. É possível entender o Governo Lula como uma vitória para o Partido dos Trabalhadores?

Basicamente, sim. Mas não é só do PT porque foi uma aliança mais ampla.

14. Qual a sua perspectiva de futuro para o Governo Lula?

O segundo mandato vai ser muito melhor do que o primeiro. Em primeiro lugar, em função do acúmulo e da maior força que nós temos na sociedade no plano institucional e, em segundo, pelos projetos que estão em curso: PAC, PDE, a continuidade dos programas sociais e a política externa.

15. Qual a sua perspectiva de futuro para o Partido dos Trabalhadores?

O PT tem que se resgatar como partido de esquerda, democrático e popular tendo como referência no socialismo democrático. Devemos, em conta disso, fazer uma atualização do nosso projeto político e estratégico, melhorando e aperfeiçoando nosso programa tendo como base a experiência de governar o Brasil. O PT deve ser, basicamente um partido da sociedade. Para isso, deve disputar a hegemonia com base em valores de uma sociedade mais humanista, democrática e solidária.

16. Qual o papel das tendências na trajetória do Partido dos Trabalhadores?

O PT nasceu com essa sua pluralidade e por causa dela cresceu e se afirmou como um partido que hoje é referência para toda esquerda mundial. As tendências fazem parte da origem do PT. Elas oxigenam a vida partidária, organizam e politizam as disputas internas.

17. Ainda há espaços para debates ideológicos no Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) Tais debates alcançam o Governo Lula e suas atividades?

Claro que há! E eu acho que há um debate ideológico na sociedade e no mundo que é o debate sobre o que diferencia a esquerda da direita. Para mim, a opção pela igualdade social é o ponto que distingue e separa ideologicamente, a direita e a esquerda. Além, é claro, dos valores de uma sociedade sem preconceito, pluralista, democrática; uma sociedade que não seja prisioneira do mercado. Sim, reflete sim.

18. É possível afirmar que há dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula?

Em alguns pontos é possível, sim. E isso é natural e não tem problema nenhum. O PT não pode negligenciar o apoio ao governo Lula, mas tem noção de que é governo e governar com ampla coligação exige flexibilidade e maturidade.

19. Atualmente existe mais influência (no sentido de ascendência política) do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula ou do Governo Lula no Partido dos Trabalhadores?

Evidentemente, pela dinâmica e pelo poder de execução dos programas, é o governo que influencia mais.

20. Finalmente, fique à vontade para produzir uma síntese auto-biográfica.

(Nessa resposta o entrevistado sugeriu a consulta do “currículo” em seu sítio eletrônico www.genoino.org). “José Genoino nasceu em Quixeramobim, no Ceará, onde começou a militar como líder estudantil. Integrou a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), filiou-se ao PCdoB em 1968. Foi para a clandestinidade nos primeiros anos da ditadura militar e acabou preso em abril de 1972 na guerrilha do Araguaia, à qual aderiu em 1970. Depois de cinco

anos, retomou a vida em São Paulo. Trabalhou como professor de história no colégio Equipe e começou sua trajetória parlamentar, com cinco mandatos consecutivos como Deputado Federal”. [...] “Assumiu a presidência nacional do PT em dezembro de 2002 e ficou 30 meses no cargo, até 9 de julho de 2005. Genoino tomou posse dizendo que assumia uma ‘missão’. No discurso de despedida, repetiu a frase e disse que o PT tem de ter coragem de repactuar em nome do projeto coletivo. ‘A política tem o lado da poesia, mas também um lado não poético, que é duro, grave e dramático. Nesses 30 meses honrei o PT, fiz tudo achando que era o que estava correto’. Em 2006 foi eleito, pela sexta vez, deputado federal por São Paulo”.

7.1.2. Entrevista com Maria do Rosário (MPT)

1. Durante o PED (Programa de Eleições Diretas) de 2005, qual movimento, tendência ou corrente você representava, quando fora candidato(a) a Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?

Cumpro, antes de mais nada afirmar que minha candidatura representou um movimento amplo de vários setores do partido agregados em torno de um programa que apresentamos para o PT. Minha tendência interna no PT é o Movimento PT, tendo sido a principal responsável pelo lançamento da candidatura.

2. Como ideologicamente você definiria esse movimento, tendência ou corrente? Se puder, cite alguns nomes importantes que compõem a mesma tendência.

O MPT é uma corrente que surgiu basicamente do descontentamento com o burocratismo e falta de democracia interna das correntes tradicionais. O fato de ocupar poucos cargos no governo federal não impediu seu crescimento, retratado no resultado do último PED. O MPT tem estabelecido diálogo com todos os campos do partido, rompendo com o bloqueio de posições (esquerda x direita) sendo uma corrente com independência para defender firmemente nosso governo e ao mesmo tempo fazer, nos espaços adequados, a crítica às políticas que consideramos equivocadas.

Discordamos tanto do governismo acrítico do ex-campo majoritário como do voluntarismo sectário da "esquerda" petista, embora reconhecendo a importância, para nosso projeto, destes dois campos partidários. O MPT não tem alinhamento automático com nenhum dos dois procurando o diálogo com ambos, mantendo sua independência.

Alinhamos a seguir alguns pontos que serviram de ponto de partida para uma definição de nossa identidade política ideológica, embora esta nunca seja definitiva, mas permeada pela dialética do mundo real.

· A defesa do PT, enquanto instrumento estratégico das transformações sociais em nosso país, orientado pela ótica dos interesses do mundo do trabalho. O PT hoje é um partido em disputa entre aqueles que, defendendo o projeto original, o compreendem como um partido comprometido com os interesses de classe dos trabalhadores, embora com o compromisso de dirigir um projeto para o conjunto da sociedade e aquelas que defendem a dissolução deste posicionamento ideológico, o que significaria o fim do partido.

· A defesa do socialismo. Não podemos admitir que o capitalismo seja o estágio supremo de evolução da humanidade. Isto seria uma capitulação inaceitável que também significaria o fim de um partido que se reivindica "dos trabalhadores", uma vez que o capitalismo é intrinsecamente o sistema da burguesia. É inegável que o projeto socialista em sua primeira tentativa internacional sofreu uma grande derrota, colocando os revolucionários de todo o mundo na defensiva. Isto não significa, entretanto, que a utopia socialista tenha morrido, pois isto significaria abandonar definitivamente o sonho de uma sociedade de iguais, justa e solidária e aceitar a barbárie capitalista como definitiva. Debater a questão do socialismo e suas múltiplas possibilidades e a

questão da transição para este regime são tarefas de maior importância histórica.

· *A defesa da Democracia. Abandonar a questão democrática sob a perspectiva dos trabalhadores é aceitar a tese de que ela só é possível sob o capitalismo. Pelo contrário sem acesso igualitário de todos às riquezas nacionais, ao produto do trabalho coletivo, à saúde, à educação e às condições dignas de vida, ela se torna uma ficção liberal. Democracia não é um conceito petrificado ou uma meta, mas um processo permeado pela historicidade e que consiste na busca permanente por parte da cidadania do controle sobre o Estado e suas instituições. Este controle tem sido maior ou menor dependendo das condições objetivas e, inclusive, da maior ou menor capacidade das camadas populares inventa-los e (ou) preserva-los. A democracia possível em uma sociedade orientada para o socialismo só pode ser aquela assentada na organização e mobilização das massas, que ultrapasse os limites das instituições burguesas e que articule instâncias representativas com instâncias de participação direta, uma Democracia de Massas. O Orçamento Participativo executado com êxito por diversos governos petistas e, infelizmente, nem cogitado pelo governo federal, deve fazer parte de nosso programa.*

· *A defesa da intervenção unitária nos movimentos sociais. É inegável a perda de espaços do PT junto aos movimentos sociais. Apesar disto mesmo quando ele intervém nestes movimentos o faz dividido como se cada tendência fosse um partido adversário do outro. Precisamos retornar nossos vínculos com os movimentos sociais, pois eles são decisivos para que mantenhamos nossas raízes e formemos quadros oriundos das camadas populares. De outro lado o partido tem de colocar como exigência ética e política que esta intervenção ocorra de forma unitária, unificando não só o PT como todo o campo cutista.*

· *A defesa do meio ambiente. Pois qualquer que seja o projeto político ele só se concretizará se o eco-sistema apresentar condições de qualidade de vida. Hoje a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema sócio-econômico. Ter um firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos fundamentos de nossa política (ver trabalho do companheiro Tilden Santiago).*

· *A defesa da ética na política e nas relações partidárias. Nosso partido em suas origens se caracterizou por um profundo compromisso com ética. Entretanto o exercício do poder e as disputas levaram a uma degradação das relações internas e da postura ética de alguns segmentos partidários. Restabelecer o compromisso ético é imprescindível para quem quer construir uma sociedade fraterna e solidária. O exercício da crítica e da autocrítica nas instâncias partidárias é saudável e ajuda na correção dos desvios éticos eventualmente ocorridos.*

· *A defesa da paz em todas as circunstâncias. A guerra, de qualquer natureza, atinge fundamentalmente aos trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo MPT.*

· *A defesa do internacionalismo, bandeira histórica das forças progressistas e de esquerda, pois os problemas dos trabalhadores têm as mesmas raízes em*

todos os lugares além de que nenhuma luta que proponha transformações profundas tem condições de êxito sem a solidariedade internacional. Neste mundo globalizado as conquistas e sua manutenção dependem de uma sólida articulação internacional.

Estão vinculado hoje ao MPT companheiros como os Deputados Federais Arlindo Chinaglia, Virgílio Guimarães, Carlos Santana, Fátima Bezerra, José Ailton Cirilo, Fernando Ferro, Geraldo Magela. O ex-embaixador do Brasil em Cuba e ex-Deputado Federal, Tilden Santiago, também é uma figura de expoência nacional do Movimento PT, juntamente com o Secretário de Educação Tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco.

3. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Partido dos Trabalhadores?

O PT é um partido de esquerda, fundado em movimentos de setores democráticos da sociedade brasileira, tais como o operário, o sindical, o estudantil, o de comunidades eclesiais de base, de trabalhadores rurais sem-terra, etc. O PT, passados 27 anos de sua fundação, permanece como um partido de esquerda democrática, com diversas correntes internas que fazem uma pujante vida interna.

4. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Governo Lula?

O perfil ideológico do governo Lula não é uma transposição acabada do programa do PT, dado que estamos em um governo de coalizão. É possível, diante do espectro de forças que compõem atualmente o governo, dizer que se trata de uma gestão de centro-esquerda progressista.

5. Pode-se afirmar que o artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, atualmente, está sendo aplicado pelo Governo Lula?

Certamente que sim. Como dito anteriormente, o governo Lula não é a síntese do programa do PT, mas é hegemônico por esta visão de mundo. É possível identificar nas ações de governo uma série de medidas que vêm contribuindo para criar no Brasil uma cidadania crítica, base para a construção do socialismo democrático citado em nosso estatuto. Essas medidas, como a priorização da educação em todos os níveis, a redução do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, a criação de milhares de empregos formais, a estabilidade econômica, a reforma política, etc., são o pressuposto para que a população brasileira possa assumir a política como a forma de livremente decidir seu próprio futuro que, entedemos, deverá ser socialista.

6. Há sintonia entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a práxis do Governo Lula?

O socialismo democrático defendido pelo PT é um meio e um fim ao mesmo tempo. Trata da forma como a cidadania deve exercer sua liberdade e também dos princípios de igualdade que embasam essa construção. Nesse sentido, a prática de um governo petista de qualquer nível não se confunde com o modelo

de sociedade que defendemos, apesar de serem coerentes entre si. O que queremos dizer com isso é que governo é governo e precisa de uma condução firme para cumprir seu programa. O governo Lula é um governo democrático em sua condução interna. O segundo mandato é um símbolo da construção da chamada coalizão, garantindo aos partidos, pilares de uma estrutura democrática sólida, o protagonismo. Não se pode dizer que haja igualdade entre as forças que compõem o governo, o que até seria uma incongruência em razão de elas deverem estar contempladas no governo na medida em que a própria sociedade as sufragou.

7. Há divergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

Não há divergências entre o PT e o governo Lula. Ocorre que o governo não assume automaticamente a totalidade da pauta do PT em razão da coalizão com os demais partidos. O que se poderia chamar de divergências são os pontos do programa petista que não puderam ser contemplados pelo governo. O que há, efetivamente, são divergências de petistas, o que não é algo institucional. Essas diferenças são vinculadas principalmente à condução da política econômica, que não tem tido respaldo na base partidária.

8. Há convergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

O programa apresentado pelo então candidato Lula foi fortemente influenciado pelo PT. Seria uma tarefa árdua o arrolamento das convergências entre o programa petista e as ações do governo Lula, posto que em larga medida são coisas que se sobrepõem.

9. O que você apontaria de melhor no Governo Lula?

A capacidade de mediar as mais diversas posições existentes dentro da sociedade brasileira, sem deixar de traduzir em políticas públicas uma visão de sociedade democrática e igualitária.

10. O que você apontaria de pior no Governo Lula?

A política econômica que foi mais realista que o rei, muitas vezes alçando metas de inflação à qualidade de bem maior de nossa sociedade.

11. Como você avaliaria a eleição de Lula (em 2002) para o Partido dos Trabalhadores?

O que se pode dizer da eleição de 2002 é que ela foi o coroamento de décadas de luta pelas quais o PT passou. Nossas experiências de governo e atuação parlamentar nos mais diversos níveis e Estados nos credenciaram perante a população brasileira para comandar um projeto de desenvolvimento nacional para o país. O PT nasceu para governar o Brasil, então a primeira eleição de Lula é um marco nessa trajetória de disputa das utopias e do projeto de país.

12. O Governo Lula mudou de alguma forma a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) De que maneira ou sentido?

Certamente. Um partido como o PT, que passou mais de vinte anos na oposição em nível federal, naturalmente aprendeu e vem aprendendo a ser situação. A relação entre o partido e o governo é uma constante fonte de aprendizado para o PT e sua militância. A impossibilidade de implementar no governo todas as pautas do partido e a mediação disso com a militância e os setores que nos apóiam fazem do PT de hoje uma instituição que está se repensando como instrumento de lutas da classe trabalhadora, reflexão que deverá ter palco em nosso III Congresso, a se realizar ainda neste ano de 2007.

13. É possível entender o Governo Lula como uma vitória para o Partido dos Trabalhadores?

Sem nenhuma dúvida. Ainda que se constate que foram necessários acordos e composições para chegar à presidência da República e governar o Brasil, não fossem todos os avanços na vida pública nacional frutos, muito, da atuação petista, provavelmente não teríamos chegado lá. Pode-se também dizer que o governo Lula é uma vitória do PT pois os quadros responsáveis pelos programas que mais deram certo são oriundos do partido.

14. Qual a sua perspectiva de futuro para o Governo Lula?

Acredito que o segundo mandato será ainda melhor do que o primeiro. A oposição não tem mais um presidente-candidato, o que diminui um pouco o clima de golpismo e permite uma melhor interlocução entre o governo e o legislativo. Com programas consistentes, tais como Plano de Desenvolvimento da Educação e o Programa de Aceleração do Crescimento, a tendência do país nos próximos anos é de fincar definitivamente as bases para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Com uma população mais qualificada educacionalmente e um ambiente propício para os investimentos, o Brasil entrará definitivamente na senda do desenvolvimento, com uma característica essencial: a forma soberana com que isso ocorrerá.

15. Qual a sua perspectiva de futuro para o Partido dos Trabalhadores?

O PT passará por grandes mudanças a partir do seu III Congresso. A composição de forças internas não é mais aquela do último PED (Processo de Eleições Diretas), o que certamente alterará o tônus da condução política de nossas direções. As reflexões que faremos sobre o socialismo petista, o funcionamento do partido, o Brasil que queremos, serão as bases de nosso crescimento no próximo período. O PT é hoje o partido com maior inserção na opinião pública nacional. Deveremos dialogar com essa legitimidade, sendo capazes de apresentar caminhos e soluções para os problemas nacionais, sempre dentro de nossa principiologia socialista. O PT está firmado como o grande partido de esquerda do Brasil. Lutaremos para mantê-lo assim, sempre renovado e jamais irrelevante.

16. Qual o papel das tendências na trajetória do Partido dos Trabalhadores?

O papel foi fundamental. O direito de fração remonta à fundação do partido, havendo algumas correntes até mesmo anteriores à constituição. A democracia interna do PT é sua maior fonte de vigor. Tal democracia é possível em função do respeito às mais diversas posições internas, desde que coerentes com nossos estatutos e regimentos. As tendências cumprem um papel fundamental neste processo, organizando as posições e atuando nos movimentos e na base partidária de forma a viabilizar o afunilamento de tomadas de decisão.

17. Ainda há espaços para debates ideológicos no Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) Tais debates alcançam o Governo Lula e suas atividades?

Sim. Alcançam na medida em que petistas fazem parte do governo e que o presidente da República ouve o PT em diversas questões.

18. É possível afirmar que há dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula?

Naturalmente. As tensões ideológicas e programáticas são fruto da diferença que há entre o partido e o governo de coalizão, conforme já esclarecido.

19. Atualmente existe mais influência (no sentido de ascendência política) do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula ou do Governo Lula no Partido dos Trabalhadores?

Institucionalmente falando, as ações do governo federal influem mais na rotina do PT e de todos os demais partidos do que o Partido dos Trabalhadores ou qualquer outro no governo. Isso é algo inexorável e comum a qualquer governo nas atuais regras democráticas do Brasil. O que não ocorre, ressalte-se, é uma submissão do PT ao governo, ao contrário. Um partido político qualquer, em tese, deve ser a instituição capaz de aglutinar demandas sociais e levar ao Estado. A via inversa é ruim para a democracia e o PT não aceita ingerências externas, pois tem instâncias legítimas e ampla inserção social.

20. Finalmente, fique à vontade para produzir uma síntese auto-biográfica.

Sou professora da rede pública, com especialização em estudos sobre violência doméstica, pela Universidade de São Paulo (USP). Sou também acadêmica de mestrado na temática de gênero, educação e sexualidade, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, exerço a função de segunda vice-presidente nacional do PT.

Iniciei minha militância no movimento estudantil secundarista e no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato. Fui vereadora de Porto Alegre por dois mandatos (1993-1999), tendo presidido as comissões de Educação e de Direitos Humanos, além de ter sido líder do PT e do governo municipal na Câmara. Como deputada estadual (1999-2003), fui presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e vice-presidente da Assembléia Legislativa gaúcha por dois anos.

Em 2002, fui eleita deputada federal. Durante o primeiro mandato, fui relatora da CPI Mista que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Coordeno a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e integro as Comissões de Educação e Cultura, e Constituição, Justiça e Cidadania. Além disso, já integrei as Comissões de Direitos Humanos e Minorias, Seguridade Social e Família, e representei a Câmara na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar. Fui ainda presidente da Comissão Especial da Lei Nacional da Adoção. Reeleita para o segundo mandato na Câmara em 2006, priorizo a articulação com os movimentos sociais e a apresentação de projetos e ações que garantam o direito de crianças e adolescentes, mulheres, homossexuais, negros e negras, jovens, idosos, portadores de deficiência, trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, bem como matérias que garantam maior e melhor acesso à educação.

7.1.3. Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio (APS)

1. Durante o PED (Programa de Eleições Diretas) de 2005, qual movimento, tendência ou corrente você representava, quando fora candidato(a) a Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?

Fui apoiado pela APS, pelo Brasil Revolucionário (Bruno Maranhão) e por dissidências da DS e Articulação de Esquerda.

2. Como ideologicamente você definiria esse movimento, tendência ou corrente? Se puder, cite alguns nomes importantes que compõem a mesma tendência.

Ivan Valente, Chico Alencar, Afrânio Boppré, Bruno Maranhão. Havia tendências de matriz trotskysta e de matriz leninista.

3. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Partido dos Trabalhadores?

Atualmente o PT é um partido da ordem burguesa com maior propensão de que o PSDB e o DEM para liberar recursos para as políticas assistenciais.

4. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Governo Lula?

Idêntico ao do PT.

5. Pode-se afirmar que o artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, atualmente, está sendo aplicado pelo Governo Lula?

De modo algum: o PT não é mais um partido socialista.

6. Há sintonia entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a *práxis* do Governo Lula?

Não.

7. Há divergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

Divergências, que eu saiba, dizem respeito unicamente a nomeações para cargos na máquina federal.

8. Há convergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

O PT segue a reboque do Governo Lula.

9. O que você apontaria de melhor no Governo Lula?

O nível de repressão aos movimentos sociais, sem deixar de existir, é menor do que no governo FHC.

10. O que você apontaria de pior no Governo Lula?

A subserviência às determinações do FMI e do Tesouro norte-americano.

11. Como você avaliaria a eleição de Lula (em 2002) para o Partido dos Trabalhadores?

Foi um malefício: acabou com o que restava de autonomia partidária.

12. O Governo Lula mudou de alguma forma a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) De que maneira ou sentido?

Não se pode dizer que foi o governo Lula que mudou a trajetória do PT, mas que o PT mudou sua trajetória para ir ao poder com o Lula.

13. É possível entender o Governo Lula como uma vitória para o Partido dos Trabalhadores?

Depende do que se entenda por vitória. Os petistas foram para o governo e conquistaram mandatos executivos e parlamentares, mas abriram mão de tudo o que haviam afirmado e proposto no início do partido.

14. Qual a sua perspectiva de futuro para o Governo Lula?

Difícil prever. Se não houver uma virada qualquer lá fora, provavelmente terminará opacamente, mas sem maiores problemas.

15. Qual a sua perspectiva de futuro para o Partido dos Trabalhadores?

O futuro do PT já chegou: um partido eleitoreiro, igual aos outros partidos burgueses - um condomínio de caciques políticos.

16. Qual o papel das tendências na trajetória do Partido dos Trabalhadores?

Até 2002, influenciavam moderadamente na linha do partido. A partir da Carta aos Brasileiros, não têm mais influência alguma.

17. Ainda há espaços para debates ideológicos no Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) Tais debates alcançam o Governo Lula e suas atividades?

Não há mais espaço para debate ideológico no PT. Toda disputa interna resume-se na luta por espaços de poder.

18. É possível afirmar que há dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula?

Tensão ideológica, nenhuma. As correntes de fundo ideológico que não abandonaram o partido, deixaram de ter força suficiente para criar tensão. Limitam-se, no máximo, a marcar timidamente suas posições.

19. Atualmente existe mais influência (no sentido de ascendência política) do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula ou do Governo Lula no Partido dos Trabalhadores?

O governo Lula manda e desmanda no PT.

20. Finalmente, fique à vontade para produzir uma síntese auto-biográfica.

Desde 1961, declarei-me publicamente "socialista cristão". Esta posição definiu-se com maior precisão ao longo do exílio. Voltei ao Brasil com o firme propósito de criar um partido que adotasse essa ideologia. No começo do PT, senti-me sintonizado com o partido. A partir de 1995, comecei a discordar da linha dominante. No PED, percebi que não havia mais nenhuma possibilidade de que o partido voltasse a ter uma linha ideológica. Saí para continuar lutando pelo que venho lutando há mais de quarenta anos.

7.1.4. Entrevista com Raul Pont (DS)

1. Durante o PED (Programa de Eleições Diretas) de 2005, qual movimento, tendência ou corrente você representava, quando fora candidato(a) a Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?

Concorri à presidência nacional do PT, pela Chapa Coragem de Mudar: Participação Popular e Socialismo, com o apoio das seguintes tendências e coletivos: Coletivo Socialista (Campinas e Região); Vereador Beto Cangussu (Ribeirão Preto); Democracia Socialista; Tendência Marxista; Construção, Socialismo e Democracia (Distrito Federal); Alternativa Socialista (Minas Gerais); Movimento Socialista (Santa Catarina) e Resgate PT (Paraíba). Nossa candidatura só não teve comitês nos estados do Acre e de Rondônia.

2. Como ideologicamente você definiria esse movimento, tendência ou corrente? Se puder, cite alguns nomes importantes que compõem a mesma tendência.

O conjunto de militantes que defenderam nossa candidatura se identificam com a visão de que o compromisso com as causas populares, a resistência à década neoliberal bem como as políticas públicas levadas adiante por nossos governos credenciaram o PT como principal partido das classes trabalhadoras no Brasil. Naquele momento foi motivo, também, de nossa unidade, o entendimento de que a redução dos horizontes programáticos da maioria da direção partidária e o crescimento dos fenômenos de adaptação à institucionalidade burguesa iam contra a história do partido e contra sua responsabilidade no presente de enfrentar e vencer as resistências para superar o neoliberalismo, a dependência e as profundas desigualdades na sociedade brasileira. Entre as pessoas que se somaram a esta candidatura podemos destacar, na Democracia Socialista, o atual Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o ex-Ministro Miguel Rossetto, a governadora do Pará, Ana Júlia, a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, os deputados federais Walter Pinheiro, Tarcisio Zimmermann, Pepe Vargas, Dr. Rosinha. Para além da tendência podemos citar a Arlete Sampaio (ex-deputada federal do Distrito Federal) Paul Singer (Secretário Nacional de Economia Solidária) entre outros.

3. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Partido dos Trabalhadores?

As resoluções “O socialismo petista” e “Socialismo”, aprovadas no 7º Encontro Nacional e no I Congresso do PT, são marcos centrais da cultura petista e enriqueceram a cultura do socialismo democrático com princípios e formulações alternativos às grandes linhas das experiências socialistas autocráticas ou das experiências da social-democracia de adaptação ao capitalismo. Estas conquistas programáticas devem inspirar o PT na atualização de sua visão de socialismo. É essa visão ideológica que queremos renovar no nosso III Congresso, que realizaremos em agosto deste ano.

4. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Governo Lula?

Mesmo com avanços, o primeiro governo Lula foi condicionado por grandes limites à transformação estrutural do Brasil: a grave crise cambial e inflacionária herdada do governo FHC; a presença de políticas neoliberais em setores-chave da área econômica; a influência das oposições no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na mídia; a crise do Estado brasileiro após décadas de regime militar e de neoliberalismo; as debilidades do PT e dos movimentos sociais após uma década de pressão neoliberal. Por isto, a primeira gestão Lula pode ser caracterizada como um início de uma transição do paradigma neoliberal de Estado para um novo paradigma sintonizado com as transformações democráticas e populares. O segundo mandato do presidente Lula nasce com a forte consciência popular que, nas eleições de 2006, rejeitou o neoliberalismo e referendou as políticas mais avançadas do governo e a liderança histórica de Lula. A retomada do Estado como indutor do desenvolvimento econômico por meio do Plano de Aceleração do Crescimento aponta para um período de crescimento da economia, com distribuição de renda e integração regional, e sem as limitações da extrema vulnerabilidade econômica de 2003.

5. Pode-se afirmar que o artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, atualmente, está sendo aplicado pelo Governo Lula?

“Art. 1º: O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.” Podemos dizer que o governo Lula está empenhado na aplicação do artigo primeiro, não é claro, com a rapidez e a profundidade que pensávamos quando aprovamos esse artigo.

6. Há sintonia entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a prática do Governo Lula?

Muitas vezes na ação política podemos não deter capacidade, competência ou correlação de forças para alcançar determinados objetivos. Mas não podemos perder a identidade, a nitidez política, a referência do que representamos, de que classe social somos expressão e representação política. O sentido histórico do segundo governo Lula deve ser pensado a partir da tradição do socialismo democrático petista e da experiência concreta de luta do povo brasileiro e do PT. O que distingue este segundo governo são as condições favoráveis para avançar a revolução democrática no Brasil. A revolução democrática significa um processo permanente de alteração da correlação de forças em favor dos trabalhadores e do povo brasileiro. Lutamos para que esta mudança se expresse nas posições crescentemente conquistadas na institucionalidade democrática, no aumento da organização e da mobilização dos movimentos sociais e na evolução da própria cultura política do país, tornando-a cada vez mais receptiva aos valores do socialismo democrático.

Para que esse ideário se concretize, defendemos algumas mudanças fundamentais: – novas formas de controle e regulação da atividade econômica que articulem o desenvolvimento com os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro; – a reforma do sistema político-partidário, com a adoção do financiamento público das campanhas, da fidelidade partidária, lista partidária democraticamente elaborada, definição nacional das alianças,4(i)1.8712

parlamento e em alianças amplíssimas e contraditórias, limitou o conjunto da transição, desorganizando as relações do governo com sua base social histórica e com a intelectualidade progressista e democrática. Algumas dessas questões ainda persistem nesse segundo governo e são elas que queremos corrigir nas deliberações do III Congresso.

11. Como você avaliaria a eleição de Lula (em 2002) para o Partido dos Trabalhadores?

A eleição de Lula significou uma vitória política de importância histórica sobre o projeto neoliberal, expressando um anseio popular por mudanças. A força social responsável por essa vitória foi o campo social baseado nas organizações dos trabalhadores. Este campo foi construído desde as lutas contra a ditadura, passando pela fundação e desenvolvimento do PT, da CUT e de um amplo movimento social urbano e rural. Entrou em choque e foi reprimido pelos governos neoliberais de FHC. É a este campo que o governo Lula é tributário.

12. O Governo Lula mudou de alguma forma a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) De que maneira ou sentido?

Toda experiência governamental é um teste para qualquer partido. Dessa forma, o Partido foi impactado, principalmente, em sua base social e em seus eleitores que tinham uma expectativa muito grande com o novo governo. Ao exercer o poder, qualquer partido enfrenta um conjunto de entraves políticos e institucionais. As leis, o poder da mídia, a dependência do judiciário e a possibilidade de burocratização do próprio partido são obstáculos reais a serem enfrentados na consecução do programa e da sua materialização na vida.

13. É possível entender o Governo Lula como uma vitória para o Partido dos Trabalhadores?

Estar no governo do país é, sem dúvida uma vitória para o Partido dos Trabalhadores que trabalhou para esta conquista desde a sua fundação. Vitória maior ainda se levarmos em conta a reeleição desse projeto com apoio da maioria esmagadora da população brasileira. No entanto, a chegada de Lula à presidência não criou por si só as condições históricas de superação do neoliberalismo. Mas ela abriu a possibilidade de um período de transição, marcado por fortes tensões e disputas políticas e sociais, em que o desafio está justamente em ir criando as condições de correlação de forças e legitimidade democrática para estabelecer um paradigma alternativo ao neoliberal. Os limites de governo não podem e não devem ser encarados como derrotas e sim como desafios ao Partido que deve garantir, na sua elaboração coletiva, as ações e programas para a superação desses limites.

14. Qual a sua perspectiva de futuro para o Governo Lula?

A composição do governo Lula, com um amplo leque de alianças, inclusive com partidos de centro-direita e o resultado de um sistema político-eleitoral conflitivo, que elege Presidente mas não garante governabilidade no

Congresso, torna o futuro do governo um tensionamento permanente. É necessário conviver com isso buscando alterar a esquizofrenia do sistema eleitoral via reforma política preparando um terceiro mandato com maior coesão programática e identidade ideológica com o PT.

15. Qual a sua perspectiva de futuro para o Partido dos Trabalhadores?

O III Congresso precisa recuperar a identidade política do partido, superando as crises de 2005/2006 que afetaram profundamente a sua imagem pública. Necessita, também, reafirmar seu horizonte histórico e ideológico socialista e tudo que isto implica do ponto de vista orgânico e programático. É um fio de equilíbrio difícil mas um desafio que tem que ser respondido. Caberá ao III Congresso passar por este teste e construir uma nova hegemonia política no Partido.

16. Qual o papel das tendências na trajetória do Partido dos Trabalhadores?

O direito de tendências o PT foi reforçado no I Congresso com a aprovação da proporcionalidade nas direções partidárias. As correntes internas têm uma importante contribuição na trajetória do Partido pois espelham a pluralidade e diversidade do debate interno, enriquecendo nossa ação e nosso programa. A existência das tendências, a democracia interna do PT é sua maior virtude orgânica e algo que o singulariza na comparação com os demais partidos, internacionalmente.

17. Ainda há espaços para debates ideológicos no Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) Tais debates alcançam o Governo Lula e suas atividades?

Sim. A prova disto é a realização do III Congresso do PT, que tem como pauta o Socialismo Petista, o Funcionamento do PT e o segundo governo Lula. Este congresso está sendo precedido de etapas zonais, municipais e estaduais, cada uma delas com várias atividades preparatórias. É um processo de reflexão e debates a altura de um partido que está governando o país. Além disso, na tese: Mensagem ao Partido, o PT e a Revolução Democrática, estamos propondo alterações no funcionamento do partido que deverão ampliar estes espaços de debates, como por exemplo a volta dos núcleos de base como instâncias de deliberação, o aprofundamento das atividades de formação política e o investimento em instrumentos de comunicação.

18. É possível afirmar que há dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula?

Um partido é um organismo vivo, portanto vive uma tensão permanente entre seu programa, seus objetivos e as dificuldades e freios, em especial numa sociedade capitalista subdesenvolvida e profundamente desigual. Quando estamos no governo precisamos garantir autonomia e capacidade crítica do partido para que possa cumprir sua ação de controle, fiscalização e zelar pela aplicação programática em sua ação governamental.

19. Atualmente existe mais influência (no sentido de ascendência política) do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula ou do Governo Lula no Partido dos Trabalhadores?

O resultado do PED em 2005, que desmanchou o chamado “campo majoritário”, referendou a autonomia do Partido perante o Governo. Nesse particular, o PT precisa combinar sua condição de principal partido no governo com a de principal partido que luta por mudanças de caráter democrático e popular. Por decisão da base partidária nosso Partido não se transformou numa correia de transmissão do governo e se prepara para, em agosto, no seu III Congresso, deliberar sobre o programa necessário ao Brasil.

20. Finalmente, fique à vontade para produzir uma síntese auto-biográfica.

[Nessa resposta, o entrevistado disse que: “Segue, em anexo, o currículo”, do qual extraímos uma síntese]. Raul Jorge Anglada Pont, nasceu em 14 de maio de 1944, em Uruguaiana (RS). Concluiu o curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1974. Coursou, também, Ciências Econômicas na mesma Universidade de 1966 a 1970. Fez pós-graduação em Ciências Políticas em 1975 e 76 na Unicamp em São Paulo. [...] Bancário no Banco Riograndense de Expansão Econômica (1962-66) Funcionário cursado no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (1967-68) Auxiliar técnico em projetos e planejamentos nas empresas Planisul Ltda. – Planejamento e Projetos, Asplan S.A. assessoria em Planejamento e Engenharia S.A., Estudos e Projetos de Engenharia (1968-1970) [...] Fundador

7.1.5. Entrevista com Valter Pomar (AE)

1. Durante o PED (Programa de Eleições Diretas) de 2005, qual movimento, tendência ou corrente você representava, quando fora candidato(a) a Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?

Minha candidatura a presidente nacional do PT foi lançada pela Articulação de Esquerda (tendência de que faço parte) e apoiada, ao longo do processo, por outras tendências, grupos e militantes não ligados a Articulação de Esquerda.

2. Como ideologicamente você definiria esse movimento, tendência ou corrente? Se puder, cite alguns nomes importantes que compõem a mesma tendência.

É uma tendência socialista. Temos uma direção nacional, cujos nomes estão listados em nossos documentos.

3. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Partido dos Trabalhadores?

É um partido de esquerda, inclinado à social-democracia mas com forte influência socialista.

4. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Governo Lula?

Um governo de centro-esquerda.

5. Pode-se afirmar que o artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, atualmente, está sendo aplicado pelo Governo Lula?

O governo Lula não é petista. Portanto, a pergunta não cabe e a resposta não faria sentido.

6. Há sintonia entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a *práxis* do Governo Lula?

Idem a resposta anterior.

7. Há divergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

Inúmeras. O PT é um partido de esquerda. O governo Lula é um governo de centro-esquerda, integrado ainda por partidos de direita e setores sociais ligados a elite. As diferenças aparecem com mais ênfase na política do Banco Central.

8. Há convergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?

Sim, inúmeras. A política externa, a defesa do papel do Estado, a importância concedida as políticas sociais, o respeito para com os movimentos sociais.

9. O que você apontaria de melhor no Governo Lula?

O fato dele existir.

10. O que você apontaria de pior no Governo Lula?

A conciliação com o capital financeiro, expressa na condução do Banco Central.

11. Como você avaliaria a eleição de Lula (em 2002) para o Partido dos Trabalhadores?

Algo fundamental.

12. O Governo Lula mudou de alguma forma a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) De que maneira ou sentido?

Sim. Nos permitiu sair da oposição e fazer parte da situação. Testou nossas políticas e mostrou que é necessário mudar a estratégia do PT, para que esta estratégia volte a ser de esquerda.

13. É possível entender o Governo Lula como uma vitória para o Partido dos Trabalhadores?

Sim.

14. Qual a sua perspectiva de futuro para o Governo Lula?

Que ele cumpra o programa vitorioso nas eleições de 2006 e crie o ambiente político e social necessário para uma vitória do PT nas eleições de 2010, permitindo assim a continuidade institucional do projeto democrático-popular.

15. Qual a sua perspectiva de futuro para o Partido dos Trabalhadores?

Que ele continue um partido de esquerda, socialista; e que ajude a fazer do Brasil um país socialista.

16. Qual o papel das tendências na trajetória do Partido dos Trabalhadores?

A existência de tendências é, no geral, um traço positivo. O papel de cada uma é variável, dependendo da tendência e do período histórico.

17. Ainda há espaços para debates ideológicos no Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) Tais debates alcançam o Governo Lula e suas atividades?

Sim e estes debates influenciam o governo. Por exemplo, as mudanças que o governo está fazendo na comunicação social.

18. É possível afirmar que há dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula?

Sim.

19. Atualmente existe mais influência (no sentido de ascendência política) do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula ou do Governo Lula no Partido dos Trabalhadores?

Existe mais influência do governo no PT.

20. Finalmente, fique à vontade para produzir uma síntese auto-biográfica.

Tenho 40 anos. Sou doutor em história econômica pela USP e técnico industrial gráfico formado pelo Senai. Milito desde os 13 anos, primeiro no PCdoB e depois no PT, partido ao qual sou filiado desde 1985. Fui militante de base, membro de diretório zonal, municipal, estadual e nacional do PT. Fui vice-presidente nacional do PT de 1997 a 2005 e sou secretário de relações internacionais do PT desde 2005.

7.2. Autorizações para publicação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO IRRESTRITA DE PUBLICAÇÃO PARA FINS CIENTÍFICOS

respostas à entrevista de 20 questões.

Ref.: R

Pelo presente instrumento, eu **JOSÉ GENOÍNO NETO**, autorizo o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA**, a integrar o conteúdo da entrevista e respostas de minha autoria em sua dissertação de mestrado, autorizando-lhe a publicação para fins científicos.

S. Salienta-se que não há restrições na publicação, estando o autor autorizado a divulgar o conteúdo da entrevista em todo ou em parte, em trabalhos científicos, sem constituir vínculo ou compromisso de ressarcimento entre as partes envolvidas, especialmente no que tange aos direitos autorais de acordo com a Lei nº9.610/98, sendo que o entrevistado assume a responsabilidade pelo conteúdo das informações contidas em suas respostas.

Registre-se, que a versão original do conteúdo das respostas da entrevista, para posterior aferição, é aquela que deverá ser enviada para os endereços de e-mail destinatários do pesquisador, quais sejam: japa@redel.com.br e luizjapa13@hotmail.com (certificação ou assinatura digital por intermédio do endereço IP do computador remetente).

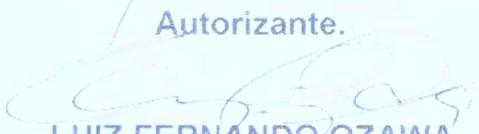
Assim sendo, fica autorizado o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA** a fazer uso dos dados coletados na entrevista, para fins científicos, estando resguardado pelos princípios da ética e do direito.

Por ser verdade, firmo a presente em 3 (três) vias.

Nada mais.

São Paulo/SP, 1º de junho de 2007.


JOSÉ GENOÍNO NETO
Autorizante.


LUIZ FERNANDO OZAWA
Autorizado.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Registre-se, que a versão original do conteúdo das respostas da entrevista, para posterior aferição, é aquela que deverá ser enviada para os endereços de e-mail destinatários do pesquisador, quais sejam: japa@redel.com.br e luizjapa13@hotmail.com (certificação ou assinatura digital por intermédio do endereço IP do computador remetedor).

----- Original Message -----

From: [PlinioSampaio](#)

To: [Luiz JAPA](#)

From: [Luiz JAPA](#); **Sent:** Wednesday, July 27, 2005 11:37 AM

Subject: Re: Autorização Japa SC

Prezado Japa,
voce pode usar esse e-mail como autorização para publicação das minhas resposta ou preciso enviar outro documento? Se puder ser por e-mail, a autorização está dada.
Um abraço, Plinio

--- Original Message ---

From: [Luiz JAPA](#)

Subject: [REDACTED]

Caro Plínio,

[REDACTED]

TERMO DE AUTORIZAÇÃO IRRESTRITA DE PUBLICAÇÃO PARA FINS CIENTÍFICOS

à entrevista de 20 questões.

Ref.: Respostas

Pelo presente instrumento, eu **RAUL JORGE AGLADA PONT**, autorizo o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA**, a integrar o conteúdo da entrevista e respostas com minha autoria em sua dissertação de mestrado, autorizando-lhe a publicação para fins científicos.

Pelo presente instrumento, eu **RAUL JORGE AGLADA PONT**, autorizo o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA**, a integrar o conteúdo da entrevista e respostas com minha autoria em sua dissertação de mestrado, autorizando-lhe a publicação para fins científicos.

e não há restrições na publicação, estando o autor autorizado a divulgar o conteúdo da entrevista em todo ou em parte, em trabalhos científicos, sem constituir vínculo ou compromisso de ressarcimento entre as partes envolvidas.

Salienta-se que o autor é autorizado a divulgar o conteúdo da entrevista em todo ou em parte, em trabalhos científicos, sem constituir vínculo ou compromisso de ressarcimento entre as partes envolvidas.

Registre-se, que a versão original do conteúdo das respostas da entrevista, para posterior aferição, é aquela que deverá ser enviada para os endereços de e-mail destinatários do pesquisador, quais sejam: japa@redel.com.br e luiziapa13@hotmail.com (certificação ou assinatura digital por intermédio do endereço IP do computador remetente).

Assim, fica autorizado o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA** a fazer uso das informações obtidas na entrevista, para fins científicos, estando resguardado pelos princípios da ética e do direito.

Por ser verdade, firmo a presente em 3 (três) vias.

Nada mais.

Porto Alegre/RS, 1º de junho de 2011

RAUL JORGE AGLADA PONT

TERMO DE AUTORIZAÇÃO IRRESTRITA DE PUBLICAÇÃO PARA FINS CIENTÍFICOS

Respostas à entrevista de 20 questões.

Pelo presente instrumento, eu **VALTER POMAR**, autorizo o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA**, a integrar o conteúdo da entrevista e respostas de minha autoria em sua dissertação de mestrado, autorizando-lhe a publicação para fins científicos.

Salienta-se que não há restrições na publicação, estando o autor autorizado a divulgar o conteúdo da entrevista em todo ou em parte, em trabalhos científicos, sem constituir vínculo ou compromisso de ressarcimento e as partes envolvidas, especialmente no que tange aos direitos autorais de acordo com a Lei nº 9.610/96, sendo que o entrevistado assume a responsabilidade pelo conteúdo das informações contidas em suas respostas.

Registre-se, que a versão original do conteúdo das respostas da entrevista, para posterior aferição, é aquela que deverá ser enviada para os endereços de e-mail destinatários do pesquisador, quais sejam: ozawa@fapesp.br e luziano3@hotmail.com (certificação ou assinatura digital intermediária do endereço IP do computador remetente).

Assim sendo, fica autorizado o pesquisador **LUIZ FERNANDO OZAWA** a fazer uso dos dados coletados na entrevista, para fins científicos, sendo resguardado pelos princípios da ética e do direito.

Por ser verdade, firmo a presente em 3 (três) vias.

Nada mais.

São Paulo/SP, 1º de junho de 2007.



VALTER POMAR
Autorizante.



LUIZ FERNANDO OZAWA
Autorizado.

8. ANEXOS

ANEXO A:

Cartas enviadas aos entrevistados, com carta do pesquisador (e aviso de recebimento), questionário e carta de apresentação do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas.



UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

5 de abril de 2007

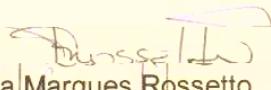
Itajaí (SC), 2

Declaramos para os devidos fins e efeitos que o mestrando **LUIZ ZAWA** está desenvolvendo o trabalho de dissertação para o Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI intitulado **“PARTIDO DOS TRABALHADORES E O GOVERNO LULA: DILEMAS E TENSÕES IDEOLÓGICAS”**, sob Coordenação do Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson.

FERNANDO OZ
Programa de M
Universidade d
TRABALHADOR
PROGRAMÁTIC

Desta forma, solicitamos a colaboração de V.S^a para que o mestrando possa colaborar no preenchimento da entrevista em anexo, necessária para a elaboração da pesquisa.

Cordialmente,


Prof^a. Dr^a. Adriana Marques Rossetto
Coordenadora do PMGPP
UNIVALI / SC

Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson
Orientador

1. Durante o PED (Programa de Eleições Diretas) de 2005, qual movimento, tendência ou corrente você representava, quando fora candidato(a) a Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?
2. Como ideologicamente você definiria esse movimento, tendência ou corrente? Se puder, cite alguns nomes importantes que compõem a mesma tendência.
3. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Partido dos Trabalhadores?
4. Na sua perspectiva, como definiria o atual perfil ideológico do Governo Lula?
5. Pode-se afirmar que o artigo 1º do Estatuto do Partido dos Trabalhadores¹⁰³, atualmente, está sendo aplicado pelo Governo Lula?
6. Há sintonia entre o ideário petista de “socialismo democrático” com a *práxis* do Governo Lula?
7. Há divergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?
8. Há convergências entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula? (Se positivo) Poderia pontuá-las, a exemplo?
9. O que você apontaria de melhor no Governo Lula?
10. O que você apontaria de pior no Governo Lula?
11. Como você avaliaria a eleição de Lula (em 2002) para o Partido dos Trabalhadores?
12. O Governo Lula mudou de alguma forma a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) De que maneira ou sentido?
13. É possível entender o Governo Lula como uma vitória para o Partido dos Trabalhadores?
14. Qual a sua perspectiva de futuro para o Governo Lula?
15. Qual a sua perspectiva de futuro para o Partido dos Trabalhadores?
16. Qual o papel das tendências na trajetória do Partido dos Trabalhadores?
17. Ainda há espaços para debates ideológicos no Partido dos Trabalhadores? (Se positivo) Tais debates alcançam o Governo Lula e suas atividades?
18. É possível afirmar que há dilemas e tensões ideológicas ou programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula?
19. Atualmente existe mais influência (no sentido de ascendência política) do Partido dos Trabalhadores no Governo Lula ou do Governo Lula no Partido dos Trabalhadores?
20. Finalmente, fique à vontade para produzir uma síntese auto-biográfica.

¹⁰³ Art. 1º: O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Ilmo. Sr. **JOSÉ GENOÍNO NETO**
MD Deputado Federal (PT/SP)

Prezado Entrevistado,

Inicialmente gostaria de ressaltar a importância de sua participação nesta pesquisa que me propus a investigar. Sem a sua participação restará uma insanável lacuna na pesquisa.

O Tema é: Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-programáticas. Sua participação será inserida no quarto e último capítulo, quando os dados coletados darão uma dimensão da perspectiva interna do PT sobre o Governo.

Se necessário, poderás conferir o currículo do pesquisador que subscreve o presente via pesquisa pública da Plataforma Lattes do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>

Para ter-se uma idéia da importância deste momento da pesquisa, todos os principais candidatos à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inscritos durante o PED 2005, estão sendo convidados a responderem o questionário e, receberam o mesmo material do presente.

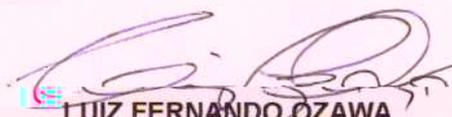
Peço que o Ilustre Entrevistado envie as 20 (vinte) respostas do questionário em anexo via e-mail, simultaneamente, para os seguintes endereços: japa@redel.com.br e l3@hotmail.com, podendo também se utilizar da postagem via correio. Já o "Termo de Autorização para Publicação" devidamente firmado, peço que poste via correio, sendo que para facilitar o envio, já consta em anexo o envelope para a postagem do documento, inclusive pode ser via "sedex a cobrar".

A data limite para as postagens das respostas é de até **01/06/2007 (sexta-feira)**.

De antemão, peço desculpas pelo rigorismo em prazos e, principalmente, no tocante ao Termo de Autorização para Publicação, "rigorismo" esse reflexo da própria instituição de ensino, sob pena de incorrer em infração ética e etc.

Agradeço de sobremaneira o atendimento, estando convicto que sua contribuição será de grande monta para a pesquisa e, quiçá, para a ciência.

Balneário Camboriú/SC, 27 de abril de 2007.



LUÍZ FERNANDO OZAWA

Mestrando

**Programa de Mestrado em Gestão de Política Públicas – PMGPP
UNIVALI/SC**

JOSÉ GENOÍNO NETO (A/C Márcia)

Escritório Político
Rua Professor Rubião Meira, nº59, Bairro Pinheiros
São Paulo/SP - CEP: 05409-020
via Sedex com AR

A saber: José Genoíno, Markus Sokol, Maria do Rosário, Plínio de Arruda, Raul Pont, Ricardo Berzoini, Tarso Genro e Valter Pomar.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
JOSÉ GENCI NO NETO

ENDEREÇO / ADRESSE
RUA PROF. RUDIÃO MEIRA Nº 59 PINHEIROS

CEP / CODE POSTAL
05409-020

CIDADE / LOCALITÉ
SÃO PAULO

UF
SP

PAÍS / PAYS
BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION
QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS +

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
 PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
 SEM

SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR
Francis de Moura de Sousa

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
02/07

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
CIRCULO DE PINHEIROS - SÃO PAULO - SP

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR
892492242

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

Ilma. Sra. **MARIA DO ROSÁRIO NUNES**
MD Deputada Federal (PT/RS)

Prezada Entrevistada,

inicialmente gostaria de ressaltar a importância de sua participação nesta pesquisa que propus a investigar. Sem a sua participação restará uma insanável lacuna na pesquisa.

O Tema é: Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-gramáticas. Sua participação será inserida no quarto e último capítulo, quando os dados coletados dão uma dimensão da perspectiva interna do PT sobre o Governo.

Se necessário, poderás conferir o currículo do pesquisador que subscreve o presente via página pública da Plataforma Lattes do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>.

Para ter-se uma idéia da importância deste momento da pesquisa, todos os principais atos à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores durante o PEB

facilitar o envio, já consta em anexo o envelope para a postagem do documento, inclusive pode ser via "sedex a cobrar".

A data limite para as postagens das respostas é de até **01/06/2007 (sexta-feira)**.

De antemão, peço desculpas pelo rigorismo em prazos e, principalmente, no tocante ao Termo de Autorização para Publicação, "rigorismo" esse reflexo da própria instituição de ensino, sob pena de incorrer em infração ética e etc.

Agradeço de sobremaneira o atendimento, estando convicto que sua contribuição será de grande monta para a pesquisa e, quiçá, para a ciência.

Balneário Camboriú/SC, 27 de abril de 2007.

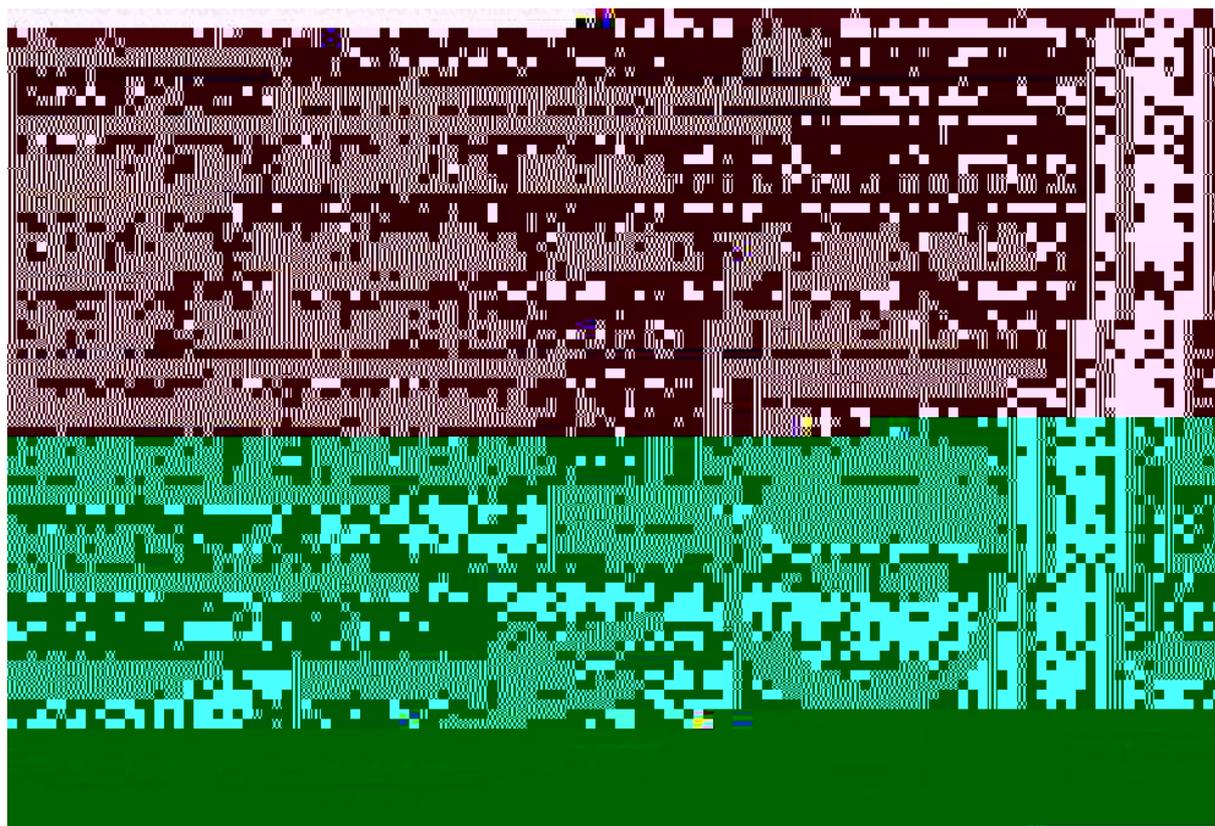

LUIZ FERNANDO OZAWA
Mestrando

UNIVALUSC

Dr. Luiz Fernando Ozawa (Mestrando Monitor)
de Deputada
Câmara 212, Praça dos Três Poderes,
CEP: 70190-900
Brasília-DF

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Câmara
Brasília-DF
Via Sedex

Dr. Cláudio, Markus Sokol, Maria do Rosário, Plínio de Arruda, Raul Pont, Ricardo Berzoini, Tasso



Ilmo. Sr. **PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO**
 MD Membro do Diretório Nacional do PSol

Prezado Entrevistado,

Inicialmente gostaria de ressaltar a importância de sua participação nesta pesquisa que me propus a investigar. Sem a sua participação restará uma insanável lacuna na pesquisa.

O Tema é: **Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-programáticas**. Sua participação será inserida no quarto e último capítulo, quando os dados coletados darão uma dimensão da perspectiva interna do PT sobre o Governo.

Se necessário, poderás conferir o currículo do pesquisador que subscreve o presente via pesquisa pública da Plataforma Lattes do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>.

Para ter-se uma idéia da importância deste momento da pesquisa, todos os principais candidatos à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inscritos durante o PED 2005, estão sendo convidados a responderem o questionário e, receberam o mesmo material do presente.

Peco que o Ilustre Entrevistado envie as 20 (vinte) respostas do questionário em anexo via e-mail simultaneamente para os seguintes endereços:

facilitar o envio, já consta em anexo o envelope para a postagem do documento, inclusive pode ser via "sedex a cobrar".

A data limite para as postagens das respostas é de até **01/06/2007 (sexta-feira)**.

Dê anteaço, peço de desculpas pelo rigorismo em prazos e, principalmente, no tocante ao Termo de Autorização para Publicação, "rigorismo" esse reflexo da própria instituição de ensino, sob pena de incorrer em infração ética e etc.

Agradeço de sobremaneira o atendimento, estando convicto que sua contribuição será de grande monta para a pesquisa e, quiçá, para a ciência.

Balneário Camboriú/SC, 27 de abril de 2007.



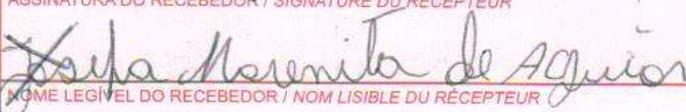
LUIZ FERNANDO OZAWA

Mestrando

Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP
 UNIVALI/SC

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
 nº60, Jardim Luzitânia
 CEP: 04032-110

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
 Rua Nun'Alvares,
 São Paulo/SP - C
 Via Sedex com Af

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO			
ENDEREÇO / ADRESSE			
RUA NUN' ÁLVARES N° 60 CENTRO			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITE	UF	PAÍS / PAYS
04032-110	SÃO PAULO	SP	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS + AUTORIZAÇÃO P/ PUBLICAÇÃO		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
 JOZEFAM DE AGUIAR		30/04/07	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENCE	
			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR			
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENCE			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

Ilmo. Sr. **RAUL JORGE AGLADA PONT**
MD Deputado Estadual do Rio Grande do Sul (PT)

Prezado Entrevistado,

Inicialmente gostaria de ressaltar a importância de sua participação nesta pesquisa que me propus a investigar. Sem a sua participação restará uma insanável lacuna na pesquisa.

O Tema é: Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-programáticas. Sua participação será inserida no quarto e último capítulo, quando os dados coletados darão uma dimensão da perspectiva interna do PT sobre o Governo.

Se necessário, poderás conferir o currículo do pesquisador que subscreve o presente via a página da Plataforma Lattes do CNPq.

Para ter-se uma ideia da importância deste momento da pesquisa, todos os principais candidatos à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inscritos durante a PED

facilitar o envio, já consta em anexo o envelope para a postagem do documento, inclusive pode ser via "sedex a cobrar".

A data limite para as postagens das respostas é de até **01/06/2007 (sexta-feira)**.

De antemão, peço desculpas pelo rigorismo em prazos e, principalmente, no tocante ao Termo de Autorização para Publicação, "rigorismo" esse reflexo da própria instituição de ensino, sob pena de incorrer em infração ética e etc.

Agradeço de sobremaneira o atendimento, estando convicto que sua contribuição será de grande monta para a pesquisa e, quiçá, para a ciência.

Balneário Camboriú/SC, 27 de abril de 2007.



LUIZ FERNANDO OZAWA

Mestrando

**Programa de Mestrado em Gestão de Política Públicas – PMGPP
UNIVALI/SC**

L JORGE AGLADA PONT (A/C Eliane Silveira)
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Praça Marechal Deodoro, nº101, Centro
91201-900 Alegre/RS - CEP: 90010-300
Fone: (51) 3091-1000
E-mail: raupont@ar.gov.br

RAUL JORGE AGLADA PONT
Assessor
Praça Marechal Deodoro, nº101, Centro
91201-900 Alegre/RS - CEP: 90010-300
Fone: (51) 3091-1000
E-mail: raupont@ar.gov.br
Via Sedex c

1 A saber: José Genro, José Genro, Markus Sokol, Maria do Rosário, Plínio de Arruda, Raul Pont, Ricardo Berzoini, Tarso Genro e Valter Pomar.

Ilmo. Sr. **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**
MD Deputado Federal (PT/SP)

Prezado Entrevistado,

gostaria de ressaltar a importância de sua participação nesta pesquisa que
sua participação restará uma insanável lacuna na pesquisa.

do dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológico-
ção será inserida no quarto e último capítulo, quando os dados coletados
va inerte do PT 50 anos de governo.

ás conferir o currículo do pesquisador que subscreve o presente via
attes do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>.

a da importância deste momento da pesquisa, todos os principais
ório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inscritos durante o PED
ponderem o questionário e, receberam o mesmo material do

o envie as 20 (vinte) respostas do questionário em anexo

seguintes endereços: japa@redel.com.br e

utilizar da postagem via correio. Já o "Termo de
do, peço que poste via correio, sendo que para

facilitar o envio, já consta em anexo o envelope para a postagem do documento, inclusive pode ser
via "sedex a cobrar".

A data limite para as postagens das respostas é de até **01/06/2007 (sexta-feira)**.

De antemão, peço desculpas pelo rigorismo em prazos e, principalmente, no tocante ao
mo de Autorização para Publicação, "rigorismo" esse reflexo da própria instituição de ensino, sob
na de incorrer em infração ética e etc.

Agradeço de sobremaneira o atendimento, estando convicto que sua contribuição será
grande monta para a pesquisa e, quiçá, para a ciência.

Balneário Camboriú/SC, 27 de abril de 2007.



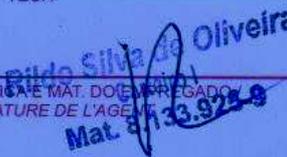
LUIZ FERNANDO OZAWA

Mestrando

Programa de Mestrado em Gestão de Política Públicas – PMGPP
UNIVALI/SC

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI (A/C Kuka)
Comarca dos Deputados
Anexo IV, Gabinete 344, Praça dos Três Poderes,
Brasília/DF - CEP: 70160-900
via Sedex com AR

Para saber: José Geninho, Markus Sokol, Maria do Rosario, Plínio de Arruda, Raul Pont, Ricardo Berzoini, Tarso
Genro e Valter Pomar

PREENCHER COM LETRA DE FÓRMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI			
ENDEREÇO / ADRESSE			
CAM. DOS DEPUTADOS ANEXO IV GAB. 344			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAIS / PAYS
70160-900	BRASÍLIA	DF	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS + AUTORIZAÇÃO P/ PUBLICAÇÃO		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
	2/5/07		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGÉNT		
	 Mat. 8133.928-9		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

Ilmo. Sr. **TARSO FERNANDO HERZ GENRO**
 MD Ministro da Justiça

Prezado Entrevistado,

Inicialmente gostaria de ressaltar a importância de sua participação nesta pesquisa que me propus a investigar. Sem a sua participação restará uma insanável lacuna na pesquisa.

O Tema é: Partido dos Trabalhadores e Governo Lula: dilemas e tensões ideológicas programáticas. Sua participação será inserida no quarto e último capítulo, quando os dados coletados darão uma dimensão da perspectiva interna do PT sobre o Governo.

Se necessário, poderás conferir o currículo do pesquisador que subscreve o presente via pesquisa pública da Plataforma Lattes do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/index.htm>.

Para ter-se uma idéia da importância deste momento da pesquisa, todos os principais candidatos à Presidência do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inscritos durante o PED 2005¹, estão sendo convidados a responderem o questionário e, receberam o mesmo material do presente.

Peço que o Ilustre Entrevistado envie as 20 (vinte) respostas do questionário em anexo via e-mail, simultaneamente, para os seguintes endereços: japa@redel.com.br e luizjara13@hotmail.com, podendo também se utilizar da postagem via correio. Já o "Termo de Autorização para Publicação" devidamente firmado, peço que poste via correio, sendo que para facilitar o envio, já consta em anexo o envelope para a postagem do documento, inclusive pode ser via "sedex a cobrar".

A data limite para as postagens das respostas é de até **01/06/2007 (sexta-feira)**.

De antemão, peço desculpas pelo rigorismo em prazos e, principalmente, no tocante ao Termo de Autorização para Publicação, rigorismo esse reflexo da própria instituição de ensino, sob pena de incorrer em infração ética e etc.

Agradeço de sobremaneira o atendimento, estando convicto que sua contribuição será de grande monta para a pesquisa e, quiçá, para a ciência.

Balneário Camboriú/SC, 27 de abril de 2007.



LUIZ FERNANDO OZAWA

Mestrando

Programa de Mestrado em Gestão de Política Públicas – PMGPP
 UNIVALI/SC

TARSO FERNANDO HERZ GENRO (A/C Vera Spolidoro)
 Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro
 Planada dos Ministérios, Bloco "T", 2º Andar
 Brasília/DF - CEP: 70064-900
 Sedex com AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
TARSO FERNANDO HERZ GENRO			
ENDEREÇO / ADRESSE			
ESP. DOS MINISTÉRIOS BLOCO "T" 4º ANDAR			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
70064-900	BRASÍLIA	DF	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS + AUTORIZAÇÃO P/ PUBLICAÇÃO		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCÉPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>Antônia Ferreira Campos Evangelista</i> Chefe de Divisão de Comunicações Substituto		30/04/07	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCÉPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
		Edson Borges da Silva Carteiro I Matrícula: 8.133.674-8	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

VALTER POMAR

ENDEREÇO / ADRESSE

R. SILVEIRA MARTINS Nº132 CENTRO
01019-000 SÃO PAULO SP BRASIL

QUESTIONÁRIO ENTREVISTA +
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Fabiana Dickson de Oliveira

SE-DR-III

ANEXO B:**Estatuto do Partido dos Trabalhadores.**



Estatuto do Partido dos Trabalhadores

APROVADO PELO
DIRETÓRIO
NACIONAL EM
11/03/01

TEXTO COM REVISÃO FINALIZADA EM 06/04/01

TÍTULO I DO PARTIDO, SEDE, OBJETIVO E FILIAÇÃO	4
CAPÍTULO I DA DURAÇÃO, SEDE E FORO	4
CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E ATUAÇÃO.....	4
CAPÍTULO III DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	4
CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS	6
TÍTULO II ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO	7
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE FUNCIONAMENTO INTERNO.....	7
CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESCOLHA DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS	7
<i>Seção I – Normas Gerais Para Eleição das Direções, dos Delegados, dos Conselhos Fiscais e das</i>	
<i>Comissões de Ética.....</i>	7
<i>Seção II- Inscrição de Chapas e de Nomes e Prazos de Filiação</i>	8
<i>Seção III- Composição das Comissões Executivas, Suplências e Substituições.....</i>	9
<i>Seção IV – Processo das Eleições Diretas - PED</i>	10
CAPÍTULO III DOS ENCONTROS DE ZONAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL	11
<i>Seção I – Normas Gerais.....</i>	11
<i>Seção II – Observadores dos Encontros.....</i>	11
CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES PROVISÓRIAS.....	12
TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS NOS NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	13
CAPÍTULO I DOS NÚCLEOS DE BASE	13
CAPÍTULO II DAS FORMAS DE CONSULTA.....	13
CAPÍTULO III DAS BANCADAS PARLAMENTARES.....	14
CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL MUNICIPAL	15
<i>Seção I – Do Encontro Municipal.....</i>	15
<i>Seção II - Do Diretório Municipal.....</i>	16
<i>Seção III - Da Comissão Executiva Municipal.....</i>	17
<i>Seção IV - Dos Diretórios Zonais.....</i>	17
<i>Seção V - Da Bancada de Vereadores.....</i>	18
CAPÍTULO V DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DA CAPITAL E DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE UM MILHÃO DE ELEITORES E DEMAIS ÓRGÃOS NO MESMO NÍVEL	18
CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL ESTADUAL	19
<i>Seção I - Do Encontro Estadual.....</i>	19
<i>Seção II - Do Diretório Estadual e demais Órgãos Estaduais.....</i>	19
CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL NACIONAL	20
<i>Seção I - Do Encontro Nacional.....</i>	20
<i>Seção II - Do Diretório Nacional e Demais Órgãos Nacionais</i>	21
<i>Seção III - Da Fundação Perseu Abramo</i>	22
<i>Seção IV - Do Congresso Nacional do Partido.....</i>	22
<i>Seção V - Dos Setoriais, Secretarias Setoriais e Grupos de Trabalho.....</i>	23
<i>Seção VI - Dos Encontros Setoriais</i>	23
TÍTULO IV DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E MAJORITÁRIAS.....	24
CAPÍTULO I NORMAS GERAIS	24
CAPÍTULO II DAS PRÉVIAS ELEITORAIS	26

ÍNDICE - continuação

TÍTULO V DA ESCOLHA OFICIAL DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES E DELIBERAÇÃO SOBRE COLIGAÇÕES	26
CAPÍTULO I DAS CONVENÇÕES	26
CAPÍTULO II DA CAMPANHA ELEITORAL	27
TÍTULO VI DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE DO PARTIDO	29
CAPÍTULO I DOS RECURSOS FINANCEIROS	29
<i>Seção I – Dos Recursos do Partido</i>	<i>29</i>
<i>Seção II – Da responsabilidade pela arrecadação</i>	<i>29</i>
CAPÍTULO II DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS	30
<i>Seção I – Do direito de votar e ser votado</i>	<i>30</i>
<i>Seção II – Da Contribuição Financeira dos Filiados</i>	<i>30</i>
<i>Seção III – Da contribuição financeira dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo</i>	<i>30</i>
<i>confiança no Legislativo e Executivo</i>	<i>31</i>
CAPÍTULO III DA DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS ENTRE INSTÂNCIAS.....	31
CAPÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO	32
CAPÍTULO V DO ORÇAMENTO	33
CAPÍTULO VI DA CONTABILIDADE DO PARTIDO	34
CAPÍTULO VII DOS CONSELHOS FISCAIS	34
TÍTULO VII DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIAS	35
CAPÍTULO I DAS COMISSÕES DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	35
CAPÍTULO II DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIAS.....	35
CAPÍTULO III DAS PENALIDADES.....	36
CAPÍTULO IV DO PROCESSO DISCIPLINAR	38
CAPÍTULO V DA MEDIDA CAUTELAR	40
CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO, DISSOLUÇÃO E DESTITUIÇÃO DE INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS	40
<i>Seção I: Da Intervenção nas Instâncias de Direção</i>	<i>40</i>
<i>Seção II: Da Dissolução e Destituição de Comissões Executivas.....</i>	<i>41</i>
TÍTULO VIII DA OUVIDORIA DO PARTIDO	41
TÍTULO IX TENDÊNCIAS.....	41
TÍTULO X MEIOS DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA	42
CAPÍTULO I MEIOS DE COMUNICAÇÃO	42
CAPÍTULO II FORMAÇÃO POLÍTICA.....	43
TÍTULO XI DO PATRIMÔNIO DO PARTIDO	43
CAPÍTULO I MARCAS E SÍMBOLOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO	43
CAPÍTULO II PATRIMÔNIO	43
TÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS	43

TÍTULO I DO PARTIDO, SEDE, OBJETIVO E FILIAÇÃO

CAPÍTULO I DA DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º: O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãs e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Art. 2º: O PT, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, tem duração por prazo indeterminado, é organizado nos termos da legislação em vigor, tem sede central, foro e domicílio em Brasília - Distrito Federal, exceto para as questões administrativas e financeiras, que serão de responsabilidade da sub-sede na capital do Estado de São Paulo.

§ 1º: Em nível nacional, o PT é representado legalmente pelo presidente nacional do Partido.

§ 2º: Nos Estados da Federação e no Distrito Federal, em questões de interesse estadual, a representação do PT é exercida pelos respectivos presidentes das instâncias estaduais e do Distrito Federal.

§ 3º: Nos municípios e nas capitais, em questões de interesse local, a representação do PT é exercida pelo presidente Municipal do Partido.

§ 4º: A representação judicial ou extra-judicial independe de autorização específica, inclusive para o ajuizamento de ações popular e civil pública ou impetração de mandado de segurança, para defesa de direitos, da moralidade administrativa, do meio ambiente, do patrimônio público e cultural e outros interesses difusos dos cidadãos, filiados ou não filiados ao Partido.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Art. 3º: O Partido dos Trabalhadores atuará em âmbito nacional com estrita observância deste Estatuto e de seus Manifesto, Programa, demais documentos aprovados na Convenção Nacional de 1981, nos Encontros Nacionais e Congressos, nos quais estão expressos seus objetivos.

CAPÍTULO III DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 4º: Filiado do Partido dos Trabalhadores é qualquer homem ou mulher a partir de dezesseis anos que manifeste concordância com este Estatuto e demais documentos básicos nacionais do Partido, que seja admitido pela Comissão Executiva do Diretório Municipal ou Zonal ou, na falta ou impedimento dessas, pela Comissão Executiva da instância superior.

Art. 5º: A solicitação de filiação será feita perante a instância de direção municipal ou zonal do respectivo domicílio eleitoral, em formulários impressos e distribuídos sob a responsabilidade do Diretório Nacional, nos quais deverá constar a declaração de aceitação, pelo interessado, dos documentos partidários e da obrigação de contribuir financeiramente.

§ 1º: A filiação de líderes de reconhecida expressão, detentores de cargos eletivos ou dirigentes de outros partidos deverá ser confirmada pela Comissão Executiva Estadual e, no caso de mandatários federais, pela Comissão Executiva Nacional.

§ 2º: Excepcionalmente, nos casos previstos no parágrafo anterior, é facultada a filiação perante o Diretório Estadual ou Nacional, que deverá ser aprovada pela maioria absoluta de seus respectivos membros.

Art. 6º: O formulário da solicitação de filiação será o mesmo a ser utilizado para a emissão da Carteira Nacional de Filiação.

§ 1º: Solicitada a filiação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória deverá emitir declaração ao filiando, na qual fique comprovado o seu pedido, até que ela seja considerada aprovada.

§ 2º: A Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal tem a obrigação de tornar pública a relação das solicitações das novas filiações, afixando-a na sede do Partido, ou em outro local por ela definido.

§ 3º: A partir da data da afixação da lista a que se refere o parágrafo anterior, inicia-se o prazo de sete dias úteis para apresentação, por qualquer filiado, de impugnação, assegurando-se igual prazo para defesa.

§ 4º: Esgotado o prazo para contestação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória deliberará sobre o pedido de filiação no prazo de sete dias úteis.

§ 5º: Não havendo impugnação, considerar-se-á deferida a filiação caso a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal não se pronuncie no prazo do parágrafo anterior.

§ 6º: Havendo impugnação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória deverá deliberar sobre o pedido no prazo máximo de sete dias úteis.

§ 7º: Não havendo o pronunciamento a que se refere o parágrafo anterior, a impugnação deverá ser remetida imediatamente à Comissão Executiva da instância superior, que deverá deliberar em igual prazo.

§ 8º: Da decisão que indeferir a filiação, caberá recurso sem efeito suspensivo à Comissão Executiva Estadual, a ser interposto no prazo de sete dias úteis, contados do recebimento da comunicação pelo interessado.

§ 9º: Filiações de brasileiros residentes no exterior serão apresentadas através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais e analisadas pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 7º: No caso de impedimento legal, o filiado poderá solicitar apenas a filiação interna, a ser abonada pela instância estadual correspondente, observados, nos termos da legislação em vigor, os mesmos prazos, direitos e deveres dos demais filiados.

Art. 8º: Bimestralmente, a instância municipal deverá promover plenária de filiação, convidando todos os novos filiados para assistirem a exposição das linhas básicas do Partido.

Art. 9º: Para a atualização dos cadastros dos filiados, até 15 de maio e até 15 de novembro de cada ano a instância municipal deverá enviar à instância estadual as relações de filiados encaminhadas à Justiça Eleitoral.

§ 1º: Para efeito do disposto neste artigo, a instância estadual deverá, até 30 dias após o prazo estipulado no parágrafo anterior, enviar à instância nacional as relações de filiados em todos os municípios do Estado, com o respectivo endereço.

§ 2º: Os cadastros municipais, estaduais e nacional de filiações deverão permanecer à disposição de todos os membros do Partido.

§ 3º: O não cumprimento dos prazos estipulados neste artigo sujeita o infrator às medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

Art. 10:

Art. 11: Aprovada a filiação, será emitida, sob a responsabilidade do Diretório Nacional, a Carteira Nacional de Filiação, que deverá ser, obrigatoriamente, utilizada pelo filiado para a participação nas atividades partidárias.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS

Art. 12: A todos os filiados ao Partido ficam assegurados idênticos direitos e deveres partidários, estando sujeitos à disciplina partidária, devendo orientar suas atividades de acordo com as normas estatutárias, com os princípios éticos, programáticos e diretrizes fixadas pelas instâncias de deliberação do Partido.

Parágrafo único: Os direitos e deveres previstos neste Capítulo não excluem outros decorrentes dos demais documentos partidários aprovados pelas instâncias superiores.

Art. 13: É direito do filiado:

- I. Participar da elaboração e aplicação da política partidária, votando nas reuniões das instâncias de que fizer parte;
- II. Votar e ser votado para composição das instâncias e órgãos do Partido;
- III. Defender-se de acusações ou punições recebidas;
- IV. Ser denunciado somente por documento escrito e assinado;
- V. Ser investigado ou processado em Comissão de Ética em sigilo até decisão das instâncias partidárias;
- VI. Ter o mais amplo direito de defesa nos processos de apuração de infração aos deveres partidários, tendo presença assegurada em qualquer instância que esteja analisando sua conduta política;
- VII. Dirigir-se diretamente e por escrito a qualquer instância do Partido para:
 - a) Apresentar seu ponto de vista em relação a qualquer assunto;
 - b) Denunciar irregularidades;
 - c) Solicitar reparação de dano quando sofrer denúncia infundada;
 - d) Recorrer das decisões perante as respectivas instâncias superiores de deliberação.
- VIII. Organizar-se em tendências internas para defender determinadas posições políticas, nos termos deste Estatuto, ou tomar a iniciativa de reunir-se com outros membros do Partido;
- IX. Exigir das respectivas instâncias partidárias a convocação de plebiscitos, referendos ou consultas às bases, observadas as normas previstas neste Estatuto;
- X. Exigir das instâncias partidárias orientação, formação e informação política;
- XI. Ser informado das resoluções, publicações e demais documentos partidários;
- XII. Manifestar-se internamente sobre decisões partidárias já adotadas;
- XIII. Manifestar-se publicamente sobre as questões doutrinárias e políticas;
- XIV. Ser tratado de forma respeitosa, sem distinção do grau de disponibilidade militante;
- XV. Excepcionalmente, ser dispensado do cumprimento de decisão coletiva, face a graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo, por decisão da Comissão Executiva do Diretório correspondente, ou, no caso de parlamentar, por decisão conjunta com a respectiva bancada, precedida de debate amplo e público.

Art. 14: É dever do filiado:

- I. Participar das atividades do Partido, difundir as idéias e propostas partidárias;
- II. Combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores de deficiência física, aos idosos, ou qualquer outra forma de discriminação social, de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade ou religião;
- III. Manter conduta compatível com os princípios éticos do Partido;
- IV. Acatar e cumprir as decisões partidárias;
- V. Contribuir financeiramente nos termos deste Estatuto e participar das campanhas de arrecadação de fundos do Partido;

VI. Votar nos candidatos indicados e participar das campanhas aprovadas nas instâncias partidárias;

VII. Comparecer, quando convocado, para elucidar fatos em procedimentos disciplinares;

VIII. Emitir voto sobre questões submetidas à consulta partidária pelas instâncias de direção;

IX. Renunciar ao mandato eletivo no caso de desligamento do Partido.

§1º: O filiado investido em cargo de confiança na administração pública, direta ou indireta, deverá exercê-lo com probidade, fidelidade aos princípios programáticos e à orientação do Partido.

§ 2º: O disposto no parágrafo anterior também se aplica ao filiado detentor de mandato eletivo.

§ 3º: Os filiados a que se referem os parágrafos deste artigo, quando convocados pelo Diretório a que pertencem ou pelas instâncias superiores do Partido, deverão prestar contas de suas atividades.

TÍTULO II ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE FUNCIONAMENTO INTERNO

Art. 15: A unidade do Partido será garantida, sob o aspecto de seu funcionamento, pelos princípios, normas e procedimentos estabelecidos neste Estatuto.

Art. 16: São instâncias e órgãos do Partido:

A) Instâncias:

I. o Congresso Nacional, os Encontros Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais ;

II. Diretório Nacional, os Diretórios Estaduais, Municipais, Zonais, e suas respectivas Comissões Executivas;

III. os Núcleos de Base;

IV. os Setoriais.

B) Órgãos:

I. as Coordenações de Regiões Nacionais, as Macros e Microrregiões estaduais;

II. as Bancadas Municipais, Estaduais, Distrital e Federal;

III. a Comissão de Ética, o Conselho Fiscal, a Ouvidoria e a Fundação Perseu Abramo.

Art. 17: As instâncias e quaisquer organismos territoriais de nível zonal subordinam-se às instâncias de nível municipal, as quais estão subordinadas às de nível estadual, que, por sua vez, subordinam-se às instâncias e organismos nacionais.

§ 1º: Salvo outras disposições estatutárias, as instâncias, quando convocadas de acordo com as normas previstas neste Estatuto, instalam-se

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESCOLHA DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS

Seção I – Normas Gerais Para Eleição das Direções, dos Delegados, dos Conselhos Fiscais e das Comissões de Ética

Art. 20: Para constituição de Diretórios devem ser cumpridas as seguintes exigências:

I. os Diretórios Municipais e Zonais somente poderão ser constituídos quando o Partido tiver, no Município ou Zona, o número mínimo de filiados fixado de acordo com o disposto no artigo 57 deste Estatuto;

II. nas capitais dos estados com mais de quinhentos mil e em municípios com mais de um milhão de eleitores, os Diretórios Municipais correspondentes somente poderão ser constituídos quando o Partido possuir o número mínimo de três Zonais organizados, observado o disposto nos artigos 57 e 91, letra “d” deste Estatuto;

III. o Diretório Estadual somente poderá ser constituído quando o Partido no Estado possuir Diretórios Municipais em, no mínimo, 10% dos respectivos municípios, observado o número mínimo de cinco Diretórios Municipais organizados.

Art. 21: O mandato dos membros efetivos e suplentes das direções partidárias, dos Conselhos Fiscais e das Comissões de Ética é de três anos.

Parágrafo único: A antecipação ou prorrogação dos mandatos a que se refere este artigo só poderá ser autorizada por deliberação de, no mínimo, 60% dos membros do Diretório Nacional.

Art. 22: Para a eleição dos delegados e das direções em todos os níveis deverão ser cumpridas as seguintes exigências:

I. Os princípios de eleição e direção colegiada serão estritamente observados na escolha de delegações e composições de suas instâncias e organismos partidários;

II. O princípio da proporcionalidade será estritamente observado na composição final de delegações, instâncias e organismos, em todas as eleições onde houver disputa de chapas;

III. A eleição do presidente das instâncias zonais, municipais, estaduais e nacional será realizada em votação separada;

IV. Deverão ser eleitos, nas direções partidárias e nas delegações, suplentes na proporção de um terço (1/3) do respectivo número de efetivos;

V. 30% (trinta por cento), no mínimo, dos integrantes das direções partidárias deverão ser mulheres;

VI. Será assegurado o registro de chapas incompletas, com número de inscritos inferior ao número de vagas em disputa;

VII. Só serão considerados válidos os votos dados às chapas;

VIII. As chapas deverão garantir, no preenchimento das vagas que lhes forem atribuídas, o percentual mínimo a que se refere o inciso V deste artigo.

Seção II- Inscrição de Chapas e de Nomes e Prazos de Filiação

Art. 23: Qualquer filiado poderá inscrever-se para o cargo de presidente de qualquer das instâncias de direção ou, em chapas, para delegados aos Encontros Municipais e Zonais, ou para membros das direções partidárias, dos Conselhos Fiscais, e das Comissões de Ética, desde que cumprido o disposto no § 3º do artigo 169.

§ 1º: É permitido ao filiado inscrever-se simultaneamente em diferentes chapas, desde que em diferentes níveis.

§ 2º: A inscrição das chapas e dos nomes ao cargo de presidente deverá ser feita perante a Comissão Executiva do órgão de direção correspondente, observando-se os seguintes prazos:

- a) até cento e vinte dias antes do pleito em nível nacional;
- b) até noventa dias antes do pleito em nível estadual;
- c) até sessenta dias antes do pleito em nível municipal.

§ 3º: Até dez dias do término do prazo a que se refere o parágrafo anterior, os representantes das chapas, ou seus integrantes, poderão solicitar a substituição dos nomes inscritos.

§ 4º: Para efeito do disposto no parágrafo anterior, se o número de nomes inscritos de determinada chapa for inferior ao número de lugares que lhe foram atribuídos no processo de eleições diretas - PED, as vagas excedentes deverão ser redistribuídas entre as demais chapas, obedecido o princípio da proporcionalidade, na forma deste Estatuto.

§ 5º: As chapas às direções, em cada nível, deverão indicar, obrigatoriamente, os nomes para o Conselho Fiscal e a Comissão de Ética correspondentes, compostos, cada um, por 5 (cinco) filiados que não poderão integrar o Diretório.

Art. 24: Para a entrega de teses das chapas de delegados deverão ser observados os mesmos prazos previstos no § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único: O texto-base a ser submetido à discussão nos Encontros Municipais será aquele correspondente à chapa de delegados que obtiver maior número de votos na eleição direta.

Art. 25: Até 10 (dez) dias após o término do prazo de substituição estabelecido no artigo 23, § 3º, qualquer filiado apto a votar poderá apresentar por escrito, perante a Comissão Executiva ou Comissão Provisória do Diretório correspondente, impugnação ou contestação das chapas ou nomes inscritos, que deverá estar motivada e acompanhada das provas em que se fundar.

Parágrafo único: Qualquer impugnação ou contestação apresentada após o prazo previsto neste artigo deverá ser considerada intempestiva.

Art. 26: É de um ano o prazo mínimo de filiação partidária para votar ou ser votado no processo de eleição direta das direções partidárias, na escolha de delegados, nos Encontros ou Prévias.

§ 1º: O disposto neste artigo não se aplica aos filiados em municípios que estejam em processo inicial de organização do Partido e constituição de Comissão Provisória, exigindo-se, nesse caso, o prazo mínimo de 180 dias de filiação partidária.

§ 2º: Os filiados no prazo previsto no parágrafo anterior só poderão votar na eleição das respectivas direções e delegações municipais.

§ 3º: O impedimento ao exercício do voto é considerado falta grave.

Art. 27: A última relação oficial dos filiados encaminhada pela instância competente à Justiça Eleitoral, acrescida da relação dos filiados internos, se houver, será utilizada como lista geral de filiação para a eleição das direções, na escolha dos delegados, nos Encontros ou Prévias, observado o prazo previsto no “caput” do artigo anterior.

Art. 28: Os filiados, no dia da eleição direta, deverão apresentar a respectiva Carteira Nacional de Filiação e assinar lista de presença.

Art. 29: O filiado registrado em Diretório Zonal que deseja votar e ser votado em Zonal diverso, desde que dentro do mesmo município, deverá solicitar ao Diretório de origem a transferência de sua filiação até cento e vinte dias antes da realização da eleição direta ou do Encontro, através de pedido por escrito com protocolo.

Parágrafo único: O Diretório de origem fornecerá o documento de transferência interna solicitado pelo filiado e, simultaneamente, efetuará a retirada do seu nome da respectiva relação de filiados, comunicando a transferência à instância imediatamente superior até trinta dias após o recebimento do pedido.

Seção III- Composição das Comissões Executivas, Suplências e Substituições

Art. 30: A Comissão Executiva será eleita pelos membros efetivos do respectivo Diretório.

§ 1º: As Comissões Executivas, em qualquer nível, serão compostas de até um 1/3 de membros efetivos do Diretório correspondente.

§ 2º: Nenhum filiado poderá participar simultaneamente de duas Comissões Executivas.

§ 3º: As funções das secretarias serão regulamentadas pelo Diretório Nacional.

§ 4º: As vagas que ocorrerem nas Comissões Executivas serão preenchidas por eleição do respectivo Diretório dentre os seus membros efetivos.

§ 5º: Deverá ser obedecido o disposto nos incisos II e V do artigo 22 na composição total do número de membros da Comissão Executiva, sendo atribuição do Diretório correspondente a definição e eleição de seus cargos.

Art. 31: Serão inelegíveis para cargos em Comissões Executivas, em qualquer nível, os filiados que tenham sido membros de uma mesma Comis

Art. 38: No processo das eleições diretas - PED, as instâncias partidárias correspondentes constituirão, com recursos partidários, um fundo eleitoral de campanha a ser distribuído igualmente entre as chapas concorrentes.

§ 1º: As chapas concorrentes realizarão suas respectivas campanhas com os recursos a que se refere o “caput” deste artigo, permitida, ainda, a arrecadação de fundos entre os filiados, sendo proibido qualquer tipo de financiamento externo ao Partido.

§ 2º: Serão assegurados às chapas concorrentes, em igualdade de condições, acesso ao conjunto dos filiados, espaço nas sedes e na imprensa partidária;

§ 3º: As instâncias partidárias correspondentes deverão produzir, no mínimo, uma publicação de apresentação das teses e chapas concorrentes, a ser enviada a todos os filiados, podendo ainda, viabilizar debates públicos entre as chapas nos meios de comunicação de massa.

Art. 39: Havendo, em determinado nível, mais de dois candidatos a presidente e se nenhum deles atingir mais de 50% dos votos válidos, haverá segundo turno, obedecida a data indicada pelo calendário nacional.

Parágrafo único: Não haverá segundo turno no caso de desistência do primeiro ou do segundo colocado, devendo ser declarado eleito o candidato remanescente.

Art. 40: O quorum para validade do processo de eleições diretas - PED é de 15% do total de filiados no município ou zona.

§ 1º: Não tendo sido atingido o quorum previsto neste artigo, o resultado não será computado para o cálculo das delegações e da constituição das direções municipal, estadual e nacional.

§ 2º: Para efeito do disposto no “caput” desse artigo, no município ou zona deverá ser designada uma Comissão Provisória Municipal ou Zonal, observadas as normas previstas neste Estatuto.

§ 3º: Para constituição do Diretório Municipal ou Zonal, deverão ser observados o calendário e as normas, a serem aprovados pelo Diretório Nacional, sobre a realização de novo processo de eleições diretas - PED extraordinário.

CAPÍTULO III DOS ENCONTROS DE ZONAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL

Seção I – Normas Gerais

Art. 41: Os Encontros Ordinários, em todos os níveis, serão realizados de acordo com o calendário e pauta geral estabelecidos pelo Diretório Nacional.

Art. 42: A direção responsável pela realização do Encontro deverá assegurar a existência de creche.

Art. 43: Somente participam dos Encontros, em qualquer nível, os delegados que estiverem em dia com sua respectiva contribuição financeira, de acordo com a normas deste Estatuto.

Parágrafo único: Nos encontros estaduais e nacional somente serão credenciados os delegados dos municípios ou estados cujas instâncias correspondentes estejam em dia com suas contribuições junto às instâncias superiores.

Art. 44: No Distrito Federal, os Diretórios e Encontros Zonais são considerados Municipais.

Art. 45: A proporção para a eleição de delegados aos Encontros será definida pelo Diretório Nacional, garantida igual representatividade na escolha dos delegados em todo o país.

Art. 46: Os delegados, no dia do Encontro, deverão apresentar a respectiva Carteira Nacional de Filiação e assinar lista de presença.

Art. 47: Para a verificação do quorum deverá ser utilizada a lista de credenciamento.

Parágrafo único: O quorum para a instalação e validade dos Encontros de delegados é de 50% mais um dos delegados eleitos.

Art. 48: Os Encontros Municipais podem ser realizados em até dois dias, de acordo com a necessidade de discussão da pauta ou tradição de cada município.

Art. 49: O suplente participa do Encontro somente se apresentar documento do delegado efetivo comprovando seu impedimento, podendo neste caso ser credenciado durante o período regular de credenciamento.

§ 1º: O suplente só poderá assumir na ausência do delegado efetivo da mesma chapa a que foi eleito.

§ 2º: Os suplentes deverão ser credenciados na primeira hora após o término do horário previsto para credenciamento, sendo proibido, nesse mesmo período, o credenciamento de delegados efetivos.

Art. 50: Durante a realização dos Encontros de Delegados será assegurada a possibilidade de fusão das chapas inscritas, desde que efetivada, necessariamente, antes do processo de defesa de chapas.

Seção II – Observadores dos Encontros

Art. 51: São observadores ao Encontro Municipal com direito a voz e sem direito de voto:

- a) os membros do respectivo Diretório Municipal;
- b) os membros dos Diretórios Estadual e Nacional, filiados no município;
- c) o prefeito e o vice-prefeito do Partido no município;
- d) os vereadores do Partido no município.

Art. 52: São observadores ao Encontro Estadual com direito a voz e sem direito de voto:

- a) os membros do Diretório Estadual ;
- b) os membros do Diretório Nacional do respectivo Estado;
- c) os deputados, prefeitos, vice-prefeitos, governadores e vice-governadores filiados ao Partido;
- d) um filiado de cada Município que não tenha atingido o quorum de validade do respectivo Encontro, escolhido entre seus participantes;

Art. 55: A Comissão Provisória, com a competência de Comissão Executiva local, terá as

CAPÍTULO II DAS FORMAS DE CONSULTA

Art. 61: São formas de consulta:

- I. Plebiscitos;
- II. Referendos;
- III. Prévias Eleitorais;
- IV. Consultas.

Art. 62: Plebiscitos, Referendos, Prévias Eleitorais e Consultas constituem formas de consulta a todos os filiados e devem garantir igualdade de condições para as várias propostas ou candidaturas em debate, incluindo, no mínimo, a obrigatoriedade de discussão com a base, o acesso aos filiados, a publicação de materiais e uma infra-estrutura material básica.

§ 1º: Sem prejuízo de outras disposições previstas neste Estatuto, deverão ser realizados Plebiscitos, Referendos ou Consultas quando houver a manifestação subscrita de, no mínimo:

- a) 20% dos filiados no município, em questões municipais;
- b) 20% dos filiados no Estado, distribuídos, em pelo menos 50% dos municípios com Diretórios Municipais organizados, em questões estaduais;
- c) 20% do total de filiados do Partido, distribuídos em pelo menos 50% dos Estados com Diretórios Estaduais organizados, em questões nacionais.

§ 2º: Plebiscito é uma forma de consulta a todos os filiados, num determinado nível, para definir a posição partidária sobre questão relevante, e seu resultado terá sempre caráter deliberativo, desde que atingido o quorum.

§ 3º: Referendo é uma forma de consulta a todos os filiados, num determinado nível, para reavaliação ou reafirmação de posição partidária previamente definida e seu resultado terá sempre caráter deliberativo, desde que atingido o quorum.

§ 4º: Prévia eleitoral é uma forma específica de plebiscito, obrigatória e deliberativa, num determinado nível, para a definição de candidatos a cargos majoritários e seu resultado terá sempre caráter deliberativo, desde que atingido o quorum.

§ 5º: Consultas, num determinado nível, poderão ser realizadas, a todos os filiados, para a tomada de decisão partidária sobre questão relevante sem caráter decisório.

CAPÍTULO III DAS BANCADAS PARLAMENTARES

Art. 63: As Bancadas de Parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção.

§ 1º: As Bancadas são consideradas órgãos do Partido que definem a ação parlamentar de acordo com as Resoluções adotadas pela instância de direção correspondente e pelas demais instâncias superiores do Partido.

§ 2º: É dever das Bancadas Parlamentares, apoiadas pela assessoria parlamentar dos gabinetes e da liderança, cooperar com o Partido para a elaboração das políticas públicas, dos bancos de dados, dos projetos institucionais e das propostas temáticas.

Art. 64: A escolha do líder e dos vice-líderes das Bancadas será feita periodicamente, com comunicação posterior dos nomes escolhidos à Comissão Executiva do Diretório correspondente.

Parágrafo único: Por acordo entre cada parlamentar, a respectiva Bancada e a Comissão Executiva do Diretório correspondente, poderá haver rodízio entre titulares e suplentes.

Art. 65: A Comissão Executiva do Diretório correspondente deverá promover reuniões periódicas com parlamentares, respectivos assessores e funcionários filiados ao Partido.

Art. 66: O Partido concebe o mandato como partidário e os integrantes das Bancadas nas Casas Legislativas deverão subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e

programáticos, às deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instâncias de direção partidária, na forma deste Estatuto.

Art. 67: A Comissão Executiva do nível correspondente e a Bancada Parlamentar procurarão sempre praticar o exercício coletivo das decisões e dos mandatos, assegurando a todos os parlamentares o acesso ao processo decisório e obrigando-os ao cumprimento das deliberações adotadas.

§ 1º: O “fechamento de questão” decorrerá de decisão conjunta da Bancada Parlamentar com a Comissão Executiva do nível correspondente e deverá ser aprovado por maioria absoluta de votos.

§ 2º: Excepcionalmente e somente por decisão conjunta da Bancada e da Comissão Executiva do Diretório correspondente, precedida de debate amplo e público, o parlamentar poderá ser dispensado do cumprimento de decisão coletiva, face a graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo.

Art. 68: A Bancada Parlamentar e a Comissão Executiva do Diretório correspondente adotarão medidas concretas para combater o clientelismo e os privilégios, na busca de uma nova postura ética dos parlamentares.

Art. 69: Desde o pedido de indicação como pré-candidato a cargo legislativo, o filiado comprometer-se-á rigorosamente a:

I- reconhecer de modo expresso que todo mandato eletivo pertence ao Partido e que suas instâncias de direção poderão adotar todas as medidas necessárias para preservar esse mandato se deixar a legenda ou dela for desligado;

II- não invocar a condição de parlamentar para pleitear candidatura nata à reeleição;

III- se eleito, combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista;

IV- contribuir financeiramente de acordo com as normas deste Estatuto;

V- em questões polêmicas ou projetos de lei controversos de iniciativa da Bancada Parlamentar, participar dos debates amplos e sistemáticos a serem organizados no interior do Partido.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL MUNICIPAL

Art. 70: No Município, o Partido compõe-se da seguintes instâncias e órgãos:

A- Instâncias:

- I. Encontro Municipal;
- II. Diretório Municipal;
- III. Comissão Executiva Municipal;
- IV. Encontro Zonal, onde houver;
- V. Diretório Zonal, onde houver;
- VI. Comissão Executiva Zonal, onde houver;
- VII. Núcleos de Base;
- VIII. Setoriais.

B- Órgãos:

- I. Bancada de Vereadores;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Comissão de Ética.

Seção I – Do Encontro Municipal

Art. 71: O Encontro Municipal compõe-se de todos os delegados eleitos pelo voto direto dos filiados aptos a votar no Município.

Art. 72: Caberá ao Encontro Municipal:

- a) analisar a conjuntura local e aprovar as linhas de ação do Partido em âmbito local;
- b) definir a plataforma, a política de alianças e a tática eleitoral do partido antes da realização das prévias;
- c) escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera municipal, ou, no caso da realização de prévias, referendar os candidatos;
- d) examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Municipal;
- e) decidir em grau de recurso sobre as deliberações tomadas pelo Diretório Municipal;
- f) dissolver o Diretório Municipal ou destituir a Comissão Executiva Municipal, nos casos previstos neste Estatuto;
- g) aprovar as diretrizes políticas para prefeitos e vereadores, com estrita observância daquelas emanadas das instâncias superiores, do Programa e deste Estatuto;
- h) deliberar sobre acordos políticos e coligações eleitorais com estrita observância das orientações emanadas das instâncias nacionais;
- i) deliberar sobre recursos dos filiados nos casos previstos neste Estatuto;
- j) eleger os delegados ao Encontro Estadual.

Art. 73: O Encontro Municipal ocorrerá nos prazos e para os fins previstos neste Estatuto, por convocação da maioria dos membros da Comissão Executiva Municipal, ou do Diretório Municipal, ou ainda por um terço dos filiados no Município.

Seção II - Do Diretório Municipal

Art. 74: Os Diretórios Municipais terão, no máximo, 43 (quarenta e três) membros efetivos, mais o presidente eleito e o líder da bancada do Partido na Câmara Municipal, além de 1/3 de suplentes.

§ 1º: Em caso de vacância ou impedimento, será convocado o suplente do Diretório na ordem de colocação na respectiva chapa.

§ 2º: A posse dos membros dos Diretórios Municipais eleitos ocorrerá no dia do Encontro correspondente, que será realizado após o processo de eleições diretas - PED.

Art. 75: São as seguintes as atribuições do Diretório Municipal:

- a) escolher a Comissão Executiva Municipal;
- b) estabelecer a posição do Partido em relação às questões políticas de âmbito municipal e o plano de ação em estrita observância das orientações emanadas das instâncias superiores;
- c) encaminhar a elaboração e aprovação do orçamento anual;
- d) manter em dia a contabilidade e garantir a elaboração, aprovação e entrega do balanço anual e da prestação de contas à Justiça Eleitoral com cópia para a instância estadual;
- e) manter em dia os livros de contabilidade (diário e caixa);
- f) aplicar aos filiados à seção municipal as sanções disciplinares previstas neste Estatuto;
- g) convocar o Encontro Municipal nos termos deste Estatuto;
- h) destituir a Comissão de Ética Municipal nos casos em que esta esteja atuando com parcialidade ou em desacordo com os princípios partidários;
- i) aprovar a constituição de Núcleos organizados em âmbito municipal;
- j) convocar plebiscito, referendos, prévias eleitorais e consultas aos filiados no âmbito municipal;
- k) convocar o prefeito, os secretários municipais filiados ao Partido, bem como a bancada de vereadores, para obter esclarecimentos sobre suas condutas nos respectivos Poderes;

- l) estabelecer diretrizes para a atuação dos vereadores do Partido na Câmara Municipal;
- m) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Encontro Municipal, as deliberações dos respectivos Encontros Estaduais, Encontro Nacional ou Congresso, supervisionando a vida do partido em âmbito Municipal;
- n) julgar os recursos contra atos e decisões da Comissão Executiva Municipal;
- o) aprovar resoluções sobre matéria de sua competência;
- p) credenciar delegados perante a Justiça Eleitoral;
- q) ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral para decretação de perda de mandato de vereador, observadas as disposições previstas neste Estatuto;
- r) informar e atualizar os filiados sobre as políticas, propostas, publicações, materiais e demais iniciativas do partido;
- s) viabilizar periodicamente atividades abertas à população;
- t) cobrar as contribuições financeiras dos filiados, inclusive dos ocupantes de cargos municipais eletivos e de confiança;
- u) garantir os repasses de recursos para as instâncias superiores, na forma deste Estatuto;
- v) organizar amplas campanhas de arrecadação financeira;
- w) efetuar todos os procedimentos relativos ao cadastro de filiados, estabelecidos neste Estatuto.

Art. 76: O Diretório Municipal reunir-se-á ordinária e mensalmente, sem necessidade de convocação, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

Art. 77: Extraordinariamente, o Diretório Municipal reunir-se-á sempre que necessário, por convocação da Comissão Executiva Municipal ou por um terço de seus membros, ou ainda, por um terço dos Núcleos ou Diretórios Zonais existentes no âmbito municipal.

Seção III - Da Comissão Executiva Municipal

Art. 78: A Comissão Executiva Municipal terá, no mínimo, um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um secretário de formação política e o líder da Bancada Municipal, até o limite máximo de um 1/3 dos membros do respectivo Diretório.

Art. 79: A Comissão Executiva Municipal terá as seguintes atribuições:

- a) propor ao Diretório Municipal a criação de Núcleos;
- b) executar as deliberações do Encontro Municipal, do Diretório Municipal e demais instâncias superiores;
- c) convocar, em caráter extraordinário, o Diretório Municipal;
- d) convocar o Encontro Municipal, ou formalizar sua convocação, nos termos deste Estatuto, no prazo máximo de quinze dias, a contar do recebimento do pedido;
- e) convocar a bancada de vereadores para adotar orientações ou obter esclarecimentos sobre a atuação na Câmara Municipal;
- f) solicitar à Comissão Executiva Estadual a anotação do Diretório Municipal perante a Justiça Eleitoral.

Art. 80: A Comissão Executiva reúne-se, em caráter ordinário, no mínimo, a cada quinze dias e extraordinariamente sempre que convocada por 2/3 de seus membros.

Seção IV - Dos Diretórios Zonais

Art. 81: Nas capitais dos estados com mais de quinhentos mil e nos municípios com mais de 1 milhão de eleitores é obrigatória a organização de Diretórios Zonais.

Art. 82: Os Diretórios Zonais terão, no máximo, quatorze membros efetivos, mais o Presidente, além de 1/3 de suplentes e suas atribuições correspondem, no âmbito do respectivo Zonal, às atribuições dos Diretórios Municipais.

Parágrafo único: As disposições estabelecidas nas Seções I, II, III do Capítulo IV deste Título, aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera do Zonal, com exceção das letras "j", "k", "l", do artigo 75.

Art. 83: Compete aos Diretórios Zonais, além das atribuições do artigo anterior:

- a) eleger sua Comissão Executiva Zonal;
- b) cumprir e fazer cumprir o Programa, o Estatuto e as metas programáticas de ação partidária;
- c) manter em dia o cadastramento dos filiados do Zonal de acordo com as disposições deste Estatuto;
- d) participar das campanhas políticas de acordo com a orientação das instâncias superiores;
- e) participar dos movimentos de comunidades locais;
- f) definir as questões específicas no âmbito do Zonal;
- g) cobrar as contribuições financeiras dos filiados do Zonal.

Art. 84: Compete à Comissão Executiva Zonal, ressaltado o disposto no artigo 82:

- a) convocar o Encontro Zonal;
- b) executar atividades específicas definidas pelo Diretório Zonal;
- c) registrar o Diretório Zonal e respectiva Comissão Executiva junto ao Diretório Municipal correspondente;
- d) promover campanhas de filiação partidária e de alistamento eleitoral;
- e) participar das campanhas políticas, apoiando a ação do respectivo Diretório Municipal;
- f) integrar-se aos movimentos de base locais;
- g) informar e atualizar todos os filiados sobre as políticas, propostas, publicações, materiais e demais iniciativas do partido;
- h) viabilizar periodicamente atividades abertas à população;
- i) cobrar as contribuições financeiras dos filiados, organizar amplas campanhas de arrecadação e garantir os repasses ao Diretório Municipal correspondente.

Seção V - Da Bancada de Vereadores

Art. 85: A bancada de vereadores constitui a instância de ação parlamentar do Partido, no âmbito municipal.

Art. 86: A bancada de vereadores indicará, por maioria de votos, o seu líder, que terá, enquanto estiver no exercício da liderança, lugar reservado, com direito a voz e voto, no Diretório e respectiva Comissão Executiva Municipal.

Parágrafo único: Em caso de empate na indicação a que se refere esse artigo, caberá a escolha à Comissão Executiva Municipal.

Art. 87: Os projetos de autoria dos vereadores ou prefeitos, de grande relevância pública ou repercussão social, antes de serem apresentados à Câmara Municipal deverão ser examinados pela Comissão Executiva Municipal, que, a seu critério, poderá submetê-los a ampla discussão no Partido.

Parágrafo único: Em caso de necessidade de apresentação de projeto em regime de urgência, o vereador deverá encaminhar justificativa à Comissão Executiva Municipal, que decidirá sobre sua divulgação ao conjunto do Partido.

Art. 88: A bancada de vereadores poderá solicitar à Comissão Executiva Municipal reunião específica para obter orientações ou dar explicações sobre sua conduta na Câmara.

CAPÍTULO V

DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DA CAPITAL E DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE UM MILHÃO DE ELEITORES E DEMAIS ÓRGÃOS NO MESMO NÍVEL

Art. 89: Os Diretórios Municipais com Zonais terão, no máximo, quarenta e três membros efetivos, mais o presidente eleito e o líder da bancada do Partido na respectiva Câmara Municipal, além de 1/3 de suplentes.

Art. 90: As atribuições dos Diretórios Municipais das Capitais e dos Diretórios Municipais com Zonais e respectivas Comissões Executivas correspondem às atribuições dos Diretórios Municipais na esfera dos Municípios, conforme normas previstas neste Estatuto.

Art. 91: Além das atribuições do artigo anterior, compete aos Diretórios Municipais com Zonais:

- a) Escolher a respectiva Comissão Executiva;
- b) Aplicar sanções disciplinares aos militantes destacados para atuar no âmbito municipal, obedecidas as normas estabelecidas neste Estatuto;
- c) Representar o Partido, por intermédio de seu Presidente ou por outro membro designado, em questões de interesse do Município, inclusive perante a Justiça Eleitoral;
- d) Estabelecer as regiões da Capital com mais de quinhentos mil, ou do Município com mais de um milhão de eleitores, de acordo com a realidade política local, correspondentes aos Diretórios Zonais, independentemente da divisão geográfica definida pela Justiça Eleitoral;
- e) Nomear as Comissões Provisórias Zonais, obedecido o disposto no item anterior;
- f) Intervir nos Diretórios Zonais, ou dissolvê-los, por iniciativa própria ou por proposta dos Encontros Zonais, obedecidas as normas estabelecidas neste Estatuto;
- g) Reconhecer os Diretórios Zonais, eleitos nos termos deste Estatuto;
- h) Solicitar à Comissão Executiva Estadual a anotação do Diretório Municipal com Zonal perante a Justiça Eleitoral.

Art. 92: As disposições estabelecidas nas Seções II, III, IV e V do Capítulo IV deste Título, aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera da Capital e dos Municípios com Zonais. Parágrafo único: O Encontro Municipal da Capital ou Municipal com Zonal compõe-se dos delegados eleitos nos Encontros Zonais, aplicando-se, no que couber, as disposições estabelecidas na Seção I do Capítulo IV deste Título, com exceção da letra “j” do artigo 72.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL ESTADUAL

Art. 93: O Partido em âmbito estadual compõe-se das seguintes instâncias e órgãos:

A- Instâncias:

- I. Encontro Estadual;
- II. Diretório Estadual;
- III. Comissão Executiva Estadual;
- IV. Setoriais Estaduais.

B- Órgãos:

- I. Bancada de Deputados Estaduais;
- II. Comissão de Ética Estadual;
- III. Conselho Fiscal Estadual;
- IV. Ouvidoria Estadual;
- V. Macros e microrregiões.

Seção I - Do Encontro Estadual

Art. 94: Constituem o Encontro Estadual os delegados eleitos nos Encontros Zonais e Municipais.

Art. 95: O Encontro Estadual reunir-se-á:

- I. Nas datas estabelecidas pelo Diretório Estadual, observado o Calendário Nacional, para eleição dos delegados e suplentes ao Encontro Nacional;
- II. Mediante convocação da Comissão Executiva Estadual, para escolha dos candidatos a cargos eletivos na esfera estadual;
- III. Para apreciar o relatório da gestão do Diretório Estadual;
- IV. Para dissolver o Diretório Estadual;

V. Para aprovar os planos e metas de ação do Partido em âmbito estadual, inclusive diretrizes políticas de atuação dos Deputados e Governador, com estrita observância do Programa, do Estatuto e das diretrizes emanadas das instâncias superiores.

Art. 96: O Encontro Estadual Extraordinário ocorrerá mediante convocação da maioria absoluta do Diretório Estadual, de um terço dos delegados ao próprio Encontro ou de um terço dos Diretórios Municipais.

Seção II - Do Diretório Estadual e demais Órgãos Estaduais

Art. 97: O número de membros dos Diretórios Estaduais será fixado a cada três anos pelo Diretório Nacional, proporcionalmente ao número de eleitores de cada estado e será de, no máximo, cinquenta e nove membros efetivos, mais o presidente eleito e o líder da bancada do Partido na Assembléia Legislativa do respectivo estado, além de 1/3 de suplentes.

Art. 98: As atribuições dos Diretórios Estaduais e respectivas Comissões Executivas correspondem, na esfera estadual, às atribuições das instâncias municipais na esfera dos Municípios, conforme normas previstas neste Estatuto.

Art. 99: Compete aos Diretórios Estaduais, além das atribuições do artigo anterior:

I – aplicar sanções disciplinares aos militantes destacados para atuar no âmbito estadual, observadas as normas deste Estatuto;

II – intervir nos Diretórios Municipais e Municipais com Zonais, por iniciativa própria, obedecidas as normas deste Estatuto;

III – reconhecer os Diretórios Municipais e Municipais com Zonais;

IV – convocar o Encontro Estadual ou Nacional, nos termos das disposições previstas neste Estatuto;

V – receber as contribuições financeiras dos detentores de mandatos estaduais e de seus assessores, efetuando os devidos repasses à instância nacional, nos termos das disposições previstas neste Estatuto;

Art. 100: A Comissão Executiva Estadual será composta, no mínimo, de um Presidente, um Vice-Presidente, do Líder da Bancada na Assembléia Legislativa, dos secretários Geral, de

- I. Bancadas Parlamentares;
- II. Conselho Fiscal Nacional;
- III. Comissão de Ética Nacional;
- IV. Ouvidoria Nacional;
- V. Fundação Perseu Abramo;
- VI. Macrorregiões Nacionais.

Seção I - Do Encontro Nacional

Art. 105: Constituem o Encontro Nacional do Partido os delegados eleitos nos Encontros Estaduais.

Art. 106: O Encontro Nacional ocorrerá ordinariamente:

- I. Nas datas estabelecidas pelo Diretório Nacional e por convocação deste;
- II. Mediante convocação da Comissão Executiva Nacional, para escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente da República e definição do posicionamento do Partido frente às eleições nacionais;
- III. Para apreciar o relatório da gestão do Diretório Nacional;
- IV. Para dissolver o Diretório Nacional, nos casos previstos neste Estatuto;
- V. Para apreciar, em grau de recurso, deliberação do Diretório Nacional que destituir Comissão Executiva Estadual;
- VI. Para aprovar os planos e metas de ação do Partido, inclusive diretrizes políticas para atuação dos representantes eleitos pela legenda do Partido;

Art. 107: O Encontro Nacional Extraordinário ocorrerá mediante convocação da maioria do Diretório Nacional, de um terço dos delegados a este Encontro ou de um terço dos Diretórios Estaduais.

Seção II - Do Diretório Nacional e Demais Órgãos Nacionais

Art. 108: O número de membros do Diretório Nacional será fixado pelo próprio Diretório Nacional e será de, no máximo, oitenta e um membros efetivos, mais o presidente nacional, o líder da bancada do Partido no Senado e o líder da bancada na Câmara Federal.

Parágrafo único: O Diretório Nacional terá suplentes em número equivalente a 1/3 do total de seus membros efetivos.

Art. 109: As atribuições do Diretório Nacional e respectiva Comissão Executiva correspondem, na esfera federal, às atribuições dos Diretórios Municipais e Estaduais, conforme normas previstas neste Estatuto.

Art. 110: Além das atribuições do artigo anterior, compete ao Diretório Nacional:

- I – aplicar sanções disciplinares aos filiados, nos termos estabelecidos neste Estatuto;
- II – intervir nos Diretórios Estaduais, por iniciativa própria ou por decisão do Encontro Nacional, obedecidas as normas deste Estatuto;
- III – destituir os Diretórios Estaduais, por iniciativa própria ou por decisão do Encontro Nacional, obedecidas as condições deste Estatuto;
- IV – julgar recursos das decisões de Diretórios Estaduais que dissolverem Diretórios Municipais;
- V – fixar a data dos Encontros Municipais, Zonais, Setoriais, Estaduais, Nacional ou do Congresso Nacional;
- VI – manter relações internacionais por intermédio de suas instâncias de direção;
- VII – definir, a cada três anos, o número de membros dos Diretórios Estaduais, Municipais e Zonais;
- VIII – cobrar as contribuições financeiras dos Diretórios Estaduais e dos filiados ocupantes de cargos federais eletivos e de confiança;
- IX – garantir os repasses estatutários para as instâncias inferiores e organizar amplas campanhas de arrecadação;
- X – administrar a instituição partidária em conformidade com os princípios constitucionais e partidários;

XI – encaminhar a elaboração e aprovação do orçamento anual; manter em dia a contabilidade e garantir a elaboração, aprovação e entrega da prestação de contas a Justiça Eleitoral;

XII – zelar pela utilização apropriada da imagem do Partido, seu patrimônio, sua sede e suas marcas de identificação pública;

XIII – defender a instituição e suas lideranças das ofensas, calúnias e qualquer uso inadequado do nome, da imagem e dos símbolos;

XIV – orientar, assessorar e apoiar as demais instâncias no cumprimento das obrigações estatutárias referentes à integridade política, administrativa e financeira da instituição.

Art. 111: A Comissão Executiva Nacional será composta, no mínimo, de um presidente, um vice-presidente, os líderes das bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e das secretarias geral, de organização, de finanças e planejamento, de formação política, agrária, sindical e de movimentos populares.

§ 1º: A direção nacional constituirá, ainda, secretarias de comunicação, de assuntos institucionais de relações internacionais, de desenvolvimento econômico, meio ambiente e desenvolvimento, de coordenação regional, secretarias setoriais e outras, conforme seja o entendimento de seus membros.

§ 2º: Os membros da Executiva Nacional têm preferência para ocupar as secretarias do Diretório Nacional.

Art. 112: A Comissão Executiva Nacional, ressaltado o disposto no artigo 109, terá as seguintes atribuições:

I – executar as deliberações do Diretório Nacional;

II – convocar reuniões do Diretório Nacional;

III – convocar o Encontro ou o Congresso Nacional;

IV – solicitar perante a Justiça Eleitoral a anotação de seus membros e do Diretório Nacional.

Art. 113: As disposições estabelecidas no Capítulo VI deste Título aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera nacional.

Seção III - Da Fundação Perseu Abramo

Art. 114: A Fundação Perseu Abramo é entidade de direito privado instituída pelo Partido dos Trabalhadores com o objetivo de aprofundar a discussão dos fundamentos doutrinários do Partido, bem como estimular e promover a investigação e o debate ideológico, político e cultural, sobre as grandes questões da atualidade brasileira e mundial.

Parágrafo único: Sempre que a sua natureza o permitir, a Fundação Perseu Abramo buscará realizar atividades em conjunto com instâncias do Partido dos Trabalhadores.

Art. 115: A Fundação Perseu Abramo tem personalidade jurídica e Estatuto próprios, devendo observar no desenvolvimento de suas atividades os princípios e as diretrizes gerais do Partido dos Trabalhadores.

§ 1º: O Estatuto da Fundação Perseu Abramo deverá ser aprovado pelo Diretório Nacional do Partido, por maioria de votos de seus membros.

§ 2º: Qualquer alteração no Estatuto a que se refere o parágrafo anterior deverá ser aprovada pela maioria de votos dos membros do Diretório Nacional do Partido, ouvido o Conselho Curador da Fundação.

§ 3º: O Conselho Curador da Fundação poderá apresentar proposta de alteração de seu respectivo Estatuto, a ser submetida à aprovação do Diretório Nacional do Partido, nos termos do disposto no parágrafo anterior.

Art. 116: São órgãos da Fundação:

I - O Conselho Curador;

II - A Diretoria Executiva.

§ 1º: O Estatuto da Fundação Perseu Abramo disporá sobre a composição destes órgãos bem como sobre a competência de cada um de seus membros e sobre a duração dos seus mandatos.

§ 2º: O Conselho Curador e a Diretoria Executiva serão designados pelo Diretório Nacional do Partido por maioria de votos de seus membros.

§ 3º: Em caso de falta grave, qualquer membro do Conselho Curador poderá ser destituído, por maioria de votos do Diretório Nacional do Partido, ouvido o próprio Conselho da Fundação.

§ 4º: Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o Conselho Curador deverá instaurar procedimento próprio, encaminhando parecer ao Diretório Nacional.

Art. 117: O patrimônio e os recursos da Fundação Perseu Abramo serão constituídos de:

- a) contribuições, subvenções, convênios, legados, auxílios e outros recursos nos termos da lei;
- b) bens e direitos que a ele venham a ser incorporados;
- c) rendas provenientes da prestação de serviços e da exploração comercial de seus bens;
- d) recursos provenientes do Fundo Partidário, nos termos da lei.

Art. 118: Até o final de abril de cada ano, a Fundação Perseu Abramo deverá apresentar relatório anual sobre suas atividades ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inclusive financeiras e administrativas.

Seção IV - Do Congresso Nacional do Partido

Art. 119: O Partido realizará, periodicamente, Congressos Nacionais para analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação política, sobre questões de âmbito nacional, atualização do Programa, formas de organização ou funcionamento partidário.

Art. 120: Os Congressos serão convocados pelo Diretório Nacional, a quem compete elaborar a pauta, devendo ser antecedidos de Congressos Estaduais e Municipais, conforme critérios definidos em Regulamento a ser estabelecido pelo próprio Diretório Nacional, que assegurem ampla participação das bases partidárias.

Seção V - Dos Setoriais, Secretarias Setoriais e Grupos de Trabalho

Art. 121: Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Parágrafo único: A qualquer tempo, de acordo com a avaliação dos filiados de que trata esse artigo, poderão ser extintos ou criados outros Setoriais.

Art. 122: Os Setoriais podem se organizar em âmbito municipal, estadual ou nacional, mediante autorização das instâncias de direção correspondentes.

Parágrafo único: Somente o Diretório Nacional poderá instituir ou alterar a composição dos setores de atuação partidária reconhecidos como nacionais.

Art. 123: As Secretarias Setoriais, consideradas como formas organizativas dos Setoriais, são as seguintes: Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Sindical.

Parágrafo único: Os demais Setoriais estarão vinculados às Secretarias de Movimentos Populares, tais como: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Portadoras de Deficiência, Gays e Lésbicas, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transporte, ressaltado o disposto no parágrafo único do artigo 122 deste Estatuto.

Art. 124: Os Setoriais e Secretarias Setoriais devem ter atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

Seção VI - Dos Encontros Setoriais

Art. 125: Os Encontros Setoriais são abertos à participação de todos os filiados que atuam junto ao respectivo setor de atividade partidária.

§ 1º: O Diretório Nacional deverá fixar o número de filiados para a eleição no Encontro Setorial Estadual, o número de delegados ao Encontro Setorial Nacional, o quorum mínimo

de participantes, bem como deverá estabelecer a exigência de realização de um número mínimo de Encontros Setoriais Estaduais para que possa ser realizado o Encontro Setorial Nacional.

§ 2º: As datas dos encontros setoriais estaduais e nacional serão definidos pelo calendário nacional aprovado pelo Diretório Nacional.

Art. 126: Os Encontros Setoriais Nacionais elegem os Coletivos e o Secretário Nacional; os Encontros Setoriais Estaduais elegem o Coletivo, o Secretário e os delegados ao Encontro Setorial Nacional na proporção a ser definida pelo Diretório Nacional.

§ 1º. Os Encontros Setoriais em qualquer nível só podem ser realizados quando o Setorial tiver pelo menos um ano de funcionamento como instância partidária, contados a partir da autorização do respectivo diretório.

§ 2º: O quorum para os encontros e para eleição de delegados dos setoriais de portadores de deficiência e de assuntos indígenas será 50% inferior aos dos demais setoriais.

§ 3º: Os participantes dos Encontros Setoriais deverão assinar lista de presença em que conste, obrigatoriamente, o Diretório de origem do filiado.

§ 4º: Os Secretários dos Setoriais Estaduais, não sendo membros efetivos do Diretório Estadual correspondente, terão assento, com direito a voz, no Diretório Estadual e respectiva Comissão Executiva.

§ 5º: O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos Secretários dos Setoriais Nacionais em relação à instância nacional de direção.

§ 6º: As deliberações dos Encontros Setoriais deverão ser encaminhadas ao Encontro do mesmo nível, Estadual ou Nacional, para que sejam obrigatoriamente apreciadas.

TÍTULO IV DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E MAJORITÁRIAS

CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

Art. 127: Em Qualquer nível, caberá à Comissão Executiva ou ao Diretório correspondente abrir o período eleitoral para indicação, impugnação e aprovação de candidaturas às eleições proporcionais e majoritárias, devendo ser respeitado o calendário nacional estabelecido pelo Diretório Nacional.

Art. 128: São pré-requisitos para ser candidato do Partido:

- a) estar filiado ao Partido, pelo menos, um ano antes do pleito;
- b) estar em dia com a tesouraria do Partido;
- c) assinar e registrar em Cartório o "Compromisso Partidário do Candidato Petista", de acordo com modelo aprovado pela instância nacional do Partido, até a realização da Convenção Oficial do Partido.

§ 1º: A assinatura do "Compromisso Partidário do Candidato Petista" indicará que o candidato está previamente de acordo com as normas e resoluções do Partido, tanto em relação à campanha quanto ao exercício do mandato.

§ 2º: Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do "Compromisso Partidário do Candidato Petista", assegurado o pleno direito de defesa à parte acusada, o candidato será passível de punição, que poderá ir da simples advertência até o desligamento do Partido com renúncia obrigatória ao mandato.

Art. 129: A Comissão Executiva da instância de direção correspondente somente examinará pedido de indicação à pré-candidatura se vier acompanhado de assinaturas ou votos favoráveis de no mínimo:

I - Em nível Municipal:

A - ao cargo de vereador:

A. a. - 3 membros do Diretório Municipal; ou

A. b. - um núcleo devidamente registrado junto à respectiva direção municipal; ou

A. c. - um diretório zonal devidamente registrado na respectiva direção municipal; ou

- A. d. - 2,5% do total de filiados que participaram do último encontro realizado no município.
- B - ao cargo de prefeito:
 - B. a. - 1/3 dos membros do Diretório Municipal; ou
 - B. b. - 10% do total de filiados que participaram do último encontro realizado no município; ou
 - B. c. - 30 % dos Núcleos do Município; ou
 - B. d. - 5% dos filiados do Município.

II – Em nível Estadual:

- A - ao cargo de deputado estadual:
 - A. a. - 1/3 dos membros do Diretório Estadual; ou
 - A. b. - 5% das Comissões Executivas Municipais; ou
 - A. c. - 1% dos filiados no Estado; ou
 - A. d. - Encontro Setorial Estadual.
- B - ao cargo de deputado federal:
 - B. a. – 1/3 dos membros do Diretório Estadual; ou
 - B. b. - 5% das Comissões Executivas Municipais; ou
 - B. c. - 1% dos filiados no Estado; ou
 - B. d. - Encontro Setorial Estadual ou Nacional.
- C - ao cargo de senador:
 - C. a. - 2/5 dos membros do Diretório Estadual; ou
 - C. b. -10% das Comissões Executivas Municipais; ou
 - C. c. - 3% dos filiados no Estado.
- D - ao cargo de governador de Estado:
 - D. a. - 2/5 dos membros do Diretório Estadual; ou
 - D. b. - 15% das Comissões Executivas Municipais; ou
 - D. c. - 5% dos filiados no Estado.

III – Em nível Nacional:

- A. - ao cargo de presidente da República:
 - A. a. 2/5 dos membros do Diretório Nacional; ou
 - B. b. 30% das Comissões Executivas Estaduais; ou
 - C. c. 10% das Comissões Executivas Municipais em pelo menos dez estados; ou
 - D. d. 10% dos filiados distribuídos por pelo menos quinze estados.

§ 1º: Para suplentes e vice, aplicam-se as mesmas regras previstas neste artigo.

§ 2º: As pré-candidaturas proporcionais deverão ser registradas até noventa dias quando se tratar de eleições estaduais, e até sessenta dias quando se tratar de eleições municipais, da data de realização dos respectivos Encontros.

§ 3º: O filiado poderá subscrever pedido ou indicar mais de um pleiteante para qualquer pré-candidatura.

Art. 130: No processo de realização das prévias, os filiados pré-candidatos poderão participar de debates, ter acesso a informações, cadastros e divulgar sua indicação no interior do Partido.

Parágrafo único: A Comissão Executiva do respectivo Diretório deverá garantir aos pré-candidatos isonomia durante todo o processo, assegurando-lhes iguais direitos e deveres e aplicando, no que couber, o disposto no artigo 38 deste Estatuto.

Art. 131: Os pré-candidatos às eleições proporcionais serão aprovados como candidatos no Encontro de nível correspondente desde que obtenham, no mínimo, 20% dos votos dos presentes.

Art. 132: Até quinze dias antes da realização do Encontro, poderá ser apresentado pedido de impugnação, por escrito, de qualquer pré-candidatura, acompanhado das razões e documentos comprobatórios, a ser protocolado junto à Comissão Executiva correspondente, que imediatamente notificará o pré-candidato, assegurando-lhe amplo direito de defesa.

§ 1º: Se for o caso, a comissão Executiva poderá solicitar relatório à Comissão de Ética ou Comissão Especial "ad hoc", indicada pela direção local.

§ 2º: A decisão da Comissão Executiva será adotada "ad referendum" do Encontro.

Art. 133: No Encontro, a Comissão Executiva apresentará relatório circunstanciado das impugnações solicitadas, com síntese das razões das impugnações, da defesa, bem como dos pareceres e decisões.

§ 1º: O Encontro votará cada uma das impugnações individualmente.

§ 2º: Será considerada aprovada a impugnação que obtiver 3/4 dos votos válidos, desde que as abstenções não ultrapassem 49% dos presentes.

§ 3º: O Encontro pode delegar à instância de direção correspondente a complementação das vagas das chapas de candidatos proporcionais.

Art. 134: Aprovado o nome do filiado na lista de candidatos, só poderá ser excluído:

- a) por decisão de instâncias superiores em grau de recurso;
- b) por vontade expressa do próprio candidato;
- c) pela ocorrência de fatos supervenientes, em caso de falta disciplinar ou ética, assegurado amplo direito de defesa.

CAPÍTULO II DAS PRÉVIAS ELEITORAIS

Art. 135: Havendo mais de um pré-candidato às eleições majoritárias, será realizada prévia eleitoral.

Art. 136: A Prévia Eleitoral consiste na manifestação preliminar dos filiados, pelo voto secreto depositado em urna, organizada pela Comissão Executiva, que assegurará:

- a) a qualquer filiado, o acesso a informações e listas necessárias para a realização da Prévia;
- b) debates e discussões destinados a esclarecer os filiados sobre as questões em disputa;
- c) adequada localização e descentralização das urnas para realização da votação, bem como os meios necessários para rigorosa fiscalização do pleito, além de rapidez e confiabilidade na apuração dos votos.

Art. 137: As datas das Prévias Eleitorais e do segundo turno, se houver, serão fixadas pela Comissão Executiva de nível correspondente, mediante calendário nacional, não podendo jamais coincidir com aquelas designadas para os encontros do mesmo nível.

Art. 138: Havendo mais de dois pré-candidatos e se nenhum deles obtiver mais de 50% dos votos válidos, a Comissão Executiva convocará segundo turno da Prévia Eleitoral, a ser realizado em data posterior, observado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único: Não haverá segundo turno em caso de desistência expressa de um dos dois primeiros colocados.

Art. 139: Nas prévias eleitorais somente poderão ser considerados válidos os votos dados às propostas ou aos nomes de candidatos, excluídos os votos brancos e nulos.

Art. 140: O resultado da Prévia Eleitoral é imperativo e será homologado pelo Encontro quando:

- a) em nível municipal, houver comparecimento mínimo de 15% dos filiados;
- b) em nível estadual, for observado o disposto na letra “a” deste artigo em pelo menos 50% dos Municípios onde o PT estiver organizado;
- c) em nível nacional, for observado o disposto na letra “b” deste artigo em pelo menos 50% dos estados onde o PT estiver organizado.

Art. 141: Não será considerado válido o resultado da Prévia Eleitoral quando mais de 50% dos votos forem brancos ou nulos, cabendo ao respectivo Encontro as decisões correspondentes.

Art. 142: Quando 1/3, no mínimo, dos membros do Diretório correspondente ou de sua Comissão Executiva apresentar proposta de apoio a candidato majoritário fora do Partido, o Encontro deverá anteceder a realização da prévia eleitoral, para que seja definida a política de alianças e a tática eleitoral.

TÍTULO V DA ESCOLHA OFICIAL DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES E DELIBERAÇÃO SOBRE COLIGAÇÕES

CAPÍTULO I DAS CONVENÇÕES

Art. 143: As Convenções Oficiais destinadas a deliberar sobre a escolha de candidatos e coligações, observado o disposto na Lei Eleitoral e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, serão realizadas de acordo com as normas estabelecidas no presente Capítulo.

§ 1º: As Convenções Oficiais deverão, obrigatoriamente, homologar as decisões democraticamente adotadas nos Encontros realizados nos termos deste Estatuto e demais resoluções da instância nacional do Partido.

§ 2º: As Convenções Oficiais que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior serão anuladas pela Comissão Executiva da instância superior correspondente, aplicando-se o disposto no artigo 147 deste Estatuto.

Art. 144: As Convenções Oficiais deverão ser realizadas no período estabelecido pela legislação eleitoral em vigor, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

Art. 145: Nos Municípios ou Estados em que não houver diretório devidamente registrado, a Convenção Municipal será organizada e dirigida por Comissão Provisória devidamente constituída pela Comissão Executiva da instância imediatamente superior.

Art. 146: A Convenção será convocada pela respectiva Comissão Executiva ou Comissão Provisória e poderá ser realizada em qualquer dia da semana e pelo período necessário às deliberações.

§ 1º: A Convenção será presidida por qualquer membro da respectiva Comissão Executiva ou Comissão Provisória, que deverá assinar a ata juntamente com o secretário nomeado no ato para auxiliar os trabalhos convencionais.

§ 2º: O sorteio dos números dos candidatos será realizado na mesma Convenção logo após a apuração dos votos.

§ 3º: A ata da Convenção deverá conter todas as deliberações adotadas, os nomes dos candidatos escolhidos e os números a eles atribuídos.

Art. 147: Se a Convenção partidária se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelas instâncias superiores do Partido, a Comissão Executiva da instância superior correspondente poderá anular tais decisões e os atos delas decorrentes.

§ 1º: A anulação da Convenção poderá ser total ou parcial. No caso de ser anulada apenas a deliberação sobre coligações, podem permanecer como candidatos do Partido aqueles já escolhidos pela Convenção.

§ 2º: Se da anulação de que trata este artigo surgir a necessidade de registro de candidatos na Justiça Eleitoral, os requerimentos deverão ser apresentados até dez dias contados da data da anulação parcial ou total da Convenção, e, tratando-se de candidatos proporcionais, deverá ainda ser observado o prazo de até sessenta dias antes do pleito.

§ 3º: No caso do parágrafo anterior, a Comissão Executiva da instância superior correspondente poderá proceder à substituição ou escolha de candidatos.

Art. 148: Em caso de substituição de candidatos já homologados na Convenção Oficial, em virtude de renúncia, morte, inelegibilidade, indeferimento ou cancelamento de registro, caberá à respectiva Comissão Executiva ou Comissão Provisória, ou, em caso de omissão, à Comissão Executiva da instância superior, proceder à escolha do substituto, lavrando-se ata em livro próprio, podendo ser utilizados os já existentes.

Art. 149: Havendo vagas nas chapas oficiais para as eleições proporcionais, a instância partidária só poderá proceder ao preenchimento de vagas com expressa autorização da Comissão Executiva da instância superior, que deverá ser encaminhada por escrito ao município ou estado interessados.

CAPÍTULO II DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 150: Quando houver acordo, aliança ou coligação eleitoral, a Comissão Executiva da instância correspondente adotará resoluções específicas sobre a campanha e composição do Comitê Eleitoral.

Art. 151: As atividades e peças publicitárias de propaganda eleitoral das campanhas proporcionais deverão obrigatoriamente destacar as candidaturas majoritárias, mencionar a legenda do Partido e, quando houver, a coligação.

§ 1º: Peças publicitárias ou atividades de grandes proporções de candidatos proporcionais, como “out-doors” ou equivalentes, devem ser expressamente autorizadas pelo respectivo Diretório ou Comitê Eleitoral.

§ 2º: A Comissão Executiva da instância de direção correspondente deverá assegurar um mínimo de recursos a todas as candidaturas.

Art. 152: É proibido realizar atividades de campanha eleitoral ou peças publicitárias com candidatos de outros partidos, ou as denominadas dobradinhas, salvo no caso de coligações eleitorais aprovadas em Convenção.

§ 1º: Os órgãos municipais ou estaduais só arcarão com as dívidas das campanhas eleitorais dos candidatos majoritários quando os gastos tenham sido expressamente autorizados pelo respectivo Diretório ou Comitê Eleitoral.

§ 2º: Os órgãos estaduais e nacionais do Partido não arcarão com dívidas de campanhas municipais que não tenham sido anteriormente autorizadas nos termos do “caput” desse artigo.

Art. 153: Os candidatos deverão, para apresentação da respectiva prestação de contas, observar as normas estabelecidas neste Estatuto, devendo, ainda atender às exigências contidas na Lei Eleitoral e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º: Na entrega da documentação para o registro da respectiva candidatura, deverá o candidato comunicar à instância partidária correspondente o número da conta bancária a ser obrigatoriamente aberta em seu próprio nome para a movimentação financeira de sua campanha eleitoral, exceto nos municípios com menos de 20.000 eleitores ou onde não haja agência bancária.

§ 2º: O candidato proporcional deverá efetuar os gastos de campanha em seu respectivo nome, assumindo individualmente eventuais dívidas daí decorrentes.

Art. 154: O candidato majoritário participará das deliberações do Comitê Eleitoral ou organismo equivalente.

Art. 155: Os Comitês Eleitorais devem prestar contas de suas atividades às respectivas Comissões Executivas.

Art. 156: Em todas as campanhas eleitorais será constituído um Fundo Nacional de Apoio às Eleições (FUNAE) destinado a:

- a) custear as atividades e materiais produzidos, coordenados ou distribuídos pela direção nacional;
- b) assegurar um mínimo de recursos a todas as candidaturas majoritárias;
- c) Reorientar recursos conforme prioridades.

Art. 157: Enquanto não for aprovado em lei o financiamento público de campanhas eleitorais, o FUNAE será constituído com recursos oriundos de contribuições de apoiadores e cotas de contribuição estabelecidas para todas as candidaturas.

Parágrafo único: Poderão ser constituídos fundos similares estaduais e municipais, mediante acordo prévio entre as instâncias, para a captação das contribuições.

Art. 158: A Comissão Executiva de cada instância cuidará para que haja total transparência de todas as atividades de receita e despesa das campanhas eleitorais.

Art. 159: Poderá ser expulso do Partido o candidato ou o detentor de mandato executivo ou legislativo que atuar contra as candidaturas partidárias, ou fizer campanha para candidato de partidos não apoiados pelo Partido, ou que violar o disposto no artigo 152 ou descumprir qualquer das cláusulas do “Compromisso Partidário do Candidato Petista” a que se refere o artigo 128 deste Estatuto.

§ 2º: Para efeito do disposto neste artigo, em face da urgência necessária, será adotado procedimento específico para aplicação de medida disciplinar.

§ 3º: Deverá a Comissão Executiva, com base em documentos ou provas apresentadas, instaurar processo disciplinar próprio, adotando as seguintes providências:

a) o candidato deverá ser notificado imediatamente para apresentar em dez dias sua defesa por escrito, assegurando-se-lhe ampla defesa, podendo juntar documentos e arrolar testemunhas, até o máximo de dez, que deverão comparecer independentemente de intimação;

b) em seguida, serão designados dia e horário para a realização de uma só audiência a fim de que sejam ouvidos o candidato e as testemunhas arroladas, após o que será elaborado relatório para encaminhamento do procedimento ao Diretório Municipal para decisão.

§ 3º: Tratando-se de Comissão Provisória, as providências a que se refere o parágrafo anterior deverão ser adotadas pela Comissão Executiva da instância de direção imediatamente superior.

Art. 160: A data da reunião do Diretório correspondente será comunicada ao candidato, na qual poderá produzir defesa oral pelo prazo mínimo de quinze minutos.

§ 1º: A decisão de expulsão somente poderá ser adotada pela maioria absoluta de votos dos presentes, respeitado o quorum de deliberação de 50% mais um dos membros do

- III. Contribuições espontâneas de filiados e simpatizantes;
 - IV. Doações na forma da lei;
 - V. Dotações do Fundo Partidário, nos termos da lei e deste Estatuto;
 - VI. Rendas e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias;
 - VII. Rendas provenientes de convênios comerciais, na forma da lei, aprovados pela Comissão Executiva Nacional;
 - VIII. Outros auxílios financeiros não vedados em lei;
- Art. 165:** A arrecadação básica e permanente do Partido é oriunda de seus próprios filiados.
- Art. 166:** As instâncias dirigentes envidarão todos os esforços para:
- a) garantir o compromisso de sustentação financeira do Partido por parte de todos os filiados;
 - b) equilibrar as fontes de recursos e evitar que o Partido dependa de uma única fonte.

Seção II - Da responsabilidade pela arrecadação

Art. 167: As instâncias dirigentes, em geral, e as secretarias de finanças, em particular, são responsáveis:

- I. pela cobrança das contribuições obrigatórias de todos os filiados, sua contabilização e pela emissão de recibos comprobatórios;
- II. pela criação de múltiplos canais para que esta contribuição seja viabilizada;
- III. pela cobrança, pelo pagamento dos repasses obrigatórios de todas as instâncias, sua contabilização e pela emissão de recibos comprobatórios;
- IV. pela organização de atividades ou campanhas de arrecadação junto a filiados, simpatizantes e à população em geral;
- V. pela criação de formas e mecanismos que ampliem a arrecadação.

Art. 168:

líquido mensal do filiado;

III. acima de seis salários mínimos, no valor correspondente a 1% do salário líquido mensal do filiado;

§ 1º: A contribuição deverá ser paga exclusivamente pelo filiado ao respectivo diretório zonal ou municipal, sendo que o valor referente aos incisos II e III deverá ser multiplicado por doze.

§ 2º: O pagamento da anuidade poderá ser efetuado da seguinte forma:

a) anualmente, com desconto de 20% antecipado, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria Nacional de Finanças; ou

b) semestralmente, com desconto de 10% antecipado apenas na primeira parcela.

§ 3º: O filiado com rendimento mensal variável – profissional liberal, autônomo, comerciante, pequeno e médio proprietário – terá sua respectiva contribuição calculada, em média, sobre o valor anual.

Seção III – Da contribuição financeira dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo

Art. 171: Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela progressiva a que se refere o artigo 173 deste Estatuto.

§ 1º: Entende-se como remuneração mensal, ou vencimentos, a parte fixa, menos o Imposto de Renda, pensão alimentícia e descontos previdenciários; parte variável, se houver, diárias por sessões extras, 13º salário, ajuda de custo, ou extras de qualquer natureza que não contrariem os princípios partidários.

§ 2º: Quando não houver decisão judicial sobre os valores da pensão a que se refere o parágrafo anterior, encaminhada diretamente ao departamento de pessoal da instância, o acordo entre as partes deverá ser encaminhado formalmente ao Partido.

§ 3º: O detentor de cargo ou função no Executivo ou Legislativo deverá autorizar o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer todas as informações ao Partido, bem como fornecer à tesouraria do Partido cópia dos contracheques, cópia de leis ou decretos referentes à sua remuneração.

§ 4º: A contribuição financeira deve ser feita obrigatoriamente através de débito automático em conta corrente ou em consignação à Secretaria de Finanças da instância correspondente, mediante autorização escrita:

1. dirigida à Câmara de Vereadores, Prefeitura, Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, para que o Partido tenha acesso à respectiva folha de pagamento;
2. outra, dirigida à instituição bancária para débito em conta e imediata transferência à conta-corrente do Partido.

Art. 172: Os filiados ocupantes de cargos de confiança, assessores dos detentores de mandatos executivos, mesas legislativas e lideranças de bancadas, que não sejam funcionários públicos efetivos, deverão efetuar uma contribuição financeira mensal, conforme tabela progressiva a que se refere o artigo 173 deste Estatuto.

§ 1º: Os filiados funcionários efetivos ocupantes de cargos de confiança deverão efetuar sua respectiva contribuição financeira mensal, calculada com base em seu salário normal, e, ainda, com base na diferença salarial decorrente de sua nomeação, obedecidos, respectivamente, os percentuais previstos nos artigos 170 e 173 deste Estatuto.

Art. 173: A tabela progressiva das contribuições financeiras, dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo, a ser aprovada pelo Diretório Nacional, deverá ser adotada por todas as instâncias partidárias e somente poderá ser alterada por deliberação de, no mínimo, 60% dos membros do próprio Diretório Nacional.

Parágrafo único: As contribuições a que se refere este artigo serão pagas diretamente pelo filiado à instância do mesmo nível territorial do cargo ocupado.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS ENTRE INSTÂNCIAS

Art. 174: Os repasses entre as instâncias, mensais e obrigatórios, obedecem aos princípios de cooperação, solidariedade, ajuda mútua e responsabilidade coletiva.

§ 1º: O Diretório Zonal repassará, até o décimo quinto dia do mês, ao respectivo Diretório Municipal, o valor referente a 50% das contribuições dos filiados, recebidas no mês anterior.

§ 2º: O Diretório Municipal definirá, ouvidos os Diretórios Zonais, o critério de repasse das contribuições dos mandatários e assessores aos Zonais.

§ 3º: O Diretório Municipal repassará ao Diretório Estadual, mensal e obrigatoriamente, até o vigésimo dia, 25% por cento das contribuições de todos os filiados que ocupam cargos eletivos ou de confiança, recebidas no mês anterior, de acordo com a tabela deste Estatuto.

§ 4º: O Diretório Estadual repassará ao Diretório Nacional, mensal e obrigatoriamente, até o vigésimo quinto dia do mês, 10% das contribuições de todos os filiados que ocupam cargos eletivos ou de confiança – governadores, vice-governadores, deputados estaduais, dos assessores do Executivo e do Legislativo estaduais – recebidas no mês anterior, devendo repassar, ainda, 20% do total da arrecadação recebida dos Diretórios Municipais, a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 5º: Para efeito do disposto neste artigo, sendo o dia estipulado feriado, sábado ou domingo, o repasse deverá ocorrer no dia útil imediatamente seguinte.

Art. 175: Os Diretórios Zonais deverão estabelecer com o respectivo Diretório Municipal a forma de distribuição de recursos para sustentação dos núcleos.

Art. 176: Dos recursos financeiros arrecadados, as Comissões Executivas deverão, no respectivo nível, contribuir para a estruturação e atividades das Coordenações das Microrregionais, Macrorregionais e dos Setoriais.

Art. 177: As instâncias de qualquer nível poderão, além dos repasses obrigatórios, firmar convênios entre si, ou dividir recursos obtidos em campanhas financeiras e demais atividades de arrecadação, nas proporções por elas estabelecidas.

Art. 178: Trimestralmente, as instâncias municipais e estaduais deverão encaminhar à instância nacional relatório devidamente preenchido, em impresso fornecido pela Secretaria Nacional de Finanças, informando sobre mandatários e assessores em débito com as contribuições partidárias e o volume das dívidas e providências que estão sendo adotadas para o recebimento dos valores devidos.

Art. 179: No segundo dia útil após o recebimento dos valores referente à aquisição da Carteira de Filiação, a instância correspondente deverá efetuar o repasse à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, encaminhando, imediatamente, correspondência ao Diretório Nacional, anexando as vias dos formulários, bem como cópia dos comprovantes dos depósitos efetuados.

Art. 180: A Comissão Executiva Nacional, através da Secretaria Nacional de Finanças, em conjunto com a Secretaria Nacional de Organização, proporá anualmente campanha de finanças associada à campanha de filiação, como forma de aumentar a arrecadação das instâncias e viabilizar as atividades partidárias nacionais.

Art. 181: Poderá ser decretada intervenção nas instâncias que não estiverem em dia com a instância superior, obedecidas as normas previstas neste Estatuto.

Art. 182: O Diretório Nacional poderá efetuar, excepcionalmente, contribuições às instâncias estaduais em processo de implantação.

Parágrafo único: O disposto neste artigo aplica-se às instâncias estaduais com municípios em fase de implantação e organização do Partido.

Art. 183: Os procedimentos referentes aos repasses dos recursos entre instâncias partidárias, previstos neste Estatuto, não poderão ser alterados no decorrer do prazo de um ano de sua aprovação.

CAPÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO

Art. 184: Os recursos oriundos do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos) previsto na Lei n.º 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos), em seus artigos 38 e seguintes, e nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, serão aplicados nas seguintes atividades:

- a) manutenção das sedes e serviços do Partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, este último até o limite máximo de 20% do total recebido;
- b) propaganda doutrinária e política;
- c) filiação e campanhas eleitorais;
- d) criação e manutenção de Fundação ou Instituto de Pesquisa e de doutrinação política, sendo esta aplicação de no mínimo 20% do total recebido.

Art. 185: Descontados os 20%, pelo menos, de que trata o inciso IV do artigo 44 da Lei n.º 9096/95, os demais recursos do Fundo Partidário serão divididos, redistribuídos e repassados aos órgãos de direção partidária de acordo com as normas estabelecidas neste Estatuto.

Art. 186: Efetuado o desconto de que trata o artigo anterior, os recursos do Fundo Partidário serão divididos da seguinte forma;

- a) 60% serão destinados à instância nacional de direção;
- b) 40% serão destinados às instâncias estaduais de direção, na forma estabelecida no artigo 187 deste Estatuto.

Art. 187: A Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento distribuirá os recursos financeiros do Fundo Partidário a que se refere a letra “b” do artigo anterior, observados os seguintes critérios:

- a) 20% do montante destinado às instâncias estaduais de direção, divididos em partes iguais para todos os Estados e o Distrito Federal;
- b) 80% do montante destinado às instâncias estaduais de direção, divididos em partes proporcionais ao número de delegados presentes ao último Encontro Estadual.

Art. 188: O repasse das cotas destinadas às instâncias estaduais, a que se refere o artigo anterior, será efetuado pelo Diretório Nacional, mediante depósito em conta bancária do Partido em cada estado, até cinco dias úteis após a data do depósito efetuado pelo Tribunal Superior Eleitoral à instância nacional.

§ 1º: Só serão repassados os recursos do Fundo Partidário às instâncias de direção que estiverem quites com as demais obrigações estatutárias relativas às finanças, de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretório Nacional, observadas a legislação partidária e eleitoral.

§ 2º: Eventuais débitos junto às instâncias superiores responsáveis pelos repasses poderão ser abatidos, acrescidos de juros de poupança calculados a partir da data do débito.

§ 3º: Exceto nos casos de abatimento de dívidas ou de acordos previamente formalizados e firmados pelas partes, a retenção do repasse dos recursos do Fundo Partidário pela instância superior constitui-se em apropriação indébita, passível de punição de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretório Nacional.

§ 4º: Os repasses do Fundo Partidário às instâncias estaduais deverão ser registrados em planilha própria e os beneficiados deverão emitir e assinar recibos à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento.

Art. 189: As instâncias estaduais deverão adotar critérios de distribuição de parcelas de suas cotas do Fundo Partidário às instâncias municipais.

§ 1º: Os critérios a que se refere este artigo não poderão ser alterados no decorrer do ano de sua aprovação.

§ 2º: Cópia da decisão que aprovou os critérios previstos neste artigo deverá ser encaminhada às respectivas secretarias de finanças ou tesourarias municipais e nacional.

Art. 190: Na prestação de contas das instâncias partidárias de qualquer nível devem ser discriminadas as despesas realizadas com recursos do Fundo Partidário.

CAPÍTULO V DO ORÇAMENTO

Art. 191: Até a primeira semana de março de cada ano, as instâncias partidárias de cada nível devem aprovar o orçamento anual elaborado pela respectiva Secretaria de Finanças ou Tesouraria, com apoio do Conselho Fiscal, baseada em propostas elaboradas por seus dirigentes.

§ 1º: As Secretarias Nacionais deverão apresentar, até o mês de dezembro do ano anterior, proposta de orçamento anual à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento que, por sua vez, deverá elaborar a proposta de orçamento, sempre no mês de janeiro, utilizando como critério principal a plano de ação do Partido para aquele ano.

§ 2º: A proposta de que trata o parágrafo anterior será encaminhada aos membros do Diretório Nacional e às instâncias estaduais, para conhecimento, debate e manifestação das respectivas instâncias.

§ 3º: As contribuições recebidas serão analisadas e apreciadas pela Secretaria Nacional de Finanças, que finalizará a proposta de Orçamento Participativo para discussão e aprovação pelo Diretório Nacional.

§ 4º: Os procedimentos e prazos previstos neste artigo deverão ser adotados pelas instâncias inferiores, obedecida a hierarquia partidária.

Art. 192: Como forma de democratizar as atividades especificadas no Orçamento, podem ser estabelecidos rateios de despesas entre instâncias e taxas de inscrição.

CAPÍTULO VI DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

Art. 193: As receitas obtidas e as despesas efetuadas pelo Partido serão contabilizadas e administradas com observância das prescrições legais.

Art. 194: A contabilidade deve ser mantida em dia de acordo com os preceitos da escrituração contábil, garantindo a elaboração, aprovação e entrega do balanço anual e da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Parágrafo único: Cópias do balanço anual e da prestação de contas deverão ser encaminhadas à instância imediatamente superior até trinta dias após a devida entrega à Justiça Eleitoral.

Art. 195: A movimentação dos recursos do Partido deverá ser efetuada através de contas correntes bancárias em nome do Partido dos Trabalhadores.

§ 1º: A abertura e a movimentação de contas bancárias e demais transações financeiras em nome do Partido dos Trabalhadores deverão ser feitas, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Secretário de Finanças ou tesoureiro da respectiva Comissão Executiva.

§ 2º: O Partido dos Trabalhadores não arcará com ôn

CAPÍTULO VII DOS CONSELHOS FISCAIS

Art. 197: Os Conselhos Fiscais serão formados nas Zonas, Municípios, nas Capitais e Municípios com Zonais, nos Estados e nacionalmente, e terão as seguintes atribuições:

- I. colaborar na elaboração e execução do orçamento;
- II. analisar e emitir parecer sobre os balancetes, demonstrativos contábeis e prestações de contas do Partido, na esfera de sua competência;
- III. acompanhar os resultados da gestão financeira, a movimentação bancária dos recursos, a correta contabilização das receitas e despesas, obedecidas as normas deste Estatuto e da legislação em vigor.

Art. 198: Os Conselhos Fiscais serão eleitos de acordo com as normas previstas neste Estatuto e serão compostos por cinco membros efetivos e três suplentes, que não poderão ser membros dos respectivos Diretórios.

TÍTULO VII DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIAS

CAPÍTULO I DAS COMISSÕES DE ÉTICA E DISCIPLINA

Art. 199: À Comissão de Ética e Disciplina compete, no âmbito de sua jurisdição, apurar as infrações à disciplina, à ética, à fidelidade e aos deveres partidários, emitindo parecer para decisão do Diretório correspondente.

Art. 200: O mandato das Comissões será igual ao dos respectivos Diretórios, mesmo que venham a ser eleitos extraordinariamente no curso da gestão, não havendo qualquer impedimento para reeleição de seus membros.

Art. 201: As Comissões de Ética e Disciplina serão compostas de cinco membros efetivos e três suplentes e escolherão um Coordenador e um Secretário entre seus integrantes, que não poderão pertencer às instâncias de direção.

Art. 202: As Comissões de Ética são órgãos de cooperação política dos Diretórios correspondentes e suas funções não terão, portanto, cunho policial ou judicial. Visam, sobretudo, cooperar na avaliação dos problemas políticos envolvidos em questões de ética e disciplina partidária, reunindo elementos pertinentes.

Art. 203: As Comissões de Ética devem se preocupar sempre em contribuir prioritariamente para a superação das divergências políticas surgidas nos casos que lhes forem encaminhados, no intuito de preservar a unidade e a integridade partidárias, bem como as relações de fraternidade, urbanidade e respeito entre os filiados.

Art. 204: As Comissões somente poderão reunir-se com a presença de no mínimo três de seus membros, convocando-se os suplentes no caso de vaga. Esgotado o número de suplentes e havendo ainda a necessidade de se completar as vagas, o Diretório elegerá, respeitada a proporcionalidade do resultado do Encontro, o substituto que completará o mandato, qualquer que seja o período a ser cumprido.

Art. 205: As Comissões de Ética e Disciplina concluirão a instrução dos processos disciplinares no prazo máximo de sessenta dias da data de sua instauração, que poderá ser prorrogado, a critério da Comissão Executiva do órgão correspondente, por mais trinta dias. Parágrafo único: Não será permitida qualquer divulgação sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Ética, salvo por decisão da instância de direção correspondente.

CAPÍTULO II DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIAS

Art. 206: A disciplina interna e a fidelidade partidária serão asseguradas, na forma

estabelecida neste Estatuto, pelas seguintes medidas:

- I. intervenção de instância superior em inferior;
- II. aplicação de medidas disciplinares, na forma deste Estatuto;
- III. manifestação das instâncias do Partido.

Art. 207: Os filiados ao Partido, mediante apuração em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa, estão sujeitos a medidas disciplinares estabelecidas no presente Estatuto.

Art. 208: As penas disciplinares coletivas de intervenção, destituição ou dissolução de instâncias partidárias poderão ser cumulativas com outras penas individuais, particularizadas.

Art. 209: Constituem infrações éticas e disciplinares:

- I. A violação às diretrizes programáticas, à ética, à fidelidade, à disciplina e aos deveres partidários ou a outros dispositivos previstos neste Estatuto;
- II. O desrespeito à orientação política ou a qualquer deliberação regularmente tomada pelas instâncias competentes do Partido, inclusive pela Bancada a que pertencer o ocupante de cargo legislativo;
- III. A improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no exercício de mandato de órgão partidário ou de função administrativa;
- IV. A atividade política contrária ao Programa e Manifesto do Partido;
- V. A falta, sem motivo justificado por escrito, a mais de três reuniões sucessivas das instâncias de direção partidárias de que fizer parte;
- VI. A falta de exatidão no cumprimento dos deveres atinentes aos cargos e funções partidárias;
- VII. A infidelidade partidária, nos termos da Lei e deste Estatuto;
- VIII. O não acatamento às deliberações dos Encontros e dos Congressos do Partido, bem como àquelas adotadas pelos Diretórios e Comissões Executivas do Partido, principalmente se, tendo sido convocado, delas não tiver participado;
- IX. A propaganda de candidato a cargo eletivo de outro Partido ou de coligação não aprovada pelo PT ou, por qualquer meio, a recomendação de seu nome ao sufrágio do eleitorado;
- X. Acordos ou alianças que contrariem os interesses do Partido, especialmente com filiados de partidos não apoiados pelas direções partidárias;
- XI. O apoio a governos que contrariem os princípios programáticos do Partido, principalmente quando em proveito pessoal, ou o exercício de cargo de Governo – Ministros, Secretários, Diretores de autarquias, ou similares – em qualquer nível, em governo não apoiado pelo PT, salvo autorização expressa das instâncias partidárias;
- XII. A obstrução ao funcionamento de qualquer órgão de direção partidária;
- XIII. A promoção de filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;
- XIV. A não comunicação ao conjunto dos filiados dos nomes inscritos nas chapas; o não encaminhamento das fichas de cadastro de filiação; a não divulgação da lista de filiados ao conjunto do Partido; o impedimento, por ato ou omissão, da aplicação das normas ou da fiscalização nos processos eleitorais internos; o pagamento coletivo da contribuição de filiados, ou impedimento à participação de qualquer filiado devidamente habilitado na sua instância;
- XV. A formulação de denúncias infundadas contra outros filiados ao Partido;
- XVI. A não contribuição financeira com o Partido, nas formas deste Estatuto, quando estiver ocupando cargo eletivo ou cargo em comissão.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 210: São as seguintes as medidas disciplinares:

- I. Advertência reservada ou pública;
- II. Censura Pública;

- III. Suspensão do direito de voto por tempo determinado;
- IV. Suspensão das atividades partidárias por tempo determinado;
- V. Destituição de função em órgão partidário;
- VI. Desligamento de cargo comissionado;
- VII. Negativa de legenda para disputa de cargo eletivo;
- VIII. Expulsão, com cancelamento da filiação;
- IX. Perda de mandato.

§ 1º: Aplica-se a penalidade de destituição de função, conforme a gravidade da infração, a critério da maioria absoluta dos membros do órgão competente.

§ 2º: Aplicam-se as penas dos incisos I e II, segundo a gravidade da falta, aos infratores primários, por infrações à ética, à disciplina, à fidelidade e aos deveres partidários.

§ 3º: As penas dos incisos I a IV poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme tipicidade das infrações e sua gravidade.

§ 4º: As penas de suspensão indicarão os direitos e funções partidárias cujo exercício será por elas atingido.

§ 6º: Aplica-se a pena de suspensão ao infrator dos deveres partidários, bem como das infrações definidas no artigo 209.

§ 7º: Aplica-se a pena de destituição de cargo ou função em órgão partidário ao dirigente que praticar qualquer das infrações definida no artigo 209;

§ 8º: A pena de negativa de legenda para a disputa de cargo eletivo será aplicada ao filiado que praticar as infrações definidas no artigo 209, podendo, no caso de dirigente, ser cumulativa com a do parágrafo anterior.

§ 9º: A pena de desligamento da bancada será aplicada ao parlamentar que desrespeitar as normas previstas no artigo 69 deste Estatuto ou praticar as infrações definidas no artigo 209, podendo, em se tratando de dirigente, ser cumulativa com a do § 7º deste artigo.

§ 10: Qualquer punição disciplinar de suspensão e destituição implicará na perda de delegação partidária que o membro do Partido tenha recebido;

§ 11: A pena de suspensão ou expulsão poderá, também, ser aplicada ao infrator reincidente reiterado.

Art. 211: A infidelidade partidária se caracteriza pela desobediência aos princípios doutrinários e programáticos, às normas estatutárias e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes.

§ 1º: Considera-se ato de infidelidade partidária, sujeitando o infrator à aplicação sumária da pena de cancelamento do registro da candidatura na Justiça Eleitoral e expulsão simultânea do Partido, ao candidato do Partido que, contrariando as deliberações de Convenção e os interesses partidários, fizer campanha eleitoral para candidato ou partido adversário.

§ 2º: Os integrantes das bancadas parlamentares, além das medidas disciplinares, estão sujeitos às penas de desligamento temporário de sua bancada com substituição pelos suplentes do Partido, suspensão do direito de voto nas reuniões internas ou à perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerçam em decorrência da representação e da proporção partidária, na respectiva Casa Legislativa, quando se opuserem, pela atitude ou pelo voto, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos partidários.

§ 3º: As penas previstas no parágrafo anterior serão aplicadas após regular processo conduzido pela Comissão de Ética e Disciplina correspondente, salvo na hipótese de descumprimento pelos filiados parlamentares de decisão relativa a “fechamento de questão”, quando a pena será aplicada independentemente de processo, observado o disposto no artigo 68 deste Estatuto.

Art. 212: O parlamentar que deixar a legenda, desobedecer ou se opuser às deliberações ou resoluções estabelecidas pelas instâncias dirigentes do Partido perderá o mandato, assumindo, nesse caso, o suplente do Partido, pela ordem de classificação.

Parágrafo único: No caso de desligamento voluntário ou disciplinar, poderá, ainda, ser aplicada a pena de indenização equivalente a remuneração total auferida em doze meses.

Art. 213: Dar-se-á a expulsão nos casos em que ocorrer:

- I. Infração grave às disposições legais e estatutárias;

- II. Inobservância grave dos princípios programáticos, da ética, da disciplina e dos deveres partidários;
 - III. Infidelidade partidária;
 - IV. Ação do eleito pelo Partido para cargo executivo ou legislativo ou do filiado contra as deliberações dos órgãos partidários e as diretrizes do Programa;
 - V. Ostensiva hostilidade, atitudes desrespeitosas ou ofensas graves e reiteradas a dirigentes, lideranças partidárias, à própria legenda ou a qualquer filiado;
 - VI. Improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no de órgão partidário ou função administrativa;
 - VII. Incidência reiterada de conduta pessoal indecorosa;
 - VIII. Violação reiterada de qualquer dos deveres partidários;
 - IX. Reincidência em promover filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;
 - X. Desobediência às deliberações regularmente tomadas em questões consideradas fundamentais, inclusive pela bancada a que pertencer o ocupante de cargo legislativo;
 - XI. Atuação contra candidatura partidária ou realização de campanha para candidatos de partidos não apoiados pelo PT;
 - XII. Condenação por crime infamante ou por práticas administrativas ilícitas, com sentença transitada em julgado.
- Parágrafo único: A pena de expulsão implica no imediato cancelamento da filiação partidária, com efeitos na Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 214: A representação deverá ser feita por filiado, em petição escrita, motivada e circunstanciada, acompanhada das provas em que se fundar e indicação do rol de testemunhas, até o limite máximo de oito, devendo ser dirigida:

- I. À Comissão Executiva do Diretório a que estiver filiado o denunciado ou, no caso de Prefeito ou Vice-Prefeito, Secretário Municipal, Vereador ou membro do Diretório, nas Capitais e Municípios com Zonais, à Comissão Executiva do respectivo Diretório Municipal;
- II. À Comissão Executiva Estadual se o denunciado for membro do Diretório Estadual, Governador ou Vice-Governador, Deputado Estadual ou Federal, Senador, Secretário de Estado ou equivalente;
- III. À Comissão Executiva Nacional, se o denunciado for membro do Diretório Nacional, Presidente ou Vice-Presidente da República, Ministro de Estado ou equivalente;

Parágrafo único: A Comissão Executiva de nível superior poderá avocar para si o processo, bem como seu julgamento, de representação formulada perante instância inferior quando a repercussão do fato ou a gravidade da infração atingir sua jurisdição ou interesse.

Art. 215:

b) nos demais casos, deverá encaminhá-la ao Coordenador da Comissão de Ética, a quem cabe dirigir a instrução, o qual, em caso de impedimento, designará um Relator que poderá ser substituído em qualquer fase do processo de instrução, por ausência, motivo relevante ou conveniência ética.

Art. 217: Estará impedido de participar da instrução e julgamento do processo disciplinar qualquer membro da Comissão de Ética ou do Diretório correspondente que tenha interesse pessoal no caso. A arguição de impedimento será feita pelo próprio filiado denunciado ou por qualquer outro filiado interessado e será decidida pela Comissão Executiva do Diretório correspondente.

Parágrafo único: Se houver impedimento ou suspeição da maioria absoluta dos membros da Comissão de Ética, o processo será remetido à Comissão de Ética da instância partidária imediatamente superior.

Art. 218: Considerando regular a representação, o Coordenador ou o Relator da Comissão de Ética, adotará as seguintes providências:

a) Mandará notificar o representado para, no prazo de dez dias, oferecer defesa escrita, bem como as provas que pretende produzir e a indicação do rol de testemunhas até o máximo de oito;

b) Em seguida, designará dias e horários para a realização das audiências, nas quais serão ouvidos o autor da representação, o representado e as testemunhas arroladas, em depoimentos que deverão ser gravados ou lavrados imediatamente em ata a ser assinada pela testemunha e pelo filiado denunciado.

Parágrafo único: As audiências serão realizadas, de preferência, na sede partidária, aos sábados, domingos e feriados, ou em outra data, se assim deliberado pela maioria da Comissão de Ética.

Art. 219: A Comissão de Ética poderá solicitar, ainda, juntada de documentos ou a oitiva de outras testemunhas, fazer diligências ou investigações, garantido às partes acesso pessoal, ou por seu advogado constituído, a todas as provas, depoimentos e documentos colhidos.

Art. 220: Concluída a instrução, será aberto o prazo sucessivo de dez dias para a apresentação das alegações finais do autor da representação e do representado.

Parágrafo único: Findo o prazo, com ou sem as razões de qualquer das partes, será elaborado o parecer da Comissão de Ética, com indicação das penalidades, para a devida deliberação do Diretório respectivo.

Art. 221: A data da reunião do Diretório será designada nos vinte dias subsequentes contados da entrega do parecer da Comissão de Ética, dando-se ciência às partes por correspondência, dirigida aos endereços constantes no processo, as quais deverão ser postadas e recebidas até cinco dias antes da realização da reunião.

§ 1º: Por ocasião do julgamento, o autor da representação e o representado poderão apresentar suas razões orais, pessoalmente ou através de advogado, pelo prazo de quinze minutos cada.

§ 2º: Na oportunidade do julgamento, serão garantidos aos acusados o contraditório e a observância às normas da mais ampla defesa, com os meios a ela inerentes.

§ 3º: Entende-se por meios inerentes de prova todos aqueles que tiverem, direta ou indiretamente, relação com os fatos considerados do interesse da defesa, excluídos os meramente protelatórios.

Art. 222: As medidas disciplinares a serem aplicadas poderão ou não ser aquelas indicadas no parecer da Comissão de Ética e serão adotadas pelo Diretório correspondente por maioria absoluta de votos dos presentes, respeitado o quorum de deliberação da instância.

Art. 223: Das decisões que contiverem medidas disciplinares caberá recurso ao Diretório hierarquicamente superior no prazo de dez dias contados da notificação das partes, podendo a Comissão Executiva corresponde conceder efeito suspensivo, que será obrigatório para a pena de expulsão.

Art. 224: Contam-se os prazos excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do término. No início da contagem dos prazos, não serão computados os sábados, domingos e feriados.

§ 1º: Se o início do prazo recair no sábado, no domingo ou em feriado, este começará a fluir a partir do primeiro dia útil subsequente; se terminar em qualquer desses dias, este será prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

§ 2º: Quando o Estatuto não estabelecer prazo especial e o Coordenador da Comissão de Ética não o fixar, todos os prazos serão de dez dias.

Art. 225: A comunicação dos atos do processo disciplinar será feita por carta com aviso de recebimento, presumindo-se terem sido recebidas se dirigidas ao endereço que a parte declarou no processo.

Art. 226: Os casos omissos em matéria de prazos, comunicações de atos ou demais procedimentos serão resolvidos pela Comissão Executiva do Diretório competente que irá julgar a falta disciplinar.

Art. 227: Cessando as causas que determinaram a aplicação da medida disciplinar de suspensão antes do término do cumprimento da penalidade, ou em face de motivo relevante no caso de expulsão, poderá o interessado solicitar revisão da penalidade ao Diretório que agiu no feito, cabendo recurso de ofício à instância imediatamente superior.

CAPÍTULO V DA MEDIDA CAUTELAR

Art. 228: Havendo fortes indícios de violação de dispositivos pertinentes à disciplina e fidelidade partidária passíveis de repercussão prejudicial ao Partido em nível estadual ou nacional; ou em casos de urgência, quando o representado poderá frustrar o regular processo ético; ou quando a demora puder tornar a aplicação da penalidade ineficaz, poderá:

I. A Comissão Executiva competente determinar, pelo voto de 3/4 de seus membros, a suspensão provisória do denunciado por tempo não superior a sessenta dias, dentro do qual deverá estar concluído o processo de julgamento; ou

II. A Comissão Executiva de órgão imediatamente superior, pelo voto de 3/4 de seus membros, determinar o afastamento temporário dos membros de qualquer órgão hierarquicamente inferior.

Parágrafo único: Por repercussão prejudicial entende-se a veiculação de notícias em nível estadual ou nacional envolvendo o nome do filiado acompanhado da legenda do Partido que digam respeito à percepção de vantagens indevidas, favorecimentos, conluio, corrupção, desvio de verbas, voto remunerado ou outras situações que possam configurar improbidade.

CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO, DISSOLUÇÃO E DESTITUIÇÃO DE INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS

Seção I: Da Intervenção nas Instâncias de Direção

Art. 229: As instâncias de direção poderão intervir nas hierarquicamente inferiores para:

I. Manter a integridade partidária;

II. Garantir o exercício da democracia interna, dos direitos dos filiados e das minorias;

III. Assegurar a disciplina e a fidelidade partidárias;

IV. Reorganizar as finanças e reorganizar as transferências de recursos para outras instâncias partidárias, previstas neste Estatuto;

V. Normalizar o controle das filiações partidárias;

VI. Impedir acordo ou coligação com outros partidos em desacordo com as decisões superiores;

VII. Preservar as normas estatutárias, a ética partidária, os princípios programáticos ou a linha política fixada pelos órgãos competentes;

VIII. Garantir o cumprimento das disposições partidárias sobre o processo político-eleitoral.

§ 1º: O pedido de intervenção será fundamentado e instruído com elementos que comprovem a ocorrência ou a iminência das infrações previstas neste artigo.

§ 2º: Até cinco dias antes da data da reunião que deliberará sobre a intervenção, deverá a instância visada ser notificada, por carta com aviso de recebimento, para apresentar sua defesa por escrito ou apresentar defesa oral pelo prazo de quinze minutos, na reunião do julgamento do pedido.

§ 3º: A intervenção será decretada pelo voto de 60% dos membros do Diretório respectivo, devendo do ato constar a designação da Comissão Interventora, composta de cinco membros, e o prazo de sua duração.

§ 4º: O prazo da intervenção poderá ser prorrogado por ato da Comissão Executiva que a decretou, enquanto não cessarem as causas que a determinaram.

§ 5º: A Comissão Interventora, uma vez designada, estará investida de todos os poderes para deliberar, aplicando-lhe, no que couber, a competência de Comissão Provisória.

§ 6º: Da decisão que deliberar sobre a intervenção caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, para o Diretório hierarquicamente superior, e ao Encontro Nacional se o ato for do Diretório Nacional.

Seção II: Da Dissolução e Destituição de Comissões Executivas

Art. 230: A dissolução do Diretório ou a destituição de Comissão Executiva poderá ser decretada nos casos de:

- I. Violação do Estatuto, do Programa ou da ética partidária, bem como desrespeito a qualquer deliberação regularmente tomada pelos órgãos superiores do Partido;
- II. Indisciplina partidária;
- III. Renúncia da maioria absoluta dos membros do Diretório.

§ 1º: O Diretório ou Comissão Executiva objeto do pedido será notificado, por carta com aviso de recebimento, até dez dias após a data da realização da reunião, para apresentar defesa oral por trinta minutos;

§ 2º: Dissolvido o Diretório ou destituída a Comissão Executiva, ser-lhe-á negada a anotação na Justiça Eleitoral ou promovido o seu cancelamento, se já efetuado.

§ 3º: A dissolução do Diretório ou a destituição de Comissão Executiva serão decretadas pelo voto da maioria absoluta dos membros do Diretório hierarquicamente superior, devendo do ato de dissolução constar a designação de uma Comissão Provisória, observada para a sua composição as normas estabelecidas neste Estatuto.

§ 4º: Da decisão que dissolver Diretório ou destituir Comissão Executiva, caberá recurso no prazo de dez dias ao Diretório hierarquicamente superior, e ao Encontro Nacional, se o ato for do Diretório Nacional, que será recebido pela Comissão Executiva correspondente com efeito suspensivo.

§ 5º: O efeito suspensivo previsto no parágrafo anterior não se aplica nos casos de resoluções ou matérias relacionadas ao processo eleitoral em que a legislação em vigor torne indispensável a aplicação imediata da decisão de dissolução de Diretório ou destituição de Comissão Executiva.

TÍTULO VIII DA OUVIDORIA DO PARTIDO

Art. 231: A Ouvidoria é órgão de cooperação do Partido e será criada em nível nacional e estadual, com a finalidade de contribuir para manter o Partido sintonizado com as aspirações do conjunto de seus filiados e com os setores sociais que pretende representar, promovendo, sempre que necessário, debates sobre o projeto político partidário.

Art. 232: As Comissões Executivas Estaduais e Nacional serão responsáveis pela criação das respectivas Ouvidorias, providenciando os meios adequados ao exercício de suas atividades, observadas as normas de funcionamento a serem definidas pela instância nacional.

TÍTULO IX TENDÊNCIAS

Art. 233: O direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente no Partido, observadas as normas previstas neste Estatuto.

§ 1º: Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente.

§ 2º: Todo e qualquer agrupamento de filiados que não se constitua em organismo partidário ou instância previstos neste Estatuto deverá solicitar à instância de direção correspondente o seu registro como tendência interna do Partido.

§ 3º: Os agrupamentos que não cumprirem a exigência prevista no “caput” deste artigo serão considerados irregulares, estando seus integrantes sujeitos às medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

§ 4º: O Partido não reconhece o direito de seus filiados organizarem-se em frações, públicas ou internas.

Art. 234: As tendências podem ser de âmbito municipal, estadual ou nacional, ter atuação em todas as áreas de interesse do Partido ou resumirem-se a um determinado setor ou tema.

Parágrafo único. As tendências deverão solicitar seu registro na instância correspondente ao seu âmbito de atuação.

Art. 235: As tendências não poderão ter sedes próprias.

§ 1º: Recomenda-se que as tendências se reunam nas sedes partidárias e suas atividades, sempre internas ao Partido, deverão ser abertas para qualquer filiado.

§ 2º: Aquelas que pretendam manter espaço para organizar suas atividades, deverão dar conhecimento e ser autorizadas pela respectiva Comissão Executiva, vedado qualquer tipo de identificação pública.

§ 3º: O espaço a que se refere o parágrafo anterior poderá ser usado pelo Partido, vedada sua utilização para reunião com não-filiados.

Art. 236: As tendências internas poderão produzir boletins informativos, bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou a propostas sobre a conjuntura e movimento social, de circulação interna ao Partido.

§ 1º: É vedada a publicação de folheto, jornal, revista, ou de qualquer outro meio de comunicação com objetivo de difundir posições de tendência fora do Partido.

§ 2º: É vedada a circulação externa ao Partido de quaisquer documentos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do Partido.

§ 3º: A definição e organização da atuação política do Partido nos movimentos sociais, respeitadas as suas autonomias, deverá ser decidida nas instâncias partidárias.

§ 4º: Durante os períodos congressuais, de renovação das direções ou de consulta à base partidária, é garantida a mais ampla liberdade de difusão das teses político-programáticas defendidas por filiados e pelas diferentes chapas e candidaturas.

Art. 237: As tendências poderão manter, com a devida comunicação à direção partidária, mecanismos de arrecadação de recursos, desde que não concorram com as finanças partidárias ou que não adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna.

Art. 238: As deliberações das tendências não podem se sobrepor às decisões partidárias nem se chocar com o seu encaminhamento prático.

Art. 239: As relações internacionais são atributo exclusivo do Partido por meio de suas instâncias de direção.

§ 1º: O Diretório Nacional deverá avaliar as relações internacionais mantidas atualmente por tendências, verificando se estão de acordo com a política do Partido.

§ 2º: A avaliação a que se refere o parágrafo anterior servirá para que o Diretório Nacional estabeleça procedimentos ou prazos sobre as relações internacionais, não podendo haver representação de tendências internas do Partido em eventos ou organismos internacionais.

TÍTULO X MEIOS DE COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA

CAPÍTULO I MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Art. 240: Entendendo que a democratização da informação constitui um elemento insubstituível da democracia partidária e da construção de uma sociedade democrática, o Partido manterá permanentemente meios de comunicação.

CAPÍTULO II FORMAÇÃO POLÍTICA

Art. 241: A formação política, coerente com a característica plural e democrática do Partido, deve ser estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas. Sua metodologia deve adotar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no Partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica, uma estratégia sempre presente em suas atividades.

TÍTULO XI DO PATRIMÔNIO DO PARTIDO

CAPÍTULO I MARCAS E SÍMBOLOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO

Art. 242: A estrela vermelha de cinco pontas com as iniciais do PT no seu interior, os verbetes OPTEI e Lula-lá, são símbolos de identificação do Partido conforme marcas já registradas sob a responsabilidade absoluta e exclusiva da instância de direção nacional.

§ 1º: Outros símbolos ou marcas poderão ser registrados sob responsabilidade absoluta e exclusiva da instância de direção nacional.

§ 2º: o uso para quaisquer fins, inclusive a exploração comercial, industrial e publicitária, das marcas e símbolos do Partido só poderá se dar mediante concessão, autorização ou delegação explícitas da Comissão Executiva Nacional.

CAPÍTULO II PATRIMÔNIO

Art. 243: O patrimônio do Partido será constituído por:

- a) renda patrimonial;
- b) doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas;
- c) bens móveis e imóveis de sua propriedade ou que venha a adquirir;
- d) recursos recebidos na forma deste Estatuto.

Art. 244: No caso de dissolução do Partido, seu patrimônio será destinado a entidades ligadas aos trabalhadores, conforme deliberação do Encontro Nacional que apreciar sua extinção.

Parágrafo único: A extinção a que se refere esse artigo só poderá ocorrer por decisão de 2/3 dos delegados de Encontro Nacional especialmente convocado para esse fim com seis meses de antecedência.

TÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 245: Para fins de organização e de administração partidária, o Distrito Federal equivale a Estado.

Parágrafo único: Os Deputados Distritais, ou outros, na mesma hierarquia, equivalem a Deputados Estaduais.

Art. 246: O presente Estatuto poderá ser alterado em Encontro Nacional, pelo voto da maioria de seus delegados.

§ 1º: Para efeito do disposto neste artigo, a Comissão Executiva Nacional designará uma Comissão que elaborará o projeto de reforma e promoverá a sua publicação e distribuição aos Diretórios em todos os níveis para apresentação de emendas, dentro dos prazos que fixar.

§ 2º: Toda alteração estatutária deverá ser registrada no Ofício Civil competente e encaminhada para o mesmo fim ao Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da lei.

Art. 247: Caberá ao Diretório Nacional regulamentar o funcionamento das Macro-Regiões Nacionais, bem como as disposições deste Estatuto, estabelecendo, se necessário, em parecer por ela aprovado, o entendimento que deva prevalecer na aplicação de seus dispositivos.

Art. 248: Os membros do Partido não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da agremiação partidária.

Art. 249: Na remessa pelo correio de citações, notificações ou qualquer documento partidário, considera-se protocolo, para qualquer efeito, o recibo postal ou o aviso de recebimento.

Art. 250: Sob a responsabilidade das instâncias em nível nacional, estadual, municipal, ou por meio de convênios com entidades especializadas, poderão ser organizados sistema de pesquisas, de educação e treinamento ou cursos de formação profissional, de interesse político-partidário.

Art. 251: Grupos de Trabalho poderão ser organizados circunstancialmente pela direção nacional, com o objetivo de elaborar propostas de governo, políticas públicas ou articular os Setores nas campanhas eleitorais.

Aprovado em reunião do Diretório Nacional de 11 de março de 2001.

José Dirceu de Oliveira e Silva – Presidente Nacional
Geraldo Magela Pereira – Secretário Geral Nacional
Sílvio José Pereira – Secretário Nacional de Organização

ANEXO C:**Tese “Santo André-Lins” – Partido dos Trabalhadores.**

A TESE DE “SANTO ANDRÉ-LINS”*

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir.

O regime militar, instalado no País há 15 anos, começa a se mostrar, para os seus próprios mentores, como uma forma inviável e insuficiente de os patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação.

Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores, que se expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária.

Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores, para que eles, juntos, forcem essa modificação, propomos o seguinte:

1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;

2) democratização dos sindicatos; que os órgãos sindicais se pautem, em seu funcionamento, pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões;

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores

ANEXO D:**Carta de Princípios – Partido dos Trabalhadores.**

CARTA DE P

É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do País. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas.

Aqui, cabe destacar que o processo chamado de *abertura política* está sendo promovido pelo mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no País e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e da Lei de Greve, urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os *de cima*, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos *de baixo*, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplios setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a *frente das oposições* se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do País e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT tornar-se-á, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela

independência política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do País. Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de *setores do empresariado nacional*. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém, denunciemos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóiafrias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

o lideranças populares, mesmo que não pertençam ao Partido;

o todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

A COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA
1º de maio de 1979

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo
Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

ANEXO E:**Manifesto – Partido dos Trabalhadores.**

MANIFESTO

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes majorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

NASCENDO DAS LUTAS SOCIAIS

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão imposto aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

POR UM PARTIDO DE MASSAS

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto

no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

ANEXO F:**Declaração Política – Partido dos Trabalhadores.**

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando, pela primeira vez após várias décadas da história brasileira, um debate político amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e, especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e em lutar pelo fim do atual regime de exceção.

1. SOBRE AS ORIGENS DO PT

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas – que a Ditadura não conseguiu impedir – criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu o PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou grandes massas de trabalhadores a perceberem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio.

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros. dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. e ainda outros. como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como uma necessidade de:

- criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;
- construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais, que são freqüentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão de política de que são capazes;
- finalmente, se conquistar a política como unia atividade própria das massas populares, que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de

poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais. mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia a construção de uma nova concepção de democracia com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apóiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da Igreja mais comprometida com a libertação social.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.

Em conseqüência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas, que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

2. O MOVIMENTO PELO PT E OS SINDICATOS

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

3. O PT E A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de *reformulação partidária* dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, às margens da soberania popular.

O Movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento existentes na sociedade. Não há democracia sem liberdade de organização política e a organização política é um direito de todos.

4. O MOVIMENTO PELO PT E A QUESTÃO DA FRENTE

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime, que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários. e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa ampla frente de massa contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios

ANEXO G:**Plataforma Política – Partido dos Trabalhadores.**

PLATAFORMA POLÍTICA

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com interesses dos trabalhadores que ele representa, mas, ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva, a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do Partido.

- o salarial do regime autoritário , também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho;
- o Salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores;
- o Escala móvel de salários cada vez que o custo de vida aumente 5% ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos;
- o Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais;
- o Eliminação total das horas extras;
- o Contrato coletivo de trabalho;
- o Contra o desemprego. Pelo salário desemprego;
- o Estabilidade no emprego a partir da admissão;
- o Férias pagas em dobro;
- o Aposentadoria integral;
- o Segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores;
- o Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;
- o Congelamento de preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;
- o Socialização da Medicina e desenvolvimento da Medicina Preventiva;
- o Democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos, garantia de acesso à escola em todos os níveis para a população;
- o Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores;
- o Pelo fim da mão das empreiteiras locadoras de mão de obra.

3. QUESTÃO NACIONAL

- o Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra;
- o Título de posse da terra aos posseiros;
- o Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;
- o Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários;
- o Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- o Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- o Estatização das grandes empresas e bancos;
- o Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infraestrutura;
- o Controle popular dos fundos públicos;
- o Respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o País. Respeito aos direitos das minorias raciais;
- o Política econômica e social que impeça desníveis regionais;
- o Política externa independente.

NOTA CONTRA A REFORMA PARTIDÁRIA

Mais uma vez, o governo procura barrar as aspirações de real democratização do país, através de um arremedo de lei. O projeto de reformulação partidária mostra,

de novo, que, nesse regime, a lei não é igual para todos. Seus artigos, parágrafos e incisos têm endereço certo: procuram colocar tropeços à sobrevivência do MDB; procuram impedir a organização de partidos representativos e democráticos; procuram diminuir a importância política das grandes concentrações urbanas e, especialmente, impedir que os trabalhadores se organizem politicamente; procuram descaracterizar o conteúdo social das correntes políticas.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não se surpreende com mais esta jogada golpista. Em nenhum momento tivemos a ilusão de que a liberdade fosse dada de mão beijada pelo regime. Continuaremos a lutar pela plena liberdade de organização partidária para todas as correntes políticas. Colocamo-nos ao lado de todas as forças democráticas, que se unem no repúdio ao projeto partidário do governo.

Grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, cuja legitimidade é assegurada pelo apoio dos trabalhadores e do povo, continuará a lutar por sua organização legal.

NORMAS TRANSITÓRIAS

A presente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, é importante frisar que as normas orgânicas aqui sugeridas não são apenas transitórias, como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais defrontadas pelo Movimento.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as normas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro Encontro Nacional, abaixo mencionado, e, em caráter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente.

Seguem-se as sugestões:

1. O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc. proclama sua decisão de lutar pela sua legalização.

2. Com este objetivo, o Movimento pelo PT pretende, agora, iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças.

3. O PT deverá iniciar, oportunamente, uma campanha de assinaturas, através de uma ampla imobilização de massas, visando divulgar sua proposta. As listas de assinaturas deverão ser nacionalmente uniformes.

4. O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/79 e da Declaração Política de 13/10/79.

5. Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela Comissão Nacional Provisória.

6. No presente estágio organizativo, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos – que serão reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária proporcional, quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação em nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos em formação.

7. Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlances com os organismos superiores do Movimento.

8. É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal.

9. Fica convocado o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT num prazo máximo de 120 dias, com a realização prévia de Encontros Regionais. O Encontro Nacional terá por pauta mínima a aprovação das formas de organização e de um documento político básico do Movimento pelo PT.

10. Fica formada uma Comissão Nacional Provisória, composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória composta da atual coordenação mais até dois representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá também convocar outros companheiros, para efeito de agilização dos trabalhos referidos aos itens anteriores.

ANEXO H:**Programa – Partido dos Trabalhadores.**

PROGRAMA

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência

movimentos sindical e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o Partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso, devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia-a-dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o Partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo Partido deverá servir para orientar sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Essa estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira –, que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas, para o PT, não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária, postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelo trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isto, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

É a experiência acumulada que estabelece, desde já, as linhas do PT na luta por liberdade e justiça. O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo. O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e

os preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis desta luta.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformados em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicos gratuitos são direitos básicos de uma nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva daqueles que constroem a riqueza do País, defendendo uma linha de ação na qual o desenvolvimento nacional reflita os interesses dos trabalhadores e não os interesses do grande capital nacional e internacional. O PT combate a crescente internacionalização da economia brasileira, que resulta num acréscimo brutal da dívida externa, ao mesmo tempo que submete a classe trabalhadora a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudicados pela crescente dependência externa, econômico-financeira, tecnológica e cultural.

O PT entende, também, que as condições culturais e ecológicas locais devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento regional. Combatendo as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes, o PT desenvolverá as suas críticas e as suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a lado com os setores profissionais organizados e engajados em suas fileiras. Neste sentido, o PT desenvolverá propostas políticas de energia e de matérias-primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do Partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do Partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário, que estaria dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirva à causa dos trabalhadores.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro, assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro, também no lar.

O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

Quanto à relação entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações, que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visem criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores; é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.

PLANO DE AÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

I. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SINDICAL

- o Total liberdade de organização partidária
- o Liberdade e autonomia sindical
- o Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado
- o Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo
- o Direito irrestrito de greve

II. DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA E FIM DA LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO

- o Revogação da Lei de Segurança Nacional
- o Anistia ampla, geral e irrestrita
- o Restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados
- o Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis
- o Eleições livres e diretas em todos os níveis
- o Direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados e marinheiros

III. COMBATE À POLÍTICA SALARIAL

- o Negociações diretas entre trabalhadores e patrões
- o Garantia no emprego
- o Salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família
- o Escala móvel de salários
- o Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial
- o Contra o desemprego

IV. POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

o Contra a privatização da Medicina

o Assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população

o Ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde

o Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores

o Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos

o Urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas

o Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores

o Transporte coletivo público, que atenda às necessidades da população

o Criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho

V. SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

o Reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores

o Luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso

o Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários

o Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade

o Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores

VI. INDEPENDÊNCIA NACIONAL

o Contra a dominação imperialista

o Política externa independente

o Combate à espoliação pelo capital internacional

o Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos

VII. APOIO AOS MOVIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGROS E ÍNDIOS

o Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política

o Contra a discriminação da mulher

o Defesa do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias

o Demarcação das terras indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)